TURISMO E GOVERNANÇA

OS AGENTES SOCIAIS E AS RELAÇÕES EXISTENTES NA FLORESTA NACIONAL DO TAPAJÓS – PARÁ - AMAZÔNIA

Juliana Azevedo Hamoy

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO
DOUTORADO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL

JULIANA AZEVEDO HAMOY

TURISMO E GOVERNANÇA:
Os agentes sociais e as relações existentes na Floresta Nacional do Tapajós – Pará/Amazônia

BELÉM-PA
2023

JULIANA AZEVEDO HAMOY

TURISMO E GOVERNANÇA:
Os agentes sociais e as relações existentes na Floresta Nacional do Tapajós – Pará/Amazônia

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável no Trópico Úmido, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade Federal do Pará, como requisito para a obtenção do título de Doutora em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental.

Área de Concentração: Desenvolvimento Socioambiental

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Mirleide Chaar Bahia

BELÉM-PA
2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará

Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

H228t Hamoy, Juliana Azevedo.

TURISMO E GOVERNANÇA: Os agentes sociais e as relações existentes na Floresta Nacional do Tapajós – Pará/Amazônia / Juliana Azevedo Hamoy. — 2023.

332 f. : il. color.

Orientador(a): Profª. Dra. Mirleide Chaar Bahia

Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, , 0, Belém, 2023.

1. Turismo.. 2. Unidades de Conservação.. 3. Governança.
4. Floresta Nacional do Tapajós. I. Título.

CDD 307.14098115

JULIANA AZEVEDO HAMOY

TURISMO E GOVERNANÇA:
Os agentes sociais e as relações existentes na Floresta Nacional do Tapajós – Pará/Amazônia

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável no Trópico Úmido, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade Federal do Pará, como requisito para a obtenção do título de Doutora em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental.

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Mirleide Chaar Bahia

Aprovado em 17 de maio de 2023.

Banca Examinadora:

_____
Prof.ª Dr.ª Mirleide Chaar Bahia
Orientadora (PPGDSTU/NAEA/UFPA)

_____
Prof. Dr. Silvio José de Lima Figueiredo
Examinador interno (PPGDSTU/NAEA/UFPA)

_____
Prof. Dr. Ricardo Theophilo Folhes
Examinador interno – PPGDSTU/NAEA/UFPA

_____
Prof. Dr. Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega
Examinador externo (PPPGT/UFRN)

_____
Prof.ª Dr.ª Glauce Vitor da Silva
Examinadora externa (PPGCS/UFOPA)

À minha família, pelo apoio e incentivo de sempre.

AGRADECIMENTOS

A escrita acadêmica é solitária. Pensamentos que se articulam na cabeça e uma tentativa constante de passar para o papel a forma mais objetiva possível. Escrever uma tese é um momento de dedicação quase exclusiva, mas isso não significa estar sozinha. E eu nunca estive.

De modo que os agradecimentos mais carinhosos são, certamente, à minha família. Aos meus pais, que sempre me apoiaram. Minha mãe, em especial, também do meio acadêmico, mais do que apoio, sempre me incentivou e, constantemente, diminuiu meus percalços. A vocês, papai e mamãe, todo meu amor, sempre!

Ao sempre amigo, companheiro e tudo, meu João, que, em absolutamente todos os momentos, foi parceiro. Acompanhando-me nos dias de escrita, sempre com palavras de força, incentivo, carinho e muitos lanches. Obrigada por tanto!

À minha orientadora, que, desde o mestrado, estimula-me para um processo de independência acadêmica. Ela que me acompanhou em campo na FLONA, com experiências inesquecíveis, minha profunda gratidão. Agradeço pelas puxadas de orelha e por toda a parceria em eventos, publicações e todos os "isso vai pro *Lattes*". Agradeço imensamente por tudo.

Agradeço, de todo coração, à Prof.ª Helena Doris. Uma mestra que, para além disso, é uma amiga, e porque não dizer, uma segunda mãe. Sempre à disposição, seja para um encontro aleatório, seja para um café da tarde numa doceria.

Sempre com os mais animados e esperançosos incentivos, agradeço ao amigo de todas as horas, a ele que ouvia todos os desabafos e as dificuldades durante o campo em tempo real. Flavio Lobato, um amigo que me é uma inspiração em muitos sentidos da vida. Muito me orgulha fazer parte da vida dele. E à Leticia Vicente, amiga de todos os dias, de todas as conversas e relatórios de *WhatsApp*, a força e o ânimo diários me ajudaram a continuar no foco.

À amiga de jornada, desde a especialização, passando pelo mestrado, e acompanhando na solidão do doutorado, Thili Meguis. As mensagens semanais de "E aí, mana? Como estás?" acompanhadas de figurinhas engraçadas, aliviaram todo esse processo. A forma que ela encara a vida também inspira.

Aos amigos muito queridos, Rayssa França, Clarissa Ribeiro, Samara Mayanna, Maria Clara Grandi e Lucas França, por todas as conversas e brincadeiras.

Aos professores examinadores do trabalho: Prof. Dr. Silvio Figueiredo, Prof. Dr. Ricardo Folhes, Prof. Dr. Wilker Nóbrega e Prof.ª Dr.ª Glauce Vitor, pela leitura e pelos comentários na defesa desta pesquisa.

À UFPA, minha segunda casa. Viva a Universidade pública e gratuita! Muito orgulho de fazer parte dessa instituição.

Ao NAEA e a todos os professores e colaboradores (de modo especial, para Josi, José e Wellingtton), que fazem esse núcleo, juntamente com os alunos, ser de excelência. Todo meu orgulho em ter caminhado com vocês.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que financiou esse estudo e oportunizou que eu cursasse o doutorado com uma bolsa de pesquisa.

Aos professores da FACTUR, que, desde a época da graduação, instigaram-me a investigar as contradições do turismo e agora, como colegas, contribuem, constantemente, com a minha eterna formação, com conversas e trocas de experiência.

A todos os moradores da FLONA e, especialmente, S. Pedrinho, D. Conce, S. Dido, D. Lourdes, S. Brito, Osvaldo e S. Abílio, que sempre me receberam da melhor forma possível, todas as vezes com um cafezinho e uma cadeira para conversarmos.

Aos técnicos do ICMBio de Santarém (Dárlison, Bruno, José Risonei e Maria Jocélia), da SETUR/PA (Natascha, Victor e Allyson), da Secretaria de Turismo de Santarém, ao Projeto Saúde e Alegria, e aos proprietários de agências que se disponibilizaram a conversar sobre suas atividades.

E por fim, Àquele que meu deu a perseverança, a inteligência e a fé.

Por tudo e todos, minha gratidão.

"Continue a nadar, continue a nadar, continue a nadar, nadar, nadar!"

(Walters, Graham. Procurando Nemo, 2003).

HAMOY, Juliana Azevedo. **Turismo e governança**: os agentes sociais e as relações existentes na Floresta Nacional do Tapajós – Pará/Amazônia. 2023. 332 f. Tese (Doutorado em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2023.

RESUMO

Este estudo aborda a temática do turismo em Unidades de Conservação e a governança no processo de gestão, cujo *lócus* de pesquisa são as comunidades Jamaraquá, Maguari e São Domingos, localizadas na Floresta Nacional (FLONA) do Tapajós, oeste do Pará. O objetivo geral deste estudo é analisar as relações entre diferentes agentes da cadeia do turismo na FLONA do Tapajós, verificando a governança e a ação coletiva dos agentes sociais locais. Para isso, foram elencados 4 objetivos específicos: 1) Identificar e analisar agentes que atuam no turismo da FLONA; 2) Analisar a governança do turismo na FLONA estudada; 3) Verificar a existência de ações coletivas nas comunidades e seu processo de governança; e 4) Analisar de que modo as comunidades locais se inserem nesse processo de gestão. A pesquisa foi construída a partir de dados qualitativos e abordagem interdisciplinar utilizando referências bibliográficas sobre turismo e governança, ação coletiva e a questão ambiental. Também foram realizadas pesquisas documentais, bem como coleta de dados por meio de entrevistas semiestruturadas com agentes identificados como atuantes no campo de relações do turismo na FLONA. Os resultados alcançados apontam que a ação coletiva existente nas comunidades, fruto de um processo de conflito e resistência pelo direito de permanecer, contribuiu, significativamente, na organização para o alcance de objetivos comuns quanto ao uso da FLONA para a sobrevivência e meio de complementação de renda, como o manejo florestal e o turismo. Contudo, no que tange ao turismo, a ação coletiva se mostra limitada quanto às potencialidades turísticas. As relações do campo se retroalimentam, ainda que, quando um dos agentes diminuiu sua influência, o campo é prejudicado em sua totalidade. Isso possibilita afirmar que, caso houvesse uma relevante influência dos órgãos gestores de turismo para com o ICMBio e moradores envolvidos com turismo na FLONA, a estrutura, o atendimento, a informação, a divulgação e a qualificação de serviços em geral poderiam ser melhores.

Palavras-chave: Turismo. Unidades de Conservação. Governança. Floresta Nacional do Tapajós.

HAMOY, Juliana Azevedo. **Tourism and governance**: the social agents and existing relations in the Tapajós National Forest – Pará/Amazon. 2023. 332 f. Thesis (Doctorate in Socioenvironmental Development Sciences) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2023.

ABSTRACT

This study addresses the theme of tourism in Conservation Units and governance in the management process, whose research locus are the communities the Jamaraquá, Maguari, and São Domingos, located in the Tapajós National Forest (FLONA) in western Pará, Brazil. The general objective of this study is to analyze the relationships between different actors in the tourism chain in FLONA Tapajós, examining governance and collective action of local social agents. For this purpose, four specific objectives were identified: 1) Identify and analyze actors involved in tourism in FLONA Tapajós; 2) Analyze tourism governance in the studied FLONA; 3) Verify the existence of collective actions in the communities and their governance process; and 4) Analyze how local communities are involved in this management process. The research was built upon qualitative data and an interdisciplinary approach, using bibliographic references on tourism, governance, collective action, and environmental issues. Documentary research was also conducted, along with data collection through semi-structured interviews with agents identified as active in the field of tourism relations in FLONA Tapajós. The results indicate that the existing collective action in the communities, resulting from a process of conflict and resistance for the right to remain, has significantly contributed to the organization of collective action to achieve common objectives regarding the use of FLONA Tapajós for survival and supplementary income, such as forest management and tourism. However, concerning tourism, collective action is limited in terms of its tourism potential. The relationships are interconnected, when one of the actors reduces their influence, the entire field is negatively affected. This makes possible to state that if there were a significant influence from tourism management agencies towards and residents involved in tourism in FLONA Tapajós, the structure, service delivery, information, promotion, and overall service quality could be improved.

Keywords: Tourism. Conservation Units. Governance. Collective Action. Tapajós National Forest.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa de localização da FLONA do Tapajós 29
Figura 2 – De Belterra às comunidades pesquisadas 31
Figura 3 – Placa informativa sobre energia solar – comunidade Maguari 35
Figura 4 – Processo de transformação do leite da seringueira 36
Figura 5 – Compactação do látex 37
Figura 6 – Artesanato com látex – Maguari 38
Figura 7 – Base do ICMBio em São Domingos 39
Figura 8 – Artesanato São Domingos 40
Figura 9 – Desmatamento acumulado de janeiro a dezembro (km²) nas florestas públicas federais e estaduais 78
Figura 10 – Comunicado de reajuste de valores 105
Figura 11 – Pousada na comunidade Jamaraquá 139
Figura 12 – Pernoite na Floresta – comunidade Jamaraquá 139
Figura 13 – Lanchas em Alter do Chão para passeios turísticos 143
Figura 14 – Lancha na praia da comunidade Jamaraquá 144
Figura 15 – Mapa da trilha do Piquiá (Jamaraquá) 146
Figura 16 – Sumaúma da trilha de Jamaraquá 148
Figura 17 – Mirante da comunidade Jamaraquá 149
Figura 18 – Cabana para acampamento 150
Figura 19 – Espaço de convivência para pernoite na floresta 150
Figura 20 – Igarapé da comunidade Jamaraquá 151
Figura 21 – Artesanato – Comunidade Jamaraquá 152
Figura 22 – Placas de educação ambiental – Maguari 157
Figura 23 – Placas indicativas elaboradas pelos moradores – Maguari 158
Figura 24 – Estrada de acesso às comunidades da FLONA 159
Figura 25 – Quarto na casa de morador da Maguari 163
Figura 26 – Quarto da pousada – Maguari 164
Figura 27 – Mirante – Trilha da Vovozona 165
Figura 28 – Vovozona – Trilha da comunidade Maguari 166
Figura 29 – Igarapé da Trilha do Maguari 167
Figura 30 – Alojamento na comunidade São Domingos 169
Figura 31 – Sede da Federação das Comunidades da FLONA do Tapajós 178

Figura 32 – Placa SICREDI 188
Figura 33 – Gráfico de visitação da FLONA do Tapajós até 2020 191
Figura 34 – Polos de ecoturismo contemplados pelo PROECOTUR 210
Figura 35 – Mapa da localização dos atrativos naturais presentes na região do Tapajós..... 212
Figura 36 – Casa da Vila Americana em Belterra 219
Figura 37 – Placa de sinalização interpretativa 237
Figura 38 – Mapa de atuação do MuCA..... 256
Figura 39 – Centro de Atendimento ao Turista e Visitante - Jamaraquá 259
Figura 40 – Centro de Atendimento ao Turista e Visitante - Maguari 262
Figura 41 – Roda de Carimbó 272
Figura 42 – Ciclistas na trilha da Vovozona – Maguari 275
Figura 43 – Ciclistas se deslocando em carro entre as comunidades 276
Figura 44 – Representação gráfica do Campo de Relações do Turismo da comunidade Jamaraquá 278
Figura 45 – Representação gráfica do Campo de Relações do Turismo da comunidade Maguari 280
Figura 46 – Representação gráfica do Campo de Relações do Turismo na comunidade de São Domingos 282
Figura 47- Representação Gráfica do Campo de Relações do Turismo na FLONA Tapajós 283

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Uso público na FLONA do Tapajós – problemas e possíveis soluções 42
Quadro 2 – Agentes do campo relacional do turismo na FLONA 53
Quadro 3 – Agentes entrevistados e os objetivos das entrevistas..... 56
Quadro 4 – Sistematização dos entrevistados..... 59
Quadro 5 – Comparativo dos princípios de Ostrom e o contexto da FLONA 109
Quadro 6 – Sistematização dos dados coletados com turistas..... 152
Quadro 7 – Avaliação da infraestrutura turística por comunidade..... 170
Quadro 8 – Parcerias com a COOMFLONA e suas possibilidades de atividades em prol da cooperativa..... 175
Quadro 9 – Tipos de políticas..... 204
Quadro 10 – Metodologia Vivalá 269
Quadro 11 – Convergências e divergências nas comunidades estudadas 284

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AITA	Associação Intercomunitária dos Pescadores, Trabalhadores Rurais e Seringueiros da margem direita do Rio Tapajós
APA	Área de Proteção Ambiental
ARIE	Área de Relevante Interesse Econômico
ASCED	Associação de Moradores Produtores Rurais e Extrativistas de São Domingos
ASCOMART	Associação Comunitária de Moradores e Produtores Rurais e Extrativistas de Maguari – Rio Tapajós
ASMIPRUT	Associação de Mini e Pequenos Produtores Rurais da margem direita do Tapajós de Piquiatuba a Revolta
ASMORJ	Associação de Moradores de Jamaraquá
ATUFA	Associação de Turismo Fluvial de Alter do Chão
BRAZTOA	Associação Brasileira das Operadoras de Turismo
CF	Constituição Federal
CFB	Código Florestal Brasileiro
CNMA	Conferência Nacional do Meio Ambiente
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
COOMFLONA	Cooperativa Mista da Floresta Nacional do Tapajós
DEPOT	Diretoria de Políticas de Turismo
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo (de 1991 a 2003)
FCFT	Federação das Organizações e Comunidades Tradicionais da Floresta Nacional do Tapajós
FBB	Fundação Banco do Brasil
FLONA	Floresta Nacional
FNAE	Frente Nacional de Ação Ecológica
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Biodiversidade
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano

IDESAM	Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia
IFT	Instituto de Floresta Tropical
IMAFLORA	Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IUCN	União Internacional para a Conservação da Natureza
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MFC	Manejo Florestal Comunitário
MTur	Ministério do Turismo
MuCA	Museu de Ciência da Amazônia
NAEA	Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PARNA	Parque Nacional
PAE	Projetos de Assentamentos dos Extrativistas
PDITS	Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável
PFC	Projeto Ferro Carajás
PGC	Programa Grande Carajás
PNAP	Plano Nacional de Áreas Protegidas
PNT	Plano Nacional de Turismo
PNMT	Plano Nacional de Municipalização do Turismo
PNPCT	Política Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PPA	Parceiros pela Amazônia
PROECOTUR	Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal
PRT	Plano de Regionalização do Turismo
PROMANEJO	Projeto de Apoio ao Manejo Florestal Sustentável na Amazônia
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
REBIO	Reserva Biológica
REFAU	Reserva de Fauna
RESEX	Reserva Extrativista
REVIS	Refúgio de Vida Silvestre
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural

SEMAT	Secretaria Municipal de Gestão do Meio Ambiente e Turismo
SEMA	Secretaria Especial do Meio Ambiente
SEMAS	Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade
SEMTUR	Secretaria Municipal de Turismo de Santarém
SETUR	Secretaria Estadual de Turismo do Pará
SFB	Serviço Florestal Brasileiro
SISBIO	Sistema de Biodiversidade
SISNAMA	Sistema Nacional do Meio Ambiente
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUDEPE	Superintendência de Pesca
SUDHEVEA	Superintendência da Borracha
TAA	*The Amazon Alternative*
TBC	Turismo de Base Comunitária
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TI	Terra Indígena
UC	Unidade de Conservação
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFOPA	Universidade Federal do Oeste do Pará
UnB	Universidade de Brasília
USAID	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional
USFS	Serviço Florestal dos Estados Unidos
WCMC	*World Conservation Monitoring Center*

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 17

2 A FLORESTA NACIONAL DO TAPAJÓS 27
2.1 Jamaraquá 35
2.2 Maguari 37
2.3 São Domingos 38
2.4 Aspectos gerais sobre o plano de manejo da FLONA Tapajós 40

3 CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA 48
3.1 Abordagem e método 48
3.2 Técnicas de coleta e análise de dados 54
3.3 Pesquisa em ambiente virtual: uma possibilidade real 62

4 "A AMAZÔNIA TEM MUITA GENTE QUERENDO […], A GENTE TOMA DE CONTA": UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E AÇÃO COLETIVA 66
4.1 A questão ambiental no Brasil 67
4.2 Sobre as unidades de conservação 81
4.3 Uso comum, ação coletiva e crise ambiental 93
4.4 Liberdade de/para participar 116

5 "A GENTE ORGANIZA TUDINHO AQUI, LEVA ELES […] PRA MOSTRAR AS ÁRVORES": O TURISMO NA FLORESTA NACIONAL DO TAPAJÓS 123
5.1 Turismo e seus impactos 127
5.2 Planejamento: sociedade e turismo 131
5.3 A experiência de turistas na FLONA do Tapajós 137
5.4 A organização do turismo na FLONA do Tapajós 173

6 GOVERNANÇA NA FLORESTA NACIONAL DO TAPAJÓS: AGENTES DO TURISMO E O CAMPO DE RELAÇÕES 196
6.1 Noções sobre governança 196
6.2 Aproximações entre governança e turismo 208

6.3 Agentes e campo de relações: a articulação, o turismo e a governança entre instituições e comunidades 219
6.3.1 Secretaria Estadual de Turismo do Pará (SETUR/PA) 220
6.3.2 Secretaria Municipal de Gestão do Meio Ambiente e Turismo de Belterra (SEMAT) 229
6.3.3 Secretaria Municipal de Turismo de Santarém (SEMTUR) 231
6.3.4 Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade (ICMBio) 233
6.3.5 Projeto Saúde e Alegria (PSA) 258
6.3.6 Agências de viagens 267
6.4 Campos de relações nas comunidades da FLONA do Tapajós 277

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS 286

REFERÊNCIAS 294

Apêndice A 323
Apêndice B 324
Apêndice C 325
Apêndice D 326
Apêndice E 327
ANEXO I – Autorização SISBIO 328

1 INTRODUÇÃO

O turismo e suas abordagens têm, historicamente, atravessado a diversidade de culturas, expressões e modos de vida dos seres humanos. Mediante esse entendimento, ele tem sido estudado não apenas como atividade-fim da economia, mas também a partir das práticas das populações locais e da utilização do meio natural. De modo que, ao se utilizar da variedade de ecossistemas e paisagens para sua existência, o turismo transforma esses espaços em potenciais destinos para os turistas.

Na Amazônia, conforme afirmam Figueiredo e Nóbrega (2015, p. 22), o turismo sempre foi "[…], ora pensado como complemento às atividades ditas tradicionais, articulando-se com a vida dos campesinos e ribeirinhos na agricultura familiar, extrativismo e pesca, ora como verdadeira alternativa a empreendimento impactantes".

Ressalta-se, porém, que, por vezes, o turista tem uma idealização baseada em uma visão imaginada sobre o que é a Amazônia e as comunidades que lá habitam (GONDIM, 1994). Essa visão colaborou para a cristalização, ao longo dos anos, de estereótipos sobre cultura e natureza que carregam significativos vestígios dos processos de invasão e de colonização desse território.

Assim, o turismo na Amazônia é, comumente, tratado como um produto que utiliza essa visão para seu *marketing* e comercialização, a qual é, frequentemente, retroalimentada tanto pelos prestadores de serviços turísticos quanto pelas próprias comunidades da região. A Amazônia carrega consigo uma imagem mítica, com uma carga de encantamento repassada aos produtos que a região oferece. O consumo desses produtos traz ao consumidor/turista uma ideia de valorização da Amazônia e acaba por valorizar, na verdade, o simbolismo criado para vender a Amazônia. Em vista disso, esse consumo seria uma forma de valorizar a região.

Para Amaral Filho (2016), nos produtos turísticos, ao serem divulgados com o termo "Amazônia", existe uma associação direta com a floresta e seu encantamento, agregando as diversidades populacionais e seus modos de vida. Há um subentendimento de um "*turismo ecológico* baseado na convivência com a natureza para melhor percebê-la e entender os seus princípios" (AMARAL FILHO, 2016, p. 68, grifo nosso).

Nesse sentido, na Amazônia, muitas políticas públicas foram elaboradas[1], tanto em escala nacional, quanto por meio de parcerias entre os nove países que compõem a

[1] No Brasil, destaque para a criação da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), do Fundo Geral do Turismo (FUNGETUR), do Ministério do Turismo (MTur), da Política Nacional de Turismo, do Plano Nacional de Turismo (PNT), do Plano Nacional de Municipalização do Turismo (PMNT), do Plano de Regionalização do Turismo (PRT) e do Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR). Na Colômbia, foram criadas políticas

PanAmazônia (Brasil, com 60% da Floresta Amazônica, Peru, com cerca de 13%, Colômbia, com aproximadamente 10%, e Venezuela, Bolívia, Equador, Suriname, Guiana e Guiana Francesa, que, juntos, detêm cerca de 17% da Floresta Amazônica), cuja extensão aproximada é de 7.989,004 km² (GUTIERREZ REY *et al*., 2004).

Essas políticas são um esforço para preservar as soberanias dos países integrantes dessa região e levam em consideração não apenas o aspecto de conservação da natureza de um meio ambiente de relevância internacional, mas também o interesse de utilização dos recursos existentes na floresta. A reflexão refere-se ao modo como esses recursos são utilizados, tanto nos aspectos social e ambiental quanto no econômico, entendendo o meio ambiente como um direito fundamental e, consequentemente, um direito humano para a garantia da vida.

Para melhor abordar o estudo proposto, é importante a conceituação do termo meio ambiente, o qual requer alguns esclarecimentos. De acordo com Silva (2003, p. 9), a partir de uma visão holística, meio ambiente é a "[…] interação do conjunto de elementos naturais, artificiais e culturais que propiciem o desenvolvimento equilibrado da vida em todas as suas formas". Nesse estudo, opta-se por utilizar o termo "meio ambiente" por entender que, em se tratando de turismo em Unidades de Conservação[2] (UC), existem espaços que foram alterados pelo ser humano (infraestrutura turística) e aqueles que mantêm significativas características naturais, bem como locais que possuem traços culturais.

Leff (2009) propõe que pensar em meio ambiente, por meio de uma concepção humana ou humanista, significa ter em si uma noção ambiental baseada na alteridade, ou ainda, no olhar pela "outredade". Esta, pode-se dizer, dialoga com o pensamento do filósofo e educador Paulo Freire (1996, p. 19), o qual afirma que "a assunção de nós mesmos não significa a exclusão dos outros. É a 'outredade' do 'não eu', ou do tu, que me faz assumir a radicalidade do eu". Significa assumir-se como um ser pensante que se relaciona com o mundo, entendendo e reconhecendo que o outro também detém as mesmas características. Proposta por Freire (1996), essa "outredade" se faz com o exercício da identidade e com a criação de relações de pertencimento (existência) e de autenticidade (identificação).

Necessário destacar que este estudo não se guia por um viés apenas ambiental ou turístico, mas sob a ótica do turismo que acontece em uma UC. Não se trata de um turismo

públicas sobre a Lei General do Turismo, o *Exportaciones*, *Turismo*, *Inversiones*, *Marca País* (PROCOLOMBIA), o *Fondo Nacional de Turismo* (FONTUR). No Peru, têm-se o *Promoción del* Perú (PROMPERU), o *Plan Estratégico Nacional de Turismo* (PENTUR) e o *Plan Estratégico Regional de Turismo* (PERTUR).

[2] Unidades de Conservação são espaços territoriais, com características naturais relevantes, cuja função é garantir a existência de diferentes comunidades, *habitats* e diversidade de flora e fauna, resguardando o patrimônio biológico existente (BRASIL, 2000). O termo será melhor aprofundado posteriormente.

massivo, e sim daquele que, para ser desenvolvido, exige, necessariamente, os cuidados com questões ambientais. Por esse motivo, a construção desta pesquisa perpassa tanto discussões sobre meio ambiente quanto turismo.

A complexidade abordada neste estudo envolve uma crítica à lógica do capital neoliberal, a qual se baseia na contraposição entre as racionalidades ambiental e econômica. É interessante associar a esse entendimento o pensar de Capra (2003), o qual propõe um novo paradigma defensor de uma visão holística do mundo, integrada e ecológica das relações. Essa visão reconhece uma interdependência fundamental entre todos os fenômenos, em que, inclusive, os indivíduos e as sociedades se encaixam em processos cíclicos da natureza.

A perspectiva de Capra (2003) aborda um pensar que questiona a lógica antropocêntrica. O antropocentrismo advém de uma concepção dualista que propõe uma separação entre o ser humano e a natureza, colocando o primeiro no centro de todas as relações e validando uma percepção de superioridade da espécie humana sobre todas as outras. Além de negar a condição natural humana, o antropocentrismo também justifica a dominação sobre todos os recursos naturais e seres viventes (JONAS, 2005).

Em contraponto à perspectiva antropocêntrica, em meados da década de 1970, foi gestado o termo *deep ecology* (em livre tradução, “ecologia profunda”), que trouxe um pensamento de que todas as partes do mundo e todas as escolhas feitas terão repercussões que estão para além do que se percebe. Trata-se de um pensamento baseado no biocentrismo, representando uma mudança de paradigmas, rompendo com o antropocentrismo e propondo uma ética em que todas as formas de vida são também sujeitos com valor (TAYLOR, 1986).

Entende-se que a necessidade de resguardo dos recursos naturais torna-se cada vez mais urgente, tendo como pressuposto que o meio ambiente não responde, de forma positiva, ao sistema de consumo e de produção vigente na sociedade moderna. Desse modo, a conservação ambiental se torna imperativa para a sobrevivência e a qualidade de vida humana, destacando o equilíbrio ecológico como questão indispensável.

Nesse contexto e no intuito de manter algumas áreas amazônicas conservadas, foram instituídos espaços com uso restrito e dinâmicas específicas de manejo. Tais ambientes são denominados de Unidade de Conservação, pois resguardam o espaço com uma gestão diferenciada, restrições e indicações baseadas em estudos científicos interdisciplinares. Dentre as possibilidades de uso público, algumas UC permitem e incentivam a prática de visitação e de turismo.

Isso dado que o turismo possibilita que pessoas tenham a experiência de vivenciar um lugar diferente do seu local de moradia, ao mesmo tempo em que pode gerar renda para os

prestadores de serviços locais. Na Amazônia, existem espaços que têm buscado seguir essa lógica conservacionista, dentre os quais, dá-se destaque, neste estudo, para as Florestas Nacionais (FLONA).

As FLONA são UC de utilização sustentável, com cobertura florestal de espécies, predominantemente, nativas e têm por objetivo básico o uso múltiplo sustentável dos recursos da floresta e a realização de pesquisas científicas. São territórios de posse e domínio públicos, em que as áreas particulares, incluídas em seus limites, devem ser desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei 9.985/2018. A visitação pública é permitida, desde que sejam observadas as normas estabelecidas no plano de manejo[3] da UC. A realização de pesquisas científicas depende de autorização prévia e está sujeita às condições e às restrições estabelecidas. Como atividade autorizada nas FLONA, o turismo, se bem planejado e executado, evidencia-se como potencial atividade/prática que permite a troca de experiências e a complementação de renda para moradores.

Mediante tal aspecto, debater sobre o turismo em UC implica trazer algumas reflexões e cuidados, principalmente, acerca do uso público e da gestão, uma vez que, por se tratar de um meio ambiente natural, as dinâmicas são diferentes daquelas vivenciadas em um centro urbano.

Pensar o turismo na Amazônia exige considerar modelos de gestão que ultrapassem aspectos decisórios meramente político-institucionais. Assim, é fundamental a inclusão de formas de interação e diálogo efetivas entre o Estado e os grupos organizados da sociedade, no que tange ao processo decisório, ao acompanhamento e à implementação das políticas públicas.

Como componente produtivo da Amazônia, o turismo advém desde os governos autoritários, partindo da elaboração de Planos Nacionais de Desenvolvimento, os quais deram suporte para os Planos de Desenvolvimento da Amazônia e, posteriormente, ao Plano de Turismo da Amazônia (PINTO, 2006). Ainda que a legislação tenha adquirido um significativo viés democrático, desde 1988, mantém-se, por vezes, um modelo de planejamento vertical, que, comumente, não prioriza o envolvimento social.

Essas formas de interação e diálogo apontam para um processo de governança que, de fato, envolva os moradores dessas UC na gestão desses territórios. Conceitualmente, a governança pode ser entendida como um instrumento de gestão compartilhada, formado pelo poder público, setor privado e sociedade, focado não apenas nos resultados, mas, sobretudo, no processo. No decorrer do estudo, este conceito será melhor trabalhado.

---

[3] Documento técnico que estabelece o zoneamento, as normas de uso e o manejo dos recursos naturais. Quando esse plano é elaborado, devem ser considerados os aspectos econômicos, ecológicos, sociais, culturais e a promoção da integração das UC (TAKAHASHI, 2004).

Para o estudo proposto, foi escolhida como lócus a FLONA do Tapajós, localizada no Estado do Pará, na região Amazônica, no Norte do Brasil. A escolha se deu em virtude de sua localização, acessibilidade e estrutura para receber visitantes, de ser uma UC que possui conselho gestor consultivo[4] e uma das que apresentou significativo fluxo de visitantes. Segundo o último estudo realizado sobre as contribuições econômicas do turismo em UC em 2018, a FLONA do Tapajós recebeu 19.209 visitantes em 2018 (BRASIL, 2019a).

A FLONA do Tapajós, localizada no oeste do Estado do Pará, tem uma área de cerca de 527 mil hectares, envolvendo parte de quatro municípios (Aveiro, Belterra, Placas e Rurópolis), cuja população é de, aproximadamente, 1.100 famílias, distribuídas em 24 comunidades (SOARES, 2006), instituída pelo Decreto nº 73.684, de 19 de fevereiro de 1974 (BRASIL, 1974), tendo seus limites alterados pela Lei nº 12.678, de 25 de junho de 2012 (BRASIL, 2012). Ela tem gestão federal, estando sob responsabilidade do Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade (ICMBio).

A importância de estudar o turismo e a governança em uma FLONA da Amazônia se dá pela possibilidade de visitação desse espaço, que é de expressiva relevância nacional. Nesse sentido, o turismo possui aspectos positivos que podem influenciar a melhoria da qualidade de vida dos moradores locais e do entorno. Por outro lado, há aspectos negativos, haja vista que essa atividade pode gerar interferências significativas, tanto na vida dos moradores (incômodo, alterações no modo de vida etc.), quanto no meio ambiente (lixo, alteração de fauna e flora, caça, atividade de extração de matéria-prima etc.), sendo indispensável um processo de planejamento e de gestão dos órgãos responsáveis, que considere tais fatores.

O turismo na FLONA do Tapajós, mais especificamente as atividades desenvolvidas nas comunidades pesquisadas, ocorre com o acompanhamento de condutores locais, os quais se tratam de comunitários que participaram de cursos e de oficinas de qualificação para o atendimento de visitantes.

Dentre alguns estudos sobre turismo nessa FLONA, foi possível destacar três. O primeiro, intitulado "A Gestão do Turismo na Floresta Nacional do Tapajós", publicado na revista Biodiversidade Brasileira, de autoria de Soares *et al.* (2021), equipe gestora do ICMBio, teve o objetivo de mostrar as iniciativas que contribuem para a gestão do turismo, bem como a materialização da visão de futuro da FLONA do Tapajós. A pesquisa foi realizada a partir de pesquisas bibliográficas, acesso a documentos internos do ICMBio e entrevistas com atores

[4] Nas UC brasileiras, a existência do conselho gestor é obrigatória. Estes são espaços de participação e podem ser deliberativos (com tomada de decisões) ou consultivos (apenas uma consulta aos participantes) (TAKAHASHI, 2004). A questão será abordada no decorrer do a pesquisa.

locais. Os dados apontaram que a rede de parcerias foi essencial para ordenamento do turismo, destacando a participação e a revisão do plano de manejo e o modo como o ecoturismo tem contribuído para o fortalecimento de práticas e organizações locais.

O segundo estudo, "Turismo e reorganização do espaço local: uma análise geográfica acerca da comunidade Jamaraquá, Belterra/Pará", elaborado por Bezerra e Pinto (2018), teve por objetivo analisar como a dinâmica estabelecida pelo turismo tem influenciado na economia da comunidade Jamaraquá (na FLONA do Tapajós) e no modo de vida da população local. O estudo teve uma abordagem qualitativa, com dados coletados em campo, utilizando observação e entrevistas com líderes comunitários.

A pesquisa detectou a significativa organização para desenvolver o Turismo de Base Comunitária (TBC), demonstrando que todos os comunitários estão envolvidos, direta ou indiretamente, na prestação de serviços aos turistas. Porém, apontam que essa atividade é divulgada e organizada por empresas de fora da comunidade, as quais ficam com a maior parte da renda gerada pelo turismo no local.

Outro estudo relevante é a tese de doutoramento, intitulada "Governança dos recursos florestais em unidades de conservação na Amazônia: o manejo florestal comunitário na Floresta Nacional do Tapajós", de autoria de Santos (2019). O objetivo da pesquisa foi o de "analisar os efeitos das mudanças institucionais, que ocorreram a partir da década de 1970, na forma como os usuários dos recursos se relacionam com a floresta na Amazônia" (SANTOS, 2019, p. 24). O contexto desse estudo surgiu a partir da década de 1970 e das inúmeras mudanças institucionais que alteraram a governança ambiental no país.

Metodologicamente, o estudo qualitativo adotou a pesquisa bibliográfica e documental a partir da Nova Economia Institucional[5]. Para a pesquisa de campo, a autora adotou entrevistas com atores do Manejo Florestal Comunitário (MFC) da FLONA do Tapajós e aplicou questionários com uma amostra de 49 usuários dos recursos

Os resultados desse estudo apontam que as mudanças institucionais e os novos arranjos são positivos, no que tange à renda e às condições de vida dos moradores da FLONA, porém não são equitativos. A parcela dos moradores que não é beneficiada por esses novos arranjos conta apenas com o fundo comunitário repassado pela Cooperativa Mista da Floresta Nacional do Tapajós (COOMFLONA) à Federação das Organizações e Comunidades Tradicionais da Floresta Nacional do Tapajós (FCFT), que realiza a gestão.

[5] Sobre a teoria da Nova Economia Institucional, ver NORTH, Douglas C. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

Esses estudos citados são de significativa importância para apontar contextos existentes na FLONA do Tapajós, ao mesmo tempo em que contribuíram para melhor direcionamento do presente estudo, especialmente, sobre a lacuna de diferentes agentes entrevistados. No geral, essas pesquisas estão direcionadas a grupos específicos, de modo que, na visão da pesquisadora, é necessário que sejam evidenciados os agentes que compõem não apenas a gestão ambiental, como também a gestão do turismo e os praticantes da atividade turística, entendendo suas relações.

A instituição de uma UC pode gerar conflitos de interesses, maiormente, pelas restrições de uso que influenciam, diretamente, na economia e/ou limitam as práticas existentes no local. As relações conflituosas se dão, em especial, pelo modelo de criação das áreas de proteção anteriores ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), com a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 (BRASIL, 2000), que trouxe, em sua égide, a perspectiva participativa inserida na Constituição Federal (CF) de 1988.

Nesse sentido, acredita-se na importância de estabelecer um vínculo participativo entre os envolvidos no processo de gestão, que é mais amplo do que os agentes que ocupam cargos na gestão pública. Isso porque, ao se falar sobre os envolvidos no processo de gestão, defende-se o entendimento de que qualquer cidadão pode participar desse processo e não apenas elegendo indivíduos para cargos de gestão federal, estadual e municipal, mas organizando, propondo ações e fiscalizando as ações propostas (bem como suas execuções).

Partindo do pressuposto acerca do direito ao meio ambiente de que seja ecologicamente equilibrado, como bem de uso comum e indispensável à qualidade de vida, é responsabilidade tanto do Poder Público quanto da coletividade defendê-lo para as gerações presentes e futuras (BRASIL, 1988). Considerando a responsabilidade de uso desses espaços, a participação no processo de gestão deveria surgir como uma ferramenta de conservação ambiental, entretanto, há algumas falhas. Estas acontecem pelas características do processo de planejamento e de gestão da questão ambiental brasileira que, conforme será exposto posteriormente, tem significativos traços de concentração de poder e decisões verticalizadas que perpassam as noções tradicionais de desenvolvimento, baseadas na busca do progresso a partir de critérios quantitativos.

Em uma tentativa de desconcentração desse poder e de horizontalizar as decisões, Machado Filho (2011) menciona a governança e o modo como essa categoria está relacionada à transferência (ou ao compartilhamento) do poder de ação e decisão. Desse modo, em qualquer modelo de organização, delega-se o poder a todos os setores da sociedade (público, privado e sociedade civil). Machado Filho (2011) considera que, nas diferentes formas de exercer o poder,

como o político, o econômico e o institucional, existem assimetrias e conflitos, de maneira que a governança busca, especialmente, minimizar tais assimetrias e conflitos que o exercício do poder gera.

A governança envolve não apenas aspectos decisórios de questões político-institucionais, mas também inclui as formas de interação e diálogo entre o Estado e os grupos organizados da sociedade no processo de decisão, acompanhamento e implementação das políticas públicas. É um termo que engloba a articulação entre os agentes políticos e sociais em arranjos que, superando os mecanismos tradicionais da gestão vertical, unem os interesses dos mais diversos grupos da sociedade. A governança foca nos objetivos, nos processos e nos agentes envolvidos no desenvolvimento de determinado território.

Em virtude disso, considera-se que este estudo tem sua relevância pessoal em razão do interesse de a pesquisadora, como turismóloga, estudar o turismo em UC. Trata-se de uma pesquisa que dá continuidade à temática sobre políticas públicas, estudada na graduação, especialização e mestrado, mas com a especificidade do turismo em áreas naturais, já pesquisada no município de Soure (Marajó-PA), por ocasião do mestrado. Na pesquisa realizada e sistematizada na dissertação, perceberam-se dificuldades de comunicação, interação e articulação entre os agentes envolvidos, sobretudo, entre as comunidades estudadas e o setor público das instâncias federal, estadual e municipal nas áreas ambientais e turísticas.

A perspectiva proposta, neste estudo, parte da intenção de realizar uma pesquisa crítica sobre o turismo (DREDGE; JENKINS, 2011) acerca da realidade amazônica (FIGUEIREDO, 1999; 2020; NÓBREGA, 2012; FIGUEIREDO; NÓBREGA, 2015; CASTRO, 2009; 2018), característica do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), que, ao longo de seus 50 anos, é referência nacional e internacional em produção científica sobre a Amazônia e o desenvolvimento.

No que concerne à relevância acadêmica, espera-se que o estudo sobre a gestão do turismo na FLONA contribua para o entendimento sobre a importância do fortalecimento de uma gestão integrada nas UC da Amazônia. A construção desse conhecimento científico poderá também contribuir com as obras acadêmicas concluídas na área referente ao tema proposto e fornecer dados que colaborarem com a produção científica relacionada ao turismo na Amazônia.

A análise da governança e do turismo, nas UC da Amazônia, tem relevância social por pesquisar o contexto local da UC, auxiliar com novos estudos sobre o uso público destas e fornecer informações acerca da gestão pública do turismo. Assim, espera-se que o estudo realizado contribua com o processo de construção de novos olhares sobre a região Amazônica.

A FLONA do Tapajós tem uma lógica que se estrutura no *modus vivendi* e *operandi* de populações tradicionais a partir de legislações ambientais. Nesse sentido, questiona-se como essa lógica tem influenciado a governança local. Assim, o problema de pesquisa deste estudo refere-se às relações entre diferentes agentes da cadeia do turismo (estados, instituições formalizadas por meio de instâncias de governança, turista, comunidade e terceiro setor organizado), que tem uma dinâmica diferente de trabalho e interesses, tem interagido e se organizado, além de questionar: de que modo isso tem gerado o resultado de uma nova lógica de governança, pautada em aspectos mais próximos à realidade local?

A hipótese que norteou este estudo é de que há uma ação coletiva voltada para o turismo, nas comunidades estudadas, com regras e acordos comunitários elaborados pelos próprios moradores, contudo, a governança é insuficiente no que tange aos órgãos públicos de turismo. Acredita-se na importância de se ter autonomia para gerir recursos coletivos, os quais, além de fonte de subsistência, funcionam como atrativos turísticos, atraindo visitantes de várias localidades. No entanto, essa autonomia não significa a ausência/isenção do setor público.

Como possibilidade de complementação de renda na FLONA tapajós, o turismo pode ter perspectivas de desenvolvimento endógeno quando se considera o suporte – fundamental – para a qualificação dos serviços oferecidos a turistas e visitantes tanto em oficinas e cursos de bem receber quanto de formação pessoal (ensino formal, acesso a outros idiomas etc.)

O objetivo geral deste estudo, portanto, foi analisar as relações entre diferentes agentes da cadeia do turismo na FLONA do Tapajós, verificando a governança e a ação coletiva dos agentes sociais locais.

Como objetivos específicos, pretendem-se:

- identificar e analisar agentes que atuam no turismo da FLONA;
- analisar a governança do turismo na FLONA estudada;
- verificar a existência de ações coletivas nas comunidades e seu processo de governança;
- analisar de que modo as comunidades locais se inserem nesse processo de gestão.

A FLONA pode estar associada aos benefícios regionais gerados como o turismo e seus efeitos na dinâmica local, com possíveis oportunidades socioeconômicas, no tocante à geração de renda para os moradores locais e/ou para as comunidades do entorno, podendo ser uma opção para a melhoria da qualidade de vida local. Contudo, para que essas oportunidades

socioeconômicas sejam efetivadas, o envolvimento dos moradores locais é indispensável, juntamente com o apoio e o suporte do setor público, que deve agir pelo bem-estar do coletivo local.

Há a necessidade de compreender, em uma perspectiva macro, como as instituições e seus poderes (BOURDIEU, 2011) direcionam o direito de participar do processo de tomadas de decisão, ignorando a possibilidade e a capacidade de envolvimento efetivo da sociedade na gestão e no uso do espaço de uso comum. Sob outro olhar, em uma perspectiva micro, utiliza-se a teoria da ação coletiva (OSTROM, 2003) para entender como as comunidades se organizam. Defende-se a capacidade de uma gestão comunitária, sendo o setor público um parceiro de apoio nas ações a serem executadas e fiscalizadas. Assim, entende-se que a governança é imprescindível para articular todos os sujeitos envolvidos na gestão de uma UC de uso sustentável.

No que concerne à estrutura, esta tese se organiza em sete seções, inclusa esta introdução. Na segunda seção, é apresentado o *lócus* de pesquisa com contextualização, localização e informações sobre o turismo nessa FLONA. Na terceira seção, são expostos os procedimentos metodológicos utilizados na construção da tese, destacando o método, a abordagem e as técnicas escolhidas.

Na quarta seção, a partir de uma perspectiva teórica sobre a Amazônia, são abordados o papel das UC e as questões sobre o uso comum e a ação coletiva, evidenciando a importância dessas duas últimas categorias na gestão de áreas protegidas e a necessidade do envolvimento da sociedade civil no processo de tomadas de decisão. Para tanto, são abordados exemplos de ação coletiva nas comunidades estudadas da FLONA do Tapajós.

Na quinta seção, tem-se um capítulo sobre o turismo, em que são elucidados conceitos e efeitos da atividade com base nas perspectivas teórica-reflexivas, expondo experiências de turistas e da pesquisadora e destacando como as comunidades Jamaraquá, Maguari e São Domingos se organizam para o turismo.

Na seção seis, é apresentado o conceito de governança, com aproximações entre a governança e o turismo, apontando as instituições que influenciam no turismo das comunidades estudadas, bem como se mostra o campo de relações identificado em cada comunidade. Por fim, o item sete apresenta as considerações finais desta pesquisa.

2 A FLORESTA NACIONAL DO TAPAJÓS

De acordo com o art. 17, da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 (BRASIL, 2000), do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), a Floresta Nacional é uma Unidade de Conservação de uso sustentável "[…] com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas e tem como objetivo básico o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica". As FLONA são de posse e domínio público, de modo que áreas particulares dentro de seus limites devem ser desapropriadas, conforme o SNUC.

É aceita a permanência de populações tradicionais que ocupam esse lugar desde a instituição da UC, conforme o estabelecimento de termo de concessão ou contrato de concessão de direito real de uso. A visitação pública é permitida, porém é condicionada às normas de uso do plano de manejo. Nessas áreas, a pesquisa científica é permitida e incentivada, e sujeita à prévia autorização do órgão responsável.

Destaca-se que, para pesquisas científicas em UC de instância federal, como é o caso da FLONA estudada, é necessário[6] o cadastro no Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade (SISBIO). O SISBIO é um sistema de atendimento a distância (on-line*),* que permite aos pesquisadores solicitarem autorizações para a coleta de material biológico e para a realização de pesquisas em UC federais e cavernas. Esse estudo está inscrito no SISBIO sob a autorização nº 80299 (conforme anexo I), ao passo que, no decorrer da pesquisa, foram informados ao sistema sobre publicações e relatórios de atividades advindos desta pesquisa.

Em conformidade com a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS), o Estado do Pará possui mais de 58% de seu território como áreas protegidas (entre UC federal, estadual e municipal e reservas indígenas e quilombolas), totalizando cerca de 83 UC (PARÁ, 2009). O turismo em UC (quando permitido) evidencia-se como uma prática social significativa, favorecendo o contato entre os indivíduos e o meio natural.

Em estudos realizados pelo Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade, dentre as UC de gestão federal no Pará, a FLONA do Tapajós está entre as mais visitadas em 2018, em terceiro lugar, ficando atrás apenas da Reserva Extrativista (RESEX) Marinha de Soure, no Marajó, e da FLONA Carajás. A FLONA do Tapajós recebeu 19.209 visitantes[7] que gastaram um total de R$ 2.380.141,88 apenas no ano de 2018 (BRASIL, 2019a). Esses números

[6] Conforme Instrução Normativa ICMBio nº 03/2014, que institui e regulamenta o SISBIO.
[7] De acordo com a equipe gestora e parceiros, estima-se que 30 mil pessoas visitam a FLONA anualmente, mas nem todos são turistas, pois são realizados festas, torneios e campeonatos (masculino e feminino) pelas comunidades.

contribuem para demonstrar o fluxo turístico que a FLONA tem em nível nacional e regional. Ainda que a abordagem desse estudo não seja pelo viés econômico do turismo, os valores financeiros advindos são necessários e não devem ser ignorados.

A FLONA do Tapajós também é reconhecida pelo ICMBio devido à promoção do manejo sustentável com a extração de madeiras e outros produtos florestais, além disso, é uma das UC mais pesquisadas na Amazônia (ICMBio, 2017), com artigos científicos publicados em diversas áreas do conhecimento (GONÇALVES; SANTOS, 2008).

O turismo tem maior frequência e intensidade nas comunidades localizadas ao norte da FLONA, onde existe a estrutura para trilhas, passeios de canoa e outras experiências que podem ser incluídas em pacotes de serviços dos guias locais, por vezes, agenciados por operadores externos (BRASIL, 2019a).

A FLONA do Tapajós, conforme mapa (Figura 1), localiza-se ao Norte do Brasil, oeste do Pará, a cerca de 1.600 km de Belém, capital do Estado. Foi a primeira FLONA a ser criada no Brasil, instituída pelo Decreto nº 73.684, de 19 de fevereiro de 1974 (BRASIL, 1974), inicialmente, com uma área de 600 mil ha. Após a publicação da Lei nº 12.678, de 25 de junho de 2012 (BRASIL, 2012), a UC passou a ter uma área de 527.319 ha (BRASIL, 2019b). Essa redução territorial[8] se deu pela exclusão da comunidade São Jorge[9], cujo motivo foi que:

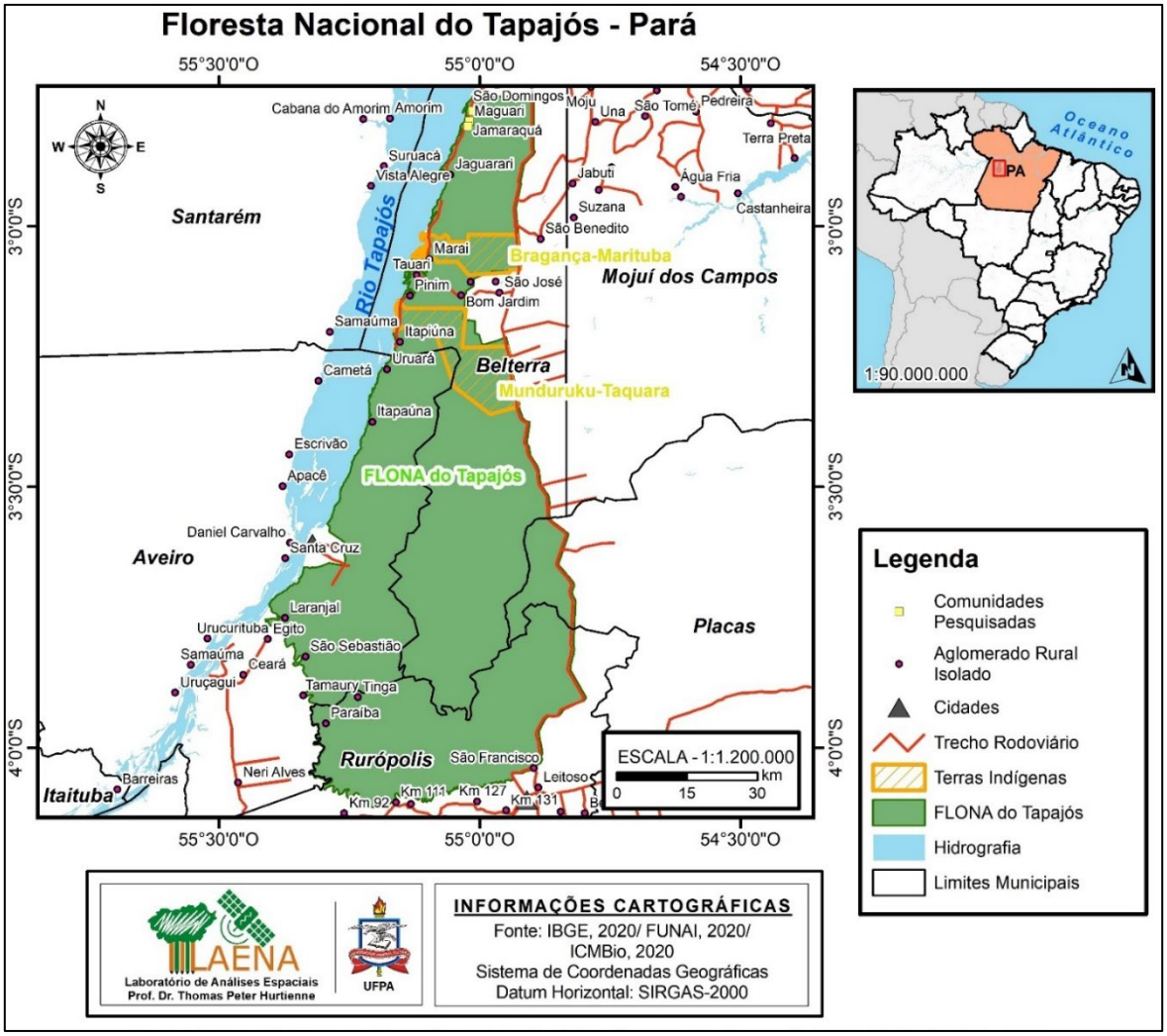
> […] eles achavam que seria vantagem, né, eles saírem da FLONA, porque lá é aquele pessoal que criavam bastante gado, né, e eles queriam tocar a vida deles do jeito que era antes, que achavam que daquela forma não ia dar certo, e é assim, no meu entendimento, na minha avaliação, não adiantou muito, porque agora tudo é soja, né, onde era pasto [ri] (ENTREVISTA, INFORMANTE FCFT, 2022).

Faz-se importante destacar que, instituída, a FLONA tinha sua gestão por responsabilidade do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) e como objetivo o uso racional dos recursos naturais existentes nesse território, de modo específico, a extração madeireira. Na atualidade, tem sua gestão sob responsabilidade do ICMBio e, consequentemente, tem seus objetivos coadunados à sua categoria de manejo.

[8] De acordo com algumas informações desencontradas, essa redução teria tirado o município de Aveiro da FLONA, contudo a informação não pode ser confirmada. No presente estudo, a informação dos municípios que compõem a FLONA foi retirada do Plano de Manejo da FLONA.

[9] Para mais informações, consultar: SILVA, Suelany Sousa. **Da Floresta Nacional do Tapajós a exclusão**: um estudo de caso da Comunidade São Jorge, Belterra – Pará. 2019. 149 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufopa.edu.br/jspui/handle/123456789/174. Acesso em: 24 jun. 2020.

Figura 1 – Mapa de localização da FLONA do Tapajós



Fonte: Laboratório de Análises Espaciais Prof. Dr. Thomas Hurtienne (LAENA/NAEA/UFPA), 2021.

A FLONA compreende, conforme o Plano de Manejo, os municípios de Aveiro, Belterra, Placas e Rurópolis e fica a 50 km de distância do centro urbano de Santarém, cidade que interliga a FLONA aos meios de transporte. Santarém tem voos regulares de e para as cidades de Itaituba (PA), Altamira (PA), Manaus (AM), Belém (PA) e Brasília (DF). Em caso de viagem fluvial, é possível chegar a Santarém com embarcações vindas, principalmente, de cidades como Manaus (duração de 30 horas), Itaituba (duração de 15 horas), Altamira (duração de 26 horas), Macapá (duração de 36 horas) e Belém (duração de 60 horas).

Partindo dessas cidades, o acesso à UC se dá por via fluvial pelo rio Tapajós, no qual não há transporte público de passageiros para a FLONA, de modo que os traslados ocorrem em veículos particulares.

De acordo com Francisco (2004), existem registros históricos que apontam a ocupação de indígenas (etnia Munduruku) e portugueses no século XIX, em que, atualmente, localiza-se

a FLONA do Tapajós. A ocupação dessa região por não indígenas remonta de 1830, quando vieram grupos fugidos da Cabanagem, perseguidos por sua origem portuguesa. Assim, parte significativa dos povos que habitam a FLONA tem sua origem nesses antepassados.

De modo geral, os moradores das comunidades da FLONA podem ser caracterizados como populações tradicionais (BRASIL, 2019), visto que possuem características de serem:

> Grupos humanos diferenciados sob o ponto de vista cultural, que reproduzem historicamente seu modo de vida, de forma mais ou menos isolada, com base na cooperação social e relações próprias com a natureza. Tal noção refere-se tanto a povos indígenas quanto a segmentos da população nacional, que desenvolveram modos particulares de existência, adaptados a nichos ecológicos específicos (DIEGUES, 2001, p. 27).

A compatibilidade de populações tradicionais está inserida, inclusive, na própria Lei do SNUC, conforme destaca Santille (2005, p. 81), ao afirmar que "um dos paradigmas socioambientais fundamentais, que permeia a Lei nº 9.985/2000, é a articulação entre biodiversidade e sociodiversidade". A autora lembra que os objetivos e as diretrizes do SNUC se direcionam não apenas para a manutenção da diversidade biológica, de espécies em extinção, de recursos genéticos, de paisagens naturais e recursos hídricos e do solo, mas também à proteção aos recursos necessários à subsistência de povos tradicionais, com respeito e valorização de sua cultura e saberes, promovendo essas populações social e economicamente.

Garcia (2008) descreveu a população da FLONA como tradicional (as que vivem em áreas rurais) e urbanas (as que vivem no território do município de Aveiro), comunidades não tradicionais (colonos assentados pelo Instituto de Reforma Agrária [INCRA] e posseiros) e os indígenas residentes.

Na época, a legislação vigente determinava a instituição de FLONA com base na concepção preservacionista, assim, a instituição da FLONA do Tapajós foi feita sem a preocupação com a população que vivia na localidade. De maneira que a população só tomou conhecimento sobre a instituição da área como UC no período em que houve o processo de desapropriação, visto que não se pode ter propriedades particulares em FLONA. Como resposta a essa mudança, muitos moradores se negaram a aceitar as desapropriações de suas terras (IORIS, 2000). Essa situação acarretou, nos primeiros 20 anos, diversos conflitos fundiários.

Com as limitações, as fiscalizações e as ações de desapropriação promovidas pelo IBDF, as comunidades, que habitavam e faziam uso dos recursos da floresta, começaram a não ter mais como se sustentar. Ainda que a intenção do Poder Público fosse a total retirada dos moradores da área, estes se organizaram, resistiram e conseguiram se manter na FLONA. Sendo

que apenas em 27 de outubro de 1994 foi aprovado o Regulamento das FLONA, com o Decreto Federal nº 1.298, de 27 de outubro de 1994 (BRASIL, 1994), que permitiu ao IBAMA autorizar a permanência, dentro de seus limites, de populações tradicionais que ali habitavam antes de sua instituição (SILVA, 2012).

A FLONA do Tapajós possui uma população de cerca de 1.112 famílias que estão distribuídas em 23 comunidades e 3 aldeias indígenas da etnia Munduruku[10] (SOARES, 2006). As comunidades e as aldeias estão localizadas ao longo dos rios Tapajós e Cupari, são elas: São Domingos, Maguari, Jamaraquá, Acaratinga, Jaguarari, Pedreira, Bom Jesus, Piquiatuba, Marituba, Nazaré, Bragança, Novo Marai, Marai, Pini, Tauari, Chibé, Takuara, Prainha I, Prainha II, Itapaiúna, Paraíso, Jutuarana, Itapuama, São Francisco das Chagas, São Francisco do Godinho e Uruará.

Essas comunidades possuem particularidades que podem ser aproveitadas de diversos modos. Embora as comunidades de São Domingos, Maguari e Jamaraquá se destaquem pelo potencial para o turismo, sendo estas escolhidas para serem os locais de concentração dos esforços para coleta de dados (Figura 2).

Figura 2 – De Belterra às comunidades pesquisadas

Fonte: Pesquisa de campo (2022).

[10] Ainda que a FLONA tenha em seu território três aldeias indígenas, este estudo não abordará esse grupo, assim sendo, não é necessária a autorização da FUNAI.

Uma facilidade a ser destacada, se comparada às outras comunidades, relaciona-se ao acesso: as três comunidades são uma espécie de portão de entrada para a FLONA do Tapajós, com acesso via estrada ou rio.

Outro ponto relevante dessas três comunidades é o apoio que receberam/recebem por instituições como ICMBio, Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) e Universidade de Brasília (UnB), conforme será abordado no decorrer desta pesquisa. Além dessas instituições nacionais, também se destaca a internacionalização das ações na FLONA do Tapajós com o apoio do Serviço Florestal dos Estados Unidos (USFS), via financiamento da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID).

Essa parceria veio com o apoio financeiro utilizado na reforma do prédio da antiga "casa do mel" e aquisição de equipamentos. Recentemente, também foi firmada a parceria com o Serviço Florestal dos EUA (via USAID) para a elaboração do Projeto Sítios Demonstrativos de Uso Público para a implementação de trilhas interpretativas em vários pontos da FLONA e nas comunidades de São Domingos, de Jamaraquá e de Maguari. Foi produzida, também, uma mochila interpretativa, com material de apoio aos guias locais, abordando questões da história da região e da natureza local (BRASIL, 2019b).

Conforme o plano de manejo dessa UC (BRASIL, 2019b), a FLONA do Tapajós tem uma grande relevância para o turismo em áreas protegidas na Amazônia e para a região onde está inserida. Em função dessa relevância, o Serviço Florestal dos EUA elegeu, em 2014, duas áreas protegidas no bioma Amazônia para investir em uso público, sendo a FLONA do Tapajós uma delas.

O Serviço Florestal dos EUA, por meio de seus programas internacionais, juntamente com a Universidade de *West Virginia*, via Universidade Estadual de Ponta Grossa, no Paraná, idealizou uma ação para propor melhores práticas de uso público e turismo em UC, sendo prioridade a região Amazônica brasileira. A seleção foi realizada pelo ICMBio, considerando o fluxo turístico na FLONA do Tapajós, e permitiu que os pesquisadores envolvidos trabalhassem em um período de, aproximadamente, 5 anos, com fundos alocados anualmente, de acordo com a disponibilização das entidades proponentes. A coleta de dados para o estudo foi realizada pelos próprios moradores das comunidades, com *tablets* que continham questionários de avaliação.

Relevante destacar que a parceria com a FLONA do Tapajós é pontual, não existindo um compromisso permanente. Esta pesquisa indicou o que o turista gostou, parcialmente, em relação à paisagem, aos serviços e às atividades, viabilizando que tanto a gestão da UC como

os comunitários fizessem as adaptações necessárias para melhorar a experiência de turistas e visitantes (SOARES *et al.*, 2021).

O turismo na FLONA do Tapajós oferece a possibilidade de acessar praias e trilhas, as quais são divididas entre as comunidades. Válido ressaltar que as trilhas da comunidade de São Domingos são menos conhecidas e, consequentemente, têm poucos visitantes que as utilizam para lazer e turismo. A comunidade Maguari é um pouco mais conhecida e tem, inclusive, uma árvore centenária como atrativo, porém são trilhas mais longas e demoradas, limitando o acesso. A comunidade mais visitada é a Jamaraquá, que conta com mais estrutura, se comparada às demais, como pousadas, restaurantes, um centro comunitário, uma loja com produtos feitos com recursos da floresta, atendendo visitantes há mais tempo.

As três comunidades estudadas nesta pesquisa estão localizadas, territorialmente, no município de Belterra. Assim, alguns aspectos administrativos de políticas públicas e serviços sociais são de responsabilidade desse município, tais como: coleta de lixo; educação; saúde; transporte; comunicação; energia; e água.

Em relação à educação, nem todas as comunidades possuem escola disponível. Nas comunidades estudadas, existe uma escola em cada, no entanto, não é possível efetuar a formação escolar dos níveis fundamental e médio sem se deslocar da comunidade para a cidade. A maioria conta apenas com o Ensino Fundamental, além da estrutura ser precária e, por vezes, serem utilizados espaços construídos pelos próprios comunitários, como barracões.

Para o Ensino Médio, o acesso é mais restrito, o qual, além de ter em poucas comunidades, ainda acontece de forma modular e com professores que vêm de fora da comunidade. Esse quadro contribui com o êxodo dos moradores das comunidades, dado que saem da FLONA em busca de estudo, ao mesmo tempo em que diminui a demanda local da comunidade, dificultando a formação de turmas (BRASIL, 2019a). Ainda que:

> […] alguns mostram interesse em ficar, não em ficar exercendo a função de agricultor para a produção de alimentos e do extrativismo vegetal, mas pensam em ficar e trabalhar com a produção de artesanato, com o turismo. Outros pensam em sair, estudar e voltar para a sua comunidade para trabalhar como professor (a), ou atuando em alguma área que possa trazer algum benefício para a FLONA do Tapajós (NOBRE, 2019, p. 30).

No que diz respeito aos serviços públicos, não há postos de saúde, de forma que o atendimento é comprometido. Na comunidade Maguari, por meio do Projeto Saúde e Alegria (PSA) (financiado pela prefeitura de Belterra), aconteceu o projeto de capacitação de agentes de saúde, controle epidemiológico, parteiras e outros. Porém, em casos de emergência, os

moradores ficam sem atendimento. Para tentar minimizar esse problema, a Cooperativa Mista da Floresta Nacional do Tapajós (COOMFLONA) tem disponibilizado seus veículos – de modo não formalizado – para socorros emergenciais (BRASIL, 2019a).

O transporte público para as comunidades Jamaraquá, Maguari e São Domingos é feito por ônibus, via ramais. Estes podem ficar pouco trafegáveis durante o período das chuvas (de janeiro a julho), mas, atualmente, tem-se realizado manutenções mais frequentes pelas próprias comunidades, com o apoio da Federação das Organizações e Comunidades Tradicionais da Floresta (FCFT), da COOMFLONA e, eventualmente, com o apoio municipal de Belterra (BRASIL, 2019a).

A comunicação é realizada apenas por uma operadora que tem seus serviços de telefonia disponível (operadora Vivo). Os telefones públicos existentes não funcionam por falta de manutenção. Na época da gestão do IBAMA, via Projeto de Apoio ao Manejo Florestal Sustentável na Amazônia (ProManejo), foram instalados rádios comunicadores em 32 localidades da FLONA, todavia muitas comunidades não utilizam mais o equipamento (BRASIL, 2019a). O ProManejo foi um projeto do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais (PPG7) executado pela Diretoria de Florestas – IBAMA e Ministério do Meio Ambiente. Foi idealizado em 1996, iniciado em 1999 e encerrado em 2006. Com apoio do Banco Alemão de Desenvolvimento (KFW), esse projeto objetivou apoiar a adoção do manejo florestal na Amazônia por meio de ações estratégicas e experiências piloto em áreas prioritárias, buscando, também, diminuir a exploração madeireira (VERÍSSIMO, 2005).

Todas as comunidades estudadas da FLONA têm acesso à energia elétrica solar (Figura 3) desde 2020. Esse acesso é fruto da iniciativa do Projeto Tapajós Solar, coordenado pelo Movimento Tapajós Vivo[11].

[11] O Movimento Tapajós Vivo é um coletivo que resiste contra os megaprojetos na bacia do Tapajós que excluem sua população e destroem o meio ambiente.

Figura 3 – Placa informativa sobre energia solar – comunidade Maguari

Fonte: Pesquisa de campo (2022).

Em 2010, esse projeto de energias renováveis desenvolveu atividades e oficinas pedagógicas com o intuito de sensibilizar as entidades municipais (Santarém e Belterra) nas áreas urbanas e rurais sobre o uso de unidades fotovoltaicas. O projeto é realizado em parceria com o Fórum de Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental e tem o apoio da Misereor[12] (TAPAJÓS, 2020). Em conformidade com o plano de manejo da FLONA, "na avaliação dos moradores as condições de infraestrutura, especialmente, de transporte, saúde e educação, não são oferecidas na quantidade e qualidade desejada" (BRASIL, 2019a, p. 124).

Com o intuito de explanar sobre as comunidades estudadas, as subseções a seguir abordarão aspectos gerais. Sobre o turismo, o item 5.4 abordará acerca da estrutura de turismo bem como sobre as experiências de turistas.

2.1 Jamaraquá

A comunidade Jamaraquá, criada em 1974, tem como associação formalizada, legalmente, perante a FLONA a Associação de Moradores de Jamaraquá (ARMORJ), fundada em 1999, cuja comunidade possui 32 famílias (cerca de 115 pessoas) (BRASIL, 2019a).

[12] Obra episcopal da Igreja Católica da Alemanha.

Estruturalmente, possui um campo de futebol, uma escola de Ensino Fundamental (1º ao 4º ano) e duas igrejas (uma católica e outra evangélica). No que concerne à economia local, baseia-se na agricultura, no extrativismo e na pesca, além do artesanato produzido com o látex extraído da floresta (Figura 4).

Figura 4 – Processo de transformação do leite da seringueira

Fonte: Pesquisa de campo (2022).

Além de ser comercializado na própria comunidade, esse artesanato, também, é vendido em uma loja colaborativa no Rio de Janeiro, exclusivamente, para mulheres empreendedoras. No *Instagram* de divulgação dessa loja colaborativa, também são divulgados os processos de elaboração das peças, que contribuem para a venda dos produtos e para o conhecimento sobre a comunidade e seu modo de vida.

Além de artesanato, também são comercializados, na comunidade, outros itens de produção local, como óleo de andiroba (*Carapa Guianensis Aubl*), mel de abelha, leite de sucuba (*Himatanthus sucuuba*), objetos de madeira, plantas ornamentais, polpas de frutas da estação e artigos confeccionados com palha.

No decorrer da pesquisa de campo, algumas coletas de dados foram realizadas e registradas durante as atividades dos comunitários na transformação do que eles chamam de "leite da seringueira" em manta de látex para a confecção de artesanatos. O processo consiste em coletar o leite, misturar nas devidas proporções com água e vinagre (antigamente, utilizava-

se o tucupi[13], que, pela acidez, tem a mesma reação do vinagre), dividir essa mistura em bandejas (se for o caso, tingir com corante, o qual pode ser artificial ou natural) e retirar a espuma.

Após 24 horas, retira-se o material da bandeja, em seguida, este é passado por um instrumento que compacta e afina a "manta" de látex (Figura 5), como é denominado. Essa manta permanece "secando" no decorrer de 3 a 5 dias, dependendo da incidência solar maior ou menor.

Figura 5 – Compactação do látex

Fonte: Pesquisa de campo (2022).

2.2 Maguari

Na atualidade, com cerca de 96 famílias (aproximadamente, 432 pessoas), a comunidade Maguari tem associação formalizada perante a FLONA denominada: Associação Comunitária de Moradores e Produtores Rurais e Extrativistas de Maguari – Rio Tapajós (ASCOMART), fundada em 1999 (BRASIL, 2019a). Nela, a construção das casas é feita com madeira, palha, alvenaria ou pau a pique, estas ficam em uma vila que possui um barracão comunitário, uma

[13] Tucupi é um suco amarelo, extraído da raiz da mandioca brava (*Manihot esculenta),* que é descascada, ralada e espremida.

escola, uma creche, uma igreja, uma cozinha comunitária e uma casa para receber os professores no período de aulas. Notável saber que, ao contrário da Jamaraquá, as casas da comunidade de Maguari são espraiadas ao longo da estrada.

As atividades produtivas da comunidade são a agricultura de subsistência, a caça, a pesca, a exploração não madeireira dos recursos naturais (extração do látex), com processo produtivo da borracha e acessórios (Figura 6), a criação de animais de pequeno porte, como porcos e aves, além do turismo. Essa comunidade tem significativa parte de seus habitantes atuantes na COOMFLONA, tendo, inclusive, uma fábrica de beneficiamento de produtos, tais como polpas de frutas etc.

Figura 6 – Artesanato com látex – Maguari

Fonte: Pesquisa de campo (2022).

2.3 São Domingos

A comunidade de São Domingos, com cerca de 94 famílias (aproximadamente, 382 pessoas), tem como associação formal principal, frente à FLONA, a Associação de Moradores Produtores Rurais e Extrativistas de São Domingos (ASCED). A São Domingos é a primeira

comunidade geograficamente, sendo, assim, a porta de entrada para as demais comunidades da FLONA, em que há, também, uma base do ICMBio (Figura 7).

Figura 7 – Base do ICMBio em São Domingos

Fonte: Pesquisa de campo (2023).

A subsistência da comunidade ocorre também pela caça e pesca, utilizando produtos madeireiros não florestais, com participação na COOMFLONA, além do turismo como renda complementar. Essa comunidade se destaca pela relevante produção de Andiroba e Copaíba, com a maior produtividade dentre as comunidades (BRASIL, 2019b).

Além disso, a partir de uma parceria entre Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e FCFT, foi elaborado e executado um projeto de investimento na ampliação e montagem de uma agroindústria de polpa de frutas instalada na comunidade de São Domingos. Ela também trabalha com artesanato e, além do trabalho com látex, como as vizinhas Maguari e Jamaraquá, seu artesanato é feito com sementes (Figura 8).

Figura 8 – Artesanato São Domingos

Fonte: Pesquisa de campo (2022).

2.4 Aspectos gerais sobre o plano de manejo da FLONA Tapajós

O primeiro plano de manejo da FLONA foi elaborado pelo IBAMA e aprovado em 2004, cuja conclusão ocorreu após 30 anos de sua instituição. Nesse período, a ausência de um documento de gestão refletiu os diversos momentos pelos quais a política nacional do meio ambiente e a gestão da UC passaram (IBAMA, 2004). De modo sucinto, pode-se afirmar que, durante muitos anos, a FLONA Tapajós foi considerada como reservatório de madeira para a exploração florestal.

Essa percepção acabou por orientar as ações dos gestores da UC. Quanto ao segundo plano de manejo, foi elaborado em 2019 pela Portaria nº 238, de 28 de maio de 2019 (BRASIL, 2019b). Em conformidade com esse documento, a revisão do volume II[14] do plano de manejo foi:

> […] orientada por amplo processo participativo, baseado em oficinas e reuniões temáticas, em consonância com o Plano de Trabalho do Edital de Chamamento Público ICMBio 01/2016. Foram realizadas quatro oficinas comunitárias, abrangendo todas as comunidades da Flona do Tapajós, além de uma oficina com pesquisadores,

[14] Em se tratando de um documento extenso, é organizado em três volumes: I – Diagnóstico, II – Planejamento e III – Anexos.

> e quatro reuniões temáticas para debater as (i) cadeias produtivas, (ii) manejo florestal, (iii) turismo e (iv) a questão indígena na Flona do Tapajós (BRASIL, 2019b, p. 24).

Segundo afirma o plano de manejo revisado, a FLONA "[…] viveu momentos de intensa participação social. Para ter vez e voz, a população criou seus conselhos e associações comunitárias e intercomunitárias que contribuíram, ativamente, na elaboração do plano de manejo e na gestão da unidade" (BRASIL, 2019b, p. 86).

Para a revisão do plano de manejo, foram realizadas oficinas de planejamento participativo, mas considerando a "complexidade da dinâmica social, a necessidade de envolver todas as comunidades, as distâncias geográficas, as péssimas condições de trafegabilidade das estradas e ramais" (BRASIL, 2019b, p. 86), foram realizadas quatro oficinas, dividindo as comunidades São Domingos, Maguari, Acaratinga, Jaguarari, Prainha I e Chibé.

Além dos representantes comunitários, participaram também o ICMBio/FLONA do Tapajós, o ICMBio/CR3, a Delegacia Sindical de Jamaraquá, a COOMFLONA, a FCFT, as Associações Comunitárias e o Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (IDESAM). Essa oficina ocorreu nos dias 21 e 22 de fevereiro de 2017.

As atividades com o maior número de participantes foram as de planejamento participativo, que envolveram cerca de 120 representantes de todas as comunidades. A reunião temática de turismo (apenas uma, ocorrida em 18 e 19 de maio de 2017) teve a presença de representantes do setor público e de comunidades que, na época, faziam parte do grupo de trabalho sobre o turismo no conselho consultivo da FLONA (ICMBio, COOMFLONA, FCFT, UFOPA, EMATER – Serviço Florestal Brasileiro, Secretarias Municipais de Turismo de Santarém e de Belterra, Câmara Municipal de Belterra, Associações comunitárias da FLONA, aldeia Takuara e comunidades de São Pedro, Jamaraquá, São Domingos, Pedreira, Piquiatuba, Marai, Pini, Maguari e Chibé).

A metodologia aplicada nessa reunião foi a matriz do Espectro de Oportunidades Recreativas[15] (ROS), que consiste na descrição das experiências possíveis de serem vivenciadas nas UC (sejam potenciais atrativos, demandas das comunidades ou experiências que acontecem), conforme é possível visualizar no Quadro 1.

[15] Inspirada na espanhola *Rango de Oportunidades para Visitantes en Áreas Protegidas* (ROVAP).

Quadro 1 – Uso público na FLONA do Tapajós – problemas e possíveis soluções

Diagnóstico	Alternativas	Meios de transporte	Onde controlar
▪ Não tem onde atracar (receptivo) em São Domingos e outras comunidades ▪ Alguns visitantes não param no porto da comunidade, aportam direto na casa de um morador específico ▪ Falta trabalho coletivo Centro de Atendimento ao Turista (CAT) de Alter do Chão não funciona	▪ Controle a ser feito pela Coordenação de Turismo das comunidades ▪ Federação faz o papel de concessionária ▪ Envolver a Associação dos Guias de Alter do Chão (ATUFA), mas precisa mapear a dificuldade para prestar as informações ▪ Aprimorar a organização das comunidades ▪ Envolver as agências de turismo ▪ Material informativo sobre turismo e as regras de entrada na UC ▪ Construção do receptivo flutuante em São Domingos	▪ Formulário com as seguintes informações: data, nome, documento, tempo de permanência e origem ▪ Aplicativo com formulário (proposta) ▪ *Link* na página da Flona para acessar o formulário para envio *on-line* ▪ Funciona a autorização por *e-mail* ▪ Controle na base de São Domingos	▪ Santarém: CAT ▪ Belterra: CAT ▪ Alter do Chão: CAT ▪ São Domingos: proposta de atracadouro ▪ Aeroporto ▪ Aveiro

Fonte: Brasil (2019c, p. 242).

Foram apontados aspectos quanto à infraestrutura, por exemplo, da importância da construção de um atracadouro da comunidade de São Domingos para que seja feito melhor controle de entrada na FLONA pelo rio Tapajós. Essa questão do controle de acesso foi bastante citada por ser deficiente, dado que, continuamente, esse controle é feito pelas pousadas comunitárias.

No entanto, algumas pessoas levam os turistas e atracam sua embarcação em frente à sua própria residência, sem direcioná-los ao CAT, à loja ou às trilhas comunitárias. Há casos, até mesmo, de morador que faz sua própria trilha sem autorização do ICMBio ou da comunidade (BRASIL, 2019c). Essa situação é agravada nas comunidades de Jamaraquá e São Domingos, pois existem conflitos entre famílias, gerando competição interna e comprometendo a manutenção das trilhas, posto que o valor que deveria ser repassado pelo condutor para a comunidade (20%) não acontece.

O conselho gestor[16] da FLONA, criado em 2001, é consultivo e composto, atualmente, por 53 representantes (entre titulares e suplentes), estando organizado pelos setores: a) Agricultura, Aquicultura e Pesca (16 conselheiros); b) Extrativismo (8 conselheiros); c) Meio

[16] O conselho gestor é uma ferramenta de gestão de UC com fórum de debates. Podendo ser conselho consultivo (em que existe apenas a consulta) e deliberativo (no qual as decisões são deliberadas). O assunto será abordado no item 4.2.

Ambiente (4 conselheiros); d) Pesquisa (5 conselheiros); e) Promoção social (11 conselheiros); e f) Turismo (9 conselheiros) (SANTOS, 2019).

Em consonância com o estudo de Santos (2019, p. 145):

> As decisões do conselho consultivo envolvem as questões relacionadas à gestão da UC, como, por exemplo, emitir manifestação a respeito do PMFS, cabendo, porém, ao ICMBio a aprovação final do mesmo. Cabe ao conselho consultivo também manifestar-se sobre programas e projetos que sejam implantados na Flona por atores externos como ONGs, Universidades e Instituições de Pesquisa ou internos como Federação, Cooperativa e Associações, bem como realizar o posterior acompanhamento desses projetos.

Para além do conselho consultivo, outras instâncias de deliberação atuam na FLONA do Tapajós, isso porque o arranjo organizacional se deu a partir de um sistema de governança que permite, relativamente, que as comunidades tradicionais façam escolhas coletivas. De acordo com Santos (2019), organizações civis, como a FCFT, a COOMFLONA, as Associações Intercomunitárias e as Associações Comunitárias, reúnem-se com determinada frequência para deliberar sobre questões específicas.

As principais atividades econômicas na FLONA do Tapajós são extração de látex, de óleos de andiroba (*Carapa guianensis*) e copaíba (*Copaifera langsdorffii*), produção do couro ecológico a partir do látex, biojoias, móveis artesanais, comercialização de frutas *in natura*, como o açaí (*Euterpe oleracea*), produção de polpas e licores, produção de farinha e de mel, criação de peixes e turismo.

Essas atividades ocorrem em maior ou menor grau nas comunidades existentes da FLONA (BRASIL, 2019b). Conforme o diagnóstico do plano de manejo da FLONA, o turismo é uma das atividades econômicas mais importantes para a população, com um número de visitantes estimado entre 4 e 5 mil pessoas por ano, com o intuito de praticar o turismo. Em 2017, foram mais de 42 mil visitantes (entre turistas, pesquisadores, estudantes e outros) (BRASIL, 2019b).

A UC possui mais de 160 quilômetros de praias e uma significativa diversidade de paisagens: lagos, rios, terra firme, alagados, floresta etc. O principal interesse é o uso das praias, igarapés e balneários, os quais têm maior quantidade nas comunidades ao norte da FLONA, onde também há maior estrutura para a observação de aves, trilhas ecológicas, passeios de canoa e outras atividades que podem ser adquiridas com guias locais, que, comumente, estão agenciados por operadores externos (BRASIL, 2019b).

Apesar de as atividades de recreação fazerem parte do histórico da FLONA, foi apenas a partir de 1993 que o turismo passou a funcionar de modo mais organizado, com a exigência

do IBAMA de uma permissão de turistas e visitantes e normas para as atividades recreativas e regulamentação/exigência da visita com guias. O planejamento de atividades para o turismo na FLONA começou em 1994, com um estudo de avaliação sobre o potencial turístico da UC (BRASIL, 2004), enquanto, a partir de 1996, foram executadas inúmeras ações relacionadas à gestão do turismo no âmbito do ProManejo e realizada pelo IBAMA e parceiros (SOARES *et al.*, 2022).

Conforme o estudo de Soares *et al.* (2022), o IBAMA pediu apoio para o Serviço Florestal dos EUA, no intuito de avaliar o potencial turístico da FLONA. Essa avaliação indicou os atrativos e as deficiências para o turismo e apontou o que seriam os atrativos considerados mais importantes da UC, sendo estes os moradores locais, a beleza cênica e a possibilidade de apreciação da fauna silvestre de modo visual e auditivo. O estudo também identificou que os turistas estariam dispostos a pagar taxas de entrada, desde que estas gerassem benefícios ambientais para a FLONA.

No plano de manejo de 2019 (BRASIL, 2019b), foram identificadas 26 possíveis experiências de turismo na FLONA, dentre as quais: trilhas aquáticas, pesca esportiva, turismo científico, praias, igarapés e balneário, trilha na floresta, canoagem no rio Tapajós, rituais da cultura indígena, maratona, corrida de aventura (*jungle marathon*[17]), visita à caverna, mergulhos para observação de peixes ornamentais, passeios ciclísticos, acampamentos, observação de fauna, arvorismo, tirolesa e *rapel*.

A intenção é que esse plano de manejo seja monitorado nos anos de 2023 e 2026, com avaliação para 2029, para então ser revisado. É importante destacar que algumas dessas experiências foram problematizadas pelos comunitários.

Uma delas foi a *jungle marathon*, evento organizado por agente do exterior, o qual é obrigado a se submeter às normas e apresentar um documento se comprometendo a cumprir as leis e as normas de uso, conforme o regulamento da FLONA. A partir desse documento, o ICMBio dá a autorização para essa corrida passar pelo território da FLONA. Certamente, em se tratando de um evento internacional, alcança visibilidade mundial, com mídia do programa Planeta Extremo (Rede Globo) e de uma televisão estatal do Japão.

Contudo, a realização desse evento, que ocorre anualmente, acarretou situações desconfortantes tanto para o ICMBio quanto para as comunidades, dado que o percurso inicial foi alterado diversas vezes, inclusive, passando por áreas não autorizadas. A intenção é adequar essa maratona às normas da UC e ao interesse das comunidades (BRASIL, 2019c).

[17] Evento esportivo organizado anualmente na FLONA do Tapajós. Inicia-se na comunidade Itapaiuna e finda em Alter do Chão, perpassando, praticamente, todas as comunidades da FLONA.

Nas três comunidades, existe a possibilidade de hospedagem. De maneira que o turismo se desenvolve com instalações simples, comumente, como extensão da residência dos próprios moradores que, nesse caso, oferecem espaço para o visitante dormir (geralmente, em redes) e alimentação. De todo modo, Santos (2019) aponta que, apesar do anseio de muitos moradores da FLONA do Tapajós sobre o seu potencial, o uso ainda é muito incipiente, sobretudo, devido à falta de infraestrutura adequada.

O ICMBio possui sede no município de Santarém, que abriga a sede regional, além de também ser responsável por outras três UC: Área de Proteção Ambiental (APA), RESEX Tapajós-Arapiuns e FLONA Jamanxim. Na FLONA do Tapajós, existem sete bases de apoio, dentre as quais apenas duas estão voltadas para suporte ao uso público, sendo elas uma na comunidade São Domingos, e a outra no km 67.

Estão na coordenação dessa FLONA 14 pessoas: 4 técnicos, 7 auxiliares e 3 analistas. Nessa equipe, uma pessoa é responsável tanto pelo programa de uso público, quanto pelo programa de educação e interpretação ambiental. Destaca-se que essa pessoa foi entrevistada, entretanto, não faz mais parte dessa equipe.

Quanto ao programa de uso público dessa FLONA, constante no plano de manejo, tem por objetivo principal "planejar, ordenar e apoiar a promoção do uso público da FLONA do Tapajós, valorizando as iniciativas de turismo comunitário ligadas ao contato dos visitantes com ambientes naturais e com as tradicionalidades locais" (BRASIL, 2019c, p. 106).

Importante mencionar que esse programa está organizado em dois subprogramas: 1) Planejamento e Ordenamento do Uso Público; e 2) Apoio às Iniciativas Comunitárias de Promoção do Turismo. De modo mais estratégico, para alcance do objetivo geral, as ações são: fomentar o turismo de base comunitária; ordenar e estruturar o uso público; e promover o desenvolvimento socioambiental e econômico das populações tradicionais.

Para a implementação do programa de uso público, o plano de manejo (BRASIL, 2019c) destaca a relevância de uma ampla rede de articulação entre as instituições, que envolva o governo, a sociedade civil e a iniciativa privada. Pelas instituições públicas, têm-se as Secretarias de Turismo (estadual e municipais) e o Ministério do Turismo, órgãos que desempenham função essencial entre as políticas públicas e as comunidades da FLONA. De modo específico, compete às prefeituras o papel de divulgação dos atrativos turísticos da UC, especialmente, pelos Centros de Apoio aos Turistas (CAT).

Da sociedade civil, "[…] espera-se a mobilização de recursos para projetos que potencializem a atividade econômica, apoiem a capacitação das comunidades nas mais diversas atividades que envolvam a prestação de serviços aos turistas e no apoio ao ordenamento do

turismo na UC" (BRASIL, 2019c, p. 106). No que concerne às comunidades, o destaque refere-se, especialmente, à responsabilidade da FCFT como concessionária da Zona Populacional, onde ocorre a maior parte das atividades de uso público e dos grupos de condutores de turismo. Ressalta-se que a criação da FCFT é uma resposta à necessidade de unificar e ampliar a representação política dos moradores da FLONA. De acordo com um informante,

> […] nós tivemos uma discussão, né, com várias organizações e chegamos ao consenso de que nós íamos criar uma organização que pudesse representar e o nome seria Federação das Organizações de Comunidades tradicionais da FLONA do Tapajós, que ela poderia representar politicamente e na parte social também, né? E foi através dela que foi recebido também a concessão da área, né? (ENTREVISTA, INFORMANTE FCFT, 2022).

Isso porque existe certo grau de heterogeneidade das associações de cada comunidade em função de sua localização: à margem do Tapajós, o interesse é maior no manejo florestal, enquanto, à margem da BR-163, há mais pressão para a agricultura, além do grau de organização e existência (ou não) de projetos de desenvolvimento florestal com apoio do ProManejo (VERÍSSIMO, 2005).

No que compete ao setor privado, trata-se do agente de maior desafio a se envolver na articulação institucional, pois tem a maior diversidade de grupos: hotéis, pousadas, agências de turismo, órgãos de imprensa etc. (BRASIL, 2019c).

O modelo de turismo proposto pelo plano de manejo para a FLONA é o chamado Turismo de Base Comunitária. Ainda que, no documento, não se encontrou o conceito utilizado para definir esse segmento. Assim, com base na noção proposta pelo Ministério do Turismo, o TBC pode ser entendido por buscar:

> […] a construção de um modelo alternativo de desenvolvimento turístico, baseado na autogestão, no associativismo/cooperativismo, na valorização da cultura local e, principalmente, no protagonismo das comunidades locais, visando à apropriação por parte destas dos benefícios advindos do desenvolvimento da atividade turística (BRASIL, 2008a, p. 1).

Em uma perspectiva acadêmica, Maldonado (2009, p. 31) propõe que esse segmento pode ser entendido como toda a:

> […] forma de organização empresarial sustentada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos.

Para o autor, a diferença do TBC é a característica de sua dimensão humana e cultural e, talvez, até antropológica, que incentiva o diálogo entre os iguais e encontros interculturais com os visitantes de modo qualitativo, possibilitando o conhecimento e a aprendizagem dos respectivos modos de vida.

Mediante o exposto, após breve apresentação do lócus de estudo e de alguns aspectos técnicos do plano de manejo, serão abordados, no próximo capítulo, os passos metodológicos trilhados no decorrer desta pesquisa.

3 CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Para efetivar esta pesquisa científica, o método de construção é indispensável, uma vez que é este quem concede a validade necessária para o conhecimento. Ao se falar de pesquisa científica na área de ciências humanas e sociais, os procedimentos metodológicos não podem ser reduzidos a sequências de procedimentos e protocolos. Bruyne, Hermane e Schoutheete (1977) chamam tal aspecto de burocracia, a qual deve ser questionada.

Ao pesquisar Ciências Sociais, o desafio é investigar fenômenos sociais sem cair na objetividade do que é subjetivo, evitando reduzir a pesquisa às simples buscas por normas e variáveis que regem os fenômenos da sociedade. Para Minayo (2004, p. 47), as investigações sobre os fenômenos sociais são vistas como um conjunto de "[…] tipos de investigação que tratam do ser humano em sociedade, de suas relações e instituições, de sua história e de sua produção simbólica".

O conhecimento surge a partir de uma inquietação do ser humano para procurar pelo desconhecido, descortinar questões e problemas existentes na própria vida de um indivíduo. Para a investigar respostas e soluções, a pesquisa é o meio utilizado para a compreensão dessas questões, estabelecendo posições críticas sobre o mundo que as cerca. Na construção de uma pesquisa científica, em especial em Ciências Sociais Aplicadas, existem alguns passos metodológicos que auxiliam o pesquisador a seguir determinados caminhos.

Nesse sentido, para a elaboração deste estudo, os métodos e as técnicas aplicados foram escolhidos considerando a área científica interdisciplinar: o turismo. Como campo científico, este possui uma natureza complexa e, portanto, requer diversos métodos e disciplinas, pois se trata de uma área ainda em fase de construção. O turismo permite o relacionamento entre diversas áreas do conhecimento, tais como: Economia, Geografia, Antropologia, Sociologia e tantas outras. Essas áreas de estudo se complementam e colaboram para a construção e o entendimento acerca dele (KORSTANJE, 2015).

3.1 Abordagem e método

A abordagem utilizada foi interdisciplinar, entendendo a necessidade de compreensão do contexto cultural, econômico, político, ambiental e turístico, no qual o objeto de estudo está inserido. Compreende-se aqui a interdisciplinaridade como necessária a todas as áreas do conhecimento, como um fio condutor que une às ciências.

A interdisciplinaridade é apontada por Japiassú (1976) como uma perspectiva que propõe um diálogo entre as áreas do conhecimento científico, sem superioridade de uma em detrimento de outra(s), colaborando com o desenvolvimento mútuo, que pode contribuir, inclusive, com o surgimento de nova disciplina. Na perspectiva de Nóbrega (2002), é importante entender que o mundo é formado por práticas complexas, diferenciadas e múltiplas, as quais constroem as representações que conhecemos como indivíduos sociais.

Para esse autor, a "[…] interdisciplinaridade pode ser vista como um método que utiliza a integração de disciplinas que pode atuar de modo holístico […]" (NÓBREGA, 2002, p. 116). Em vista disso, entende-se que nada funciona isoladamente, ao passo que não se percebe algo sem compreender o todo, de modo que as partes se aproximam para evitar a fragmentação do conhecimento.

A opção por essa abordagem teve por base o lócus de estudo, a região amazônica. Nesse contexto, em seu estudo sobre a urbanização, a pluralidade e as singularidades das cidades amazônicas, Castro (2009) destaca a necessidade de compreender e analisar a Amazônia com diferentes interpretações, em especial, sobre as relações sociais da/na região. Além disso, Bourdieu (2011) e Japiassú (1976) enfatizam que as reflexões teóricas devem acompanhar a aplicabilidade do objeto de estudo (no caso, o turismo), de modo que sejam estabelecidas relações entre a teoria e a empiria.

Para a construção de um estudo de abordagem interdisciplinar, o cunho qualitativo é indispensável para a coleta dos dados e das informações. Tanto que, para Jordan (2018), a pesquisa qualitativa faz referência a uma variedade de perspectivas, abordagens, metodologias e técnicas de planejamento, condução, questionamentos e avaliações de estudos. A intenção é descrever, interpretar, entender e compreender situações sociais que podem ser observadas como um problema para os agentes sociais/protagonistas locais (JORDAN, 2018).

A pesquisa qualitativa colabora com o desenvolvimento de estudo que investiga dados que não podem ser quantificados, pois têm uma significativa polissemia que deve ser compreendida com base em seu contexto e suas variáveis sociais.

No tocante a um estudo na área do turismo, a pesquisa qualitativa é importante "[…] para a busca do *significado* das coisas, porque este tem um *papel organizador* nos seres humanos" (ALVES, 2011, p. 608, grifo da autora). Alves (2011) complementa esse pensamento evidenciando que as "coisas" são os fenômenos, ocorrências, fatos, manifestações, ideias, sentimentos, eventos e vivências que representam e dão molde à vida das pessoas. O significado que essas "coisas" adquirem também passa a ser partilhado culturalmente, organizando o grupo social por meio desses simbolismos e representações.

No processo de investigação em Ciências Sociais, as teorias são indispensáveis, na medida em que possibilitam uma definição adequada de termos e conceitos, apontam lacunas na construção do conhecimento, explicam, generalizam e sintetizam as informações, indicam a metodologia apropriada para a investigação e colaboram, finalmente, com a construção de hipóteses (TRUJILLO FERRARI, 1982). Na pesquisa, as teorias têm significativo papel metodológico, visto que, conforme Popper (1972, p. 59), tratam-se de "[…] redes estendidas para capturar o que chamamos 'o mundo', para racionalizá-lo, explicá-lo e dominá-lo".

Como referência epistemológica, será utilizada a teoria do sociólogo francês Pierre Bourdieu (2004), que elaborou uma obra crítica sociofilosófica a partir de conceitos-chave, em que teoriza sobre as estruturas sociais e defende que estas são produto de uma gênese social de lógicas de percepção, pensamento e ação, de modo que essas estruturas, essas representações e essas práticas se formam e são formadas em um processo contínuo. Por um lado, Bourdieu aceita a existência de estruturas objetivas que independem da consciência e da vontade dos agentes, mas também defende que as estruturas são produtos de uma gênese social dos esquemas de percepção, de pensamento e de ação (THIRY-CHERQUES, 2006).

Apesar desse entendimento, para Bourdieu (2004), a prática dos agentes não deve ser reduzida a questões objetivas, sendo necessário que as relações de coerção impostas sejam indispensavelmente consideradas. O sociólogo reafirma a instabilidade das estruturas e defende que os sentidos das ações, por mais pessoais e cristalinos que sejam, não pertencem ao indivíduo que as executa, mas, sim, ao completo sistema de relações no qual o indivíduo está inserido.

Partindo desse entendimento de que o indivíduo está inserido em um sistema de relações, é preponderante a advertência de que o pesquisador também está inserido em determinado contexto. Bourdieu (2005) defende a impossibilidade da neutralidade científica, de modo que a escolha do pesquisador por determinado objeto de estudo está carregada de interesses (acadêmicos, políticos, científicos etc.).

Com base em Bahia (2014), ao analisar determinado contexto, tem-se como referência o conhecimento de que o mundo social pode ser compreendido como um espaço de múltiplas dimensões, em que cada campo possui regras e propriedades, as quais são produtos e produtoras/estruturas e estruturantes da ação dos agentes. Para Bourdieu (2011, p. 133), esse mesmo espaço é formado pelo "[…] conjunto das propriedades que atua no universo social considerado, quer dizer, apropriadas a conferir, ao detentor delas, força ou poder neste universo".

Como método de pesquisa, serão utilizadas as categorias de campo e *habitus*, propostas por Pierre Bourdieu, considerado um sociólogo contemporâneo. A escolha de aplicar essas

categorias se dá pelo entendimento de que ambas compartilham um significativo foco nas interações sociais e sistemas simbólicos, de maneira que Bourdieu analisa a dimensão das relações de poder.

De acordo com o autor, o campo é qualquer ambiente social que pode ser construído como um espaço de posições com distribuição desigual e diferentes tipos de capitais. Nas palavras de Bourdieu (1983, p. 89) campos são "[…] espaços estruturados de posições (ou de postos) cujas propriedades dependem das posições nestes espaços, podendo ser analisadas independentemente das características de seus ocupantes (em parte determinadas por elas)". O campo social não é, necessariamente, um espaço geográfico. Trata-se de um espaço de arranjos, em que os agentes ocupam posições nas relações sociais. Estas são construídas simbolicamente a partir das regras existentes, que formam os campos e estão interligadas às posições com base no contexto socialmente construído.

As posições ocupadas no campo dependem do volume e da estrutura de capital do indivíduo. Esses capitais são representados pelo capital econômico (dinheiro, riqueza material, bens), pelo capital social (acessos sociais, redes de contatos), pelo capital cultural (conhecimentos, habilidades, informações) e pelo capital simbólico (que pode ser econômico, social ou cultural e é reconhecido pela sua capacidade de exercer poder pelo valor que os demais agentes atribuem a um determinado tipo de capital) (BOURDIEU, 2011). A dinâmica em cada campo é conduzida pelas lutas em que os agentes buscam manter ou alterar as relações de força/poder e a distribuição/manutenção das formas de capital específico (BAHIA, 2014).

Assim, os indivíduos sociais, seja em coletividade ou não, existem e subsistem pelas e nas diferenças, que definem suas posições no campo social, o qual é compreendido como um jogo (BOURDIEU, 2005). Em conformidade com o autor, para que um campo funcione, é necessário que "[…] haja objetos de disputas e pessoas prontas para disputar o jogo, dotados de *habitus* que impliquem no conhecimento e no reconhecimento das leis imanentes do jogo, dos objetos de disputas etc." (BOURDIEU, 1983, p. 89).

O *habitus* se refere a um conjunto particular de disposições socialmente construídas e aceitas como comportamento, as quais são propriedades específicas de um indivíduo. Todavia, em se tratando de um indivíduo social, essas propriedades são adquiridas, aprendidas e compartilhadas com os demais componentes da mesma coletividade (BOURDIEU, 1983). O *habitus* pode ser contemplado como um sistema de disposições adquiridas pela socialização, em que as estruturas estruturadas funcionam como estruturas estruturantes (BOURDIEU, 1983). O campo social e o *habitus* têm uma relação cíclica, ou seja, o campo estrutura o *habitus*, ao passo que este contribui para a construção do campo, espaço com sentidos e significados.

A teoria de campo social e de *habitus*, proposta por Bourdieu, no que tange à aplicação dela no presente estudo, foi percebida na Floresta Nacional (FLONA) estudada acerca da existência de um campo de relações e interesses, no que diz respeito à gestão desse espaço e de seus direcionamentos.

Nesse aspecto, concebe-se a FLONA como um espaço físico-territorial, composto por relevantes características de fauna e flora, e ocupado por uma coletividade, que tem um modo de vida próprio e conforme as características ambientais disponíveis (ICMBio, n.p.).

Ao mesmo tempo, tem-se a dinâmica diferenciada imposta pela gestão de uma UC que permite múltiplos usos, com restrições a serem observadas pelos usuários. Aqui entende-se como usuários tanto os moradores locais, quanto os visitantes (turistas, pesquisadores, gestores etc.). As relações de poder, o acesso a recursos e a capacidade de ação, na realidade, não estão distribuídas entre todos os atores igualmente (BOURDIEU, 2001).

Logo, é factível perceber um campo de interesses que tem como agentes determinados grupos (Quadro 2) (BAHIA, 2014), sendo eles: os moradores locais (e/ou no entorno, com prestação de serviços de atendimento ao visitante, como: hotéis, restaurantes, venda de artesanato etc.), os turistas, o setor público, o terceiro setor e o setor privado. Nesses grupos, há acúmulo de capitais, que são usados para defender os interesses do próprio grupo.

Para além desse entendimento, observa-se, também, a possibilidade de existir, dentro dos grupos citados, diferentes níveis de capital. Por exemplo: em determinada comunidade, há um líder comunitário que tem influência significativa sobre alguns membros da coletividade, direcionando ações que podem trazer benefícios individuais (para o líder) ou para a coletividade, a depender da circunstância. Outro exemplo: uma empresa privada, com fins conflitantes, que pode exercer influência na gestão compartilhada, de forma que os objetivos da UC não sejam plenamente alcançados.

Quadro 2 – Agentes do campo relacional do turismo na FLONA

Agente do campo	Descrição/função	Instituições representativas no campo
Poder Público	Abordagem geral: órgãos públicos que institucionalizam as leis por meio de planos, programas e projetos nos níveis: federal estadual e municipal. Abordagem específica: órgãos nas áreas de turismo e meio ambiente que atuem nas áreas de estudo propostas e participantes do conselho gestor das FLONA.	- ICMBio - Secretaria Estadual de Turismo-PA - Secretaria Municipal de Turismo de Santarém (SEMTUR)
Poder privado	Empresas que ofereçam prestação de serviços de acesso e no interior das FLONA para turistas.	- Agências de viagem
Terceiro Setor	Associações, grupos e Organizações não Governamentais (ONG) que atuem, diretamente, nas FLONA; Participantes do conselho gestor das FLONA.	- Federação das Organizações e Comunidades Tradicionais da Floresta Nacional do Tapajós - ONG Saúde e Alegria
Comunidade local/entorno	Moradores da FLONA do Tapajós participantes do conselho gestor da FLONA.	- Moradores locais (FLONA do Tapajós: comunidades São Domingos, Maguari e Jamaraquá)
Turistas	Pessoas que estivessem fora do seu local de moradia, e tenham utilizado o espaço das FLONA por um período limitado.	- Turistas

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Em se tratando de governança, tão importante quanto o fim de determinada ação, é a forma de interação entre o Estado e os grupos organizados da sociedade civil, no que se refere à condução do processo decisório e do acompanhamento da execução da ação. Trata-se de um termo que envolve a articulação entre os agentes dispostos no campo.

Seguindo o pensamento de Bourdieu, Pimentel (2018) defende que, em um campo turístico, os agentes devem, direta ou indiretamente, considerar e saber lidar com as posições dos demais agentes existentes no campo. Para o autor, o:

> […] estágio de desenvolvimento do destino turístico deve considerar o padrão interno de relacionamento dos agentes em um determinado destino turístico, além, é claro, dos elementos externos ao campo, manifestado empiricamente pelos elementos externos ao destino (PIMENTEL, 2018, p. 27).

A existência de um campo no turismo é determinada e demarcada por limites como: interesses especiais; investimentos (econômicos/psicológicos); e instituições que almejam um retorno sobre as diferentes formas de capital que se relacionam com o capital dominante (PIMENTEL, 2018).

Essas categorias propostas por Bourdieu se encontram na análise sobre relações sociais e investigações das esferas reprodutivas da sociedade a partir de aspectos simbólicos como o poder. Bourdieu analisa a dimensão relacional entre os indivíduos, de maneira que as próprias

relações sociais construídas podem ser utilizadas na compreensão da sociedade, bem como aplicar essa análise em pesquisas, com intuito de situar o leitor sobre o entendimento sociológico do estudo.

O método de abordagem acima se mostra, metodologicamente, mais amplo no que tange à abstração do estudo realizado. De modo mais específico, tem-se o método de procedimentos, que diz respeito a etapas mais concretas, "[…] com finalidade mais restrita em termos de explicação geral dos fenômenos" (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 90).

3.2 Técnicas de coleta e análise de dados

Para a construção deste estudo, foram utilizadas técnicas metodológicas que auxiliaram a condução da pesquisa. Inicialmente, foi feita a revisão bibliográfica de temas pertinentes à realização da tese. A pesquisa bibliográfica permite que sejam exploradas novas perspectivas, de modo a viabilizar tanto conceber resoluções de problemas, quanto fornecer a base teórica que a pesquisa de campo exige. Em vista disso, a pesquisa bibliográfica pode ser considerada o primeiro passo de uma pesquisa científica (MARCONI; LAKATOS, 2017).

Na ótica de Gil (2017), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material constituído, sobretudo, de livros e artigos científicos, bem como teses de doutorado. Nesse estudo, foram utilizadas teorias direcionadas tanto às UC, que trazem discussões acerca da problemática ambiental e do equilíbrio entre a conservação e o uso público nessas áreas, quanto teorias que debatem o turismo (DREDGE; JENKINS, 2011; NÓBREGA; FIGUEIREDO, 2015; FAZITO *et al.*, 2017), a governança (GONÇALVES, 2005; DARDOT; LAVAL, 2016b; 2017a), a ação coletiva (OSTROM, 2003; 2008; CEFAÏ, 2007) e a questão ambiental (LEFF, 2006; 2009).

Nesse sentido, é indispensável o levantamento bibliográfico, de caráter histórico, sobre a FLONA escolhida para este estudo, baseado em análise de várias fontes de pesquisa relevantes da área estudada (artigos científicos, jornais, revistas, livros, *sites* de acesso a pesquisas acadêmicas disponíveis na *internet*), além de buscas na Biblioteca do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), na Biblioteca da Universidade Federal do Pará (UFPA) e em outros espaços que disponibilizavam acervo referente à temática estudada.

Esse procedimento possibilitou o levantamento de fatos e a análise de processos que ocorreram ao longo do tempo nesses espaços, além disso o levantamento de dados primários e secundários e de fontes documentais sobre a FLONA.

Além da pesquisa bibliográfica, foi realizada a pesquisa documental, que tem como fonte e objeto de estudo a investigação de documentos. De acordo com Kripka, Scheller e Bonotto (2015), atualmente, a pesquisa de documentos ultrapassou a noção de escritos e/ou impressos existente no século XIX e engloba outras fontes como vídeos, filmes, fotografias etc., mostrando-se uma fonte com informações significativas. Essas fontes documentais podem ser divididas em primárias e/ou secundárias (LAKATOS; MARCONI, 2003).

Os dados primários são aqueles compilados pelo autor, tais como documentos de arquivos públicos/privados, dados estatísticos, cartas e outros. Os dados secundários são documentos elaborados a partir de informações de outras pessoas, a exemplo de relatório de dados estatísticos, pesquisa usando fontes primárias, estudo histórico baseado em documentos antigos etc. (LAKATOS; MARCONI, 2003).

No processo de pesquisa dos documentos, o pesquisador deve assumir uma posição ativa, considerando que um documento não se limita, conforme Shiroma, Campos e Garcia (2005, p. 427), "a uma única e harmoniosa leitura. Pelo contrário, é aberto a releituras, não um objeto para consumo passivo, mas um objeto a ser trabalhado pelo pesquisador para produzir sentido".

Para Cellard (2008, p. 305), este é "[…] o momento em que uma soma de ideias ou de pensamentos se une para formar uma explicação, em que um certo raciocínio se constrói repetidamente e em que uma ligação se estabelece entre vários fatos e faz-se à luz". Para esse estudo, pretende-se utilizar documentos como o plano de manejo da FLONA pesquisada, os documentos de gestão elaborados pelos órgãos gestores de turismo atuantes na FLONA pesquisada e outros documentos que surjam no decorrer do estudo e da pesquisa de campo.

Quanto à pesquisa de campo, foi realizada com os agentes conforme apontado no Quadro 2 na p. 53, a qual, conforme Marconi e Lakatos (2017, p. 72), está voltada para a investigação de indivíduos, grupos, instituições, comunidades e outros campos, com intuito de compreender vários aspectos da sociedade. Ela consiste em "investigações de pesquisa empírica cujo objetivo principal é o teste de hipóteses que dizem respeito a relações de tipo causa-efeito".

A amostragem coletada a partir dessa técnica permite a generalização das descobertas a que se chega pela experiência. Segundo Gil (2019), esse é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento/compreensão do contexto estudado, pois tenta aclarar a razão e as relações de causa e efeito dos fenômenos. Considerando em alguns casos a impossibilidade de deslocamento e coleta de dados *in loco*, no item 3.3 serão abordadas alternativas para essa questão.

As visitas à campo foram limitadas pelo contexto de pandemia da covid-19. Foram realizadas 3 visitas a campo, tendo ocorrido a primeira em novembro de 2021, com acesso via fluvial e realização da trilha. Foi o primeiro momento de contato com o *lócus* de estudo, sem realização de entrevistas com roteiros, apenas conversas e experiências que contribuíram com a elaboração do diário de campo. A segunda viagem de campo ocorreu em maio de 2022, com visita e pernoite em duas comunidades, assim como a realização de entrevistas com moradores e turistas. Essa segunda viagem teve o acompanhamento da orientadora deste estudo, com carro particular alugado, possibilitando melhor acessibilidade entre as comunidades.

A terceira viagem de campo ocorreu em janeiro de 2023 com o tempo organizado entre Santarém (entrevistas com o ICMBio[18], PSA e SETUR/Santarém) e pernoites na FLONA (entrevista com moradores). Os dados coletados na segunda viagem haviam sido analisados, fator que contribuiu para um esclarecimento sobre as percepções de moradores e turistas, de modo que a terceira viagem de campo direcionou-se mais para as instituições e algumas conversas na FLONA para captar melhor o contexto. Nessa viagem, o deslocamento entre Santarém e as comunidades foi realizado via transporte público a partir das informações disponíveis no *site* do ICMBio.

No decorrer da pesquisa de campo, foram realizadas entrevistas com os sujeitos envolvidos na governança (Poder Público, poder privado, Terceiro Setor, comunidade local e turistas), que abordavam questões de uso público pelo turismo nas FLONA. Os sujeitos entrevistados estão dispostos conforme os grupos no Quadro 3.

Quadro 3 – Agentes entrevistados e os objetivos das entrevistas

Sujeitos entrevistados		**Objetivo**	**Tipos de conhecimentos particulares**
Poder Público	Agentes do ICMBio que atuem na FLONA estudada; gestor da Secretaria Municipal Turismo de Santarém, gestor e agentes da Secretaria Estadual de Turismo envolvidos com o turismo na FLONA estudada.	Identificar e compreender como as ações de uso público (turismo) são pensadas, de que forma os outros grupos (poder privado, Terceiro Setor, comunidade local/ entorno e turistas) estão (ou não) envolvidos nessas ações, quais os êxitos e as dificuldades encontrados nesse processo de gestão democrática que envolve turismo e meio ambiente, quais as possibilidades e as expectativas sobre o turismo em uma UC.	Sujeitos que, direta ou indiretamente, atuem na gestão do turismo na FLONA estudada por conhecerem os meandros da parte institucional e política.
Poder privado	Prestadores de serviço turístico de agências de viagem	Verificar e compreender se há algum direcionamento desse grupo quanto aos limites de capacidade de carga da FLONA, identificar se existem ações de	Sujeitos que atuem, de alguma forma, na gestão e/ou empreendimento relacionado ao uso

[18] Destaca-se, porém, que algumas informações oriundas do ICMBio foram coletadas por aplicativo de mensagens *WhatsApp*.

		envolvimento desse grupo na gestão da FLONA (participação no conselho gestor, por exemplo), entender quais os principais desafios do turismo na FLONA a partir da percepção desses prestadores de serviço, identificar como eles avaliam a gestão da FLONA e identificar quais os aspectos positivos e/ou negativos que contribuem para a limitação/desenvolvimento do turismo na FLONA estudada.	público na FLONA estudada, buscando compreender os objetivos desses empreendimentos e suas ações teóricas e práticas.
Terceiro Setor	Agentes da Federação das Organizações e Comunidades Tradicionais da Floresta Nacional do Tapajós e a ONG Saúde e Alegria	Entender de que forma esse grupo participa (ou não) de ações sobre o uso público das FLONA, compreender de que modo eles percebem suas ações e consequências para o turismo e meio ambiente local das FLONA, identificar como eles avaliam a gestão das FLONA e quais são os aspectos positivos e/ou negativos que contribuem para a limitação/desenvolvimento do turismo na FLONA estudada.	Sujeitos envolvidos em associações que estejam presentes na FLONA estudada.
Comunidade local	Moradores locais (FLONA do Tapajós: comunidades São Domingos, Maguari e Jamaraquá)	Verificar como se dá a relação entre gestores e comunidade, entender de que modo esse grupo participa (ou não) de ações sobre o uso público da FLONA e quais suas percepções sobre esse processo, compreender de que maneira percebem suas ações e consequências para o turismo e meio ambiente local da FLONA, identificar como eles avaliam a gestão da FLONA e quais são os aspectos positivos e/ou negativos que contribuem para a limitação/ desenvolvimento do turismo na FLONA estudada.	Sujeitos envolvidos, direta ou indiretamente, em atividades/prestação de serviços para turistas na FLONA estudada.
Turistas	Visitantes que estejam fora do seu local de moradia e tenham visitado a FLONA estudada.	Verificar, a partir da experiência de turistas, a estrutura local para receber visitantes, entender como os turistas avaliam o turismo na FLONA.	Turistas que visitaram a FLONA estudada.

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

É válido ressaltar acerca da impossibilidade de realizar entrevistas com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo de Belterra (SEMAT), visto que, ainda que a pesquisadora tenha entrado em contato com a SEMAT desde meados de abril de 2022, com insistência até março de 2023, as perguntas não foram respondidas. A questão será melhor explicada no item 6.5.2.

Segundo Gil (2019), a técnica de entrevista é uma das mais utilizadas para a coleta dos dados em pesquisas sociais. Isso porque trata-se de uma técnica que colabora para a obtenção de informações sobre o que as pessoas sabem, esperam e almejam. Nesse sentido, as entrevistas contribuem para mais abrangência e eficiência na coleta de dados, permitindo que o pesquisador

e o pesquisado tenham mais flexibilidade na captação de outros tipos de comunicação não verbal.

Em contraponto, o autor elucida algumas desvantagens dessa técnica, para as quais o pesquisador deve estar atento: a possível falta de motivação e/ou compreensão do entrevistado, respostas falsas, incapacidade de responder às perguntas e a influência do pesquisador e/ou suas opiniões pessoais. Embora essas limitações possam ser trabalhadas e minimizadas com o planejamento do pesquisador e o preparo para contornar eventuais problemas.

No que concerne à entrevista utilizada, optou-se pela semiestruturada, a qual, para Triviños (1987), é aquela que parte de conhecimentos basilares sobre o assunto estudado com teorias e hipóteses, que oferecem um campo de questões, fruto de novas hipóteses, que surgem à medida que as respostas do entrevistado são recebidas.

Desse modo, o entrevistado participa do conteúdo da pesquisa a partir do delineamento realizado pelo pesquisador. As entrevistas semiestruturadas, de modo geral, seguem um roteiro de questões abertas, elaboradas com base num quadro teórico, de objetivos e hipóteses norteadoras da pesquisa. Para a realização das entrevistas semiestruturadas, é importante contextualizar as perguntas, conforme a realidade do entrevistado, buscando ser um ouvinte atento e interpretando as respostas fornecidas pelo informante (LAVILLE; DIONNE, 1999).

As entrevistas foram realizadas individualmente, aplicando cinco roteiros (Apêndices A, B, C, D e E), as quais foram gravadas e, posteriormente, transcritas, a fim de usar os dados coletados de modo fidedigno. Os entrevistados foram escolhidos a partir de critérios de acessibilidade, no que tange à disponibilidade do informante. A intenção foi ouvir os agentes ligados à gestão das FLONA, bem como os turistas, os moradores locais e os prestadores de serviços, com o objetivo de entender como ocorre a elaboração e a execução das ações do setor público e/ou privado, dos moradores locais, dos prestadores de serviço e dos usuários.

A escolha dos entrevistados se baseou na premissa de Jaccoud e Mayer (2008, p. 271) sobre os informantes-chave: “uma pessoa capaz de fornecer informações em razão de algumas características que garantem que ele possui conhecimentos particulares, ou que permitem neutralizar os vieses introduzidos pela presença do pesquisador no meio”.

É importante destacar que os entrevistados assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), um documento de concessão de informações do entrevistado. A assinatura desse documento é um meio de proteção tanto do informante quanto do pesquisador, compreendendo que ambos os envolvidos assumem responsabilidades quanto às informações expostas.

No TCLE, constou o nome da pesquisadora e de sua orientadora, além do contato de *e-mail* da primeira e informações como título e objetivo da pesquisa e para qual instituição o trabalho seria apresentado. A escrita estava acessível e o documento foi disponibilizado em duas vias (uma para o informante e outra para a pesquisadora), ambas devidamente assinadas pelos dois (DALLARI, 2008). A escolha dos informantes se deu por critérios relacionados aos seus conhecimentos sobre as realidades estudadas, conforme o Quadro 2.

Considerando que a pesquisadora não possuía contato direto com os grupos pesquisados, utilizou-se a amostragem em "bola de neve" para as entrevistas com o setor público, o setor privado, o Terceiro Setor, as comunidades locais e os turistas. A bola de neve é um tipo de amostragem não probabilística que utiliza as redes sociais dos entrevistados para fornecer ao pesquisador um conjunto de possíveis novos contatos (VINUTO, 2014).

Para a execução da pesquisa, a partir da amostragem em bola de neve, agiu-se da seguinte maneira: o primeiro passo foi o contato prévio via telefone ou *internet* (*Facebook, Instagram*, *e-mail* ou *WhatsApp*) com o setor público (via *e-mail* institucional), setor privado (*Facebook, Instagram* e *WhatsApp)*, Terceiro Setor (*Facebook, Instagram* e *WhatsApp)*, comunidades locais (telefone e *WhatsApp).*

De acordo com Vinuto (2014), esse contato inicial é chamado de "sementes" e tem o intuito de localizar pessoas com o perfil necessário para a pesquisa, conforme seus grupos de relacionamento. Tais sementes auxiliam o pesquisador a iniciar seus contatos e a tatear o grupo a ser estudado.

Nesse sentido, as pessoas indicadas pelas sementes indicam novos contatos e assim sucessivamente, de modo que a amostragem pode aumentar a cada entrevista, conforme interesse do pesquisador (VINUTO, 2014). Dessa forma, para esta pesquisa, não foi definido limite de entrevistados para os grupos de turistas, do Terceiro Setor e da comunidade local. As entrevistas foram realizadas até o quadro de amostragem se tornar saturado. Para Vinuto (2014), o quadro de amostragem se torna saturado quando não há novos nomes indicados ou aqueles que não trazem novas informações.

Para melhor compreender os agentes entrevistados, assim como o a maneira como eles serão referenciados no decorrer deste estudo, o Quadro 4 sintetiza essas informações.

Quadro 4 – Sistematização dos entrevistados

Entrevistado		**Período**	**Meio de coleta**
ICMBio	Entrevistado ICMBio 1	Outubro/2021	*WhatsApp*
	Entrevistado ICMBio 2	Novembro/2021	*E-mail*
	Entrevistado ICMBio 3	Janeiro/2023	Presencial

	Entrevistado ICMBio 4	Janeiro/2023	Presencial
Setor privado	Agência Vivalá (SP)	Janeiro/2023	Videochamada – *Meet*
	Bora Brasil Expedições (BA)	Janeiro/2023	DM – *Instagram*
	Muriki Cicloturismo e eventos esportivos (PA)	Outubro/2021	*WhatsApp*
Terceiro Setor	FCFT	Maio/2022	Presencial
	PSA	Janeiro/2023	Presencial
SETUR-PA	SETUR 1	Janeiro/2023	Presencial
	SETUR 2	Janeiro/2023	Presencial
SETUR/STM	SETUR/STM	Janeiro/2023	Presencial
Turistas	47 turistas (foram referenciados conforme a ordem de coleta, destacando o período e a forma de coleta dos dados). Ex. Turista 1, 2022, entrevista presencial.	Outubro a novembro de 2021	29 Questionários via *Google Forms* (perguntas abertas e fechadas)
		Março a junho de 2022	5 *WhatsApp*
		Em dois períodos: maio de 2022 e janeiro de 2023.	13 Presencialmente

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Como técnica auxiliar na coleta de dados, aplicou-se a observação sistemática e não participante. Para Marconi e Lakatos (1996), na técnica de observação sistemática, o pesquisador direciona sua atenção para aspectos específicos e procura eliminar distorções sobre o objeto estudado. Na observação não participante, o pesquisador não está inserido no mesmo contexto do pesquisado, na medida em que observa e entra em contato, todavia permanece como indivíduo externo.

Sendo a pesquisadora uma agente externa, foi necessária uma atenção mais aguçada para compreender os sentidos e as simbologias que os informantes expressaram, tanto no decorrer das entrevistas, quanto pela observação, com objetivos direcionados para responder aos propósitos preestabelecidos como, por exemplo, o fluxo de visitantes e a experiência dos turistas acerca da gestão e das reuniões de conselho.

No transcurso da pesquisa, foi produzido um diário de campo para fins de registro de todas as situações da pesquisa que, posteriormente, ajudaram na composição do trabalho escrito. O diário de campo é um instrumento ao qual se pode recorrer a qualquer momento da rotina da pesquisa. Para Weber (2009), ele é um instrumento importante e necessário para a autoanálise do pesquisador, não se tratando, necessariamente, de um material a ser utilizado na escrita da pesquisa, mas devem ser considerados todos os dados registrados durante a análise.

O diário de campo contribui para que o pesquisador colete e registre dados que não foram comentados durante as entrevistas. Conforme Spink (2008), as conversas cotidianas que possam acontecer no decorrer da pesquisa, sem roteiro prévio, são diferentes das respostas

dadas em uma entrevista e podem contribuir, significativamente, para o entendimento da realidade estudada.

Para a interpretação dos dados coletados, aplicou-se a análise de conteúdo, proposta por Bardin (2016). A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas que auxilia o pesquisador a interpretar e descrever questões qualitativas ou quantitativas de documentos, textos e falas. O propósito é obter uma análise por intermédio de "procedimentos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens de indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens" (BARDIN, 2016, p. 48).

Essa técnica favorece, de modo prático, a produção de inferências do conteúdo da comunicação de texto ou discurso ao seu contexto social estudado. Bardin (2016) aponta que, para a análise de conteúdo, algumas etapas devem ser cumpridas, quais sejam: 1) pré-análise; 2) exploração do material; e 3) tratamento dos resultados.

A pré-análise é a fase da organização, com a elaboração de procedimentos definidos, porém flexíveis. Nessa primeira fase, as etapas são:

a) **leitura flutuante:** contato inicial com os documentos coletados, momento no qual se conhecem os textos, as entrevistas transcritas e outras fontes a serem analisadas;
b) **seleção dos documentos:** definição do *corpus* de análise;
c) **elaboração das hipóteses e objetivos:** baseada na leitura inicial dos dados; e
d) **elaboração de indicadores:** intuito de interpretar os dados coletados.

Nessa fase, a escolha dos dados a serem analisados deve seguir alguns direcionamentos (BARDIN, 2016): *exaustividade* – refere-se a todos os componentes constitutivos do *corpus*; *representatividade* – trata-se da seleção de dados conforme o universo da pesquisa (considerando um rigor quanto à amostra representativa do universo inicial); *homogeneidade* – refere-se aos documentos coletados, que devem ser similares, respeitando critérios definidos de escolha e não apresentar singularidade excessiva fora dos critérios; e a *pertinência* – verifica se a fonte documental corresponde, adequadamente, ao objetivo proposto pelo estudo.

A segunda fase, que trata da exploração do material, orienta os passos do pesquisador quanto à escolha das unidades de codificação. O material transcrito das entrevistas, de documentos e do diário de campo é recortado e torna-se uma unidade de registro (BARDIN, 2016). Então, essas unidades de registro são agrupadas em categorias iniciais, intermediárias e

finais, colaborando com as inferências. Tal processo contribui para entender o sentido da fala dos informantes, mas também para a busca de outros possíveis significados (FOSSÁ, 2003).

A terceira fase (tratamento dos resultados) consiste em uma justaposição das categorias existentes em cada análise (a partir dos dados coletados em documentos, entrevistas e diário de campo), ressaltando os aspectos concebidos como semelhantes e os que foram entendidos como diferentes. Para a análise de conteúdo, nessa fase, Bardin (2016) direciona a importância de o pesquisador retornar ao seu referencial teórico. As teorias utilizadas embasam as análises, dando sentido à interpretação, aos significados das palavras e ao sentido do conteúdo coletado.

3.3 Pesquisa em ambiente virtual: uma possibilidade real

O momento de pandemia, causado pelo novo Coronavírus, gerou medidas sanitárias de isolamento social, as quais acarretaram questões a serem repensadas e revisadas sobre a pesquisa social e seu futuro. No caso das Ciências Sociais Aplicadas, especificamente, a metodologia exige adaptações, pois se tratam de pesquisas que, comumente, envolvem compreender pela interpretação da ação dos indivíduos e de seus grupos, em que alguns significados só podem ser alcançados pela observação e convivência diária. A mudança na metodologia de coleta de dados, para Deslandes e Coutinho (2020), não se trata, aparentemente, de aguardar que a pandemia acabe para que o modelo tradicional de pesquisa seja restaurado.

Para além das exigências e cuidados causados pela pandemia, a pesquisa em ambiente virtual evidencia-se como uma possibilidade na sociedade atual. Isso porque muitas relações acontecem via *internet*, enquanto a pesquisa científica deve se manter atualizada com as mudanças da sociedade. Para Deslandes e Coutinho (2020, p. 8), tratam-se de uma convocação e um desafio aos pesquisadores melhor compreender o "mundo digital", em que os horizontes são ampliados "para além do entendimento reduzido de um 'lugar' onde será fácil recolher muitos dados e fazer entrevistas online".

De fato, o recolhimento de dados via *internet*, em ambientes virtuais, pode ser mais acessível ao pesquisador, todavia, em uma realidade como a Amazônia, o acesso ao meio virtual é mais limitado por questões de infraestrutura, visto que existem realidades na região Amazônica em que sequer existe energia elétrica. Em virtude disso, sabe-se que, ainda que a pesquisa via *internet* seja uma possibilidade, no contexto de pesquisa ora proposta, não é uma solução definitivamente concreta.

Contudo, essa limitação se restringiu à coleta de dados em comunidades, de modo que, na etapa da pesquisa em que houve coleta de dados com instituições públicas, privadas e

turistas, a maior possibilidade de acesso à *internet* contribuiu para estabelecer contato e coleta de dados. Em se tratando de um novo caminho para a coleta de dados, entendem-se a importância e a necessidade, bem como no modelo tradicional, de a pesquisadora se adaptar e ter criatividade para ter acesso às informações que auxiliaram na elaboração da pesquisa.

Para Mann e Stewart (2000), as novas tecnologias criam oportunidades para que os pesquisadores possam remodelar os métodos de pesquisa tradicionais, como as entrevistas, de maneira que permita o acesso a dados mais profundos e descritivos on-line, com novos entendimentos da experiência humana.

De modo mais específico, sobre a coleta de dados, a *internet* oferece significativas formas de entrar em contato com o informante, tais como *e-mail,* aplicativos de mensagens instantâneas, chamadas de vídeo com programas específicos etc. Abaixo serão expostos alguns meios de coleta de dados on-line*,* utilizados nesta pesquisa, e seus aspectos positivos e negativos.

***E-mail*:** as entrevistas realizadas via *e-mail* não são conduzidas em tempo real, posto que "[…] o pesquisador envia uma série de perguntas, geralmente em sequência, mas as vezes de uma vez só, a um participante via *e-mail*; o respondente pode responder as perguntas em seu próprio ritmo e conveniência durante um período" (GIBSON, 2019, p. 252).

Para esse autor, é possível realizar várias entrevistas simultaneamente, sendo possível, também, receber as respostas e aplicar outras perguntas (para esclarecer informações), além de não ser necessária a transcrição das informações. Em contrapartida, o tempo entre o envio do roteiro de perguntas e o das respostas pode gerar um desestímulo no retorno das informações.

Em uma tentativa de minimizar esse risco, é importante estabelecer prazos de envio e manter um contato regular com o participante. Outro cuidado refere-se à escrita, o propósito é não haver uma interpretação equivocada das informações (tanto nas perguntas quanto nas respostas), para tanto é possível que sejam utilizados recursos como os *emoticons* (imagens utilizadas na *internet* para expressar sentimentos) (GIBSON, 2019).

Mensagens instantâneas: programas e aplicativos de mensagens instantâneas permitem que os usuários tenham uma conversa exclusiva, simultânea e em tempo real (LANNUTTI, 2019). Essa técnica de entrevista on-line possibilita o uso de perguntas abertas e ajustes de perguntas, conforme as informações forem sendo fornecidas. Além disso, contribui para que o informante se mantenha no anonimato para o pesquisador.

Em contrapartida, existem informações "delicadas" que a distância existente entre o pesquisador e o informante contribui para que sejam omitidas (LANNUTTI, 2019). A confiança entre os envolvidos é fundamental para o processo, de forma que, sem o contato presencial,

esse aspecto fica fragilizado. Outra dificuldade diz respeito ao não comparecimento on-line no dia e horário combinados. Além disso, o pesquisador deve administrar questões como: o fluxo da entrevista, possíveis distrações e interrupções, limitações de amostragem e preocupação com a segurança dos dados coletados (com o risco de perda do material).

Chamadas de vídeo: o uso de plataformas com a possibilidade de chamadas de vídeo é uma alternativa não muito "radical" para a coleta de dados (HANNA; MWALE, 2019). Isso porque os autores identificaram alguns benefícios em relação à utilização dessa técnica: facilidade e flexibilidade de agendamento, viabilidade de interação virtual e visual, facilidade na captura dos dados, espaços públicos e espaços privados (é mantida a publicização das informações, mas o espaço físico dos envolvidos é preservado) e mais controle para os informantes, que participam mais ativamente da entrevista (HANNA; MWALE, 2019). Em contrapartida, um dos aspectos negativos é a instabilidade da conexão, fator que pode dificultar o contato com o informante.

A partir dessas técnicas, nota-se que tais características (positivas e negativas), em alguns aspectos, são similares. Ainda que sejam meios de coleta importantes, não se pode negar que a pesquisa de campo, de modo presencial, permite que o pesquisador capte significados importantes, que a *internet* não é capaz de transmitir. Portanto, a definição dessa coleta de informações subordinou-se à evolução da distribuição de vacinas contra o novo Coronavírus, tanto que as entrevistas foram divididas em meio virtual e em campo *in loco,* conforme viabilidade.

Pretende-se, também, utilizar informações disponibilizadas em redes sociais (*Facebook, Instagram* e *Twitter*) de gestores e órgãos públicos (presidente da República, governador do Estado do Pará, prefeitos das cidades pesquisadas e órgãos públicos municipais, estaduais e federais, como ICMBio, SETUR-PA e FLONA do Tapajós). Considera-se que esses são canais de comunicação entre as instituições e a sociedade civil em geral, os quais informam a agenda e as ações de governo. Porém, o uso será limitado ao conteúdo das informações e respostas postadas, sem considerar a quantidade de visualizações ou curtidas.

Para Deslandes e Coutinho (2020), a pesquisa social em ambientes digitais evidencia-se como um imenso espaço de variáveis. Nesse sentido, o poder de investigar as novas formas que essa sociabilidade assume no cotidiano da sociedade permite compreender o modo como essas formas articulam as (inter)subjetividades e aceitam a produção de narrativas e performances identitárias com outras inúmeras possibilidades.

Além disso, oferece um infindável acervo de informações sobre práticas sociais imaginadas. Para os autores, é uma experiência que "nos exige, portanto, o corajoso exercício

da criatividade, intuição e espontaneidade – qualidades que se aliam ao rigor teórico, à clareza conceitual e ao respeito ético às alteridades" (DESLANDES; COUTINHO, 2020, p. 9).

4 “A AMAZÔNIA TEM MUITA GENTE QUERENDO […], A GENTE TOMA DE CONTA”: UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E AÇÃO COLETIVA

> A Amazônia tem muita gente querendo ver, e a gente que mora aqui que tem que mostrar. […] Antes tinha as queimas, mas agora já tá tudo de controle, que a gente toma de conta (ENTREVISTA, INFORMANTE 1 MAGUARI, 2022).

O trecho acima é um recorte de uma das entrevistas na qual o informante aborda a importância de os próprios moradores da Amazônia mostrarem aos “de fora” a realidade vivida, apontando a necessidade de resguardo desse espaço, especialmente, relacionado à ação antrópica no meio ambiente. A relação entre o ser humano e o meio natural é marcada por interações que apresentam consequências positivas e negativas para ambos os lados.

Desse modo, o meio natural é modificado para atender às necessidades humanas, que, com o passar dos anos, sobretudo, no período pós-Revolução Industrial (século XVIII), teve suas consequências potencializadas pela tecnologia utilizada no modelo de produção capitalista (DIEGUES, 2000). Somados a esses fatores, houve um crescimento qualitativo e quantitativo no processo de industrialização e produção de mercadorias.

Em consequência disso, surgiram consideráveis danos ambientais em nível mundial, além do distanciamento entre o ser humano e a natureza. As sociedades têm, progressivamente, atentado para a dualidade dessas ações humanas: o modelo de desenvolvimento capitalista que induz ao consumo e as consequências, cada vez mais insustentáveis, desse modo de vida.

Ao refletir sobre o assunto, chega-se ao entendimento de que são muitas as fragilidades dessa concepção de desenvolvimento, bem como são inúmeras as consequências sociais e ambientais que essa lógica alimenta. Em vista disso, urge uma mudança global no modelo de condução dos processos de desenvolvimento para um caminho que siga em direção ao bem-estar coletivo.

Conforme Dallabrida (2011), essa mudança de caminho envolve, além de perspectivas e objetivos de desenvolvimento, um redirecionamento no modo como o poder tem sido exercido. De tal maneira que iniciativas locais, nacionais e internacionais têm orientado a organização social para um horizonte de atuação e envolvimento cidadão no setor público, no qual ações baseadas em diálogo e tomadas de decisão em conjunto são orientadas para o bem-estar coletivo, com a participação e a organização dos processos políticos.

Contudo, ao abordar sobre a questão ambiental, é imprescindível ressaltar o Brasil e seu contexto ambiental, de forma que, posteriormente, tem-se um direcionamento das UC, como

espaços de uso comum e de ação coletiva, os quais podem contribuir para a participação dos habitantes dessas localidades.

4.1 A questão ambiental no Brasil

No Brasil, a gestão ambiental tem marcos significativos no período conhecido como "Era Vargas", entre as décadas de 1930 e 1945. Marcado como "desenvolvimentista", esse período caracteriza-se pelos esforços de crescimento, de expansão da fronteira agrícola e da intervenção estatal. Nessa época, surgiram as primeiras iniciativas em ordenamento dos recursos naturais, com o auxílio de medidas legais e administrativas, visto que, a partir de um arcabouço jurídico-institucional, regulamentava a exploração e o uso dos recursos naturais, com uma perspectiva que associava a natureza à construção da nacionalidade (STÜRMER, 2020).

A sociedade também começou a se organizar em grupos de conservação ambiental, tais como "Sociedade para a Defesa da Flora e da Fauna" (criada em São Paulo em 1927) e "Sociedade de Amigos das Árvores" (criada no Rio de Janeiro em 1930). Ressalta-se, porém, que esses grupos eram formados por uma elite da sociedade, com forte participação de funcionários do governo, e tinham como direcionamento um modelo preservacionista advindo do modelo americano de *Yellowstone*, com uma ideologia pautada na concepção de uma "natureza intocável" (DIEGUES, 2000).

Os primeiros parques criados no Brasil, seguindo o modelo preservacionista, foram o Parque de Itatiaia (em 1937 na divisa entre Rio de Janeiro e Minas Gerais), o Parque Nacional do Iguaçu (em 1939 no Paraná) e o Parque Nacional da Serra dos Órgãos (em 1939 na região serrana do Rio de Janeiro).

Ainda na "Era Vargas", além da promulgação da Constituição Federal, foram assinados Leis e Decretos que instituíram o Código de Águas e Minas, o Código Florestal Brasileiro (CFB), e o Código de Caça e Pesca, os quais regularam o uso de recursos naturais (STÜRMER, 2020). Destaque para o CFB, o qual abordou as limitações no direito de propriedade em áreas de floresta nativa, que seriam consideradas de interesse comum à sociedade brasileira. Também foi a primeira norma que instituiu a criação de áreas protegidas (nacionais, estaduais e municipais). Além de tais definições, o CFB foi também a primeira norma legal a prever a criação de parques nacionais, estaduais e municipais (STÜRMER, 2020).

De 1945 a 1964, o modelo desenvolvimentista foi mantido com ênfase no processo de industrialização do País e uma visão utilitarista dos recursos naturais, direcionada para o uso

desses recursos e ordenamento territorial. Eram utilizadas, ainda, medidas compensatórias e de minimização do processo de devastação de áreas de vegetação nativa (STÜRMER, 2020).

O período de 1964 e 1985, conhecido como ditadura militar, ficou marcado pela concentração de poder, supressão de direitos políticos e censura a qualquer tipo de manifestação da sociedade civil. O objetivo do governo era o crescimento econômico que conduzisse ao rápido desenvolvimento do País. Ocasião em que foram criados planos nacionais de desenvolvimento que, no que tange aos recursos naturais, deveriam ser aplicados para impulsionar o processo de desenvolvimento. Durante esses anos, os grupos envolvidos com a questão ambiental no Brasil (como tantos outros) sofreram forte perseguição e repressão, tendo suas ações voltadas para questões da legislação e da burocracia ambiental.

No cenário internacional, os debates sobre meio ambiente ganhavam eco em eventos como o Clube de Roma e a I Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente Humano em Estocolmo – Suécia, ambos em 1972, em que idealizaram, respectivamente, o relatório Limites do Crescimento e o *Our Commom Future* (Nosso Futuro Comum), também conhecido como relatório *Brundtland,* lançado em 1987. Esses eventos viabilizaram que o debate científico e político sobre os problemas entre economia e meio ambiente fosse a público. Nesse contexto, porém, o Brasil alegava sua soberania no uso dos recursos e dos direitos nacionais de se transformar em um país desenvolvido.

Apesar do posicionamento brasileiro, a Conferência de Estocolmo teve significativa influência nas ações ambientais do País, iniciando a institucionalização da Política Ambiental Nacional. Por meio da Lei nº 73.030, de 30 de outubro de 1973 (BRASIL, 1973), criou-se a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) com intenção de associar as pressões internacionais aos projetos de crescimento econômico vigentes. O objetivo da SEMA era oportunizar uma gestão ampla e centralizada no uso dos recursos naturais do País, tendo como responsabilidade realizar estudos técnicos sobre os ecossistemas brasileiros e elaborar padrões de referência para o uso racional dos recursos naturais.

De acordo com Acselrad (2001), houve total ausência da participação da sociedade civil nesse processo. Para Allegretti (2008), com o regime militar no poder e a imposição do modelo de desenvolvimento da Amazônia, o período foi marcado por medidas que encerravam a política de proteção à borracha, bem como disponibilizava incentivos fiscais para transformar os seringais em fazendas agropecuárias, atraindo o capital do Sul do País. Denominada a época do “milagre brasileiro”, confirmou, em âmbito nacional, a política desenvolvimentista da década de 1970 e os grandes projetos, como as novas fronteiras agrícolas, as hidrelétricas, a construção da transamazônica, entre outros.

Com o trabalho da SEMA, foi criada a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 (BRASIL, 1981), que dispôs sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, e a Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981 (BRASIL, 1981), que tratou da criação de estações ecológicas e da construção do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA). Um dos mecanismos, previstos na Política Nacional do Meio Ambiente, foi a criação de um conselho que reunisse vários atores: o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) (BRASIL, 1977).

Esses fatos, somados às ONG internacionais que chegaram ao Brasil, revelaram-se como uma nova fase no ambientalismo nacional, a qual, juntamente com os reflexos da Conferência de Estocolmo, teve influência considerável na conjuntura ambiental brasileira.

No período entre 1985 e 1990, também conhecido como período da redemocratização, o primeiro civil a assumir a presidência, após o golpe de 1964, foi José Sarney. Ele recebeu o País em uma grave crise econômica: conjunturas nacional e internacional desfavoráveis e práticas recessivas no mercado interno.

Nesse cenário, Sarney garantiu o processo de início da Assembleia Nacional Constituinte, em janeiro de 1987, na qual os debates sobre a temática perduraram até 1988. Entre os quais, o movimento ambientalista se organizou na Frente Nacional de Ação Ecológica (FNAE) para apoiar candidatos que se posicionassem sobre a causa ambiental. Esse processo de debates fortaleceu vínculos e compromissos entre os ativistas.

De acordo com Alonso, Costa e Maciel (2007, p. 162), “a existência de um inimigo comum e a necessidade de encontrar aliados forçaram os grupos a suplantar suas diferenças. Ao menos momentaneamente, as identidades de grupo se esmaeceram em favor de uma identidade comum”.

Um exemplo em que a associação de grupos da sociedade civil gerou resultados foi o I Encontro Nacional dos Seringueiros, ocorrido em 1985. Nesse evento, a pressão de seringueiros e ambientalistas somou-se à pressão internacional e às recentes discussões acerca do desenvolvimento sustentável dos conflitos gerados nas décadas de 1970 a 1975, ainda no período militar, ocasião em que os seringueiros foram expulsos de suas localidades para as cidades, sem qualquer medida social do governo (ALLEGRETTI, 2008).

No citado evento, fundou-se o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), com a proposta de “[…] uma reforma agrária inspirada no modelo das reservas indígenas e nas unidades de conservação” (ALLEGRETTI, 2008, p. 46). Essa organização e mobilização conseguiu tal objetivo com a primeira proposta política de Reserva Extrativista, com a Portaria nº 627, de 30 de junho de 1987 (BRASIL, 1987), do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que cria os Projetos de Assentamentos dos Extrativistas (PAE)

(ALLEGRETTI, 2008). Percebe-se, então, que a criação das UC aconteceu como procedimento de reconhecimento de direitos territoriais e fundiários de povos e comunidades tradicionais.

O exemplo dessa conquista, nascido de movimentos sociais, caracteriza-se pela crítica ao modelo de desenvolvimento da concentração de renda, prejudicial ao meio ambiente, assim como "[…] luta pela manutenção dos recursos naturais de seus territórios, valoriza o extrativismo e os sistemas de produção baseados em tecnologias alternativas" (DIEGUES, 1996, p. 295). Com a aproximação das diferentes correntes ambientalistas, o movimento, denominado por Diegues (1996, p. 133) de "ecologismo dos movimentos sociais", ganhou mais apoio e envolveu-se mais com pescadores, ribeirinhos, populações tradicionais e pequenos produtores.

No governo Sarney, foi criado o Ministério do Urbanismo e Meio Ambiente, tendo a SEMA vinculada a esse órgão. Apesar disso, o governo mantinha a perspectiva de uso dos recursos naturais no mesmo caminho do período militar, com uma campanha nacionalista que enfatizava o direito nacional de desenvolvimento sobre os recursos da Amazônia, como bem quisessem, "desconsiderando qualquer abordagem relacionada com impactos ambientais globais" (VIOLA, 1996, p. 42).

A repercussão foi negativa, de tal forma que, para melhorar sua reputação, o governo criou o "Programa Nossa Natureza", que incorporava a ideia de proteção ambiental. O intuito do lançamento desse programa era a construção do governo sendo "ambientalmente responsável". Apesar de todas essas contradições, no governo Sarney, foram instituídas 59 UC, com mais de 14.469.623 hectares no total de áreas protegidas, e homologadas 67 Terras Indígenas (TI), totalizando uma área de 26 milhões de hectares (STÜRMER, 2020).

Para Paulo Nogueira Neto (primeiro secretário da SEMA), esse quantitativo pode estar associado ao crescimento e institucionalização da estrutura ambiental do Brasil, com a atuação da SEMA, e aos estudos realizados pelo IBDF (NOGUEIRA NETO, 2010). Sob outra ótica, Allegretti (2002) atribui esse aumento das áreas protegidas à pressão imposta pelos Bancos Internacionais, que incluíram, em seus financiamentos, a obrigatoriedade de realizar ações de conservação ambiental no Brasil.

Em 1989, Sarney criou o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA), com a Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989 (BRASIL, 1989). Esse órgão tem sua origem na fusão de outros órgãos de gestão ambiental, como o IBDF, a SEMA, a Superintendência de Pesca (SUDEPE), com a gestão do ordenamento pesqueiro, e a Superintendência da Borracha (SUDHEVEA), que tinha como desafio viabilizar a produção da borracha. Por ter sido criado

a partir de outros órgãos, com diferentes objetivos, o IBAMA se mostrava contraditório quanto à conservação ambiental.

De modo geral, nesse período, a questão da política ambiental, no Brasil, teve grandes avanços no que tange a regulamentações e institucionalizações, em que dispositivos de gestão foram inseridos na CF de 1988. É fato que parte significativa desses dispositivos foi inserida com regulamentações pendentes, sem as quais não teriam a efetividade necessária. Todavia, é inegável o avanço da base jurídica (BURSZTYN; BURSZTYN, 2012).

Em 1990, no governo Collor, primeiro governo eleito diretamente pela população brasileira, adotou-se a política econômica do neoliberalismo, com privatizações e abertura comercial como estratégias de desenvolvimento. Nesse período, com a ampliação da participação social e popular na formulação e no controle das políticas públicas (MOTA *et al*., 2008), surgiram manifestações contra as ações do governo acerca da condução econômica do País, mais especificamente, em virtude do congelamento de poupanças.

Outra mobilização foi a rearticulação dos movimentos ambientalistas que se dispersaram após a Constituição e eleição de Collor. A mobilização se deu pela ocorrência da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Rio 92 ou Eco 92.

A Rio 92 reuniu cerca de 114 chefes de Estado, aproximadamente, 40 mil militantes de 3.200 ONG, com o intuito de prever ações de enfrentamento para os crescentes problemas de emissão de gases causadores do efeito estufa, bem como propor um novo modelo de desenvolvimento que considerasse a biodiversidade e o uso sustentável dos recursos naturais. No evento, também estiveram presentes a sociedade civil, a iniciativa privada e os movimentos sociais (MOTA *et al*., 2008). Ao mesmo tempo, acontecia, simultaneamente, no Rio de Janeiro, o Fórum Global, um encontro alternativo que propunha reflexões sobre o modelo de desenvolvimento vigente.

Um dos entrevistados desse estudo, morador da comunidade de Jamaraquá, participou desse evento como convidado. Nas palavras desse informante, ao conversar acerca de sua experiência com o turismo, afirmou ter participado do evento, de modo que, ao reconfirmar a informação, disse:

> Eu participei desse, e foi muito discutido isso. De lá pra cá, o turismo começou a chegar, porque com a divulgação do que tinha na floresta amazônica, do que tinha sido discutido, que estrangeiro também quer que preserve, que quanto mais preserve, melhor. Por quê? Tem muita gente lá fora que eles tão de olho na Amazônia, né? Tudo que acontece na Amazônia é inundação, é aquecimento global. Então, quando eles garantem alguma coisa aqui na Amazônia eles garantem a sobrevivência deles, porque

> quando corre pra lá, eu vou pra lá, aí pode ter um lugarzinho pra ficar, né? Por isso, foi muito discutido lá. Que você sabe que tá acabado o nosso mundo, né? Não tem mais nada, não tem floresta. Têm aquelas reservazinha de parque, essas coisas, mas não é que nem você chegar na Amazônia e ver uma natureza pura, né? (ENTREVISTA, INFORMANTE 5 JAMARAQUÁ, 2022).

A participação desse informante se deu a partir de contatos anteriores entre a comunidade Jamaraquá e o Projeto Saúde e Alegria (PSA). A intenção era que alguém da região Amazônica expusesse a sua realidade local. Nesse contexto, de acordo com esse entrevistado:

> É. Eu fui pra falar muito sobre a realidade das comunidades, de como aconteceu agora, como foi antes, né? E o que tem, o que não tem. Eu fui e mostrei essas casinhas de palha, cada uma exposição dessa eu montava uma casa de palha, levei muito artesanato daqui. Muitas coisas, né? Então eu trabalhava com noventa e seis espécies de semente da floresta numa mesa grandona, com um quadrado de trinta centímetros cada quadrado, cada quadrado desse era uma espécie de semente. Então meu trabalho era identificar pro público que semente era aquela, pra que servia. (ENTREVISTA, INFORMANTE 5 JAMARAQUÁ, 2022).

A Rio 92 criou uma geração interessada em questões sobre o ambientalismo: "[…] um vasto contingente de jovens (entre, aproximadamente, 15 e 30 anos) de bom nível educacional, que descobriu simultaneamente a natureza, a qualidade ambiental, as ONG, as virtudes do desenvolvimento pessoal e a vida globalizada transnacionalizada" (VIOLA; LEIS, 1998, p. 62). Foi um momento no qual o ambientalismo brasileiro se expandiu e consolidou-se. De acordo com os autores (1998), no entanto, essa expansão dimensionou suas reais possibilidades e capacidades, criando uma ilusão de que teria um papel determinante em uma Conferência decisiva, fato que não aconteceu. Conforme Viola e Leis (1998, p. 142):

> Com o fim da Rio 92, assistimos então a um processo de "desorientação" do ambientalismo brasileiro, fruto da rápida perda de seu principal marco de referência simbólico e organizativo na conjuntura. A sociedade civil que antes vinha recebendo uma enorme dose de informação sobre a problemática ambiental, por intermédio dos meios de comunicação, agora é bruscamente reorientada para outros temas […].

A atenção direcionada para as questões ambientais antes da Rio 92 é deixada de lado. Para Loureiro (2006), esse período pode ser caracterizado pela descrença quanto à possibilidade de transformação dos movimentos sociais, com crescente desaparecimento das articulações coletivas no contexto nacional e internacional.

O motivo para esse quadro pode ser o que Loureiro (2006) aborda no tocante à necessidade de compreender as responsabilidades envolvidas nesse processo e refletir, permanentemente, acerca de uma sociedade ancorada nos ideais do ambientalismo e da ecologia política, que se oriente por uma política prática e transformadora, com base em realidades

sociais concretas. Sob tal aspecto, para Viola e Leis (1998, p. 145), "[…] o ambientalismo brasileiro necessita tornar suas propostas mais realistas e concretas, menos utópicas e radicais".

Na Rio 92, o Brasil manteve seu posicionamento sobre os problemas ambientais, afirmando que estes são importantes e devem ser observados por toda a comunidade internacional, todavia os países ricos e desenvolvidos deveriam arcar mais com os custos para a solução dos problemas apontados (VIOLA, 1996). Aponta-se, ainda, que, durante o evento, foram gerados os seguintes documentos: Agenda 21, Convenção sobre a Diversidade Biológica, Protocolo de Florestas, Convenção sobre Mudanças Climáticas e Convenção sobre Combate à Desertificação (STÜRMER, 2020).

No período de 1990 a 1992, o governo Collor instituiu 10 UC e destacou-se pela demarcação e homologação de 112 Terras Indígenas, com uma área de mais de 26 milhões de hectares (STÜRMER, 2020). No final de 1992, o governo passava por uma forte crise de governabilidade, de tal forma que culminou com um processo de *impeachment*. Itamar Franco tomou posse como presidente do País no mesmo ano e, ainda em 1992, criou o Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Mesmo que tenha criado formalmente o MMA, o órgão não tinha funcionários próprios, além de poucos recursos financeiros advindos de empréstimos de agências multilaterais, sem a contrapartida do Estado brasileiro (VIOLA, 1996). No governo Itamar Franco, foi criada uma UC e homologaram-se 16 Terras Indígenas, com uma área de 5.432.437 hectares (STÜRMER, 2020).

Em 1995, assumiu a presidência do pPís Fernando Henrique Cardoso (FHC), o qual não demonstrou muita preocupação com a questão ambiental em sua campanha. Ainda assim, nesse governo, foram editados importantes dispositivos para as normas brasileiras sobre o meio ambiente: a Lei das Águas e a Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9.433/1997), a Lei dos Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/1998), a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999), a Agência Nacional das Águas (ANA) (Lei nº 9.984/2000) e a Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) (Lei nº 9.985/2000).

No governo de FHC, criou-se a maior quantidade de UC no Brasil: 81 UC, totalizando cerca de 21 milhões de hectares, além de mais 145 Terras Indígenas, chegando a um total de 42 milhões de hectares de terras protegidas (STÜRMER, 2020).

Para Diegues (2000), o SNUC detém um viés bastante conservador sobre a questão ambiental, o qual o autor chama de conservacionismo-preservacionista, possivelmente, levando contradições à gestão de UC, além da promoção ou intensificação de conflitos. Para Vallejo (2017), o texto-base do SNUC trouxe consigo heranças do Brasil colônia, com traços que

reforçavam o controle do Estado e do preservacionismo, advindos da legislação criada à época dos primeiros órgãos de gestão atuantes na área ambiental e de seus técnicos (VALLEJO, 2017).

Em 2003, assumiu a presidência da república o eleito Luís Inácio Lula da Silva, vindo do Partido dos Trabalhadores. O presidente assumiu o País em meio a forte comoção e esperança quanto às ações econômicas, porém foi um governo marcado não por um direcionamento liberal, e sim por um neoliberalismo com alguns detalhes keynesianos.

Por um lado, Lula seguiu algumas linhas da política macroeconômica do governo FHC, por outro, o combate à fome e à miséria foi significativo, além do aumento de crédito para toda a população (COSTA; MELO; ARAUJO, 2016).

As expectativas para a participação popular também foram, consideravelmente, ampliadas no governo Lula. Conforme Teixeira, Moroni e Marx (2008, p. 87), com a subida do Partido dos Trabalhadores, "[…] esperava-se que os cidadãos e cidadãs do Brasil pudessem participar de modo ativo e cada vez mais das decisões públicas e que novos canais de participação fossem criados".

E, de fato, entre os anos de 2000 e 2010, foi significativa a reativação de conselhos, em âmbito federal, e a formação de novos conselhos (PÓLIS; INESC, 2011). Todavia, é necessário ressaltar que essa participação foi marcada por muitas críticas, com a acusação de ser limitada a "[…] uma estratégia de governabilidade e ao faz de conta, sem ter se configurado como elemento essencial nas transformações sociais, políticas, culturais e econômicas" (MORONI; CICONELLO, 2005, p. 14).

Ao estudar sobre as formas de participação social nas políticas ambientais do governo Lula, Losekann (2009, p. 189) aponta que esta está presente nas "formas de constituição da política ambiental, seja pelos instrumentos institucionais criados para a sua participação, seja pelas redes de relação estruturadas entorno de ONG e órgãos ambientais do Estado".

O destaque para a participação se dá, mormente, pelo maior incentivo de envolvimento da sociedade civil nos processos decisórios. No contexto de agenda ambiental no século XXI, há o "[…] desafio de ter uma participação cada vez mais ativa na governabilidade dos problemas socioambientais e na busca de respostas articuladas e sustentadas em arranjos institucionais inovadores" (JACOBI, 2000, p. 157). Nesse sentido, o incentivo dado pelo governo à sociedade, por meio da institucionalização da participação e envolvimento social nas decisões públicas, é indispensável.

Uma das primeiras ações desse governo sobre a questão ambiental foi a realização de concurso para o IBAMA. Em 2003, outra ação sobre meio ambiente e sociedade foi a realização, pela primeira vez, da Conferência Nacional do Meio Ambiente (CNMA), que

objetivou ampliar os debates sobre o meio ambiente com toda a sociedade, fortalecer e consolidar o SISNAMA, bem como mapear a situação socioambiental nacional. Outro aspecto positivo do evento seria a legitimação das ações do MMA (STÜRMER, 2020). Conforme Stürmer, (2020) a I CNMA contou com 65.000 participantes e como o modelo foi considerado positivo, de modo que a CNMA se repetiu em 2006 e 2008.

Porém, em 2004, a relação entre ambientalistas e governo foi enfraquecida: com o interesse de criação de obras estruturais, hidrelétricas, transposição do rio São Francisco e outras questões, associado ao significativo protagonismo do meio ambiente (pelo MMA), surgiram conflitos de interesses. E o resultado, apontado por Losekann, (2009, p. 130), é que "[…] a agenda ambiental do governo foi limitada pelos interesses econômicos", de tal forma que, nessa queda de braço, o meio ambiente não foi o mais forte.

O mesmo quadro aconteceu frente aos interesses ruralistas, a exemplo da Lei nº 11.460, de 21 de março de 2007 (BRASIL, 2007), que altera a lei do SNUC, permitindo o cultivo de sementes transgênicas em Áreas de Proteção Ambientais (APA) e em zonas de amortecimento das demais categorias de UC. A utilização de sementes transgênicas causa impactos significativos no meio ambiente, como perda da biodiversidade, danos aos ecossistemas e risco de criação de superpragas.

Em 2006, com o Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006 (BRASIL, 2006), foi criado o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP), uma política pública cujos pressupostos, diretrizes, objetivos, estratégias e normas auxiliam o processo de governança das UC brasileiras (BRASIL, 2006). Esse programa se baseia em alguns princípios que visam à promoção das inter-relações no processo de gestão, à valorização das comunidades locais e tradicionais, a seus valores culturais e aos direitos hereditários.

No segundo mandato do presidente Lula, em 2007, um marco para as UC foi a Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007 (BRASIL, 2007), que criou o ICMBio. Esse órgão surgiu a partir do desmembramento do IBAMA e da divisão de responsabilidades entre esses órgãos. O IBAMA manteve sua responsabilidade de licenciar e fiscalizar práticas ambientais potencialmente invasivas, enquanto o novo órgão responsabilizou-se pela instituição e pela gestão das UC.

Porém, surgiram conflitos com essa divisão, pois, nesse momento, o IBAMA tinha um poder de polícia, independentemente do território. Nesse contexto, com a divisão, houve uma limitação do poder de ação, de modo que, em UC, por exemplo, ainda que o fiscal do IBAMA presencie crime ambiental, se estiver fora do território instituído, o agente não poderá fazer

nada. Dentre outros motivos, essa mudança influenciou, consideravelmente, para que a então ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, deixasse o cargo.

Para Losekann (2009), o motivo não foi pela divisão do órgão, a qual o autor acredita ter sido positiva, mas a forma como foi elaborada, com pouca participação da equipe, dificultando sua permanência no cargo. Apesar disso, o governo Lula se destacou pela criação de 77 UC, com aproximadamente 27 milhões de hectares protegidos e homologou 87 Terras Indígenas, com uma área de 18.785 milhões de hectares (STÜRMER, 2020).

Em 2011, assumiu a presidência do Brasil a primeira mulher eleita, Dilma Rousseff. Candidata do então presidente Lula, ela deu continuidade às ações de seu antecessor. A participação e o envolvimento popular ficaram marcados pelas articulações de ações feitas via *internet*, o que facilitou a articulação de grupos e os movimentos sociais em prol de interesses coletivos.

Um exemplo desse ativismo digital foi o movimento "Floresta Faz a Diferença", por meio do qual, liderados pelo Comitê Brasil em defesa das Florestas e do Desenvolvimento sustentável, com uma articulação de cerca de 200 grupos da sociedade civil, manifestavam-se sobre as alterações do Código Florestal Brasileiro (CFB). Esse movimento, após a aprovação do texto, espalhou-se pela *internet* a *hashtag* "#VetaDilma", com uma adesão de 500 mil pessoas em torno de 48 horas (STÜRMER, 2020). Por fim, foram vetados alguns itens, mas de modo geral, "[…] as mudanças na legislação regularizam infrações e abrem caminho para o desenvolvimento econômico unilateral" (RORIS; FEARNSIDE, 2015, p. 51).

A articulação social também se fez presente na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, também chamada de Rio+20, ocorrida em 2012. Foi uma nova oportunidade de alcançar o protagonismo, pela qual foram chamados 40 membros da sociedade civil, representativos de vários setores sociais.

Inicialmente, a presidente Dilma teve um governo tranquilo, no entanto, com a forte crise internacional, em 2013, em vista da queda do Produto Interno Bruto (PIB) e a inflação, as ruas do País foram tomadas por manifestantes questionando a capacidade de governo. Somado a isso houve o início da operação anticorrupção chamada "Lava Jato" (2013) e o enorme investimento financeiro na estrutura para receber a Copa do Mundo de 2014.

Mesmo com a popularidade em queda, Dilma foi reeleita para o cargo, assumindo em 2015. Entretanto, no decorrer do segundo mandato, especificamente em agosto de 2016, a presidente sofreu um golpe político e teve seu *impeachment* aceito, assumindo a presidência seu vice, Michel Temer, no período de 2016 a 2018.

No governo de Temer, aumentou-se a pressão de *lobbies* organizados na agenda neoliberal, afetando, diretamente, a governança ambiental do País, de modo que as políticas ambientais tiveram, nesse período, os piores resultados (até então) desde a época da SEMA (STÜRMER, 2020). Ainda assim, no governo Dilma/Temer, foram instituídas, respectivamente, 16 UC e 21 TI, e 13 UC e 2 TI (STÜRMER, 2020).

Em 2019, Jair Bolsonaro assumiu a presidência. Desde então, a política ambiental brasileira passou por mudanças consideráveis, que colocaram em risco o compromisso com a participação e com a conservação da natureza, estabelecidos pelo mais importante e soberano instrumento político do País, a Constituição Federal. Dentre os retrocessos que limitam a participação social, está o Decreto nº 9.806, de 28 de maio de 2019 (BRASIL, 2019a), sobre a redução e alteração do CONAMA.

De 96 conselheiros, entre os membros de ONG e entidades públicas, o número reduziu-se para 23 membros titulares, privilegiando o setor privado, que possui assentos permanentes e interesses direcionados ao lucro. Os quatro assentos direcionados à sociedade civil passaram a ser ocupados por um sistema de revezamento via sorte, sem critérios preestabelecidos, dificultando que os participantes sejam escolhidos por representatividade.

Uma das primeiras ações de impacto considerável sobre a conservação da biodiversidade, com repercussão internacional, foi o Decreto nº 9.759/2019, que definiu mudanças no arranjo institucional do Fundo Amazônia[19] por meio da extinção do Comitê do Fundo Amazônia e do Comitê Técnico do Fundo Amazônia. O primeiro Comitê era formado por representantes dos governos federal e estaduais, juntamente com a sociedade civil, cujo intuito era o estabelecimento de critérios e diretrizes para os recursos do fundo Amazônia. O segundo Comitê avaliava a metodologia empregada (ADAMS *et al*., 2020).

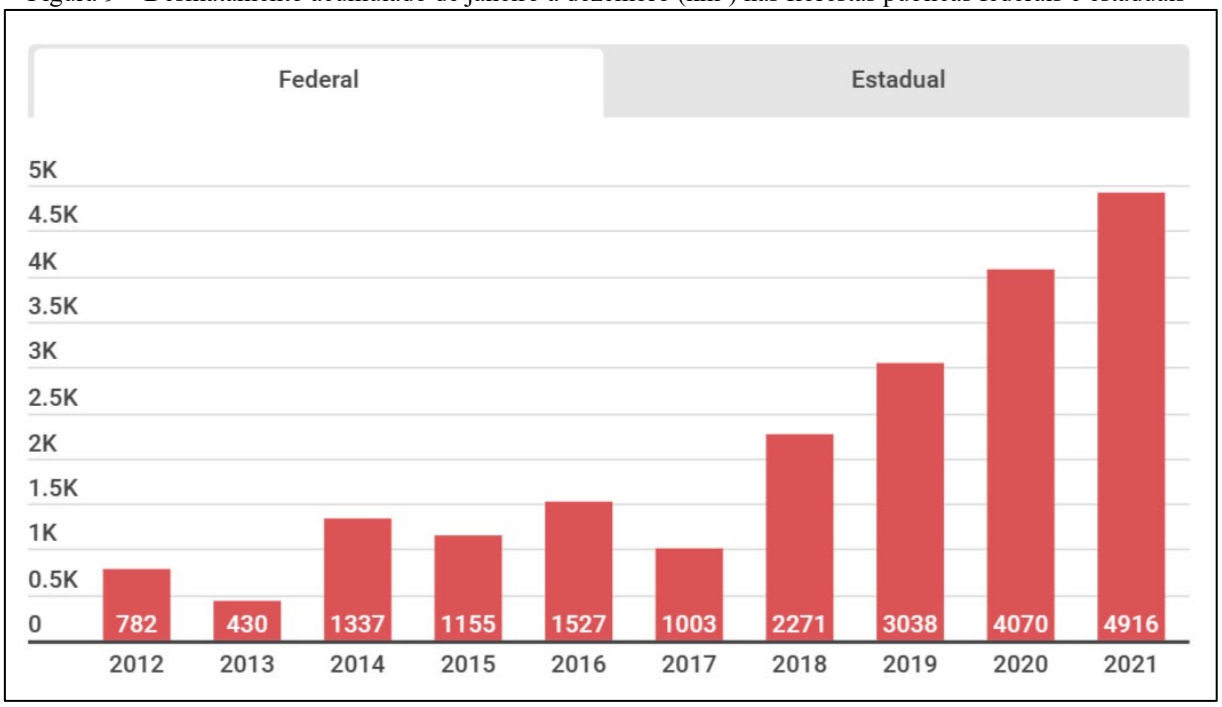
Outra ação foi o Decreto nº 10.084, de 5 de novembro de 2019 (BRASIL, 2019b), que revogou as restrições sobre a expansão de áreas de plantio na Amazônia, Pantanal e Bacia do Alto Paraguai, expondo ao risco áreas extensas dos biomas Amazônia e Cerrado, sem que, para tanto, houvesse uma justificativa científica. Somado a isso, tem-se o Projeto de Lei nº 191/2020, o qual autorizou a prática da mineração, do turismo, da pecuária e da exploração de recursos hídricos e de hidrocarbonetos em reservas indígenas, as quais são indispensáveis para a contenção do desmatamento e a consequente regulação do clima (ADAMS *et al*., 2020).

[19] O Fundo Amazônia objetiva a captação de doações para investimentos não reembolsáveis em ações para prevenir, monitorar e combater o desmatamento e de promover a conservação e o uso sustentável das florestas no Bioma Amazônia, conforme o Decreto nº 6.527/2008.

A questão orçamentária do MMA também se tornou alarmante, pois teve uma redução considerável para ações do Programa de Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade, isso porque, de 2019 para 2020, o valor direcionado para ações de pesquisa, avaliação e monitoramento passou de R$ 1.613.869,00 (2019) para R$ 292.359,00 (2020), enquanto a ação de suporte, apoio e instituição de UC federais passou de R$ 163.980.508,00 para R$ 7.118.677,00 (ADAMS *et al*., 2020).

Um exemplo de impacto foi o aumento alarmante do desmatamento na Amazônia. Com base em informações do Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE), via Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (PRODES), o desmatamento registrado em 2021 foi 73,01% maior do que em 2018, conforme Figura 9.

Figura 9 – Desmatamento acumulado de janeiro a dezembro (km²) nas florestas públicas federais e estaduais



Fonte: IMAZON (2022).

De acordo com o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazonia (IMAZON, 2022), esse monitoramento sinaliza um aumento de 116,47% na área desmatada em florestas públicas federais entre os anos de 2018 e 2021. Ocorreu, também, uma elevação de 140,28% na derrubada de florestas nas UC federais durante o mesmo período. Esses dados evidenciam o fracasso do controle federal responsável nesses anos, incluindo áreas em que, legalmente, o desmatamento seria proibido.

Há também o preocupante Decreto nº 10.623, de 9 de fevereiro de 2021 (BRASIL, 2021), sobre o "Adote um parque", cujo objetivo era "promover a conservação, a recuperação

e a melhoria das unidades de conservação federais por pessoas físicas e jurídicas privadas, nacionais e estrangeiras". Contudo, o programa, grosso modo, repassou a responsabilidade de gestão das UC nacionais para outros grupos. Um exemplo foi o ocorrido em 28 de abril de 2021, em que a empresa Coca-Cola "adotou" a Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) Javari-Buriti, no município de Santo Antônio do Içá, no Estado do Amazonas.

Grupos de interesse privado como *Heineken* e *Carrefour* também adotaram UC. Um cenário preocupante em vista da significativa perda da soberania na gestão desses espaços e, especialmente, das potencialidades sociais e ambientais que essas UC poderiam contribuir com a região.

Além dessas ações, outro fato importante nesse governo foi o cargo de ministro do Meio Ambiente, ocupado pelo advogado e administrador Ricardo Salles, no período de janeiro/2019 a julho/2021, que se mostrou um gestor ambiental voltado para o apoio à questão agrária. Destaque para a frase utilizada pelo então ministro do Meio Ambiente numa reunião ministerial realizada dia 22 de abril de 2020, ocasião em que afirmou que, no período da pandemia, as atenções da sociedade estariam voltadas para a saúde, sendo o momento propício para "passar a boiada", ou seja, passar mais facilmente as reformas que precisariam de um debate amplo, sobretudo, em relação à pasta ambiental[20].

Essas ações apontam para um desmonte da política ambiental, com uma função de desconstrução de conquistas e marcos importantes que foram alcançados no Brasil, em especial, nos últimos anos. São mudanças de leis que estão em vigor, novos projetos de lei, significativas alterações orçamentárias, extinções de espaços democráticos e cargos de gestão com ocupação política que apontam para um cenário preocupante.

Conforme Silva, Silva e Borges (2019, p. 604), no governo Bolsonaro, o Brasil seguiu em direção contrária à ideia de desenvolvimento sustentável, com ações "[…] que retiram a autonomia, a capacidade de formulação e implementação de políticas públicas de órgãos ambientais". Esse quadro ocasionou um retrocesso contra os esforços de décadas para construção de uma política ambiental mais sólida e participativa. Sobre esse governo, Barreto Filho (2020) cita um desabafo em uma rede social, apontando que estivemos diante de um governo que libera os freios da violência opressiva e opressora, deixando correr um *laissez-faire* na sociedade civil (em sentido amplo), aparentemente sem quaisquer limites legais.

Válido ressaltar que, até antes do governo Bolsonaro, foram apontadas algumas construções institucionais, maiormente, sobre as abordagens participativas advindas a partir da

[20] Para mais informações, ver: https://www.brasildefato.com.br/2020/06/09/o-que-passou-na-boiada-de-ricardo-salles-durante-a-pandemia.

redemocratização. Esse quadro colaborou com a criação de um tecido social entre os setores da sociedade, especialmente, nas bases sociais, e a tentativa de envolver a sociedade civil com voz e visibilidade.

Para Adams *et al*. (2020, p. 11), "esse tecido social mais inclusivo e múltiplo contribui para uma governança ambiental mais sustentável no sentido de ser capaz de lidar com as complexidades, imprevisibilidades e vulnerabilidades dos sistemas socioambientais". Contudo, os autores também apontam preocupação sobre o contexto do governo Bolsonaro (2019/2022), além das exclusões dos vários setores da sociedade nos processos de governança ambiental no Brasil.

Essa gestão comprometeu e ameaçou tudo que foi construído no decorrer dos últimos anos, acarretando gravíssimas consequências quanto à destruição do meio ambiente e à vulnerabilidade social (ADAMS *et al*., 2020). Certamente, a construção desse tecido tem resultado em reações da sociedade (comunidade acadêmica, organizações sociais, financiadores internacional etc.) no tocante ao quadro de desmonte vigente no Brasil. A questão é se (e até quando) esse tecido aguentaria esses processos de rupturas.

Mediante o exposto, em 2023, retornou à presidência da República o presidente Lula. Sob forte comoção e após um período complicado na política ambiental brasileira, ainda no período de transição entre o governo anterior e o vigente, foram reavaliadas as ações do governo Bolsonaro. Em evento realizado no Egito, a 27ª Conferência do Clima da Organização das Nações Unidas (comumente, referida como COP), o então presidente eleito, mesmo sem ter tomado posse do cargo, esteve presente, reestabelecendo as relações com alguns países e evidenciando o retorno do País quanto a fazer parte das mudanças para questões climáticas.

Essas negociações colaboraram, no primeiro dia do mandato do presidente Lula, para que fosse reestabelecido o Fundo Amazônia, que, para além das contribuições da Alemanha e Noruega, surgiu o interesse de financiamento de projetos por parte do Reino Unido. Frisa-se que a atual ministra do Meio Ambiente, Marina Silva (que também ocupou o mesmo cargo na gestão anterior de Lula) também marcou presença nesse evento, colaborando para contatos e parcerias para ações em prol do meio ambiente.

A partir da breve contextualização das ações ambientais no Brasil, é possível notar a oscilação entre as dinâmicas políticas e a importância do viés ideológico a ser inserido em pauta na gestão pública. O agravante, nesse contexto de política recente, evidencia-se pelas noções sobre a necessidade de conservação ambiental e pelo contrato social existente entre os países, com acordos que buscam o controle dos danos ao meio ambiente. Existe, de fato, certo consenso com relação a esse controle, contudo noções de desenvolvimento, pautadas pelo uso

desenfreado de áreas ambientais, independentemente das consequências, ainda são uma realidade.

No Brasil, é preocupante a ideia sobre o desenvolvimento e a Amazônia, que, habitualmente, está vinculada ao uso desse território para a produção de grãos, a criação de gado, a extração de madeira, o garimpo e tantas outras ilegalidades que reverberam impactos não apenas ambientais, mas também sociais, a exemplo do que tem se chamado de uma das maiores tragédias humanitárias do País.

Nesse contexto, em Roraima, está localizada a aldeia indígena dos Yanomami, um dos maiores povos indígenas, relativamente, isolados da América do Sul, entre os quais, em 2021, foram registrados cerca de 50% dos casos de malária do Brasil. Hoje, passados dois anos, têm-se cerca de 3 mil crianças com *déficit* nutricional. Esse quadro se justifica pelo avanço do garimpo ilegal e pela má gestão do distrito sanitário (CAMARA, 2022).

Mediante o exposto, os povos originários e tradicionais da região Amazônica brasileira são marcados por ações consideradas "desenvolvimentistas", em um cenário de perpetuação de relações características de séculos passados. Contudo, existem iniciativas e resistências que, paulatinamente, têm sido valorizadas, a exemplo do Ministério dos Povos Indígenas, criado no início de 2023, cuja ministra é a ativista indígena Sônia Guajajara. Ações como essa, portanto, revelam-se essenciais para a Amazônia, conforme será exposto a seguir.

4.2 Sobre as unidades de conservação

Com o intuito de conservar as áreas naturais do uso desordenado das ações antrópicas, foram criados espaços naturais de uso regulamentado, nos quais o Estado gerencia as ações e os objetivos desses lugares. De acordo com Colchester (2003), dados históricos apontam o surgimento de áreas protegidas datadas de 700 a.C., na Assíria[21], com registros das reservas reais de caça.

Em 1872, foi instituída uma das primeiras (e mais conhecidas pela literatura) áreas de proteção do mundo, o Parque Nacional de *Yellowstone*. Esse parque teve sua criação baseada no conceito de *wilderness* (vida selvagem), que tinha como característica um ideal protecionista da natureza, de tal forma que qualquer intervenção do indivíduo na natureza era considerada negativa.

[21] Assíria foi uma importante civilização da Mesopotâmia, dissoluta em 605 a.C. Atualmente, corresponde ao território que pertence à Síria e ao Irã no continente asiático.

No que concerne ao uso dos recursos naturais, a ideia de conservação do meio ambiente pode ser entendida, de acordo com Diegues (2000), em dois momentos: o conservacionismo e o preservacionismo. O ideal conservacionista se baseia no pensar de Giford Pinchot, que defende o uso racional dos recursos naturais em um contexto de transformação da natureza em mercadoria.

A ideia de Pinchot se baseava em sua percepção sobre a lentidão dos processos naturais, assim como determinados processos poderiam torná-la eficiente. Para ele, a conservação teria três princípios: (1) o uso dos recursos naturais pelas gerações atuais; (2) a prevenção de desperdícios; e (3) o uso dos recursos naturais em prol do benefício da maioria da sociedade.

Na corrente oposta, o ideal preservacionista, defendido por John Muir (DIEGUES, 2000), apoia a reverência à natureza e posiciona-se contra o desenvolvimento moderno, urbano e industrial. Traz consigo uma perspectiva estética e de vida selvagem (*wilderness*), em que o ser humano não poderia ter contato com essa natureza.

De modo sucinto, a diferença entre as noções de conservação e de preservação é que a primeira visa à utilização racional que garanta a sustentabilidade e a existência para as gerações futuras, enquanto a segunda visa à integridade e à intocabilidade das áreas protegidas. A primeira noção, de conservação, é muito aplicada na legislação brasileira, sendo, portanto, a mesma lógica adotada neste estudo.

Com o passar dos anos, o entendimento sobre a importância de fortalecer o contato entre seres humanos e meio ambiente natural – noção conservacionista – foi difundido, institucionalizado e normalizado por órgãos competentes. Nos dias atuais, conforme o relatório "Planeta Protegido", elaborado pelo *World Conservation Monitoring Center* (WCMC), do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), o globo terrestre possui:

> […] 22 milhões de km^2 de terra e 28 milhões de km^2 de oceano protegidos ou conservados e 42% da cobertura atual agregada na última década; mas um terço das principais áreas de biodiversidade não possui qualquer cobertura, e menos de 8% da terra está protegida e conectada (UNEP/WCMC, 2021, n.p.).

De acordo com o citado relatório, os números apontam um aumento de mais de 42%, desde 2010 (aproximadamente 21 milhões de km²), de tal modo que, considerando que algumas áreas de proteção foram instituídas, porém ainda não oficializadas nesse relatório, esse percentual deve aumentar (UNEP/WCMC, 2021). Esse relatório apresenta uma avaliação sobre

a Meta 11, dentre as 20[22] estabelecidas há 10 anos, na 10ª reunião das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica – COP10, realizada no Japão em 2010.

Nesse evento, foi aprovado o Plano Estratégico para a década de 2011 a 2020, período, inclusive, designado pela Organização das Nações Unidas (ONU) como a "década da biodiversidade" (PRATES; IRVING, 2015). Destaca-se a Meta 11, pois incide, especificamente, sobre as áreas de proteção, sendo internalizada pelo governo brasileiro desde 2013 e definindo que:

> Até 2020, pelo menos 17% das áreas terrestres e de águas continentais, e pelo menos 10% das áreas costeiras e marinhas, especialmente áreas de particular importância para a biodiversidade e para os serviços ecossistêmicos, terão sido conservados por meio de sistemas de áreas protegidas, geridas de maneira efetiva e equitativa, ecologicamente representativas e satisfatoriamente interligadas e por outras medidas espaciais de conservação, e integradas em paisagens terrestres e marinhas mais amplas (CONVENTION, 2010, n.p.).

Com base nessa meta, o Brasil estabeleceu, em 2013, que, além das UC, seriam inclusas, nacionalmente, as Terras Indígenas e as áreas previstas no Código Florestal Brasileiro (CFB), envolvendo critérios de efetividade, de conectividade e de representatividade. Nesse contexto, foi atribuído um destaque à região amazônica:

> Até 2020, serão conservadas, por meio de unidades de conservação previstas na Lei do SNUC e outras categorias de áreas oficialmente protegidas, como Áreas de Preservação Permanente – APPs, reservas legais e terras indígenas com vegetação nativa, pelo menos 30% da Amazônia, 17% de cada um dos demais biomas terrestres e 10% de áreas marinhas e costeiras, principalmente, áreas de especial importância para biodiversidade e serviços ecossistêmicos, assegurada e respeitada a demarcação, regularização e a gestão efetiva e equitativa, visando garantir a interligação, integração e representação ecológica em paisagens terrestres e marinhas mais amplas (CONABIO, 2013, n.p.).

Na perspectiva de Prates e Irving (2015), apesar dos esforços brasileiros, ainda parece haver um desequilíbrio entre as iniciativas de conservação nos diferentes biomas, o que pode comprometer a "representatividade" prevista na Meta 11. Isso porque o desempenho do Brasil está muito aquém do esperado no que se refere à ambicionada efetividade na gestão dessas áreas. Até 2014, considerando apenas as UC (sem Terras Indígenas e as áreas instituídas pelo CFB), tinha-se: "sob proteção 26,1% da Amazônia, 7,5% da Caatinga, 8,3% do Cerrado, 9,3%

[22] As 20 Metas de Aichi (província de Nagoya/Japão onde o evento foi realizado) são os elementos-chave do Plano Estratégico para contenção da perda de biodiversidade e constitui-se em uma orientação mundial sobre a biodiversidade, sem sanções, caso não sejam honrados (CONVENTION, 2010).

da Mata Atlântica, 2,7% do Pampa, 4,6% do Pantanal e 1,5% da área marinha" (BRASIL, 2016a, p. 117).

No entanto, ao somar as Terras Indígenas e as áreas instituídas pelo CFB, o Brasil alcançaria a meta mais rapidamente, diminuindo a quantidade de novas instituições de áreas protegidas. No *site* do MMA[23], estão disponíveis 6 *links* de relatórios sobre o alcance das metas propostas, dos quais o sexto está com o documento indisponível.

A conclusão do último relatório brasileiro disponível, relativo ao ano de 2016 (BRASIL, 2016a), aponta o que foi reafirmado pelo relatório "Planeta Protegido", de 2021, cinco anos depois: ainda que tenha tido um acréscimo no quantitativo de áreas de proteção, o desafio ainda é melhorar a qualidade das áreas existentes e das novas em busca de mudanças positivas para as pessoas e para a natureza, à medida que os recursos naturais, fauna e flora continuam diminuindo, mesmo dentro das áreas protegidas (UNEP/WCMC, 2021).

Nas palavras de Neville Ash (Diretor da UNEP-WCMC),

> As áreas protegidas e conservadas desempenham um papel crucial no combate à perda de biodiversidade, e grande progresso foi feito nos últimos anos no fortalecimento da rede global de áreas protegidas e conservadas. No entanto, designar e contabilizar mais áreas protegidas e conservadas é insuficiente; eles precisam ser administrados de forma eficaz e equitativa se quiserem realizar seus muitos benefícios em escala local e global e garantir um futuro melhor para as pessoas e o planeta (UNEP/WCMC, 2021, n.p.).

Na busca por áreas de proteção com mais efetividade, governança e êxito nos objetivos de conservação do meio ambiente natural, cada país possui suas próprias ferramentas de gestão. No caso brasileiro, foi criada a lei do SNUC, responsável por estabelecer critérios e normas para a criação, implantação e gestão das UC em todo território brasileiro, incluindo a Amazônia. Nesse cenário, de acordo com o SNUC:

> Unidade de Conservação é um espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000).

As áreas protegidas no Brasil, segundo Abramovay (2020), são uma conquista democrática que tem, pelo menos, três aspectos positivos: o primeiro é que essas áreas estão na base do fortalecimento das comunidades de povos originários, ainda que, de forma parcial e

[23] *Site* do MMA para consulta: https://antigo.mma.gov.br/biodiversidade/conven%C3%A7%C3%A3o-da-diversidade-biol%C3%B3gica/relatorios-brasileiros.html. Acesso em: 20 mai. 2021.

limitada, contribui para uma reflexão sobre a violência que esses povos sofreram e sofrem, com possível reparação. Ter acesso a essas áreas colabora com a cultura (material e imaterial) dos povos tradicionais, os quais muitos não conhecem e tampouco valorizam.

O segundo trata da instituição de áreas protegidas e das UC que fortalecem o Brasil como país detentor de significativa biodiversidade. Por consequência, permite que sejam articuladas políticas globais inteligentes para remunerar a prestação de serviços ambientais (como o Fundo Amazônia, por exemplo). O terceiro refere-se não apenas aos produtos e às possibilidades para a geração de renda dos locais, mas também novas possibilidades de inovação que a ciência ainda não descobriu (ABRAMOVAY, 2020).

Leuzinger (2007) aponta que UC é qualquer espaço ambiental que seja instituído pelo Poder Público e sobre o qual incida proteção jurídica (integral ou parcial) de seus recursos naturais. Nesse sentido, para o autor, são "espaços territoriais especialmente protegidos e, portanto, gênero, que inclui as unidades de conservação, as áreas protegidas e os demais espaços de proteção específica" (LEUZINGER, 2007, p. 122).

Conforme consta no IV objetivo do SNUC, parágrafo 4º, a gestão de UC deve ser baseada na promoção do Desenvolvimento Sustentável a partir dos recursos naturais. O desenvolvimento sustentável significa, na visão de Sachs (1981, p. 14), "[…] gerir a natureza de forma a assegurar aos homens de nossa geração e a todas as gerações futuras a possibilidade de se desenvolver".

No entanto, é factível notar uma contradição nos interesses da busca pelo desenvolvimento sustentável, visto que, para essa proposta de desenvolvimento, seria necessária a mudança no modo de produção. O termo "Desenvolvimento Sustentável", proposto no relatório "Nosso Futuro Comum", surgiu da habilidade política da Comissão *Brundtland*, a qual conseguiu coalisões de apoiadores ao termo, com opiniões diferentes. Esse foi um passo significativo para o sucesso do conceito, embora tenha sido possível pela ambiguidade e pela imprecisão existentes na noção (PENA, 2009).

Nesse sentido, para haver crescimento com taxas ainda maiores, é necessário pressão mais considerável sobre os recursos naturais, o que implica mais transformação de matéria e energia em bens e serviços. Reside, nesse aspecto, a grande contradição do modelo de produção. Por isso, surgem outras ideias na busca de um modelo compatível entre a produção econômica e a natureza (CASTRO, 2012).

Além disso, para Fernandes (2006), o modelo de Desenvolvimento Sustentável revela-se um projeto internacional para a gestão de recursos naturais. Não à toa, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, também conhecida como Rio+20,

realizada em 2012 no Rio de Janeiro, contribuiu para definir a agenda do desenvolvimento sustentável para as próximas décadas. Nesse evento, a governança foi um tema que se consolidou no contexto ambiental, efetivando-se como um caminho significativo para o futuro e, mais especificamente, para o Brasil, que apresenta características como a democracia, a descentralização e a participação (CÂMARA, 2013).

A criação de UC pode ser considerada como uma política ambiental estruturadora, que implica numa "intervenção direta do poder público ou de organismos não governamentais na proteção do meio ambiente" (CUNHA; COELHO, 2005, p. 45). As UC não devem ser consideradas um espaço a ser intocado (DIEGUES, 2000; ABRAMOVAY, 2020). Pelo contrário, Abramovay (2020) destaca que esses espaços têm funções ecossistêmicas e abrigam povos e comunidades tradicionais cuja cultura é compatível com o uso da floresta, bem como a preservação desses espaços.

Atualmente, o Brasil possui 2.659 UC federais, estaduais ou municipais (sem descontar sobreposições), das quais 851 são de proteção integral e outras 1.808 são de uso sustentável, conforme o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC). Essas UC compreendem, aproximadamente, 256.536.634 hectares (BRASIL, 2022) do território nacional, localizados nos biomas Amazônia, Cerrado, Mata Atlântica, Caatinga, Pampa e Pantanal.

De modo geral, a Amazônia tem, em seu interior (sobretudo, afastado de centros urbanos), comunidades tradicionais, como pescadores, indígenas, ribeirinhos, quilombolas etc. Por essa característica, há um interesse considerável em conhecer a Amazônia, como região de florestas, com fauna e flora diversificadas.

Esse interesse incentiva o turismo em toda a Amazônia. Em vista disso, ressalta-se que as políticas públicas que regem a atividade turística, como processo de desenvolvimento que parte do local para o global, seguem diretrizes de agências financiadoras de capital externo e são influenciadas pelas mudanças ocorridas nas tendências do mercado mundial que moldam o turismo como mercadoria, a fim de atender a esse visitante e, por consequência, receber a receita gerada (PINTO, 2016).

Todavia, no Brasil, o turismo, na área da Amazônia Legal, tem algumas restrições, isso porque 22% do seu território é instituído como UC (IMAZON, 2017), as quais podem ser de uso sustentável ou de proteção integral. As UC de uso sustentável, conforme o art. 7º do SNUC (BRASIL, 2000), têm por objetivo a harmonização entre a conservação da natureza e o uso sustentável dos recursos naturais existentes. Permitem, ainda, a existência de múltiplas atividades econômicas e sociais e são organizadas nas seguintes categorias de manejo: Área de Proteção Ambiental (APA), Área de Relevante Interesse Econômico (ARIE), FLONA, RESEX,

Reserva de Fauna (REFAU), Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN).

As UC de proteção integral têm, segundo o art. 7º do SNUC (BRASIL, 2000), o objetivo principal de conservar e preservar o meio ambiente com restrição de uso direto, evitando que haja consumo, coleta, destruição e/ou danos aos recursos naturais existentes. Esse grupo de UC é formado pelas seguintes categorias: Estação Ecológica (ESEC), Reserva Biológica (REBIO), Parque Nacional (PARNA) e Monumento Natural, Refúgio de Vida Silvestre (REVIS).

A instituição dessas UC pode ser feita partindo do governo (federação, estado ou município) ou por iniciativa da própria sociedade, como é o caso das RESEX. De todo modo, é importante que, ao iniciar o processo de instituição de uma UC, haja uma participação dos sujeitos envolvidos. Aliás, a própria lei do SNUC exige que a participação efetiva das populações locais seja assegurada na criação, implantação e gestão das UC (BRASIL, 2000). Essa é uma forma, pelo menos na teoria, de abrir espaço para que a sociedade civil seja agente presente nesse processo.

O ato de assumir o papel do sujeito, de modo institucionalizado, pode se dar por meio da criação de conselhos gestores, conforme determina a lei do SNUC. Estes são espaços e fóruns de discussão, negociação e gestão das UC, em que se abordam questões ambientais, políticas, sociais, econômicas e culturais. No caso específico das UC, os conselhos gestores podem ser deliberativos ou consultivos.

Nos conselhos deliberativos, os participantes têm poder de deliberar e decidir sobre as questões postas, ao passo que, nos conselhos consultivos, como é o caso das FLONA, os participantes são consultados, porém não há uma decisão tomada de modo que haja, possivelmente, apenas uma influência dos participantes na tomada de decisão.

De acordo com Jeronymo, Silva e Fonseca (2020), a gestão compartilhada das UC depende do tipo de conselho gestor de cada categoria de manejo, de modo que os autores definem que conselhos gestores consultivos exercem uma forma “fraca” de gestão, na medida em que “[…] o poder, a autoridade e a responsabilidade são do órgão governamental (Estado), mas esse órgão é obrigado pelo SNUC a informar ou consultar as partes interessadas (conselheiros)” (JERONYMO; SILVA; FONSECA, 2020, p. 217).

Do outro lado, tem-se o conselho gestor deliberativo, considerado a forma forte de gestão, pois “o órgão colegiado é multiparte, ou seja, formado por atores sociais responsáveis pelo desenvolvimento de propostas técnicas para a regulamentação e gestão do sítio” (JERONYMO; SILVA; FONSECA, 2020, p. 217). Na forma forte, o poder de decisão, da autoridade e da responsabilidade é compartilhado entre o conselho e o setor público.

O conselho gestor tem relação com o poder decisório de atitude democrática e descentralizada. Para Santos (2008), trata-se de um espaço de exercício da democracia participativa ou direta que, de um espaço jurídico, político e tecnicamente determinado, objetiva a conservação de determinado ecossistema e sua gestão territorial. É uma ação em prol da coletividade, das futuras gerações e da vida, estabelecendo limites à propriedade e à livre iniciativa econômica.

Em contraponto, Tatagiba (2002) alerta que não se pode negar a dificuldade de mudar o protagonismo do setor público na tomada de decisão. Apesar de ser um aspecto positivo a existência desses conselhos, a presença do Estado em um espaço de gestão, como autoridade inegável, corrobora com a percepção da existência de um poder simbólico (BOURDIEU, 2011), de modo que as indicações postas pelo setor público são ratificadas.

Em estudo realizado pelo ICMBio (BRASIL, 2011) acerca da efetividade da governança dos conselhos gestores de 1/3 das áreas naturais protegidas do Brasil, chegou-se ao resultado de que existem diversos obstáculos comuns para esse espaço de governança: 32% dos processos de constituição dos conselhos gestores levam cerca de três a quatro anos para serem instituídos, e mesmo depois de constituídos, cerca de 6% destes podem ainda estar inativos; 44% dos conselhos gestores não possuem planejamento anual depois dos cinco primeiros meses do ano; 68% não têm, de fato, contribuído de modo efetivo para a gestão da área natural protegida, de maneira que os órgãos públicos evidenciam-se instituições pouco presentes nas reuniões.

Os conselhos gestores das UC são vistos, pelos órgãos públicos gestores, pelas ONG e outros agentes sociais, como instância máxima de participação na questão ambiental e na gestão dos bens comuns. Isso mostra uma arena que surge, em teoria, como alternativa ao modelo hegemônico. Porém, há de se questionar até que ponto essa gestão é capaz de dar conta das pluralidades existentes nas UC.

Essa questão aparece com embasamento de obras que discutem a gestão participativa dos conselhos gestores no Brasil, que se alicerça na educação ambiental e em noções propostas por Paulo Freire (citadas anteriormente neste estudo) sobre a libertação e a emancipação (LOUREIRO, 2004; LOUREIRO *et al*., 2005; LOUREIRO; AZAZIEL, 2006; LOUREIRO; CUNHA, 2008).

Nesse contexto, é indicado que existam, nas UC, ações voltadas para a educação ambiental, conforme cita a própria lei do SNUC (BRASIL, 2000). Em contrapartida, a educação ambiental não deve se restringir a ações e dinâmicas pontuais. Para Loureiro (2004), a educação ambiental não tem o objetivo de reproduzir, com sentido universal, os modos de vida e valores de grupos dominantes, impondo normas e condutas. Para o autor, “Sseu sentido primordial é o

de estabelecer processos práticos e reflexivos que levem à consolidação de valores que possam ser entendidos e aceitos como favoráveis à sustentabilidade global, à justiça social e à preservação da vida" (LOUREIRO, 2004, p. 3).

Especificamente para UC, foi direcionada a prática da educação não formal, a qual, conforme o art. 13 da Lei nº 9 795, de 27 de abril de 1999 (BRASIL, 199), que versa sobre a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), define "[…] as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente".

Loureiro (2004) aponta ser comum observar a promoção de projetos de educação ambiental por órgãos públicos e sociedade civil, que acabam por levar grupos sociais excluídos a aceitar os padrões de cultura e comportamento, acarretando uma distorção dos problemas prioritários. Segundo Luchmann (2002), a existência de certa resistência do estado com relação ao processo participativo faz com que, em certas ocasiões, sejam utilizados mecanismos de controle (administrativos e/ou jurídicos) para influenciar no processo.

Dentre os obstáculos à participação, Luchmann (2002) frisa as desigualdades nas condições de participação (organização, escolaridade, renda) e a influência nos processos decisórios. Os diferentes interesses entre os envolvidos, geralmente, são individualizados e colonizados pelo poder econômico e político, afetando o objetivo da participação. Esses projetos devem oportunizar o estabelecimento de processos participativos que sejam baseados em ações conscientes e integradas, que fortaleçam o senso de responsabilidade social e de pertencimento a determinado contexto (LOUREIRO, 2004).

Além do conselho gestor, outra ferramenta de gestão utilizada pelo ICMBio nas UC é o chamado mosaico, que engloba as UC com proximidade física em um processo de gestão mais próximo e amplo, no qual a ideia de corredor ecológico está implícita, sendo entendido como porções de ecossistema naturais ou seminaturais que interligam as UC (CASTRO JUNIOR; COUTINHO; FREITAS, 2009).

Nos mosaicos, a gestão é feita de modo integrado e participativo, proporcionando mais efetividade na governança dessas áreas, além da promoção de estratégias e ações de conservação da biodiversidade por meio de uma organização em conjunto (PINHEIRO, 2010). O mosaico é definido, legalmente, no art. 26 da Lei do SNUC, o qual assevera que:

> Quando existir um conjunto de unidades de conservação, de categorias diferentes ou não, próximas, justapostas ou sobrepostas, e outras áreas protegidas públicas ou privadas, constituindo um mosaico, a gestão do conjunto deverá ser realizada de maneira integrada e participativa, considerando-se os seus distintos objetivos de conservação de forma a compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da

> sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional (BRASIL, 2000).

A intenção dos mosaicos é a ampliação das ações de conservação ultrapassando os limites territoriais das áreas protegidas, revelando-se uma alternativa de compatibilização entre a ocupação humana e a conservação da biodiversidade (BRASIL, 2015). Para o MMA (2011), o estabelecimento de um mosaico pode contribuir na interação e na partilha de responsabilidades entre a população local, o governo e os órgãos gestores de diferentes esferas de governo, sendo uma possibilidade de resolução da falta de integração entre tais áreas.

Contudo, quando em processo de reconhecimento, é necessário que o território seja bem delimitado e considere as características próprias da UC que o integrarão, bem como da região em que estará inserida.

Na ótica de Pinheiro (2010), o reconhecimento de um mosaico tem como principais objetivos: a promoção da conectividade dos ecossistemas; o estabelecimento de espaços de debate com articulação institucional e de políticas públicas; a colaboração na diminuição de conflitos; o fortalecimento da gestão integrada; a contribuição no desenvolvimento territorial sustentável; e a melhoria da capacidade operacional do conjunto de UC.

Contudo, é importante perceber que os mosaicos ainda são uma iniciativa recente e pouco difundida em políticas públicas ambientais no Brasil. Associado a isso, têm-se uma escassez de informações e poucas pesquisas com relação ao tema (PENA RODRIGUES; SINAY, 2014). Para os autores, outro aspecto que dificulta a ampliação de áreas de mosaico é a alternância política e a oscilação entre maior e menor apoio político, o que acaba por influenciar propostas e iniciativas sobre o assunto.

Atualmente, o Brasil tem 24 mosaicos instituídos formalmente (PELLIN; PELLIN; SCHERER, 2017). No Pará, há 2, o Mosaico Tucuruí/PA, instituído pela Lei estadual nº 6.451, de 11 de abril de 2002 (BRASIL, 2022), que envolve uma APA (503.490,00 ha), duas Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), Alcobaça (36.128 ha) e Pucuruí-Ararão (29.049,00 ha), e o Mosaico Federal Oeste do Amapá e Norte do Pará (Amazônia Oriental) pela Portaria nº 4, de 4 de janeiro de 2013 (PELLIN; PELLIN; SCHERER, 2017), que envolve: Parque Nacional (PARNA) Montanhas do Tumucumaque; Floresta Nacional (FLONA) do Amapá; Floresta Estadual (FLOTA) do Amapá; RDS do Iratapuru, Parque Natural Municipal do Cancão; RESEX Beija-Flor Brilho de Fogo; Terra Indígena Wajãpi; Terra Indígena Parque do Tumucumaque; e Terra Indígena Rio Paru D'Este.

Para que um mosaico seja reconhecido, a iniciativa deve partir dos moradores e dos gestores que conhecem a realidade local e tem interesse em uma gestão de UC que seja

integrada e articule os sujeitos envolvidos, considerando que estes devem sentir-se elementos ativos nesse processo (TAMBELLINI, 2007). Associado a isso, a participação dos órgãos gestores é necessária com uma mobilização inicial nos órgãos públicos envolvidos e espaços de debates para nivelamento de interesses e definição de conceitos comuns.

O reconhecimento de um mosaico é feito com base em um ato voluntário por meio de uma manifestação formal do interesse entre as áreas envolvidas e de seus órgãos gestores (PINHEIRO, 2010). Porém, tem-se ainda pouca interação entre as esferas de governo, o que traz prejuízos para a implementação dos mosaicos UC e corredores ecológicos, influenciando em uma gestão integrada (TRIBUNAL, 2015).

Na instituição das UC, um dos desafios principais é o resguardo dos processos que geram e mantêm as características biológicas que se pretende conservar. É imprescindível entender e reconhecer que esses processos acontecem de modo que transcenda a área que se quer conservar (NURIT, 2006). Essa situação é bem resumida por Nurit (2006), para o qual:

> À primeira vista, pode-se ter a impressão de que o grande obstáculo na questão das áreas protegidas concentra-se em sua criação e que, uma vez estabelecidas, tudo tornar-se muito simples. Evidentemente, os desafios da criação de unidades de conservação são múltiplos e trata-se, sem dúvida, de uma etapa crítica, porém, muitos são também os desafios da implementação e da gestão das reservas criadas. Ocorre, porém, que essa visão ingênua acaba por condicionar parte relevante das políticas públicas e reflete-se na alocação de recursos (NURIT, 2006, p. 49).

Por vezes, as UC são instituídas em gabinetes oficiais sem conhecimento adequado do contexto local. Essa realidade gera problemas de gestão desde sua instituição até o momento atual, posto que, ocasionalmente, há sobreposição de terras protegidas com interesses diferentes, moradores que exercem atividades de subsistência utilizando esse meio, terra com posse particular e outras circunstâncias que tendem a gerar e acirrar conflitos.

Pode-se afirmar, conforme Santos (2021, p. 807), que

> […] é impossível dissociar a criação de unidades de conservação da ideia de conflitos. Toda e qualquer unidade de conservação vai necessariamente nascer de um ou mais conflitos e, geralmente, vai gerar outras ordens de disputas. Seja pela luta de preservação de uma espécie ou do conjunto genético encontrado em uma determinada área, seja para garantir a preservação de um espaço de beleza cênica ou historiográfica relevante, sempre, em todos os casos em que há riscos iminentes de sua perda, grupos sociais entrarão em choque a partir de estratégias de ação social ou de movimentos sociais mais ou menos consolidados. As apropriações culturais diversas, basicamente em contradição com a apropriação em larga escala desses recursos, fazem com que haja uma ação de proteção que aglutina doses variáveis de disputas – mas estas, contudo, estão sempre presentes.

Além dessas questões, Nurit (2006) aponta uma realidade cada vez mais complicada: as limitações de recursos financeiros e humanos. Em se tratando da Amazônia e sua extensão territorial, somando-se à dificuldade de acesso, os órgãos de gestão e a fiscalização ambiental têm dificuldades homéricas para realizar suas atividades: falta de transporte adequado (canoas, barcos, carros com tração); combustível; quantidade de colaboradores; estrutura física comprometida; e tantas outras dificuldades, que variam de acordo com cada contexto.

Outro desafio na gestão refere-se à demora na elaboração e à aprovação do plano de manejo. O plano de manejo é um documento técnico elaborado por uma equipe multidisciplinar, pelo qual, com base nos objetivos gerais da UC, são estabelecidos seu zoneamento e as normas de uso que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, incluindo a possível implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da UC (BRASIL, 2000).

Junto com o conselho gestor, esse documento é o principal instrumento de gestão das UC, definindo todas as possibilidades e as regras de uso e servindo como norteador das atividades a serem desenvolvidas. De acordo com a Lei do SNUC (BRASIL, 2000), o plano de manejo tem um prazo de 5 anos para sua conclusão, partindo da data da instituição da UC. Na prática, no entanto, isso não acontece por questões financeiras, em virtude do alto custo para elaboração). Os conflitos com populações locais também podem contribuir para a inconclusão do documento no prazo definido.

No que tange às populações locais, Nurit (2006) defende que estas são essenciais na conservação da biodiversidade e no desenvolvimento sustentável. Excluí-las das unidades ou de sua gestão ocasionam a perda de representatividade de paisagens protegidas e da possibilidade de conexão entre áreas de conservação. Esse quadro pode gerar riscos de exclusão de aspectos significativos para a preservação dos processos geradores e mantenedores da biodiversidade, tais como o conhecimento sobre a utilização antrópica dos ecossistemas, importante para a geração e a manutenção da biodiversidade.

Na gestão de UC, a governança exerce papel fundamental. A intenção é que os órgãos públicos, por meio de suas ações, construam um modelo adequado de governança pública. A governança pública resulta de um modo de governo que parte da adoção e exercício constante que legitimam o processo decisório por meio da solidariedade, de democracia e da cooperação.

Tais características são condicionais para a governança, sem as quais os diversos interesses envolvidos não são expressos. Os principais elementos que formam essa ideia de boa governança são: a responsabilidade das instituições; a efetividade; a eficiência; a eficácia; a participação popular; a democracia; a inclusão; a decisão orientada por consensos etc. (COLLARES; RIBEIRO; FARINON, 2020).

A gestão das UC passa pelo pleno funcionamento dos conselhos gestores, pela promoção da educação ambiental em escolas e UC e pelo próprio âmbito do setor público (SOUZA, 2017). Para o autor,

> Todas essas ações são, na verdade, obrigações impostas por Lei, justamente para facilitar e aprimorar o exercício do Estado Democrático de Direito. Assim, o sucesso ou fracasso dessas iniciativas estarão diretamente relacionadas ao empenho do Estado e daqueles que conhecem minimamente a importância da conservação da biodiversidade (SOUZA, 2017, p. 130).

Collares, Ribeiro e Farinon (2020, p. 254) destacam a importância de adotar, por parte do Estado, ações que envolvam atores civis e governamentais na gestão das UC, "pois essas iniciativas são primordiais para o fortalecimento desses espaços e da ideia e conceito de governança".

Ao falar sobre governança em UC, também é necessário o debate sobre o uso comum de espaços públicos, considerando como a coletividade se organiza para tal. No próximo item, serão expostos alguns aspectos sobre as categorias de uso comum e de ação coletiva, os quais contribuem com a reflexão sobre as questões de utilização de florestas para o turismo e o papel dos moradores locais e seus gestores.

4.3 Uso comum, ação coletiva e crise ambiental

A importância de falar sobre a governança e a participação nos processos decisórios se baseia na possibilidade de mudanças e de adequações de acordo com os fatos que acontecem em determinados espaços. Para aprofundar esse o assunto, é necessário refletir sobre como os espaços comuns/públicos são utilizados.

Para tanto, cita-se a teoria sobre a tragédia dos comuns (*The Tragedy of the Commons*), criada pelo ecologista Garret Hardin em 1968 (HARDIN, 1968). Essa teoria defende que, em se tratando de uso de recurso comum, o indivíduo tende a explorar esse recurso sem considerar os custos impostos aos outros usuários, de modo que as ações individuais e independentes trariam danos à coletividade (SIMÕES; MACEDO; BABO, 2011).

Para melhor abordar o assunto, é relevante conceituar o entendimento de "comum". Primeiramente, o comum é diferente do "público", sendo maior e mais abrangente do que o Estado. No modelo atual de neoliberalismo, é importante observar essa diferenciação, de modo que a crença no Estado como solução é questionável, dado que este tende a ser mais associado à lógica do setor privado (DARDOT; LAVAL, 2017a). O uso do termo "comum" pode ser

percebido se referindo a bem ou coisa de uma comunidade/coletividade. Nas palavras de Dardot e Laval (2017b, n.p.), o termo pode ser usado para designar "[…] o menor denominador comum das mobilizações, o termo médio que une os 'homens de boa vontade' de todas as classes e todas as confissões".

Em contrapartida, para o contexto a ser trabalhado neste estudo, a noção de comum (que possui diversos usos), de acordo com Dardot e Laval (2017b), pode ser direcionado ao princípio político da coobrigação, no qual todos que estejam envolvidos em uma mesma atividade também estão obrigados a participar em uma determinada tarefa. Para os autores, o princípio político do comum envolve os que participam das mesmas tarefas/ações, excluindo a obrigatoriedade de participar, baseada no senso de pertencimento que seja independente da tarefa/ação (DARDOT; LAVAL, 2017b).

Esse pensamento tem base no pensamento aristotélico que os cidadãos são os que deliberam em comum para direcionar o caminho a ser tomado. O comum não se trata de um objeto ou bem, mas, sim, ao agir comum, de pôr em comum pensamentos e palavras. Assim, esse termo surge das atividades dos seres humanos e da tarefa daqueles que se envolvem, engajam-se e constituem um regime baseado na reciprocidade e na deliberação (DARDOT; LAVAL, 2017b).

Na perspectiva de Tonucci Filho e Costa (2017, p. 3), os comuns, de modo sucinto, são "bens e recursos, materiais ou imateriais, que são coletivamente compartilhados, usados e geridos por uma comunidade, por meio de uma série de práticas, regras e saberes também concebidos e decididos pela comunidade".

O comum é um princípio político que remete a uma dimensão coletiva da sociedade e envolve relações, lutas e defesas sociais. A prática de autogoverno é baseada e orientada em uma cooperação democrática, que exclui dominação, de modo que as normas são elaboradas pela "ação comum" e não impostas por um agente externo.

As leis expressam acordos coletivos numa dimensão pública, de Estado, normativa que, por vezes, nega o comum, pois, geralmente, tem uma lógica de propriedade privada/capitalista, que beneficia esse grupo. Trata-se de um conjunto de normas, leis e diretrizes que regulam o funcionamento dos setores nos quais agentes privados prestam serviços de utilidade pública. Para Dardot e Laval (2017b), o pensamento não deve ser baseado na apropriação (conforme defende o neoliberalismo), mas, sim, na coobrigação e na coparticipação dos indivíduos que atuam em determinada coletividade.

No Brasil, o processo de apropriação e de mudança nos usos dos territórios contribuiu para as lutas por direitos sociais e para a intensificação de conflitos (especialmente, urbanos e

agrários) na busca de consolidar estratégias em defesa do meio ambiente (CASTRO, 2014). Esse cenário é fruto do modelo capitalista e de racionalidade neoliberal, que induz ao aumento das desigualdades sociais e ao descumprimento dos deveres do Estado, com subtração de direitos e abstração das demandas dos cidadãos no que concerne à prestação de serviços, à infraestrutura e à participação em processos decisórios, que contribuem para o reconhecimento desses cidadãos como protagonistas da sociedade (CASTRO, 2014).

Trata-se de um processo de coparticipação nas responsabilidades de uso coletivo de determinado território. No caso da FLONA do Tapajós, é possível identificar aspectos importantes sobre a coletividade. A FLONA foi instituída em 1974, período do regime militar, em que o próprio modelo de gestão do País cerceava a participação. Em conformidade com um informante:

> […] O que que aconteceu, tinha uma comunidade aqui chamada São João, atrás de Maguari, que não tem mais. Aqui, nós fazia parte da comunidade Maguari, que tinha mais famílias, então, fazia de conta que isso aqui era um bairro de Maguari, todos os documentos eram tirados Maguari, Maguari, depois que passou a ser comunidade, foi dividido, né? E o que que acontece, quando era o IBDF, não era o ICMBio, o IBDF né? Então, isso aqui já tava no plano do governo federal pra criar essa unidade de conservação aqui, né? Mas só que não era orientado o povo tradicional daqui (ENTREVISTA, INFORMANTE 5 JAMARAQUÁ, 2022).

De acordo com morador 5 de Jamaraquá, ao citar a São João, explica que, na época da criação da FLONA, todos os moradores dessa comunidade sofreram desapropriação e foram indenizados. A forma como a instituição da FLONA aconteceu exemplifica o contexto nacional vivido no período. Ainda que muitos tenham se retirado das terras, muitos permaneceram.

Conforme o entrevistado, "tinha gente de mais de cem anos morando aqui, desde a época indígena" (ENTREVISTA, INFORMANTE 5 JAMARAQUÁ, 2022). Em vista disso, a luta pela permanência nesse território aconteceu a partir de negociações que duraram meses no caso de outras comunidades, dentre as quais estão Jamaraquá, Maguari e São Domingos. Ao argumentar que não sairiam de suas terras, os moradores tinham respostas como:

> Ah, mas não pode porque o governo quer criar reserva, mas quer uma reserva nua, que eles falam, né, sem habitação dentro, só com floresta e animais e nada mais, não, não, nós já temos aqui, nós temos que viver aqui, nós vamos ficar aqui. Pra onde a gente conversava, conversava "tá, vou levar isso aqui, vou levar essa proposta pro governo federal", ia embora. Passava três meses, quatro meses e voltava, o pessoal chamava a gente da reunião né, aí diziam "o governo não concorda com a proposta de vocês, tem que ser assim, tem que sair todo mundo fora, né, e deixar a unidade, a reserva sem ninguém, sem habitação". Não, como é que vai sair fora? Então, diga uma coisa pra nós, tem lugar pra nós lá em Brasília pra nós morar pra lá, pra nossa sobrevivência e tal, criar nossos filhos, educar lá? (ENTREVISTA, INFORMANTE 5 JAMARAQUÁ, 2022).

O diálogo criado por esse informante, representa de forma sucinta como foram as negociações. Conforme o entrevistado, quando a equipe do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) não tinha argumentos, o diálogo continuava:

> Ah, não isso aí é lei do governo, eles mandam isso aí. Então, a gente não vai! A gente vai ficar aqui, nós quer assim. Nós quer a permanência na terra, com direito a isso, a isso, a isso, e trabalhando junto. "Ah, a gente vai levar a proposta pra lá de novo". Lá ia de novo, passava mais aquele tempo (ri). Sabe o que acontece, e aí a gente começou a ficar assim, cada vez a gente aprendendo mais, sabe, aprendendo mais a discutir com os grandes, né? Aí o pessoal falava assim que era preciso matar as lideranças né, pra poder ganhar a Amazônia, não sei o quê, sabe… e nós fazia reunião escondida, acredita…? (ENTREVISTA, INFORMANTE 5 JAMARAQUÁ, 2022).

As reuniões escondidas aconteciam para organizarem as estratégias e os argumentos que seriam utilizados para se manter na terra, por isso, eram marcadas e divulgadas como se fossem encontros da igreja, ao passo que a intenção é que "quando eles chegassem a gente tá preparado, então a gente se preparava antes, entendeu, aí a gente fazia essa reunião e o pessoal vinha e 'não é desse jeito', 'é desse jeito', 'mas, nós quer desse jeito', isso aí foi trinta anos… trinta anos" (ENTREVISTA, INFORMANTE 5 JAMARAQUÁ, 2022).

Os 30 anos citados pelo informante 5 Jamaraquá (2022) são marcantes em vista do início da organização para a criação da Federação dos Comunitários da FLONA do Tapajós (FCFT), que, como Terceiro Setor, representa todas as comunidades da FLONA. Em muitos casos, os cidadãos se organizam em associações/entidades sem fins lucrativos, o chamado Terceiro Setor, no intuito de contribuir com ações solidárias em locais em que o Estado não se fez chegar.

No Brasil, essa prática de organização civil de interesse público é regulamentada pela Lei nº 9.790 de 23 de março de 1999 (BRASIL, 1999), que "dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências".

Com o propósito de consolidar essa prática, foi aprovado, em 2014, o chamado Marco Regulatório, que, alterado em 2015 pela Lei nº 13.204, 14 de dezembro de 2015 (BRASIL, 2015), estabeleceu o regime jurídico de parcerias voluntárias consolidadas entre o setor público e as organizações da sociedade civil com regime de cooperação mútua e definiu, também, a relação jurídica do governo com as organizações da sociedade civil (sobretudo, em casos de transferências de recursos para projetos de interesse público).

A relação jurídica entre o governo e a FLONA se dá pela FCFT, conforme as palavras do presidente da FCFT:

> A federação, ela é uma organização que defende as organizações e comunidades tradicionais da FLONA do Tapajós. Ela foi criada é, em 28 de maio de mil novecentos, quer dizer, de 2004. Porque foi assim, nós moradores da FLONA passamos por uma situação difícil, né, quando foi criada a FLONA e a gente não tinha direito a nada, praticamente, no tempo do IBDF e isso foi um problema muito difícil para as comunidades e a partir dos anos de 90, não sei se foi em 74, nós só tivemos aproximação do governo a partir de 90 pra cá, e aí tive as primeiras reuniões com o IBAMA na época, não era mais o IBDF, e então, nós começamos a discutir a respeito dos nossos direitos, a permanência na terra e nós delimitamos uma área por conta própria, né, da margem do rio até mais lá dentro da FLONA, 10 quilômetros, pra dar segurança pras famílias que dava um total de 58 mil hectares (ENTREVISTA, INFORMANTE FCFT, 2022).

Na FLONA do Tapajós, primeiro foram nomeadas três comunidades para representar todo o território, depois houve a idealização de um órgão que fosse criado pela comunidade e responsável por toda a FLONA. A FCFT foi idealizada pelos próprios moradores, de modo que, para sua criação, foi necessário que o Governo Federal autorizasse a criação desse órgão. Para essa autorização, alguns moradores viajaram até Brasília para negociar como funcionaria essa federação:

> Então, foi um monte de pessoas pra lá e fizeram isso, né, quando criou a federação sim, aí o que o governo disse: "agora, quem tem a responsabilidade de cuidar dessa unidade é a federação, mas, de acordo com todos os… os… as leis do Governo Federal de conservação, de unidade de conservação", né? Então, o que que acontece, a gente pode trabalhar em parceria, ICMBio e comunidade, aí veio o plano de utilização, teve o plano de utilização, plano de manejo, tudo, de como é que você vai cuidar da floresta. "Vocês concordam com isso?" "Concorda". Aí fizemos o Plano de Utilização de como a gente pode utilizar a floresta, né, e o que as leis determinava pra gente fazer, pra criação, pra agricultura, pra artesanato, extrativismo… (ENTREVISTA, INFORMANTE 5 JAMARAQUÁ, 2022).

A dinâmica existente propõe uma lógica de organização das comunidades, em que, por meio da federação (como instituição formal), anseios, interesses e direitos dos moradores da FLONA fossem resguardados. Antes da existência da FCFT, conforme um dos entrevistados, o processo se dava da seguinte forma:

> Antes eles vinham fazer reunião, "olha, vocês tem que…", já vinham com o estatuto praticamente pronto, né? Aí as pessoas tinham que ter muitos pontos que a gente não entende, muitas coisas não entendiam e aí "vai na votação", "quem concorda?", todo mundo levantava a mão e concordava. Depois que tivesse lá, já era. Agora não, agora tem a parte jurídica, que a doutora […], que trabalha na Federação, ela tá acompanhando para esclarecer os pontos que a gente não entende, entendeu? (ENTREVISTA, INFORMANTE 7 SÃO DOMINGOS, 2022).

A FCFT tem uma atuação que pode ser entendida pelo princípio político da noção de comum, a qual possibilita ser abordada tanto no meio político quanto no meio social, pois tem

uma lógica baseada na produção e na troca, mas sem a intenção de ser um novo modelo de produção. O comum não envolve a supressão do mercado, por isso, não se pode confundir o termo "comum" com os "bens comuns". No singular, o termo pode ser compreendido como princípio político, um modo de ação; no plural, como aquilo que é instituído a partir da atividade e da colaboração.

Os bens comuns, para Ostrom (2008) e Dietz *et al*. (2002), são os recursos comuns, como a atmosfera, as águas subterrâneas e superficiais, as florestas e sua biodiversidade. Esses recursos possuem duas características: seu uso por um indivíduo interfere na disponibilidade desse recurso para outros, assim como ambos podem ser super explorados (dado que são de difícil controle, favorecendo o uso desenfreado e predatório).

Hardin (1968) oferece a hipótese de que, em um espaço de livre acesso, os usuários ficam presos em um sistema determinista, ao passo que as consequências são inevitáveis. Para o autor, esse problema ambiental surge a partir de dois fatores advindos da atividade humana: o crescimento da população, o qual acarreta um aumento no consumo dos recursos naturais; e o modo como os seres humanos se organizam para a extração desses recursos naturais. Partindo desses pressupostos, Hardin aponta duas formas de organização: o controle centralizado no Estado ou na propriedade privada (SIMÕES; MACEDO; BABO, 2011).

Essa teoria, apresentada como um fator inevitável, foi aceita por muitos estudiosos da época (SIMÕES; MACEDO; BABO, 2011). Porém, foi analisada pela americana Elinor Ostrom, cientista política, ganhadora do prêmio Nobel de economia em 2009, a qual apresentou argumentos que questionam esse paradigma, apontando a capacidade de comunidades gerenciarem o uso dos recursos naturais de modo sustentável. No viés de Ostrom (1999), os atores são capazes de desenvolver uma auto-organização para evitar essa tragédia, e não necessariamente isso está associado a uma gestão do Estado (ARARAL, 2014).

Ainda que existam tais críticas quanto à teoria da tragédia dos comuns, Leff (2009) reafirma que a sociedade atual vive em plena crise ambiental global, ocorrida em razão da chamada primeira fase do capitalismo, em que, com a abundância dos recursos naturais, não se tinha a preocupação com a exploração da natureza e com os impactos que isso poderia gerar. Para o autor, essa crise é fruto do abandono dos modelos desenvolvidos por sociedades tradicionais que têm direcionado o planeta a escassez dos recursos naturais (LEFF, 2009).

Leff (2009, p. 216) aponta para a existência do "ecodesenvolvimentismo", que é "um discurso prático orientado a harmonizar a reprodução da natureza como objetos e meios do processo produtivo na reprodução ampliada de capital". É um modelo que, primeiramente, atribui um valor econômico aos recursos naturais e, em segundo, busca tornar o ser humano, o

meio ambiente e a cultura como partes da mesma essência, qual seja, o capital. Nesse contexto, a regulação do equilíbrio ecológico acontece com base no modelo neoliberal, com a mão invisível do mercado, posto que:

> Na perspectiva neoliberal, os problemas ecológicos não surgem como resultado da acumulação de capital, nem por falhas do mercado, mas por não se haver atribuído direitos de propriedade e preços aos bens comuns. Uma vez que seja feito isso, as milagrosas leis de mercado encarregam-se de ajustar os desequilíbrios ecológicos e as diferenças sociais gerando a sustentabilidade (LEFF, 2009, p. 235).

Essa lógica neoliberal, baseada no discurso pró-desenvolvimento, possui novas dinâmicas alimentadas pelas relações de consumo. Nesse modelo, tem-se o pensar da sociedade a partir de uma hierarquia, naturalizando uma inferioridade sobre expressões (culturais, sociais e econômicas) que não seguem o caminho rumo à modernidade e ao progresso (com reforço da categoria de raça) (ESCOBAR, 2005).

Trata-se de uma perspectiva otimista sobre a ação civilizatória como benevolente pelo compartilhamento de suas definições de conforto e qualidade de vida, apontando para uma extinção dos demais modos de vida. Para o autor, as sociedades que não acompanham esse pensar são enxergadas como “carentes, arcaicas, primitivas, tradicionais, pré-modernas” (ESCOBAR, 2005, p. 13).

O processo de imposição dessa lógica se espraia pela vida (como indivíduo e como ser social) e pela natureza, propagando uma supremacia que visa domesticar as relações que não seguem a modernidade. Por esse motivo, segundo Escobar (1995), é que os povos de áreas de floresta têm sido “reconhecidos” como proprietários de seus próprios terrenos. Contudo, esse reconhecimento só acontece se os “novos proprietários” aceitarem tratar seus territórios como reservas de capital.

É uma realidade marcada pelo discurso de conservação ambiental como estratégia econômica, com proprietários de terras que, no entanto, devem ceder sua posse quando a modernização assim o exigir. No caso da Amazônia, o enfrentamento ao grande capital tem, na questão da terra, um de seus focos (COELHO, 2015).

De acordo com o autor, “com a expansão da mineração no Brasil, áreas que poderiam ser utilizadas para fins de reforma agrária e por pequenos agricultores tornam-se alvo de mineradoras” (COELHO, 2015, p. 68). A questão do território engloba a terra, a água, os bens naturais e os vínculos comunitários, e a luta para manter esses recursos, a qual é contínua contra o capital e sua hegemonia.

Não há uma determinação quanto à capacidade ou não de auto-organização de coletivos acerca do uso comum, de modo que Ostrom não ignora que as tragédias apontadas por Hardin ocorram, porém utiliza casos empíricos de comunidades humanas que se organizavam entre si para gerir os recursos naturais, permitindo que gerações e gerações tivessem a mesma oportunidade.

Elinor Ostrom tira o fatalismo proposto por Hardin, bem como aponta que tanto o Estado quanto a propriedade privada estão sujeitas também ao fracasso em determinadas circunstâncias (OSTROM *et al*., 1999). A partir de seus estudos de caso, a autora evidencia que as comunidades são capazes de obter sucesso a longo prazo e detêm princípios baseados na governança (IMBIRISSÚ; OLIVEIRA, 2015).

A capacidade de autogestão apontada por Ostrom conduz à reflexão no que concerne à noção de ação coletiva e é uma categoria basilar para compreender as relações e formas de organização dos comunitários do *lócus* estudado. Para a autora, o entendimento sobre a ação coletiva se apoia no ponto de vista que "[…] indivíduos em situação de interdependência encaram escolhas nas quais a maximização de interesse próprio de curto prazo produz resultados que deixam todos os participantes pior do que alternativas possíveis" (OSTROM, 1998, p. 1).

A perspectiva determinista de Hardin pode ser percebida na época da instituição da FLONA, com a tentativa de exclusão dos moradores. Contudo, a maximização do interesse comum, a partir da organização entre esses moradores, evidenciou-se definitiva para a mudança na condução desse processo de instituição da UC.

Conforme uma liderança da comunidade São Domingos,

> No meu ver, as conquistas principais aqui foi de permanecer na FLONA, né? Se organizar e criar as ferramentas de organização. Se não fosse por isso, ninguém tava na FLONA. Porque se a gente se afasta, é mais fácil de ser levado. […] Hoje, se a gente é beneficiado, é resultado da luta de gente lá de trás. […] O pessoal sobrevive aqui na FLONA, inclusive, protegendo. E aí cada vez mais a federação se envolve mais, a própria cooperativa dá esse apoio. Então, isso é fruto de uma luta que vem muito de longe (ENTREVISTA, INFORMANTE 11 SÃO DOMINGOS, 2022).

Acredita-se que essa organização perpassa, inicialmente, o sentimento de pertencimento a um espaço, com base em uma vertente educativa/formativa que estimule a criticidade dos indivíduos (no caso da FLONA, sejam moradores e/ou visitantes) sobre a questão socioambiental e a crise que se vive na atualidade. Perpassa, ainda, a (re)construção de um sentimento de pertencimento como ser vivo, ultrapassando a ideia de sensibilização. Significa

mais do que saber o que é o certo ou errado, mas transformar essa noção em ação (GUIMARÃES, 2007). Nas palavras do autor:

> Precisamos até mesmo superar a noção de sensibilizar, que na maior parte das vezes é entendida como compreender racionalmente. Só a compreensão da importância da natureza não é o bastante […]. Sensibilizar envolve também […] o sentido de integração, de pertencimento à natureza (GUIMARÃES, 2007, p. 101).

O sentimento de pertencimento, considerando a sociedade atual de fragmentações e segregações, é uma dimensão simbólica de interesses e valores compartilhados, que, consoante com Sousa (2010), constitui-se em uma linguagem em sentidos de vida e que, talvez, seja esse o elemento basilar para definir o comum.

Não apenas as relações do comum são entendidas como comunidade ou como bens comuns (tal como a natureza), mas todas aquelas que foram criadas a partir desse campo: a luta pela permanência na FLONA; a compreensão do que aquele espaço significa ambiental e socialmente; a valorização que o turismo traz aos moradores; e a união dos moradores para que esse contexto seja mantido e melhorado em benefício de cada comunidade.

Os moradores mais antigos, que passaram por todo esse processo de resistência, criação de normas comunitárias e processos próprios de gestão, bem como o início do envolvimento participativo entre moradores locais e ICMBio, desenvolveram uma consciência de que aquele espaço é deles, e a partir de sua própria organização, eles têm poder de influenciar e, até mesmo, de conduzir processos políticos internos e externos em cogestão com outros grupos (órgãos públicos e organizações civis).

Na FLONA, a partir dos dados coletados em campo, alguns entrevistados, das três comunidades, mencionaram a evasão dos mais jovens para outras cidades, seja em busca de estudo (dado que o acesso à educação nas comunidades é limitado), seja em busca de oportunidades de trabalho. A problemática não é, necessariamente, a evasão em virtude dessa busca, mas, sim, da carência de acesso a determinadas estruturas, tais como atendimento médico, qualidade de transporte, de ensino, de *internet* etc., os quais contribuem (ou definem) para a permanência ou não de pessoas nesse espaço.

De acordo com um entrevistado do ICMBio, os mais jovens "[…] estão saindo da unidade, porque falta oportunidade e aí não tem muita geração de renda", ainda assim:

> Há dois anos, cerca de 40 condutores atuavam nas três comunidades. Com o aumento dos recursos disponíveis, os jovens passaram a se interessar em participar. No entanto, a FLONA enfrenta o desafio da evasão de jovens na faixa etária dos 18 aos 40 anos, devido à falta de oportunidades e geração de renda. Para solucionar esse problema, os

> jovens estão sendo incluídos e capacitados em parceria com professores da UFOPA, que já realizaram capacitações sobre observação de aves, e com um pesquisador do INCRA, que pretende realizar uma capacitação sobre fungos. É importante melhorar a transferência de conhecimento e sabedoria dos mais antigos para os jovens, bem como a formação de liderança jovem, que ainda é escassa (ENTREVISTA, INFORMANTE 4 ICMBio, 2023).

Sobre a iniciativa para a capacitação sobre fungos, esta tem a intenção de destacar, no decorrer das trilhas, a observação das variadas espécies e abordar os que são comestíveis. De acordo com o gestor da FLONA, o propósito é incluir o máximo de pessoas nas ações para o turismo, mas também que os treinamentos são necessários para "[…] contar não só o conhecimento que eles têm da biodiversidade, mas da história do lugar".

Para além da infraestrutura, muitos jovens – os quais não acompanharam o processo de instituição da FLONA e todas as dificuldades que os mais antigos viveram – já não se sentem, de fato, pertencentes a esse lugar. Para um dos entrevistados, liderança que está presente desde antes da instituição da FLONA, o interesse e os conhecimentos estão se perdendo.

Ao ser perguntado sobre o que ele achava de os mais jovens saberem ou não o que era a FLONA e o que ela significa para as comunidades, a resposta foi: "[…] não tem. E isso que eu me refiro, assim, que a pessoa quer fazer um trabalho que ele não tem conhecimento da coisa, né? Então, se você chega de fora, você quer saber como foi criada a FLONA? Quantos hectares tem a FLONA? Quantas famílias tem a FLONA?" (ENTREVISTA, INFORMANTE 5 JAMARAQUÁ, 2022).

Essa realidade aponta, de certa forma, para um enfraquecimento da ação coletiva local, influenciada pelo afastamento de jovens das comunidades em busca de outras oportunidades de vida e pelo consequente enfraquecimento do espírito comunitário.

A ação coletiva permite que sejam alcançadas mudanças nas estruturas sociais, de maneira que, com a consciência da existência das classes, é possível que estas se posicionem como atores no meio social de modo organizado. Essa organização pode se dar por interfaces com movimentos sociais, como ONG e associações locais, e/ou de formas institucionais tradicionais, como em sindicatos trabalhistas.

A FLONA do Tapajós, a partir dos dados coletados, pode ser considerada uma interface entre organizações sociais locais e externas. Entre o final da década de 1990 e início do novo milênio, de acordo com um entrevistado, a forma como o processo de instituição da FLONA foi conduzido apontou para um problema a ser resolvido:

> […] nós tínhamos um problema na época que não tinha nenhuma representação assim, em termos de organização, de uma pessoa jurídica que pudesse representar esse povo.

> Não tinha nada, não tinha associações, não tinha nenhum movimento. A única organização que representava os associados era o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, na época, o de Santarém. Então, surgiu a necessidade de se criar pessoas jurídicas para representar esse pessoal, as comunidades (ENTREVISTA, INFORMANTE FCFT, 2022).

Outro aspecto significativo foi o papel fundamental de instituições religiosas (diversas denominações cristãs) no estabelecimento e fortalecimento de laços entre os moradores da FLONA. Válido ressaltar que a presença e o apoio substancial da igreja católica e seus agentes pastorais nas lutas das comunidades, que fazem parte de UC na Amazônia, pode ser conferida desde a época do ambientalista Chico Mendes na década de 1970. Contudo, como será abordado posteriormente, ao mesmo tempo em que instituições religiosas podem unir pessoas, também podem dividir, de acordo com o templo religioso a ser seguido.

Além das instituições religiosas, a Comissão Pastoral da Terra[24] (CPT) e o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Santarém também contribuíram para o fortalecimento de laços comunitários e para organizações sociais. A possibilidade de participação das pessoas no Sindicato tornou-se o primeiro contato com uma organização política mais abrangente. As organizações, até o momento, limitavam-se a organizações comunitárias em nível local. Essa foi uma alternativa para se organizarem em defesa de suas terras e seu direito de permanência. De acordo com um dos informantes,

> […] aí a gente começou a se organizar, com o pessoal da igreja, da CPT, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, aí a gente criou o sindicato dos trabalhadores rurais, né? Eu disse: "rapaz, é o seguinte, aqui o que nós temos que fazer é morrer ou ganhar terra" e aí, nós metemos a cara e dissemos "não, daqui a gente não sai, não é esperar o pessoal chegar e querer invadir, calma aí, não é muito assim não". Armados e tal, sabe… (ENTREVISTA, INFORMANTE 5 JAMARAQUÁ, 2022).

Com o alcance da concessão de uso da terra, a organização dos moradores da FLONA, em prol de benefícios coletivos, teve continuidade e foi aperfeiçoada, dado que houve a criação das associações em cada comunidade, com regimentos próprios elaborados e deliberados pelos moradores para o convívio social, a criação da COOMFLONA como cooperativa que intermedeia as negociações entre os produtores da FLONA e os compradores, para o

[24] A CPT foi criada em 1975, durante o encontro de bispos e prelados da Amazônia, realizado pela Confederação Nacional de Bispos do Brasil (CNBB) em Goiás. A CPT está organizada em todo o território nacional em 21 regionais, que correspondem aos estados da federação. Além da estrutura de organização institucional temos nos estados equipes (maior parte voluntária) que participam do trabalho, e lidam diretamente com os trabalhadores. A CPT instrui, mobiliza e condena a precarização do trabalhador rural, enfrentando as políticas do agronegócio e lutando pela agroecologia familiar. A CPT também faz diversos estudos sobre as condições do campo e protagoniza um importante papel na denúncia das violências no campo (GONZAGA, 2019).

desenvolvimento econômico, bem como grupos específicos de atividades, tais como o turismo e o artesanato.

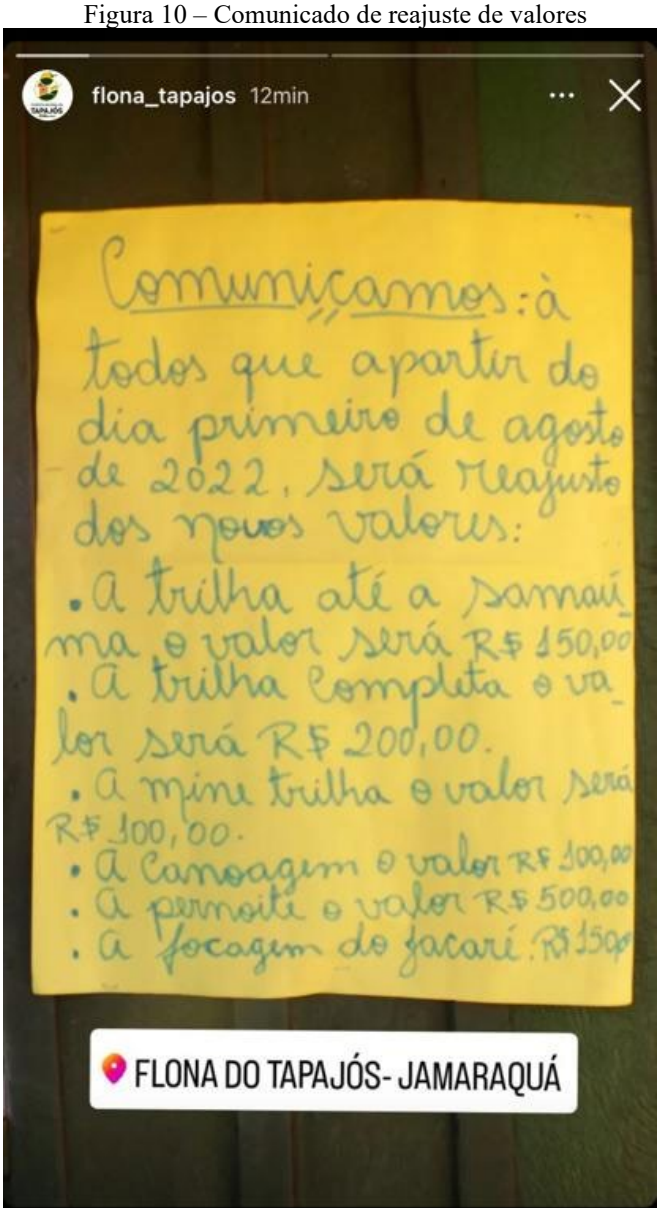
Na ótica de Cefaï (2007), ainda que não haja definição sobre a ação coletiva, é possível constatar que o conceito de ação coletiva está associado à tentativa de construir um coletivo de modo organizado, relativamente formalizado e institucionalizado, por indivíduos com objetivos comuns, num contexto de cooperação e competição com outros coletivos. Para entender melhor, o autor defende que as ações coletivas dependem do contexto no qual se aplicam, considerando que cada ação tem uma história.

Partindo dessa perspectiva de Cefaï, juntamente com a própria história de instituição da FLONA e os conflitos existentes, a organização de cada comunidade também tem sua importância, sobretudo, pelas diferenças existentes entre as comunidades no direcionamento de atividades econômicas, como o turismo, o artesanato e o manejo florestal. É interessante perceber que cada comunidade tem seu regimento próprio, elaborado pelos próprios comunitários, ao mesmo tempo em que existem normas em comum para todas as comunidades da FLONA.

Um exemplo de normas comuns às comunidades, especialmente, das estudadas na pesquisa, refere-se ao serviço de atendimento aos turistas, posto que existe certa padronização na prestação de serviços e na organização e repasse de dinheiro. No decorrer da segunda viagem de campo, em meados de maio de 2022, os entrevistados das três comunidades mencionaram que "estavam querendo" (sem precisar quem estava querendo) aumentar os valores cobrados para o recebimento de turistas e condução de trilhas e passeios. O valor[25], até então, era R$ 100,00, no dia 21/07, foi anunciado o ajuste para R$ 150,00, passando a valer a partir do dia 01/08/2022 (Figura 10).

[25] Esse valor é referente ao cobrado pela condução de comunitários em passeios. Passeios vendidos em Santarém, conforme será abordado posteriormente, são em grupo, em que o valor pago para o condutor na FLONA é rateado entre os visitantes.

Figura 10 – Comunicado de reajuste de valores



Fonte: *Instagram* da FLONA, em postagem temporária, no dia 21/07/2022.

Ainda que, na Figura 10, esteja marcada a localização da comunidade Jamaraquá, esse reajuste é definido em conjunto e aplicado em todas as outras comunidades. De acordo com um entrevistado,

> Antes era cem reais, né? Cem reais. Aí o guia ia pra trilha, levava os cem reais, chegava aqui, dava 20% pra comunidade, o restante é dele. E como a gente… Aí teve essa reunião aí, a gente sentou e conversou, "a gente tem que ver a questão dos valores nosso, né? Que já tá bastante tempo assim", e o que ficou é que aumentou cinquenta reais, né? Então, aqui ficou cento e cinquenta, que é a trilha normal […]. Esse, na verdade, foi um acordo que nós fizemos entre as três comunidades, né? Nós temos um regimento do grupo mesmo e temos um, um regimento, que é… Ele é geral, do grupo de turismo (ENTREVISTA, INFORMANTE 6 MAGUARI, 2022).

No caso de passeios exclusivos de determinadas comunidades, o valor é definido por ela própria em reunião da associação. O processo de redefinição dos valores foi contraditório, pois alguns moradores concordaram e outros não. Outro ponto conflitante é sobre o repasse de 20% do valor da condução para a associação comunitária.

Esse percentual, combinado entre os grupos de turismo das comunidades, é destinado às associações comunitárias locais e deve ser utilizado para melhorias turísticas nas comunidades, mas, em caso de necessidade, pode ser usado em prol de algum benefício para os moradores, em caso de concordância entre os envolvidos. Sobre esse processo de cobrança e repasse para a comunidade, um entrevistado explana:

> Foi discutido muito isso, porque, na verdade, não era pra a gente repassar isso para a comunidade, né? Não era. Então, como depois de tarem discutindo isso foi concordado de a gente passar, mesmo assim, hoje em dia ainda tem pessoa, por exemplo, aqui do grupo, têm pessoas que não concordam muito de repassar esses vinte por cento pra comunidade, que seria pra ficar pra o grupo mesmo, entendeu? Até por questão de, vamos dizer… de investimento, de a própria comunidade investir alguma coisa no turismo, né? Que na minha cabeça isso fica pra investir no turismo. Tá certo que pode a comunidade… A comunidade pode usar o que tá lá para fins relacionados à comunidade, né? Só que, muitas vezes, não é usado, e tem pessoas que, às vezes, discute isso, questiona, né? Mas hoje em dia, do valor que o visitante deixa para o guia, ele passa 20% pra comunidade, né? (ENTREVISTA, INFORMANTE 6 MAGUARI, 2022).

A ação coletiva envolve critérios que não estão associados a organizações particulares, e sim a formas organizacionais inevitáveis para a vida coletiva, de modo que essa organização, em termos de formalização e institucionalização, deve considerar o direito como item fundamental. É ordenada como organização de ação econômica, com base em valores de solidariedade, equidade e autonomia, observando a construção de normas e regras de convivência local.

A forma como as comunidades da FLONA do Tapajós, em especial, as estudadas, evidenciam-se, em muitos aspectos, organizadas, formalizadas e, de certa forma, institucionalizadas. Esses aspectos foram e são construídos a partir de processos democráticos em reuniões entre moradores e as comunidades. Os conflitos existentes fazem parte da própria égide da participação, em que interesses particulares e comunitários estão em lados opostos.

Cefaï (2007) assevera que os objetivos da ação coletiva são diversos, porém destaca dois grupos: individuais e universalizáveis. Para o autor, o grupo dos individuais é aquele que, racionalmente, quer alcançar benefícios particulares, enquanto o grupo dos universalizáveis defende interesses em nome de bem público.

Quando um grupo é confrontado com situações de risco, surgem tensões que não podem ser acomodadas. Esse movimento culmina com a mobilização de uma coletividade que busca meios de transformar os problemas em questões públicas. Essa mudança de um problema coletivo para uma questão pública formal se caracteriza pela busca da ampliação de seu poder de ação, com o qual os grupos intentam o alcance de "dispositivos de intervenção cuja operacionalização requer convencer outras pessoas, em privado e em público, sobre a legitimidade de seus diagnósticos. É preciso sensibilizá-las, envolvê-las e talvez mobilizá-las" (CEFAÏ, 2017, p. 189).

É importante também que seja estabelecido um diálogo ético capaz de reconhecer os limites que devem ser estabelecidos entre o individual e o coletivo, de modo que nenhum bem comum deve se sobrepor ao indivíduo, evitando que este seja oprimido, tal como nenhum indivíduo deve oprimir (sobrepondo-se ou se opondo) a coletividade (KARNAL, 2019 *apud* TASSO; MOESCH; NÓBREGA 2021). Esses aspectos puderam ser notados desde o processo inicial de mobilização pela permanência na FLONA e pela longa caminhada até as organizações atuais, tais como as associações comunitárias e a federação.

Ainda assim, o conflito existente entre os interesses comuns e os particulares é uma constante. Isso pode ser percebido tanto dentro das comunidades – entre os moradores – quanto entre as comunidades da FLONA. Um dos pontos identificados refere-se à concorrência entre as comunidades sobre o recebimento de visitantes. Não se pode dizer, de acordo com os entrevistados das três comunidades, que há conflito, embora um entrevistado tenha utilizado a palavra "ciúme", ao tratar do tema, conforme abaixo:

> Conflito não, **acho que tem ciúme** [risos]. Tem ciúme porque essas comunidades, elas têm uma… Recebe mais turista mesmo, porque na alta temporada vem muita, muita, muita lancha passa tudo pro Jamaraquá, porque eu sempre, quando a gente vai fazer uma prestação de contas com os meninos que trabalha no CAT ali, […] a associação, na alta temporada, ela dá bem lucro. Então, num mês, ela chega a faturar de… De cinco a seis mil, num mês (ENTREVISTA, INFORMANTE 4 JAMARAQUÁ, 2022. Grifo nosso).

A mesma questão sobre a existência ou não de conflitos e/ou concorrência entre as comunidades para atrair mais turistas foi inquirida a um morador de outra comunidade:

> Não, assim, conflito, não. Às vezes, acontece, assim, algumas *falâncias*, né? Por ali, assim, mas não tem aquela coisa de ter uma reunião e discutir aqui, tipo "ah! A comunidade assim tá fazendo isso, fazendo aquilo", não. No meu ponto de vista, não tem, né? Entre as comunidades, não (ENTREVISTA, INFORMANTE 6 MAGUARI, 2022).

Outro informante também afirmou a inexistência de conflitos, no entanto, um trecho de sua fala refere que:

> […] a gente queria também colocarem aqui uma pousada pro pessoal do turismo, que Jamaraquá tem, né? Uma pousada deles, que eles montaram e tal […], aí que a gente não tem é isso. E é por isso que, muitas vezes, a pessoa chega aqui e vai passando, né? Maguari, Jamaraquá, e a gente mesmo fica brabo aí, né, porque não tem… (ENTREVISTA, INFORMANTE 7 SÃO DOMINGOS, 2022).

Sob a ótica de Cefaï (2017), é importante sensibilizar e mobilizar com uma capacidade de sentimento em comum, com associação, discussão, indignação etc. de tal forma que esse processo é fundamental para o encontro de aliados e apoio político/especialista, os quais retransmitam suas questões. Na FLONA do Tapajós, notou-se que, em alguns aspectos, o "ciúme" da Jamaraquá é validado pela própria comunidade, possivelmente, afetando o sentimento comum entre as comunidades da FLONA sobre o turismo.

Em entrevista com um morador da mencionada comunidade, ao comentar sobre o ciúme, ele exemplificou: "num outro dia, o chefe da FLONA veio aqui, […] pra fazer um, uma… Um curso pra agosto. Já veio falando no barracão e na cozinha, ele disse 'ah, é porque o Jamaraquá é bonito' [risos]. E o pessoal ficam enciumados por isso" (ENTREVISTA, INFORMANTE 3 JAMARAQUÁ, 2022).

Na sequência, perguntou-se sobre conflitos com as outras comunidades e o que elas falariam: "não, não brigam. É, eles só querem saber do Jamaraquá, porque só no Jamaraquá?" (ENTREVISTA, INFORMANTE 3 JAMARAQUÁ, 2022), em alusão ao ICMBio, conforme o entendimento das comunidades de Maguari e São Domingos e de Jamaraquá, essa última seria aquela que receberia mais atenção desses gestores federais.

A partir dos dados coletados, acredita-se não ser possível afirmar a existência de conflitos, ou mesmo, de disputa entre as comunidades. Entende-se, na verdade, a existência de um orgulho significativo em ser parte de sua comunidade. Mesmo assim, foi exequível compreender alguns aspectos que auxiliam a analisar esse contexto: um dos moradores (entrevistado 5 – Jamaraquá) foi caseiro[26] de um dos responsáveis pelo PSA por um longo tempo (não informado pelo entrevistado do PSA), fortalecendo uma relação de amizade.

Assim como os próprios moradores das comunidades estudadas afirmaram existir um costume de condutores de barcos em Alter do Chão para oferecer trajeto/passeios para Jamaraquá, sem apontar as demais comunidades. Em conformidade com os comunitários, a

[26] Foi caseiro em uma área da própria FLONA. O PSA comprou essa terra para evitar o uso desse espaço para atividades prejudiciais, entretanto, pela impossibilidade de utilizar essa área, entregou a posse para o ICMBio.

limitada divulgação das demais comunidades, que somada aos outros aspectos, contribuiu para que, de fato, Jamaraquá receba um fluxo maior de pessoas.

Nesse sentido, não se acredita, necessariamente, em conflitos diretos, porque muitos moradores dessas comunidades são parentes e amigos, além disso o "ciúme", mencionado nas entrevistas, restringe-se ao turismo (especificamente, pelo fluxo), porém isso não é creditado às comunidades, e sim à atuação de agentes externos (ICMBio, PSA, ATUFA etc.), conforme a fala do entrevistado: "lá em Alter, lá naquelas agências lá, eu tô lhe falando, as agências lá que fazem isso. Lá em Alter não tem Maguari não, você pode ver naquelas agências lá que não tem Maguari não, tô lhe dizendo, só tem Jamaraquá lá e a vovó" (ENTREVISTA, INFORMANTE 9 MAGUARI, 2023).

Esse pensamento é compartilhado com outros moradores da Maguari, os quais afirmam que os turistas, eventualmente, são enganados em Alter do Chão, com a compra de passeios para a FLONA, em que são oferecidos apenas os passeios para Jamaraquá, mencionando como se a "vovó" (em referência à árvore Samaúma da Maguari) estivesse na Jamaraquá. Essas são questões que influenciam, indiretamente, uma relativa competitividade, mas que não são determinantes na gestão coletiva do meio ambiente.

No que concerne à gestão coletiva voltada ao meio ambiente, Ostrom (2008) contribuiu sobre a organização e a gestão dos recursos naturais de uso comum, apontando princípios que devem ser considerados em um sistema de gestão de bens de uso comum por parte da coletividade. Nesse sentido, no Quadro 5, foram reunidos os princípios propostos pela autora quanto ao que foi percebido no decorrer da pesquisa de campo na FLONA:

Quadro 5 – Comparativo dos princípios de Ostrom e o contexto da FLONA

Princípio	**Contexto da FLONA**
1. Limites claros de acesso aos recursos de uso comum e de seus usuários	A partir da relação entre o ICMBio e as comunidades estudadas, existe a compreensão sobre os limites de acesso e as possibilidades de uso comum e individual do espaço.
2. A definição das regras deve ser adequada ao contexto local	No contexto do turismo, as normas foram elaboradas para evitar a concorrência entre as comunidades. Considerando que os atrativos são similares, os moradores acreditam que as oportunidades de ofertar serviços turísticos também deve ser.
3. Os usuários participam na definição/adaptação das próprias normas de uso – acordos coletivos	Os usuários elaboram suas próprias regras comunitárias, contudo as regras dos grupos de turismo são para as três comunidades (mesmo valor, mesma organização etc.), bem como participam de processos decisórios de acordos coletivos tanto em relações intercomunitárias, quanto frente à FCFT e ao ICMBio.
4. Os benefícios gerados pela gestão comum são proporcionais aos custos de utilização	Os benefícios são considerados desproporcionais, visto que o turismo é organizado pela coletividade, porém nem todos os benefícios advindos do turismo são compartilhados entre os comunitários envolvidos, a exemplo de pousadas e restaurantes, que usam o turismo (coletivo) para se beneficiar dos serviços nos quais os ganhos são individuais.

5. As autoridades externas reconhecem as regras da comunidade	A organização dos moradores existe antes da criação do ICMBio. Até a criação desse órgão, não havia respeito às normas das comunidades. Com o ICMBio, existe uma relação de parceria e respeito, conforme mencionado pelos entrevistados.
6. Há monitoração das regras por parte dos usuários, com penalizações para os infratores	Os acordos coletivos e o monitoramento ocorrem pelos próprios moradores, com sanções que podem impedir a atuação de condutores, no caso do turismo.
7. É facilitada a negociação para resolução de conflitos	Há uma instituição e/ou conselho que delibere, exclusivamente, sobre os conflitos envolvendo o turismo, além das associações locais, a FCFT e o conselho gestor, que discute acerca das questões das comunidades.
8. Alinhamento e articulação intersetorial na gestão	Existem as instâncias de gestão que se direcionam conforme seu nível: local – associações comunitárias e/ou intercomunitárias, nível de FLONA – FCFT como representante de todas as comunidades.

Fonte: Elaborado pela autora com base em nos princípios de Ostrom (2003).

Ostrom (2003) organizou esses princípios a partir de observações de casos quanto à governança de recursos e apontou algumas variáveis que se repetiam em casos exitosos. Esses princípios indicam algumas normas específicas que podem ser norteadores em uma gestão compartilhada. Porém, não há uma metodologia específica a ser seguida, pois cada coletividade deve implantar suas regras, conforme a sua realidade, de modo sustentável e cooperativo.

Esses princípios norteadores podem ser entendidos "como elemento ou condição essencial que permite explicar o êxito das instituições para gerenciar um sistema de recursos de uso comum e sustentar o cumprimento das regras de uso, geração após geração de usuários" (OSTROM, 2003, p. 168).

Contudo, autores como Cox *et al*. (2010) assinalaram que esses princípios precisam ser aperfeiçoados, apontando a influência de fatores externos como importante de serem considerados. Além disso, esses princípios propostos por Ostrom (2008) são muito amplos, de modo que Cox *et al*. (2010) cogitam a necessidade de especificar princípios mais objetivos, abordando a interdisciplinaridade para gerir os recursos naturais.

De todo modo, é importante considerar que esses princípios podem ser considerados como "largada" para novas reflexões. São questões que podem contribuir com a gestão exitosa dos recursos de uso comum e devem ser observadas como uma possibilidade, e não com o determinismo de Hardin. Cada caso possui um contexto e uma realidade que são únicos, impossibilitando a adoção de qualquer padronização analítica (COX *et al*., 2010).

Ostrom sugere, então, uma análise institucional para identificar quais regras (formais e informais) influenciam uma comunidade sobre o uso sustentável dos recursos de acesso e uso comum. Nessa análise, devem ser considerados que a repressão, a coerção e o controle centralizado do Estado não são os únicos caminhos para esse impasse. Há, também, casos de

atuação oportunista dos indivíduos, com obtenção de benefícios individuais. Ainda assim, a privatização e o Estado não são capazes de diminuir esse problema (OSTROM, 2008).

Um caso interessante, destacado no transcurso da coleta de dados na comunidade Jamaraquá, foi a compra de um veículo pela associação comunitária. Em gestão anterior a 2020 (o entrevistado não soube precisar o ano), foi adquirido um carro seminovo de modelo *Doblô*, com capacidade para sete pessoas. Ponderando a insuficiência do transporte coletivo, tal como a ausência de serviços médicos de urgência e a distância de serviços essenciais, o automóvel foi comprado, de acordo com o informante:

> […] porque nós precisava desse carro: alguém adoece de noite: "ah, não tenho transporte", a associação tem, leva no hospital, né? O turista tá aperreado, tem que pegar o voo hoje, tal hora, aí pega o carro da associação, leva lá no aeroporto. Que é isso que a gente fazia. Quando terminou meu mandato, entrou outro, aí eu confiei muito nele, todo mundo confiou, ele é uma pessoa muito trabalhadora, né? Gosta de assumir a responsabilidade, com bem, né? Mas só que ele escolheu uma coisa, ele tinha nascido não era aqui na comunidade, era de outra comunidade (ENTREVISTA, INFORMANTE 5 JAMARAQUÁ, 2022).

A mudança de gestão, que acontece a partir da eleição democrática dos comunitários, acarrete mudanças na forma de condução. No caso da Jamaraquá, a compra do carro foi feita, conforme informantes, para ajudar a própria comunidade. Todavia, com a mudança de gestão, esse Doblô foi vendido e, na sequência, comprou-se uma *Strada* com quatro lugares, ou seja, incompatível com o objetivo inicial de compra do automóvel para a comunidade. Outro problema, segundo o informante, é que

> […] eles venderam o carro sem explicar pra ninguém. Aí o rapaz veio e disse "a gente vai ter uma reunião hoje, e tal, que a gente vai falar do carro que nós vendemos", aí eu disse "vocês venderam o carro? Como pode?". Mas como é que pode vender o carro? Aí eu falei umas coisas pra ele: "não, mas a gente vai comprar outro carro". Poxa, aí foi uma coisa muito ruim, que eu ralei tanto pra conseguir esse patrimônio pra comunidade, porque antes de comprar esse patrimônio, eu joguei em assembleia e perguntei qual era a ansiedade da comunidade: "ah, é um transporte […]". Então, a gente vai comprar o carro. […] Comprou um carro seminovo, um carro bacana, e quando foi pra vender, não teve essa palestra, não teve essa discussão. E eu me senti muito mal, me senti muito mal com isso e até hoje eu ainda me sinto, né? E aí tá tudo bem, passou, passou. Aí foram pra cima e pra baixo, agora compraram uma *Strada*, sabe? Só que a *Strada* tá muito ruim… (ENTREVISTA, INFORMANTE 5 JAMARAQUÁ, 2022).

Essa situação demonstra uma quebra de confiança na relação comunal. A questão abordada não se refere apenas ao tipo de carro adquirido, e sim à forma como o processo se deu. A ausência de informações e deliberações acerca de decisões importantes faz com que o vínculo social se enfraqueça. Para Elinor Ostrom (1998), é uma relação baseada na confiança,

reciprocidade e cooperação, aspectos que são fruto de uma reputação individual e social junto a atores internos, externos, governos e instituições públicas e privadas.

Nesse contexto, Leff (2009) menciona no que concerne à reciprocidade que:

> O bom governo dos bens comuns tem por condição uma definição clara dos direitos de acesso direto e indireto aos recursos e sua tradução na construção de poderes locais comunitários sobre áreas demarcadas do território. […] Uma das regras para o bom manejo dos bens de propriedade comum é a estabilidade demográfica e a integração da população aos programas de manejo sustentável. Da organização da produção depende que o aumento populacional se converta em um problema relevante que pressione sobre a sustentabilidade de uso dos recursos para aumentar as quotas de aproveitamento do recurso, chegando ao limite da capacidade de coletar sustentavelmente. Igualmente, a gestão social da empresa comunal será determinante para o êxito de seu processo de sustentabilidade, onde têm um papel preponderante as regulações internas das comunidades tradicionais para o manejo de distintos recursos (água, fauna, lenha, madeira para construção), baseados em códigos míticos "de castigo" para os que rompem as regras baseadas na reciprocidade (LEFF, 2009, p. 398).

Atualmente, têm-se práticas alternativas ao modelo hegemônico do capitalismo, com experiências de organizações socioeconômicas, as quais têm por característica as relações de cooperação e solidariedade. Um exemplo dessas práticas é o microcrédito social, fundamentado na Economia Solidária, que busca:

> […] valorizar as experiências que nascem da auto-organização, que defendem os direitos básicos do trabalho e que apostam na associação e em soluções coletivas, formando o lastro de experiências e de convicções morais e intelectuais indispensáveis à construção de novos rumos para a sociedade (LAVILLE; GAIGER, 2009, p. 162).

No Brasil, existem várias iniciativas de bancos comunitários que, inclusive, dispõem de uma moeda própria para uso interno em determinada comunidade. Em Belém, foi criado o banco Tupinambá, no distrito de Mosqueiro, bairro da Baia do Sol, que utiliza a moeda Moqueio. O objetivo é estimular o consumo de produtos e serviços no âmbito da economia local. Assim, o princípio do uso dessa moeda social é internalizar a renda e estimular trocas e relações entre os próprios agentes da economia local.

Práticas como essa contribuem não apenas para a ascensão econômica, mas também incentivam outros fatores que têm relação direta com a qualidade de vida, além de ser uma iniciativa que estimula a reciprocidade (LAVILLE; GAIGER, 2009).

No caso do Movimento Moeda Verde, existente no município de Igarapé-Açu (nordeste do Pará), trata-se de uma moeda social associada à educação ambiental (MELLO; MAGALHÃES; LIMA, 2022). A iniciativa foi idealizada, inicialmente, para sensibilizar

crianças sobre a importância da consciência ecológica e estímulo à reflexão quanto ao descarte inadequado de materiais recicláveis.

O Movimento Moeda Verde consiste em oferecer uma moeda verde com poder de compra no comércio local (previamente, credenciado) em troca de materiais recicláveis. Após a coleta, os materiais coletados são vendidos para empresas de reciclagem da cidade/região. Com a verba alcançada, a moeda verde é adquirida dos comerciantes, iniciando um novo ciclo de mobilização (MELLO; MAGALHÃES; LIMA, 2022).

Outro exemplo dessa mesma prática ocorre na região do oeste do estado, no município de Rurópolis, com a Cooperativa Agroleiteira da Transamazônica (COOPETRA) que, por meio de estratégias adotadas pelos agricultores familiares, conseguem manter a agroindústria e a cooperação que viabilizam o seu modo de vida. Nas décadas de 1970 e 1980, agricultores vieram de diversas partes do País e enfrentaram significativas dificuldades, sobretudo, pela necessidade de plantar em um ecossistema diferente (SCHMITZ; FARIAS, 2021).

Para reduzir tais dificuldades, foram aplicadas formas de cooperação mais simples, como as trocas diárias, os mutirões e a comercialização coletiva por meio de revendas. Esse aprendizado dos agricultores em organizações de ações coletivas mais simples, posteriormente, pode culminar com a formas mais complexas de cooperação (SCHMITZ; FARIAS, 2021). Para os autores, as revendas, como forma primária de comercialização, possibilitaram aos envolvidos conhecer as regras e as dinâmicas de mercado, posto que:

> A COOPETRA persistiu porque é o resultado de construções concretas, estruturadas com base em uma rede de relações de interesses individuais e coletivos e na negociação entre diferentes atores. Mas também é uma organização de pessoas que buscam, em bases democráticas, atender às necessidades econômicas dos seus membros (PINHO, 1982). A manutenção da ação coletiva foi possível, porque os agentes *cooperaram*, engajaram-se no empreendimento comum, sabendo que o resultado seria a contribuição da ação de cada um, mesmo com regras pouco flexíveis, mas democráticas e participativas (SCHMITZ; FARIAS, 2021, p. 17).

Considerado exitoso pelos autores, esse caso teve como característica, frequentemente, uma liderança na presidência da cooperativa, todos com experiência política, bons negociadores e bem-organizados. Fatores esses considerados como “chave” para a estruturação das relações de poder com as demais organizações, ao mesmo tempo em que garantiu os benefícios com os setores público e privado. Além disso, para os agricultores, as noções de fraternidade, propagadas pelas igrejas católicas e luteranas, foram primordiais. Essas igrejas auxiliaram na fundação da cooperativa, além dos princípios religiosos também colaboraram com treinamento sobre gestão dos bens coletivos (SCHMITZ; FARIAS, 2021).

Para o estímulo dessa cooperação, de acordo com Ostrom (2010) e Sabourin (2009), são necessárias relações que gerem a solidariedade e a reciprocidade. A reciprocidade motiva e mantém as experiências de troca entre os agricultores, sobretudo, no espaço rural brasileiro (SCHMITZ; MOTA; SOUSA, 2017).

Na FLONA do Tapajós, ao ser perguntado sobre qual a sua percepção quanto à existência de confiança entre os moradores da comunidade Jamaraquá, um dos informantes respondeu:

> Olha, com uma parte. Com algumas pessoas, a gente tem, mas com algumas pessoas a gente não pode confiar. Que em todo lugar existe isso, né? Não dá pra dizer que todo mundo é bom, sempre no meio tem alguém que pode ser falso, a própria associação, conforme a gente tem assembleia pra a troca de diretorias, aí nós temos que ter aquela visão, aquele olhar, nós que vive aqui: "quem é aquela pessoa?". Se você conhece desde criança, que não faz um bom negócio, então não vamos colocar ele na coordenação da associação, que mais tarde ele pode dar um furo na associação. Então, tudo que tem nessa associação é nosso, nós trabalhamos pra construir, né? (ENTREVISTA, INFORMANTE 5 JAMARAQUÁ, 2022).

Para Ostrom (2008), um dos maiores desafios é entender por que algumas comunidades conseguem se organizar para manejar os bens de acesso e uso comum e outras, não. Segundo a autora, essa capacidade pode ser influenciada por questões como: a existência de normas (formais ou informais), a fiscalização, a sanção e a definição de custos e benefícios.

Esses aspectos exigem, justamente, o sentimento de confiança e senso de comunidade, envolvendo o comprometimento de se organizar para alcançar benefícios a longo prazo. De acordo com a autora, os indivíduos são capazes de se organizar e autogovernar, de modo que as decisões sejam coletivas e haja uma conservação efetiva dos recursos de acesso e uso comum, não sendo necessária a intervenção do Estado, do setor privado ou outro órgão externo.

Para a autora, a tomada de decisão entre os interesses individuais e os coletivos se baseia nos princípios que, ocasionalmente, estão implícitos nas instituições dessas comunidades em que há um manejo adequado do recurso. São princípios que vão além da racionalidade e são construídos pelo direito ou crença, bem como pelo valor dado a determinado bem (OSTROM, 2008). Somado a esses princípios, tem-se um arranjo institucional composto por elementos como assembleias, decisões, acordos, normas, fiscalização, sanções e instâncias de fácil acesso para a resolução de conflitos.

Em contraponto, esta pesquisa corrobora com o que foi exposto por Sjah e Baldwin (2014, p. 2449), que concordam que os indivíduos podem obter sucesso na gestão dos recursos de acesso e uso comum "[…] por meio da elaboração de instituições autônomas, mas observam

que os governos também têm um papel importante a desempenhar para o trabalho dessas instituições autônomas" (grifo nosso).

Esse pensar aponta para um novo modo de governar, situado não apenas no Estado, mas, principalmente, nos demais agentes envolvidos na atividade. Ainda que os usuários tenham um arranjo institucional próprio, com o melhor ordenamento e autogestão, não se pode suprimir o papel do Estado, o qual continua com suas responsabilidades, conforme estabelece a Constituição Federal.

O modelo abordado trata da comunidade usuária para tenha mais participação quanto à gestão dos recursos ambientais de acesso e uso comum, maiormente, pelo entendimento que estes são os principais utilizadores e os mais impactados pelo modelo de uso. É o momento de ultrapassar a ineficiência do Estado e dos descasos públicos, tornando os usuários sujeitos principais na tomada de decisão, sendo o Estado, a princípio, o moderador dessas ações. Cabe saber se o Estado está disposto e se tem estrutura para desempenhar tal função.

Além do papel do Estado, Ostrom (2009) ressalta o papel da ciência nesse processo, no intuito de melhorar os esforços e o apoio a esse novo e possível modelo de desenvolvimento, baseado nos comuns. Contudo, a autora destaca que as ciências ambientais e sociais têm seu desenvolvimento de modo independente, limitando alguns avanços, além do papel da interdisciplinaridade nos estudos sobre recursos de uso comum.

Esse pensamento é corroborado por Barquín *et al*. (2012, p. 346), os quais reforçam que "o estudo das questões ambientais e a busca de sustentabilidade através do turismo requer uma perspectiva interdisciplinar com visão integrativa"[27]. Essa afirmação colabora com a intenção de estabelecer uma comunicação entre as áreas do conhecimento para ampliar a abordagem, contextualizando o estudo realizado.

Com essa perspectiva interdisciplinar, Quaresma e Campos (2006), pesquisadores do turismo na região Amazônica, em um estudo sobre o turismo como instrumento de ação coletiva em áreas pesqueiras do litoral da Amazônia, apontam que muitas áreas da região têm se deparado com várias mudanças, entre as quais o turismo, o que é considerado como pauta prioritária em programas de gestão pública (âmbito federal, estadual ou municipal).

Os pesquisadores apontam que os processos de elaboração, implementação e efetivação dessas ações ainda acontecem, de modo excludente, com ações exógenas à realidade das comunidades (QUARESMA; CAMPOS, 2006). Sobre a ação coletiva, os autores afirmam que muito ainda tem que ser construído sobre essa temática, para então assumir:

---

[27] No original: "*the study of environmental issues and the pursuit of sustainability through tourism require an interdisciplinary perspective with integrative vision*" (BARQUÍN *et al*., 2012, p. 346).

> […] um compromisso efetivo em torno da práxis turística, possibilitando, desta forma, fazer da atividade turística uma oportunidade de criação efetiva de um lócus interativo de cidadãos no uso e gestão do bem comum, que, na maioria das vezes, é privatizado, mas não é tornado público (QUARESMA; CAMPOS, 2006, p. 141).

A relação entre a teoria da ação coletiva e o turismo surge no intuito de buscar a minimização dos dilemas sociais acarretados por sua prática massiva, fato chamado de "tragédia dos comuns no turismo", que se trata do "[…] uso dos bens de livre acesso, como rios, praias, paisagens, florestas etc., causados pela maximização dos interesses individuais de curto prazo em detrimento ao desenvolvimento da atividade turística de interesse coletivo e de longo prazo" (QUARESMA; CAMPOS, 2006, p. 143).

4.4 Liberdade de/para participar

De modo geral, pode-se entender a participação em ações coletivas como ideias baseadas na liberdade individual e no desenvolvimento humano. Expostas por Fazito *et al*. (2017), tais ideias apontam para uma reflexão em que o conhecimento deve ser construído em modo mais profundo e contextualizado, não apenas com teorias gerais, mas, em especial, nas experiências sociais localizadas. Isso inclui aceitar as incertezas, as complexidades e as espontaneidades intrínsecas no processo social.

Isso significa propor um novo conceito de desenvolvimento, utilizando a abordagem de capacidades (SEN, 1999 *apud* FAZITO *et al*., 2017), e a noção de conscientização para a autonomia e emancipação (FREIRE, 1970 *apud* FAZITO *et al*., 2017). De acordo com Fazito *et al*. (2017, p. 11), "o encontro dessas teorias propõe uma convergência dos significados de liberdade em ambas, que são complementares".

O economista e filósofo indiano Amartya Sen desenvolveu o conceito da abordagem das capacidades contribuindo com a ideia de meios e fins. Para o autor, toda noção de desenvolvimento busca a igualdade de algo com utilidade, como felicidade e qualidade de vida, que envolvem necessidades básicas, como o direito de acumulação e propriedade, de renda etc. (SEN, 1999 *apud* FAZITO *et al*., 2017). É uma perspectiva que defende a simultaneidade entre a atuação do Estado e o fortalecimento dos indivíduos como sendo basilar para o aperfeiçoamento dos regimes democráticos.

A inovação dessa teoria diz respeito à igualdade que deve ser um dos meios de alcance do desenvolvimento (capacidade) e não de fins (finalidades), na medida em que este varia de

acordo com cada indivíduo. Um exemplo faz referência a dois famintos: um que não tem o que comer e outro que não come por ideais de cidadania. O fim é o mesmo, a diferença é que um tem a liberdade de escolha de não comer, enquanto o outro não tem opção, não há liberdade, e sim uma imposição (FAZITO *et al*., 2017).

Refletir sobre a capacidade de um indivíduo tem estreita relação com a liberdade. De tal modo que não significa pensar o que "uma pessoa realmente acaba fazendo, mas também o que ela é de fato capaz de fazer, quer escolha aproveitar essa oportunidade, quer não" (SEN, 2011, p. 268). Na ótica do autor, ter mais liberdade não se limita apenas aos benefícios pessoais, mas é ampliado como aspecto importante, de forma que, com maior grau de liberdade, pode-se aumentar o potencial das pessoas no cuidar de si e ser uma influência para outras pessoas.

Conforme Sen (2000), existem cinco pontos de liberdades instrumentais que aumentam as capacidades dos indivíduos, auxiliando-se mutuamente, e que juntos formam a noção mais importante para um desenvolvimento social na conquista da liberdade. Esses pontos são:

- **facilidades econômicas:** oportunidades dadas aos indivíduos para utilizar os seus recursos econômicos com intenção de consumo próprio, da produção ou da troca, pontos que variam de acordo com o grau/quantidade de recursos que o indivíduo disponha. O autor exemplifica a disponibilidade de crédito e o seu acesso a ele.
- **segurança protetora:** proporciona uma rede de proteção social que impede que a população afetada seja conduzida à miséria (ou até à fome e/ou morte) ou que obtenha alguma assistência temporária durante um período adverso.
- **oportunidades sociais:** responsáveis por eliminar as distorções em uma sociedade, ao viabilizar e garantir serviços essenciais ao desenvolvimento social e humano, tal como saúde e educação. O autor exemplifica com o analfabetismo, que limita o acesso à participação do indivíduo.
- **política:** capacidade dos indivíduos em escolher o seu governante, o modo em que as eleições são realizadas e a capacidade de os cidadãos poderem ser eleitos, a possibilidade de fiscalizar as ações do governo, de poder constituir uma oposição e criticar o governo, a existência e a manutenção de mais de um partido político para concorrer às eleições, evidenciando-se como um grupo opositor, com a garantia da liberdade de expressão e uma imprensa sem censura.

- **garantias de transparência:** inibidor da corrupção, da irresponsabilidade financeira e de ações ilícitas. O autor entende que a ausência de confiança limita o livre agir dos indivíduos.

Esses pontos contribuem para mudar o foco do desenvolvimento cujo objetivo é a expansão da economia (finalidade), compreendendo uma visão que expande as liberdades individuais (capacidades) que cada indivíduo pode ter ao escolher como deve viver a vida. É uma proposta que ultrapassa a noção de desenvolvimento econômico. Nas palavras de Sen (2000, p. 57), "[…] a contribuição do crescimento econômico tem de ser julgada não apenas pelo aumento de rendas privadas, mas também pela expansão de serviços sociais (incluindo, em muitos casos, redes de segurança social) que o crescimento econômico pode possibilitar".

Nesse caminho, ao se falar em liberdade na sociedade, Harvey (2008, p. 12) refere o neoliberalismo como política econômica que propõe que "[…] o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio".

Ao envolver Harvey nessa reflexão, tem-se por intenção abordar as consequências dessa política econômica, quais sejam: a desigualdade, a miséria, os direitos sociais prejudicados, a fome e outras mazelas sociais reafirmadas pelo ideal de liberdade e meritocracia imposto pelo neoliberalismo, que limitam as liberdades individuais.

Conforme exposto por Fazito *et al*. (2017), Sen defende que a liberdade é basilar ao desenvolvimento por dois motivos: o primeiro, como avaliativo, em que os indicadores devem focar nas liberdades individuais; e o segundo, como efetivo, em que alcançar o desenvolvimento está, necessariamente, associado à capacidade de participação das pessoas. Os indivíduos devem ser vistos como sujeitos ativos na construção de sua sociedade, e não como um sujeito passivo de planos impostos por terceiros (FAZITO *et al*., 2017). Para os autores, "o exercício da liberdade é mediado por valores. Estes valores são influenciados pelos debates públicos e interações sociais, que por sua vez são guiados pelas liberdades" (FAZITO *et al*., 2017, p. 11).

As abordagens e os incentivos à participação, inclusive, no planejamento turístico, devem ser acompanhados de profundas reflexões sobre a real liberdade das pessoas, envolvendo questões como as formas de exercício do poder "de cima para baixo" por influências, coerções, ameaças, manipulações e outros (FAZITO *et al*., 2017), os quais podem ser percebidas no campo de relações existentes na teoria de Bourdieu.

Entendendo que a liberdade não é um tema tão desenvolvido pela economia, Fazito *et al*. (2017) mencionam o pedagogo e educador Paulo Freire para abordar a temática da liberdade com a noção de conscientização para a autonomia e a emancipação. Isso porque a educação é uma das áreas do conhecimento que estuda o desenvolvimento humano, buscando formar um indivíduo crítico, consciente, capaz de governar uma casa, se governar como sujeito e como ser perante a sociedade. Tal contribuição favorece para compreender o desenvolvimento efetivo na expansão das liberdades individuais, em que os indivíduos podem se tornar agentes da construção de seu próprio desenvolvimento.

Para esse processo, Freire (1980) aponta que a conscientização é condição *sine qua non* para adquirir a consciência crítica. Esse pensar, ao utilizar a ideia de "conscientização", inicialmente, usado como categoria psicopedagógica, evolui para a compreensão de "consciência de classe", baseado nos ideais marxistas. No que tange ao conceito de conscientização, Paulo Freire (1980) asseverou que:

> Ao ouvir pela primeira vez a palavra conscientização, percebi imediatamente a profundidade de seu significado, porque estou absolutamente convencido de que a educação, como prática da liberdade, é um ato de conhecimento, uma aproximação crítica da realidade […]. Ao nível espontâneo, o homem ao aproximar-se da realidade faz simplesmente a experiência da realidade na qual está à procura. Esta tomada de consciência não é ainda a conscientização, porque esta consiste no desenvolvimento crítico da tomada de consciência (FREIRE, 1980, p. 25).

Nesse sentido, a conscientização seria um processo educativo que auxilia a construção da consciência crítica do indivíduo para atingir a autonomia do sujeito. A intenção seria alcançar determinado grau de consciência que possibilitasse o entendimento sobre a necessidade do desenvolvimento nacional e da democracia liberal. Esse contexto estimularia o engajamento de camadas populares nesse processo, o que, mais do que educativo, é político e comandado, majoritariamente, por frações da moderna burguesia industrial (FREIRE, 1980).

Ter as capacidades de conscientização e autonomia podem levar os indivíduos a resistir aos processos de opressões impostos por discursos dominantes sobre o modelo de desenvolvimento vigente. Pessoas alienadas, sem conscientização crítica, são mais facilmente manipuláveis sobre o contexto em que vivem.

No viés de Freire (1980), o desafio é pedagógico-político e ético-epistemológico. Sendo necessária a construção de indivíduos críticos e criativos, que desenvolvam suas próprias formas de resistência, negociem, entrem nos jogos de poder existentes e, assim, construam os caminhos de suas próprias vidas, com escolhas que formam seu cotidiano. A proposta é desconstruir o autoritarismo com a descolonização do saber e do poder (FREIRE, 1980).

Pateman (1992) relembra que a liberdade e a participação social aparecem em estudos desde o século XVIII, com autores como Jean-Jacques Rousseau. Este foi um dos nomes relevantes sobre a teoria participativa democrática, pautada na inter-relação entre a participação dos sistemas políticos e as instituições, associando o efeito psicológico sobre os que se envolvem, ressaltando a sensação de liberdade como vantagem que os sujeitos desenvolvem ao tomarem parte ativa no processo de tomada de decisões sobre seu futuro (PATEMAN, 1992).

Na FLONA do Tapajós, possivelmente, pela significativa politização advinda desde o período de conflitos para permanência nesse espaço, a participação dos comunitários é um fator considerado basilar para defender os interesses dos moradores. Todavia, nas comunidades pesquisadas para este estudo, todas destacaram a participação dos comunitários para a gestão dos bens comuns. Nas palavras de um entrevistado, ao ser perguntado se as pessoas participavam das reuniões, a resposta foi:

> […] 90% as pessoas são interessadas no negócio, tô lhe falando, eu sei porque eu como vivo aqui, e 10% eles deixam por aí, eles não tá nem aí, não tá nem aí não, eles tando com saúde eles vai embora vai embora, mas a gente chama, coloca na cabeça deles, mas não, não consegue não, mas 90% é pessoa que já se preocupam com o amanhã, se preocupa com uma criança dessa […] (ENTREVISTA, INFORMANTE 9 MAGUARI, 2022).

As reuniões e as organizações entre os moradores são pensadas para "decidir o futuro do que a gente vai fazer com a nossa casa, que é essa mata toda aqui" (ENTREVISTA, INFORMANTE 9 MAGUARI, 2022). A intenção dessas reuniões é gerenciar os recursos disponíveis e pensar no interesse comum de todos os moradores, considerando o que impacta a vida de cada um.

Um morador da comunidade do Maguari, ao ser questionado sobre a formação de novas lideranças, menciona: "tem. Nós já nos sentamos, já vimos aqui o que tem, mas só que eu sou mais falador (risos), só que nós, parceira, estamos tudo junto tá, eu digo nós porque eu tô junto. Vocês precisam participar da comunidade, se associar a associação" (ENTREVISTA, INFORMANTE 9 MAGUARI, 2022).

No que concerne à comunidade São Domingos, um morador, ao ser perguntado sobre a participação dos comunitários, respondeu:

> É só quando tem um assunto. Por exemplo, dia quinze, né? Aí já marcaram, né? Aí, vamos dizer, tem alguma coisa pra tratar dentro da comunidade, às vezes, há três, quatro reunião dentro de um mês aqui, assim, pra se juntarem e conversarem, né? Aí quando eles mandam de lá as vezes, "olha, seu…", é ele lá, "São Domingo e tal, tô fazendo uma reunião na comunidade", e ele passa dizendo que vai lá. Mas não é toda vez, às vezes, é duas, três reunião, às vezes, é só uma mesmo. […]. Comunidade é

> assim, né? Às vezes, a gente avisa, ele avisa, avisa, avisa, avisa, às vezes, dá trinta, quarenta no máximo aí que eu já vi aí (ENTREVISTA, INFORMANTE 7 SÃO DOMINGOS, 2022).

A informação evidencia que o interesse em participar das reuniões se dá apenas quando o assunto a ser abordado é de interesse individual. As reuniões citadas, que acontecem três ou quatro vezes por mês, são aquelas que podem ser da FCFT, do conselho gestor da FLONA, da associação intercomunitária ou da associação comunitária.

De acordo com esse entrevistado, ao ser questionado sobre como funcionaria a dinâmica nas reuniões: "tem três votação: 'quem concorda nisso? Suspende o dedo'. Se não suspender o dedo… Que vai contando tudinho, né? Até a gente… "Concorda?", "concorda", "eu posso colocar? Aceita?", "aceito, então pode colocar". É por isso que demora muito" (ENTREVISTA, INFORMANTE 7 SÃO DOMINGOS, 2022).

Na comunidade Jamaraquá, conforme o entrevistado e atual presidente da associação, ainda sobre a participação dos moradores:

> Não, tem dificuldade. Não é todos, não. Não é todos que participam e, às vezes, quem não participa fica até sem saber o que foi votado, é mais os que participam que sabe o que é. Tem essa dificuldade mesmo […] A metade participa. São uma minoria que não gostam de ouvir, que não gostam de saber quando a gente fica falando lá (ENTREVISTA, INFORMANTE 3 JAMARAQUÁ, 2022).

O que se percebe nessas comunidades é que a participação e o envolvimento dos moradores acontecem não, necessariamente, pela coletividade, e sim pelos interesses individuais. A ausência de muitos moradores em reuniões, bem como as informações coletadas no decorrer da pesquisa mostram uma diferença significativa nas comunidades.

Essa diferença se pauta por duas perspectivas: as pessoas que estão à frente de cargos de gestão (como nas associações comunitárias) são articuladas e, juntamente com os demais membros diretos da gestão da associação, protagonizam as ações a serem propostas. Contudo, essa articulação pode estar relacionada, especificamente, a interesses próprios (a exemplo do carro trocado no item 4.3), os quais ainda que tragam benefícios à comunidade, a ausência de participação e o delineamento sobre os interesses dos moradores locais são prejudicados. A segunda perspectiva é consequência e geradora da primeira, em que a concentração das decisões acarreta um descrédito no processo participativo e o desestimula a continuar participando.

Dentre os entrevistados, apenas um informou não participar das reuniões, alegando que

> Não, eu parei mais de ir em reunião. Meus filhos não deixam porque eu tenho problema de coração, e eu não posso falar muito, sabe? E tem coisa que não me cabe,

> sabe? É meu direito, então, eu tenho que falar os meus direitos, me pertence, meus direitos, como sócio, que eu pago meus direitos da associação, então, você se sente mal, que você é sócio de uma coisa, seu sócio vende e não lhe comunica. Você não vai se sentir muito bem, né […] Eu não participo… […] **Reuniões pra tarem discutindo coisas que não dá importância não adianta** (ENTREVISTA, INFORMANTE 5 JAMARAQUÁ, 2022, grifo nosso).

Conforme Bordenave (1994), ao mencionar a participação, considera comum a associação relacionada à participação como a desenlace dos conflitos. Na realidade, o autor entende que, contrariamente, o processo participativo, por si só, é conflituoso. Pensar em uma participação envolve incluir interesses diversos e uma tentativa constante de negociação.

A partir de Sen (2011), pode-se compreender que quanto mais liberdade para participar, maior a possibilidade de aumentar o potencial dessas pessoas, posto que essa igualdade na participação deve ser um dos meios para o alcance do desenvolvimento. Ao mesmo tempo que a liberdade só pode ser entendida pela emancipação e pela tomada de consciência, conforme Freire (1980), apenas esse processo viabiliza mudar a realidade.

Mais do que ter um espaço para debater, o processo participativo exige consciência crítica e diálogo que, pelas diferentes realidades e interesses, geram conflitos por si só. Por isso, comumente as pessoas se abstêm de se envolver, confirmado pelo excerto do entrevistado. De todo modo, Bordenave (1994) defende que, apesar das dificuldades, a participação ainda é a melhor forma de gestão e condução de determinada temática.

A participação está vinculada, ainda, ao exercício da cidadania de um indivíduo, além de parte integrante na gestão. O envolvimento de indivíduos em processos de proposição, elaboração, implementação e acompanhamento de ações, baseados em diálogo e democracia na gestão, são características basilares da governança, como será abordado no capítulo 6.

A liberdade de/para participar está associada a possibilidade de conduzir questões que dizem respeito à realidade de cada indivíduo. Ao se falar de turismo, em especial, em UC, a comunidade que recebe os visitantes tem, na ação coletiva e na participação, significativos meios de condução da forma como o turismo é realizado. No próximo capítulo, são teorizadas questões relativas ao turismo, direcionando-se para a FLONA do Tapajós, de maneira que são expostas as experiências de turistas e da pesquisadora, assim como se dá a organização dos moradores das comunidades estudadas para viabilizar o turismo.

5 “A GENTE ORGANIZA TUDINHO AQUI, LEVA ELES […] PRA MOSTRAR AS ÁRVORES”: O TURISMO NA FLORESTA NACIONAL DO TAPAJÓS

> O turismo é o seguinte: a gente organiza tudinho aqui, leva eles no mato aí, pra mostrar as árvores. É isso que a gente faz aqui! Né? (ENTREVISTA, INFORMANTE 7 SÃO DOMINGOS, 2022).

Esse trecho foi retirado de uma entrevista realizada em maio de 2022 com um condutor de turistas da comunidade São Domingos. O destaque para esse trecho se dá pela simplicidade com a qual o entrevistado explica o turismo: um senhor de aproximadamente 65 anos, cujas atividades, além do turismo, são a agricultura, a pesca e a extração de látex, tratando do turismo como o “mostrar”. Mostrar o que se tem, com uma visão já acostumada à paisagem e à natureza da FLONA, para os que não conhecem. De certa forma, acredita-se que esse entendimento de turismo, a partir de uma perspectiva não acadêmica, é válido e expressa a prática do que significa trabalhar com o turismo: o mostrar.

Barreto (2009, p. 99), em seu clássico “Manual de Iniciação ao Estudo do Turismo”, na 18ª edição, afirmava que o turismo pode ser entendido de diversas maneiras. Para o indivíduo comum, “[…] o turismo é mais uma das atividades que se lhe oferecem dentro de uma infinita gama de possibilidades de entretenimento”. Para a pessoa que trabalha com o turismo, além da oportunidade de mostrar determinada realidade, é uma fonte de renda (seja principal ou complementar). Para os estudiosos, o turismo pode ser considerado uma forma de adquirir conhecimentos acerca da sociedade em diversas perspectivas, podendo ser também uma “forma de educação alternativa” (BARRETO, 2009, p. 99).

A abordagem aplicada é uma tentativa de compreender o turismo como uma prática social que perpassa diferentes aspectos. De início, faz-se necessário concernir que o turismo é um termo que carrega contradições, especialmente, no que se refere à sua conceituação. Para Beni e Moesch (2017), o turismo não se limita a conceituações reducionistas que, ocasionalmente, fecham-se em disciplinas que o caracterizam como uma área de estudos da econometria. Panosso Netto e Trigo (2009) apontam a inexatidão na definição do objeto de estudo do turismo e de um método próprio para a área, considerando o turismo um campo do conhecimento que, futuramente, pode se tornar uma ciência, mas que para isso é necessário o estabelecimento de uma linguagem própria.

De acordo com Silva *et al.* (2018), a ciência atual precisa de uma autoavaliação que proporcione uma ruptura (ou desdogmatização) da ciência, no intuito de assumir a complexidade como desafio aos novos pesquisadores. Para os autores, se for posto “[…] o

turismo com as limitações disciplinares da fragmentação da ciência, as respostas são frequentemente parciais, uma vez que se leva em consideração o ponto de vista do observador e da sua matriz metodológica da disciplina de origem" (SILVA *et al.,* 2018, p. 457). Nesse sentido, novas teorias sobre o turismo exigem a elaboração de um método que avance no entendimento deste como possível ciência. A disciplinaridade destinada ao estudo do turismo dificulta a superação do turismo como setor econômico que pertence a um contexto de produção científica na modernidade (BENI; MOESCH, 2017).

Atualmente, considerando os desafios da contemporaneidade, é preciso descortinar os sistemas complexos existente nas relações, as quais são produto e efeito de sua própria existência, constituindo o "[…] campo social – anfitrião e turista – do turismo dos sistemas complexos em que se constitui o turismo" (BENI; MOESCH, 2017, p. 432).

Na década de 1980, Krippendorf (1984 *apud* PANOSSO NETO; NECHAR, 2016) abordava, criticamente, sobre turistas, planejadores e gestores, os quais pensavam que quanto mais visitantes, melhor seria. Esse pensamento foi cristalizado com o turismo massivo e sem muitas reflexões, em que, atualmente, evidencia-se como um modelo de turismo que evoluiu "[…] em sua superficialidade: uso da *internet*, aplicativos, novas técnicas de gestão, mas sua essência continua a mesma" (PANOSSO NETO; NECHAR, 2016, p. 15).

Para os autores, é nessa perspectiva que se mantém a máxima positivista, pautada por estatísticas fundamentadas numa lógica de que se os números (ganhos financeiros) crescem, o turismo está crescendo também, de modo que é entendido como um aspecto a ser valorizado independentemente dos efeitos negativos.

Os números positivos (quantidade de turistas e valores financeiros) são considerados suficientes para mensuração de efeitos. Panosso Neto e Nechar (2016) relembram questões de fundo que comumente são ignoradas, tais como a sustentabilidade, a ética, a inclusão, uma prática mais humana e outros problemas que são invisibilizados e ignorados por turistas, por empresários e pelo setor público. Tratam-se de questões práticas que surgem também por problemas teóricos e fundamentais da área do turismo. Na perspectiva dos autores, o investigador crítico deve "[…] desvendar, desvelar, denunciar, mostrar essa realidade" (PANOSSO NETO; NECHAR, 2016, p. 17).

A perspectiva crítica é abordada pela Escola de Frankfurt a partir de autores como Theodor Adorno, Max Horkheimer, Herbert Marcuse e Walter Benjamin. Tais pensadores se preocuparam em propor soluções para problemas que foram mal-resolvidos pela corrente do positivismo, a qual "[…] praticamente limitava a atuação e o engajamento do investigador com a realidade investigada" (PANOSSO NETO; NECHAR, 2016, p. 45). Partindo desse

argumento, depreende-se que “a teoria crítica tem consciência de que o investigador sofre influências, no desenvolvimento de sua pesquisa, da sociedade, do meio acadêmico, das agências de financiamento, dos governos” (PANOSSO NETO; NECHAR, 2016, p. 45). Nesse contexto, asseveram os autores:

> A crítica passará a ser uma atitude de negação àquelas posições hegemônicas, que não aceitam novas atitudes e visões de mundo. Também compreenderá o turismo como um fenômeno que traz muitos benefícios, mas que se mal desenvolvido pode acarretar impactos negativos irreparáveis no destino e nas pessoas que ali habitam (PANOSSO NETO; NECHAR, 2016, p. 49).

Para Fazito *et al*. (2017), a entedimento principal do turismo como atividade econômica geradora de emprego e renda contribuiu com a hegemonia de teorias voltadas a uma submissão pela modernização e à inexistência crítica de questões político-econômicas dessas teorias. Ainda que tenham sido realizados estudos alternativos, a visão do turismo limitada a distribuidor de renda não foi totalmente ultrapassada. O turismo teve seu papel de possível meio de desenvolvimento das sociedades, sendo resumido a um meio de modernização dos espaços que não foram afetados pela industrialização tradicional: lugares exóticos, distantes e com diversidade cultural e natural conservadas.

Destaca-se que, com base na escola de Turismo Crítico (FAZITO *et al*., 2017), a ideia é que essa é uma percepção muito limitada e empobrecedora do potencial do turismo no desenvolvimento. Isso porque os estudos de modernização turística ignoraram as experiências sociais locais, contextualizadas na realidades do sul global. O foco era um turismo plastificado e artificial que falseava a realidade na experiência que o deslocamento deveria provocar ao turista.

Com um olhar alternativo de turismo, capaz de contribuir para a transformação local, enriquecer-se-ia ouvir essas experiências, as quais são consideradas improdutivas, marginalizadas e atrasadas. Tal viés refere-se à reflexão acerca do mundo limitado pela lógica econômica, com destaque para o “[…] significado que as instituições, as ações, os eventos e os costumes possuem para aqueles que os vivenciam” (FAZITO *et al*., 2017, p. 10).

A mesma crítica é feita por Irving, Coelho e Arruda (2020), que defendem o turismo como fenômeno complexo e multidimensional com alcance global, mas que se materializa no local. Para os autores, “[…] se essas conexões não forem decodificadas em sua complexidade, a pesquisa acadêmica (e sua tradução em políticas públicas) não poderá avançar” (IRVING; COELHO; ARRUDA, 2020, p. 79). Essa é uma abordagem limitada ao operacional, à disciplinaridade e ao monolitismo que fragmentam a leitura do turismo, desqualificando e

despolitizando o debate, que pode perder totalmente o sentido frente à realidade de um mundo em crise (IRVING; COELHO; ARRUDA, 2020).

Segundo Beni e Moesch (2017, p. 432; 453), o turismo é um "[…] processo humano, ultrapassa o entendimento como função de um sistema econômico […], de modo que sendo "[…] um processo singular, necessita de ressignificação às relações impositivas, aos códigos capitalísticos e aos valores colocados como bens culturais".

Ao ser estudado como realidade humana, o turismo pode ser compreendido como uma junção de categorias fundantes de um fenômeno social contemporâneo, as quais podem ser: tempo, espaço, diversão, hospitalidade, economia e outras tantas e ter como protagonista o sujeito, seja como produtor, seja como consumidor do turismo (BENI; MOESCH, 2017). Nas palavras de Araújo e Godoy (2016, p. 2),

> A essência da viagem está no viver, conviver, experienciar, fruir lugares que apresentem características socioculturais distintas dos seus locais de origem. A prática turística é um processo educativo, um processo de aprendizagem, que se estabelece através das relações entre visitantes/visitados e suas formações culturais. É através dessas relações que se pretende analisar o turismo, contrapondo-se à visão mercantil, que enxerga a cultura como produto/mercadoria e os turistas como consumidores.

A intenção não é negar a materialidade sobre a questão econômica, mas considerar que o turismo acontece em "[…] espaços e tempos diferenciados, cultural e tecnologicamente construídos, a serem irrigados com o desejo de um sujeito biológico, nômade em sua essência" (BENI; MOESCH, 2017, p. 446).

Nesse contexto, na visão de Figueiredo (2020), um dos conceitos-chave no turismo é a sociabilidade, bastante utilizado no campo das Ciências Sociais, sendo a razão de várias práticas humanas que objetivam a arte do encontro, pois está associado ao contato, ao encontro com o outro/outros: pessoas, culturas e lugares.

O turismo pode ser considerado uma prática social que envolve a troca de experiências entre o visitante e o morador local. Figueiredo e Nóbrega (2015) definem o turismo como processo e ação, com experiências provocadas pelo deslocamento e pela viagem. Não é apenas o deslocamento que define o turismo, mas também as experiências produzidas e possibilitadas por esse deslocamento, pelo tempo e espaço. O conceito, ainda que não cite diretamente as dimensões ambiental e social, fundamenta-se no estudo do turismo baseado à luz de um fenômeno social, com ideias advindas dos "[…] conceitos de viagem, deslocamentos, errâncias, motivações da viagem, mobilidades humanas, romagens, êxodos" (FIGUEIREDO;

NÓBREGA, 2015, p. 12), de modo a superar as concepções do discurso objetivo de algo que ainda é interpretado simplesmente pelo viés econômico.

Para Jafari (2003), o turismo deve ser construído de modo integrado com os diferentes setores, com responsabilidade e comprometimento. Para o autor, o turismo é o estudo do ser humano "[…] longe do seu local de residência, da indústria que satisfaz as suas necessidades e dos impactos que ambos geram sobre os ambientes físico, econômico e sociocultural da área receptora" (JAFARI, 2003, p. 23).

O turismo é praticado de modo particular, pessoal e subjetivo. Deve ser entendido e compreendido a partir das experiências vividas e sentidas pelos sujeitos que o praticam. Ainda assim, essas experiências precisam ser percebidas dentro de um campo de forças em que todos estejam inseridos. Essa noção de campo de forças será abordada posteriormente, a partir da teoria de campo de Bourdieu (2011). Precisa-se compreender como a força hegemônica, operada dentro dos mais diversos setores que conformam o turismo, pode empobrecer a experiência, uma vez que esse mundo (turístico) chega pré-narrado ao indivíduo, mas também jogamos com ele em um movimento de sedimentação e inovação.

5.1 Turismo e seus impactos

Ao analisar a utilidade social do turismo e os benefícios gerados à economia, percebe-se que as relações entre o ser humano e o meio ambiente não são, necessariamente, positivas para ambos. Por isso, é relevante que a gestão dos espaços seja realizada, tendo em vista o contexto local.

A gestão se baseia em promover o desenvolvimento pautado pelas ações escolhidas e administradas adequadamente (BRESSER-PEREIRA, 2010). No caso da gestão pública, para Oliveira (2012), é pautada pela estrutura do Estado e independe dos governos em exercício, caracterizando a permanência da estrutura administrativa. As políticas públicas surgem e incidem conforme os acontecimentos da sociedade e das relações entre as esferas de governo.

O espaço físico, natural ou produzido, conforme Stigliano (2009), localiza-se onde os anseios dos turistas se concretizam, de modo que, como qualquer atividade humana, o turismo causa efeitos sobre o meio no qual se desenvolve. Como impactos negativos, têm-se a

> Contaminação das nascentes de água, diminuição dos espaços verdes, que passam a ser destinados à construção de infraestrutura turística, uso inadequado do solo propiciado pelos empreendimentos turísticos mal planejados, transformação do espaço físico dos destinos que passam a ser orientados apenas para o turismo, verticalização dos centros urbanos impulsionados pela pressão imobiliária; erosões

> em trilhas de turismo e transformação da paisagem (LOHMANN; PANOSSO NETTO, 2008, p. 212).

Lohmann e Panosso Neto (2008) apontam que os aspectos negativos, advindos do turismo, não se limitam aos citados acima, posto que esses impactos são influenciados pelas características de cada local, sendo, assim, necessário um planejamento que considere as particularidades de cada contexto.

Falar sobre turismo envolve, necessariamente, o esclarecimento quanto às consequências negativas econômicas, sociais e ambientais. No que tange à economia, o turismo é, comumente, destacado como vetor de crescimento econômico, que gera renda para os diversos setores da economia. De fato, o turismo acarreta inúmeros benefícios positivos economicamente. Porém, ainda sobre o viés econômico, é importante destacar algumas questões: o cuidado sobre o que se chama de "monocultura do turismo", em que o turismo é a única/principal fonte de renda de determinado lugar.

Essa atenção em evitar um quadro de monocultura se dá pela instabilidade existente no turismo, sendo influenciado por eventos naturais (terremotos, tsunamis etc.), ataques terroristas, guerras e epidemias. Tais acontecimentos colaboram com um sentimento de insegurança no turista, de modo que este opte por mudar de destino ou cancelar a viagem, afetando, diretamente, a economia do local receptor.

A segunda questão tem influência direta em aspectos sociais e/ou ambientais: em destinos com comunidades tradicionais, como comunidade de pescadores, em que, por vezes, os moradores locais mudam seus hábitos (de pesca, caça, agricultura, coleta de mariscos etc.) para atender aos visitantes.

Um exemplo é a APA de Algodoal Maiandeua/Pará (QUARESMA, 2003), onde, anteriormente, era uma vila de pescadores, e estes, com a renda gerada pelo fluxo turístico, venderam suas casas na praia para os turistas e construíram novas habitações no mangue (com menos qualidade de moradia e mais impacto ao meio ambiente). Outro ponto foi o aumento significativo do número de peixes pescados para atender ao consumo de moradores e turistas.

A terceira questão refere-se à especulação imobiliária, de maneira que, com a valorização dos espaços, o valor dos imóveis e serviços aumentam, prejudicando a vida dos moradores locais, que precisam arcar com esses custos, ou ainda, ocasionando a gentrificação[28] nesses espaços.

[28] Trata-se de um processo que envolve a mudança de pessoas de maior renda para um local anteriormente desvalorizado da cidade, causando o aumento do custo de vida local e gerando o deslocamento das pessoas de menor renda desse lugar de moradia, contribuindo para uma segregação socioespacial (HARVEY, 2005).

Com relação à sociedade, o turismo pode trazer aos moradores um sentimento de orgulho de sua cidade e sua cultura, mas também pode sacralizar determinados espaços como "turísticos", cristalizando a ideia de um lugar exclusivo para turistas, dificultando o sentimento de pertencimento e impactando a qualidade de vida cotidiana dos moradores locais naquele espaço. O número excessivo de turistas pode, também, contribuir para a xenofobia, em que há repulsa dos moradores pelos visitantes, sendo possível acontecer por diversos motivos, dentre os quais,, a superlotação de espaços e equipamentos urbanos, dificultando seu uso e trazendo transtorno aos usuários.

A interação social entre turistas e comunidade receptora provoca mudanças em todos os atores envolvidos nesse processo, inclusive, os do setor privado, os quais podem ser perceptíveis e intencionais, enquanto outras não são mensuradas. O fato é que esses contatos promovidos pelo turismo modificam o agir social. Nesse contexto, o desenvolvimento acelerado do turismo tem causado efeitos sobre a cultura, as tradições, a vida coletiva, as condutas morais, as políticas etc. (SIMONETTI; NASCIMENTO, 2012).

Como aspectos positivos, é necessário lembrar também no que concerne à qualidade do turismo, que depende dos atrativos locais, mas também da estrutura local (saneamento, saúde, segurança etc.), de modo que o turismo pode trazer melhorias para o local receptor, visto que o turista considera imprescindíveis aspectos como: coleta de lixo, comunicações, disponibilidade de serviços bancários, entre outros. Ainda que seja pelo turismo, a qualidade de vida da comunidade local tende a aumentar. Além disso, um fluxo de turistas constante pode:

> […] ajudar a estimular o interesse dos moradores pela própria cultura, por suas tradições, costumes e patrimônio histórico, uma vez que os elementos culturais de valor para os turistas são recuperados e conservados, para que possam ser incluídos na atividade turística. Esse despertar cultural pode construir uma experiência positiva para os moradores, dando-lhes certa conscientização sobre a continuidade histórica e cultural de sua comunidade, que, por sua vez, podem se tornar aspectos que potencializem o atrativo turístico do lugar (MARULO; MILITO; MARQUES JUNIOR, 2017, p. 138).

Em áreas verdes, especificamente, em UC, um dos principais impactos ambientais negativos é o turismo desordenado. Aqui, entende-se o impacto ambiental como qualquer alteração nas propriedades biológicas, físicas e químicas do meio ambiente, em consequência de qualquer resultado das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam a saúde, o bem-estar e a segurança da população local, a qualidade dos recursos ambientais, a fauna e a flora e as condições estéticas e sanitárias no meio ambiente (CONAMA, 1986).

Um turismo massivo, por determinado tempo, pode trazer danos irreversíveis à fauna e à flora local. Além dessa questão, estão os cuidados com aspectos mais simples, que também

acarretam danos a longo prazo, tais como o uso de perfumes e protetores solares em uma trilha, coleta indevida de produtos naturais, compactação da vegetação, pisoteio e danos às raízes, corte da vegetação para abertura de acampamento e trilhas e descarte de lixo (SOLDATELI, 2005). Como afirma, Ruschmann (1997, p. 34), "[…] os impactos ambientais do turismo referem-se à gama de modificações ou sequência de eventos provocados pelo processo de desenvolvimento turístico nas localidades receptoras".

Segundo a autora, nas últimas décadas, o aumento acelerado do ser humano no contato com a natureza influenciou, diametralmente, no crescimento da degradação ambiental. A autora destaca o crescimento contínuo de aproximadamente 4% a 5% do turismo, indicando um aumento nos impactos ambientais. Para além dos citados anteriormente, esses impactos estão associados também à implantação da chamada estrutura turística (meios de hospedagem, alimentação, atrativos e outros), que alteram o estado natural do ambiente. Para Ruschmann (1997), não há um responsável ou uma causa específica, trata-se, na verdade, do resultado da complexa interação entre os turistas, as comunidades e os meios receptores.

Para Swarbrooke (2000), quando bem gerido, o turismo pode auxiliar, significativamente, na conservação ambiental, visto que proporciona a geração de renda local, que pode ser aplicada em recursos para a conservação das áreas e aumento da qualidade de vida das comunidades envolvidas no processo. Para o meio ambiente natural, pode ser benéfico pela compatibilidade de oferecer uma motivação para sua conservação, além de esse incentivo financeiro colaborar com o entendimento de órgãos públicos para que seja dedicada mais atenção à proteção do meio ambiente natural.

Sob uma perspectiva não material, o turismo, nessas áreas, coopera com inspiração espiritual e saúde mental, os quais são, significativamente, importantes para a vida humana, pois os ecossistemas tratam-se de sistemas que englobam dinâmicas complexas e interações contínuas entre seres vivos e não vivos em seus ambientes físicos e biológicos, nos quais o ser humano é parte integrante (MILLENNIUM, 2003).

Os impactos ambientais que o turismo causa são inevitáveis, porém a intenção é que esses impactos negativos estejam dentro de limites aceitáveis e sejam reversíveis. Para isso, é essencial que haja um processo contínuo de educação ambiental, bem como uma gestão capaz de viabilizar essas ações tanto da educação ambiental, quanto de acompanhamento de ações, sensibilização ambiental e fiscalização desse processo de desenvolvimento turístico em UC.

A compreensão desses impactos, decorrentes de um turismo desordenado, contribui para o entendimento da gestão de espaços turísticos ser pautada por aspectos técnicos e científicos

que sejam proporcionais aos impactos gerados. Na gestão, o planejamento é instrumento basilar para que sejam realizados diagnósticos e metas a serem perseguidas.

5.2 Planejamento: sociedade e turismo

O planejamento é uma construção racional e direcionada para o alcance de metas para um futuro desejável e viável. Concebe-se como um significativo instrumento de poder, na medida em que é nesse processo que as ações futuras serão realizadas, além da possibilidade de carregar consigo interesses (pessoais ou coletivos), a depender do objetivo a ser alcançado.

Para Weber (1994, p. 33), o poder é "[…] toda a probabilidade de impor a própria vontade numa relação social, mesmo contra resistências, seja qual for o fundamento dessa probabilidade". A intenção do planejamento público (seja turístico ou não) é vislumbrar um futuro melhor para a sociedade. Partindo dessa ideia, algumas reflexões são indispensáveis, as quais são guiadas pela pergunta: "futuro melhor para quem?".

Para Dredge e Jenkins (2011), o planejamento e a pesquisa política em turismo são áreas recentes, desenvolvidas a partir de três fatores: o aumento de pesquisas críticas que se concentraram em explicar como e por quê o planejamento e a política de turismo acontecem; a crescente aceitação sobre perspectivas pós-disciplinares, contribuindo para processos de planejamento e formulação política, elaborados com conceitos teóricos mais amplos, inclusive, de outras disciplinas; e, por fim, mediante o conhecimento adquirido, a prática reflexiva e a atenção ética estimularam o desenvolvimento teórico e crítico interpretativo (DREDGE; JENKINS, 2011).

Mediante tal aspecto,

> O planejamento do turismo e o conhecimento de políticas são socialmente construídos e isso tem profundas implicações para a forma como as ideias e explicações sobre o planejamento do turismo e políticas são produzidas e por que algumas ideias se tornam dominantes, outras têm um curto prazo de validade, e ainda outros nunca são publicados (DREDGE; JENKINS; WHITFORD, 2011, p. 14. Em livre tradução[29]).

O progresso do planejamento de políticas públicas do turismo abrange um campo de pesquisa e prática que envolve um trabalho coletivo, com diversidade de disciplinas e profissionais que compartilham seus conhecimentos (DREDGE; JENKINS; WHITFORD,

[29] No original: "*Tourism planning policy knowledge is socially constructed, and this has profound implications for the way ideas and explanations of tourism planning and policy are produced and why some ideas become dominant, others have a short shelf life, and still others are never published*."

2011). Nesse aspecto, entende-se a política de turismo a partir do conceito de Velasco (2016, p. 1, em livre tradução[30]), que a define como "[…] um conjunto de discursos, decisões e práticas impulsionadas pelos governos, às vezes, em colaboração com atores privados ou sociais, com a intenção de alcançar diversos objetivos relacionados ao turismo".

A elaboração da política de turismo poderia ser, conforme Velasco (2016), conduzida com base em uma perspectiva econômica. Todavia, é importante saber que esta não é (tampouco deveria ser) a única perspectiva a ser considerada. Cultura, meio ambiente e dinâmicas sociais são basilares para uma definição mais ampla de turismo e de política de turismo. Para Velasco (2016, p. 10, em livre tradução[31]), "pode ser útil e necessário considerar a questão do ponto de vista da disputa entre interesses que têm poder, ideologias e valores diferentes. A importância crescente dos conflitos emerge, e a política de turismo não pode ficar de lado".

A intenção não é negar a característica econômica da atividade, mas, sim, ultrapassar esse entendimento limitante. Assim, questiona-se: como pensar em ócio em um mundo em que a lógica de mercado se fortalece cada vez mais, onde o trabalho ocupa cada vez mais tempo?

No Brasil, o modelo econômico de desenvolvimento vigente é o neoliberalismo. Ele propõe, conforme o pensamento de Harvey (2008), que a melhor forma de alcance do bem-estar humano é a liberação das capacidades de empreender dos sujeitos, com uma instituição estruturada que seja capaz de assegurar os direitos de propriedade privada, a desregulação dos mercados e a flexibilização dos direitos trabalhistas.

Nesse jogo, o Poder Público tem papel fundamental, isso porque, conforme Harvey (2008), é o Estado quem cria um ambiente favorável à precarização de leis trabalhistas, à redução de investimentos em políticas de assistência social, a dar benefícios a grandes corporações, ao papel de garantidor de grandes instituições e outros fatores. Nesses exemplos, muitas vezes, o próprio Estado assume os riscos, enquanto as empresas ficam com os lucros. Esse contexto mostra que as práticas estatais neoliberais se entrelaçam aos interesses do capital, em detrimento dos direitos coletivos dos cidadãos, da proteção do meio ambiente e do bem-estar da população (HARVEY, 2008).

Nesse sentido, retoma-se a questão: como pensar em lazer/ócio num país neoliberal? No caminho para uma possível resposta, Harvey (2020) assevera que uma nação é, de fato, rica quando não é a riqueza que comanda o tempo de trabalho excedente, e sim quando esse tempo

[30] No original: "*Tourism policy is a set of discourses, decisions, and practices driven by governments, sometimes in collaboration with private or social actors, with the intention to achieve diverse objectives related to tourism*".
[31] No original: "*It may be helpful and necessary to consider the issue from the perspective of the dispute between interests which have different power, ideologies, and values. Growing importance of conflicts emerge, and the tourism policy cannot stand aside*".

fora do *labor* é disponibilizado para a arte, para a ciência e para o exercício da liberdade. Em um mundo cada vez mais tecnológico, em que as ferramentas que deveriam facilitar o trabalho, tal qual a *internet*, na verdade, colocam-nos à disposição do trabalho, praticamente, em tempo integral, com mensagens de aplicativos e mensagens eletrônicas que nos lembram/cobram atividades e prazos a serem respeitados, pensar em folga, lazer/ócio torna-se "privilégio".

Assim, a resposta para a questão proposta no início do parágrafo anterior, no contexto atual, certamente, direciona-se a uma mudança no modo de se pensar e planejar-se o desenvolvimento. O momento que vivemos recentemente, na pandemia do novo Coronavírus, sobretudo, entre os anos 2020 e 2021, de isolamento social e reflexão quanto às ações antrópicas, é possível que a sociedade reflita sobre como essas formas modernas de trabalho colaboram com a alienação e a reafirmação daquele "normal" pré-pandemia.

Embora seja possível pensar sobre qual a relação do planejamento com o assunto acima abordado, trata-se de uma inspiração para a necessidade de mudança com relação aos passos futuros, que devem ser planejados e direcionados para melhorar a qualidade de vida da sociedade.

O turismo, que segue também uma lógica de mercado, é considerado, equivocamente, uma "indústria sem chaminé", ainda que traga renda ao destino visitado, é uma renda que, frequentemente, circula por grandes empresas como serviços aéreos, hoteleiros e de agenciamento, cristalizando ainda mais o capitalismo e sua lógica perversa. A pandemia do novo Coronavírus, porém, trouxe um congelamento do setor turístico, de modo tal que o isolamento social e as restrições de deslocamento internacional acarretaram perdas financeiras consideráveis, conforme consta no boletim de estatísticas turística:

> O turismo brasileiro está clamando por ajuda. A crise provocada pela pandemia da covid-19 atingiu em cheio o setor. A estimativa é de que a perda no País, em três meses, tenha ultrapassado a casa dos R$ 90 bilhões, com o fechamento de cerca de 730 mil vagas do mercado de trabalho (BRASIL, 2020, n.p.).

O impacto da Covid-19 foi imediato sobre o turismo global (OECD, 2020). Para Higgins-Desbiolles (2020), esse cenário ocasionado pela pandemia seria uma oportunidade de mudança nos comportamentos de turistas e de viajantes. Esse novo comportamento é almejado há algum tempo pelo próprio setor turístico, em que o turista, possivelmente, está mais sensível à sustentabilidade e mais preocupado com o desenvolvimento local.

Para Fazito (2020), essa esperança na transformação poderia seguir dois caminhos para o futuro do turismo pós-pandemia: num panorama em que tudo volte a ser como acontecia anteriormente, representado, concomitantemente, pelo viável, pelo possível e pelo desejo do

planejador neoliberal de continuar um turismo massivo e lucrativo; no que concerne ao segundo caminho, poderia ser sugestivo a mudanças radicais. Fazito (2020) cita a Prof.ª Sarah Dolnicar[32], que, em evento ocorrido em meados de 2020, sugeriu que a primeira hipótese se daria caso se descobrisse a vacina contra o Covid-19.

A segunda hipótese permaneceria caso não tivéssemos encontrado a cura para a doença (fato que impactaria o fluxo de viagens e os seus procedimentos). Válido lembrar que, em 2021, foram criadas inúmeras vacinas e outras centenas estão em estudos e testes, apontando que o primeiro caminho foi retomado por completo.

De acordo com Irving, Coelho e Arruda (2020), o planejamento turístico (independentemente de onde o turismo acontece) deve considerar não apenas o cenário de pandemia da Covid-19, mas também pandemias que estejam por vir. Não se trata apenas de combater as doenças, mas de combater os motivos que as geram. As pandemias são consequências de dinâmicas ecológicas e de modelos insustentáveis de produção e mercado/consumo, características das sociedades atuais.

Em estudo divulgado pela *Intergovernmental Platform on Biodiversity and Ecosystem Services* (IPBES) (2020), o caminho para melhor conter esse processo é o enfrentamento desses problemas, mormente, pela projeção de novas cinco doenças de origem virótica por ano, todas com potencial pandêmico.

Portanto, se as causas do problema não forem enfrentadas diretamente, novas pandemias ocorrerão. Nesse sentido, a possível ressignificação do turismo não apenas é viável, como necessária. No olhar de Irving, Coelho e Arruda (2020), certamente, o contexto de pandemia vivido resultará em significativas mudanças de comportamento nos turistas, que afetarão, prontamente, suas escolhas.

Não se pode olvidar o tempo que todo o mundo teve de confinamento e isolamento social, que, decerto, foi uma oportunidade única de refletir acerca da sociedade, seu funcionamento e seu papel como indivíduo social. Possivelmente, isso representa perspectivas novas e mais sustentáveis quanto ao bem-estar coletivo. Nesse processo de reconstrução e reflexão sobre um possível novo mundo, é necessária a ressignificação do turismo e de suas políticas públicas, no intuito de criar um perfil de "turista cidadão" (IRVING; COELHO; ARRUDA, 2020).

[32] Cientista social formada na Áustria, dedica-se ao estudo de segmentação de mercado, turismo sustentável e *Airbnb*. É professora pesquisadora de Turismo na Universidade de *Queensland* em Brisbane, na Austrália, desde 2013.

A pandemia da Covid-19 exigiu que potenciais turistas alterassem suas práticas habituais, de modo que, em virtude das medidas de contingenciamento dos diversos locais, juntamente com a necessidade de segurança, tiveram de buscar novos modos de praticar o turismo, que fosse menos massificado e com poucas pessoas. Considerando o ideal de sustentabilidade que há um tempo chama a atenção da sociedade para a mudança de paradigma, pensando no turismo, este poderia ser o momento de os destinos repensarem suas estratégias e planos de desenvolvimento do turismo em um caminho que seja mais sensível à realidade que vivemos.

Mais do que a ressignificação do turista, é necessário lembrar-se das populações residentes, as quais também tiveram suas rotinas, direta e irreversivelmente, alteradas. Assim, esses moradores locais não podem ser interpretados apenas como barreiras para o *trade* turístico, como a lógica de mercado insiste em colocar.

As populações residentes são os reais protagonistas do processo, e se estes não estiverem no centro de estratégias de planejamento, "[…] o turismo continuará a funcionar como um consumidor ávido e perverso de naturezas e culturas, em resposta direta aos interesses do mercado" (IRVING; COELHO; ARRUDA, 2020, p. 100). Essa opção, mesmo considerando a perspectiva de mercado, parece ser inviável para o *trade* em um contexto de pós-pandemia, visto que colocam em risco o próprio turismo de modo geral.

Além dos novos papéis dos turistas e residentes, o setor público tem considerável responsabilidade. Mesmo que este tenha como objetivo promover o bem-estar social por meio de políticas públicas, estas são definidas pelo governo e não pela sociedade, atendendo a demandas, que se acreditam ser, de amplo interesse social. O papel do Estado é representar a sociedade e o interesse público. Logo, esse entendimento se aplica também ao setor do turismo, e ao governo em exercício que, em seus diferentes níveis (federal, estadual e municipal), atua como gestor máximo do turismo, com a elaboração e a regulamentação de estratégias e medidas para maximizar o desenvolvimento do turismo de modo sustentável (SWARBROOKE, 2000).

Cabe ao governo a responsabilidade de elaborar e propor um plano amplo de gestão de crise, que se baseie em demandas do mercado, dos profissionais que nele atuam, e da sociedade em geral. Todavia, relembra-se que, em meados do primeiro semestre de 2020, a pandemia foi classificada pelo presidente da República Jair Bolsonaro como uma "pequena crise", demorando a reagir e elaborar estratégias condizentes com as diferentes realidades socioeconômicas no País, com o propósito de diminuir os prejuízos causados pela Covid-19.

Ainda que esse contexto seja relativo à pandemia e a todas as áreas socioeconômicas, no que tange ao turismo, Tasso, Moesch e Nóbrega (2021) apontam que, nos últimos 50 anos,

as contribuições e os prejuízos de turismo têm sido caracterizados pela racionalidade econômica que se reproduz por interesses privados e fortalece um distanciamento entre a sociedade e a economia, afastando a ética das decisões políticas e econômicas.

O papel da academia, nesse aspecto, é fundamental na reflexão ética no que concerne à interpretação desse fenômeno e sua complexidade. Insistir na abordagem do turismo, apenas pela perspectiva disciplinar, técnica, operacional e/ou limitada à economia, contribui para o agravamento dessa visão distorcida. Mediante esse contexto de pandemia, cercado de riscos e incertezas, tem-se uma reflexão pedagógica inovadora. Isso porque é importante compreender que "nada será como antes e o turismo precisaria de fato se reinventar" (IRVING; COELHO; ARRUDA, 2020, p. 101).

A modernização na área enxerga o turismo como uma indústria. Em contrapartida, quando se entende o turismo como lazer, pode-se promover um desafio criativo frente aos discursos de modernização (FAZITO *et al*., 2017). Urge ressaltar que não se quer negar ou ignorar a existência dos negócios gerados pelo turismo, mas propor um discurso que seja alternativo.

Nessa proposição, resgata-se o pensar de Figueiredo e Nóbrega (2015), os quais, ao evidenciar que, na Amazônia, o protagonismo ainda acontece pelo setor público e empresariado, defendem que as representações sociais devem assumir a (co)responsabilidade em um processo de planejamento que seja mais abrangente e voltado ao desenvolvimento local e endógeno do turismo.

Como parte do processo de elaboração e avaliação crítica das propostas de políticas públicas, ações e decisões direcionadas ao desenvolvimento do turismo em determinado espaço, Tasso, Moesch e Nóbrega (2021) apontam três questões essenciais para uma clarificar os propósitos reais desse movimento nesse instante de crise de pandemia:

- **Como fomentar o turismo?** De modo eficiente e inovador, com respeito aos residentes, valorização da cultura local e responsabilidade na utilização dos recursos ecossistêmicos disponíveis;
- **Para quem fomentar o turismo?** Para todos os agentes envolvidos direta ou indiretamente (inclusive, a sociedade civil e, de modo especial, os grupos marginalizados), poderes público e privado, turistas e outros;
- **Para que fomentar o turismo?** Essa é a questão central: uma dúvida que exige um debate ainda pouco promovido. Aprofundar-se nesse ponto permitiria um entendimento mais claro no que concerne aos verdadeiros objetivos de se

> desenvolvê-lo em um território, em especial, nesse contexto preocupante de crise sanitária mundial.

O "para quê" fomentar o turismo deveria ser como condição basilar de todo e qualquer processo de planejamento turístico territorial em busca pelo bem comum. Segundo Tasso, Moesch e Nóbrega (2021), há décadas são realizados estudos sobre o bem comum, que se baseia em três ideias: repensar o uso indiscriminado dos recursos naturais, estabelecendo uma lógica impositiva ou privada de uso (HARDIN, 1968); adotar um sistema de arranjos coletivos dotado de governança (OSTROM, 2008); e incluir os danos na socialização no excedente de produção, em busca de novas alternativas para o uso do trabalho coletivo em prol do bem comum (HARVEY, 2011).

5.3 A experiência de turistas na FLONA do Tapajós

No turismo, existem inúmeras perspectivas que podem ser notadas pelos turistas, as quais se referem ao lugar e ao que este desperta nas pessoas externas àquele ambiente. Pode se tratar da existência (ou não) de uma estrutura física, o modo como os turistas são tratados, as sensações que esse deslocamento causou, além das possíveis mudanças de vida/pensamento que a viagem pode acarretar a um indivíduo.

Ainda assim, é relevante consentir que a existência dessas percepções não significa ser possível objetivar a experiência de turistas. De todo modo, foram analisadas as informações coletadas com algumas reflexões que contribuem para o entendimento sobre as viagens, especialmente, na sociedade atual, cuja característica marcante é ser globalizada e midiática.

Partindo de uma realidade de pandemia (e consequente isolamento social), no segundo semestre de 2021, deu-se início a coleta de dados para este estudo. A primeira viagem de campo foi em novembro/2021, porém os dados começaram a ser coletados, previamente, por formulários do *Google Drive*, tendo como grupo inicial os turistas da FLONA do Tapajós. Para ter acesso a esses informantes, a pesquisadora utilizou como ponto de partida as redes sociais, especificamente, o *Instagram*.

Por meio de sua conta pessoal, a pesquisadora buscou contas que tivessem relação com a FLONA do Tapajós (ICMBio, FLONA do Tapajós e comunidades), assim como *hashtags* que tivessem relação com as comunidades estudadas. Sendo o *Instagram* uma rede social de compartilhamento de fotos, ao identificar que o usuário havia postado fotos suas em alguma das comunidades estudadas, a pesquisadora entrava em contato, via mensagem, e enviava o

questionário para preenchimento. Dessa maneira, foram coletados 29 questionários com questões abertas e fechadas.

Do círculo de conhecidos da pesquisadora, 5 pessoas tinham ido à FLONA e disponibilizaram-se a conversar sobre a experiência via mensagens de áudio pelo *WhatsApp*. A coleta de dados com os informantes aconteceu entre os meses de setembro e outubro de 2021, tendo sido realizada com a pessoas que praticaram lazer e turismo na FLONA, entre os anos 2018 e 2022. Destaca-se que nenhum deles utilizou serviço de hospedagem, de modo que foram apenas passar o dia. Os entrevistados eram das seguintes cidades: 18 de Belém (PA), 5 de Santarém (PA), 1 de Itaituba (PA), 1 de Castanhal (PA), 1 de Araraquara (SP), 1 de Santana de Parnaíba (SP), 1 de São Paulo (SP) e 1 de Brasília (DF).

Na segunda viagem de campo, ocorrida em maio/2022, foram ouvidos, presencialmente, 2 turistas, vindos de Vitória da Conquista (BA), que, além da acessibilidade e disponibilidade para participar deste estudo, tiveram a experiência de dormir nas acomodações da FLONA na comunidade Jamaraquá. Nessa comunidade, existem duas pousadas e três redários. O contato para reservar hospedagem ocorre por mensagem de *WhatsApp* ou por ligações convencionais.

O contato é disponibilizado no *site* institucional da FLONA (administrada pelo ICMBio), que possui informações de contatos, nomes, valores etc. Esses empreendimentos não mantêm divulgação em redes sociais. Válido salientar que é possível dormir em pousada, a exemplo da Figura 11, ou na floresta, cerca de 6 km da comunidade, em uma estrutura de cabana, conforme Figura 12.

Figura 11 – Pousada na comunidade Jamaraquá

Fonte: Pesquisa de campo (2022).

Figura 12 – Pernoite na Floresta – comunidade Jamaraquá

Fonte: Vinicius Porto e Nathalia Oliveira (2022)[33].

[33] Essas imagens foram cedidas pelos turistas 16 e 17, com autorização pelo TCLE.

Vale destacar que, independentemente da forma de acesso desses visitantes à FLONA (terrestre via ônibus ou veículos próprios/alugados ou fluvial por embarcações privadas), os serviços são prestados pelos comunitários, os quais atuam como condutores de trilhas, proprietários de restaurantes e meios de hospedagem.

No turismo, conforme Barretto e Rejowski (2009, p. 16), "[…] não existe o turista, mas turistas, no plural", os quais não dedicam suas viagens para desfrutar apenas de um único aspecto que essas possibilitam. Em geral, procuram desvendar, por inteiro, o lugar visitado – conhecendo o maior número de atrações –, além de vivenciar as mais diversificadas experiências.

Nas palavras das autoras, os turistas "[…] dedicam um pouco do tempo, ou grande parte dele, para desfrutar do principal atrativo, mas praticam também outros tipos de turismo ao mesmo tempo" – nesse contexto, é possível encontrar exceções (BARRETTO; REJOWSKI, 2009, p. 15). Nessa conjectura, vale sinalizar que, por mais que uma viagem se concretize a partir de uma motivação principal, podem estar envoltas outras e diferentes motivações.

Com a busca por viagens e experiências cada vez mais alternativas, únicas e diferenciadas, os "novos turistas" têm fragmentado mais o mercado turístico. Enquanto uns consumidores aceitam pacotes pré-formatados, outros buscam roteiros diferenciados, menos padronizados.

Nesse sentido, Panosso Netto e Gaeta (2010), no livro "Turismo de Experiência", destacam que o "[…] turista de hoje quer mais do que apenas alguns dias para descansar. Ele deseja que sua vontade e suas expectativas sejam atendidas, ele busca viagens que o faça passar por sensações ímpares […] que lhe proporcionem uma experiência marcante" (PANOSSO NETTO; GAETA, 2010, p. 7). Ele prefere fazer as suas escolhas, tendo como base a sua personalidade (MOLINA, 2003). Nesse cenário, tem-se, então, o surgimento das segmentações e dos nichos que determinam o mercado turístico da contemporaneidade.

Para Ruschmann (2001), o consumo desses serviços, como experiência vivencial, pode: ter múltiplas interpretações e importâncias; despertar sentimentos, sensações e emoções; e influenciar as próximas experiências – dada a complexidade subjetiva intrínseca ao ser humano. Nessa direção, Panosso Netto e Ansarah (2015, p. 24) apontam que o mercado turístico "[…] é dinâmico. As pessoas continuam a viajar pelos mais diversos (e recônditos) motivos. Os destinos mudam, as formas de viajar mudam, os anseios dos turistas mudam. Os produtos ofertados mudam. As estratégias de *marketing* mudam e se atualizam". Logo, é importante atentar-se para a heterogeneidade dos mercados, mas também para a sua intensa dinamicidade.

A diversificação e as inovações constantes na oferta de produtos e serviços turísticos norteiam os mercados, ao "criarem", nos visitantes, uma "pseudonecessidade" – metaforizada sob a forma da viagem dos sonhos – de vivenciar experiências exóticas e, até mesmo, opostas à realidade habitual e ao trabalho. Embora em um contexto diferenciado, Krippendorf (2001), no século passado, problematizava como essa lógica capitalista se projetava em torno do lazer e das viagens.

Para esse autor, nas sociedades modernas, o "cotidiano" dos grandes centros urbanos e as condições de trabalho geram estresse, tédio e esgotamento físico e psicológico, o que colabora com o empobrecimento das relações humanas. Nesse sentido, o lazer e a viagem funcionam, conforme a teoria citada, como um "anticotidiano", que se polariza e compensa a saturação do exaustivo "cotidiano". Assim, é conformado o ciclo da reconstituição humana: "trabalho-moradia-lazer-viagem", no qual a prática do lazer aconteceria durante as viagens, em uma perspectiva baseada na fuga da realidade (KRIPPENDORF, 2001, p. 27).

O ciclo é contínuo. O indivíduo trabalha para viajar e viaja para retomar forças e voltar a trabalhar. É dessa repetição permanente de necessidades insaciadas e insaciáveis que o ciclo "trabalho-moradia-lazer-viagem" se retroalimenta e tira sua dinâmica própria. Ao entender o lazer como um momento de não-trabalho, essa compreensão hegemônica e polarizada, segundo Gomes (2011), tem, historicamente, condicionado e, com efeito, limitado o entendimento do lazer e, nesse caso, o turismo.

Diante disso, não é incomum observar, na atualidade, que as redes sociais evidenciam-se como uma espécie de "palco desse ciclo". Afinal, é por meio delas que as pessoas mostram o "cotidiano" e, sobretudo, o "anticotidano", a partir das fotos e dos vídeos de viagem no *Instagram* (ALVES; COSTA; PERINOTTO, 2017), em que publicam "experiências únicas" ora em *resorts*, ora em meio à natureza. Nesses casos, há uma frequente lógica do capital nessas experiências, que têm a natureza e os equipamentos turísticos como pano de fundo para expressar os prazeres que o consumo no lazer e no turismo possibilitam.

Por outro lado, existem pessoas que querem – mais do que experienciar ou experimentar os pacotes turísticos convencionais – vivenciar, nessas viagens, conteúdos outros, participando ativamente do cotidiano local. Em geral, é um perfil de turista marcadamente aventureiro, que busca, nessas vivências, não apenas conhecer novos destinos, mas experienciar e se autoconhecer. Na ótica de Trigo (2013, p. 157): "enquanto viajamos, nos transformamos em algo diferente. […] Adquirimos mais conhecimento e experiência. Então viajamos novamente, nos transformamos outra vez. Acumulamos outras histórias. E mudamos uma vez mais".

Talvez seja por isso que, nos encontros entre diferentes culturas, promovidos pelo ato de viajar, os viajantes podem ter mudanças em seu comportamento. Em meio aos aprendizados que essas vivências possibilitam, aprende-se a lidar melhor com as diferenças, a ser tolerante e a ter mais empatia com o outro, considerando o contexto diferente em que se vive. Desse modo, Krippendorf (2001) defende, na ideia de humanização das viagens, a vivência de um turismo leve – alternativo ao turismo desordenado. Nessa perspectiva, o turismo leve pode oportunizar o desenvolvimento pessoal, a autonomia e a emancipação, a partir das vivências adquiridas pela interação com outras pessoas de diferentes realidades (KRIPPENDORF, 2001).

Dito de outro modo, sem o indivíduo e, por conseguinte, as suas experiências sociais e culturais, não há turismo. Entrementes, com a disseminação de lógicas globais de consumo, o turismo tem sido concebido como uma experiência compensatória que possibilita um "anticotidiano", isto é, uma alternativa que se polariza ao cotidiano corrido e estressante das grandes cidades.

A vida moderna, ao mesmo tempo em que cansa os indivíduos, recorre também a essa fadiga para comercializar o lazer e o turismo, com a promessa de quebrar a rotina e de degustar os prazeres e *status* que essas experiências possibilitam (KRIPPENDORF, 2001), principalmente, quando associadas à natureza.

Além da busca pela aventura (RUSCHMANN, 2004), Krippendorf (2001) identificou que, nas viagens, a prioridade é o descanso. Levando-se em consideração que uma parcela significativa da população mundial vive em espaços urbanos, os espaços naturais passaram a ser considerados como locais privilegiados para os turistas.

Para o turismo, é comum que sejam construídas estruturas de atendimento ao turista, tais como hotéis, restaurantes, lojas de artesanato, além dos serviços de guia, de transporte dentre outros. Essa gama de serviços prestados, consequentemente, gera renda às destinações. Em se tratando de UC, com comunidade local, tais serviços são organizados pelos próprios comunitários, por vezes, com auxílio de órgãos, como o ICMBio. Essa estrutura contribui com o turismo e pode influenciar, definitivamente, na experiência dos visitantes.

Conforme Signor, Silva e Silva (2022), Alter do Chão (Santarém) é o principal polo de recepção e emissão de turistas da região. A experiência de pré-visitação à FLONA, saindo de Santarém, tornou-se um desafio. Essa afirmação se baseia no que foi dito pelos informantes e pela vivência da pesquisadora. Para melhor expor, serão descritas as notas do diário de campo da pesquisadora, juntamente com os dados coletados pelos informantes.

Cerca de uma semana antes da viagem, a pesquisadora pesquisou informações sobre passeios, agendamentos, valores e frequências. Com o intuito de ter uma experiência turística,

optou-se por chegar à FLONA do Tapajós do mesmo jeito que a maioria dos turistas faz: via lancha, com roteiro predeterminado. Esta, acredita-se, foi a primeira dificuldade. As informações são desencontradas, além disso é notável a falta de organização no que tange à forma de atendimento ao turista. Informações insuficientes (sem informar o que estaria incluso no serviço a ser prestado, por exemplo) pelo *WhatsApp* e informações breves nas redes sociais (*Instagram*/*Facebook*). A descrição do passeio dizia:

> Passeio da FLONA Tapajós, trilha da Samaúma e igarapé no meio da floresta da comunidade Jamaraquá, depois da trilha almoço retorno para Alter do Chão parando nas praias da ponta do Maguary e pô do sol na ponta do Muretá. Saída de Alter às 8 da manhã com chegada em Alter após o pô do sol. Dia todo de passeio. Valor, 170 reais por pessoa (ALTER DO CHÃO TURISMO, 2021)[34].

O passeio estava marcado para as 8h, com saída de Alter do Chão. Ao chegar à orla, foi possível observar uma barraca com aglomeração. Era a barraca da Associação de Turismo Fluvial de Alter do Chão (ATUFA). De acordo com o *site* dessa associação, são mais de 50 pessoas que "trabalham com turismo sustentável", conduzindo "as pessoas com segurança para conhecerem as maravilhas do Tapajós", atuando também como "anjos do rio, com resgates de pessoas em acidentes e enfermidades". São 50 associados, totalizando 50 embarcações (Figura 13), que oferecem 25 passeios pelo rio Tapajós (informações do *site* da ATUFA).

Figura 13 – Lanchas em Alter do Chão para passeios turísticos

Fonte: Pesquisa de campo (2021).

[34] Essa informação foi transmitida via *WhatsApp* pelo fornecedor do serviço turístico da Empresa Alter do Chão Turismo em novembro de 2021.

Ainda que o horário estivesse marcado para as 8h, a saída depende da lotação da lancha. Na barraca da ATUFA, vários barqueiros vendem os passeios para os interessados, com valores diferentes e negociáveis. A viagem de lancha (Figura 14) tem duração, aproximadamente, de 2 horas, cuja lotação é de cerca de 8 pessoas, todavia os grupos saem a partir de 4 integrantes. No deslocamento, há o acompanhamento de música regional, e cada pessoa recebe uma garrafa de água. Caso um passageiro queira, pode levar um isopor com bebidas e lanches.

Figura 14 – Lancha na praia da comunidade Jamaraquá

Fonte: Pesquisa de campo (2021).

A saída da lancha de Alter do Chão aconteceu por volta de 9h e chegada à FLONA às 11h30. O atraso se deu pelo mal tempo do dia e por um imprevisto com o motor da lancha. O destino do passeio era a comunidade Jamaraquá, uma das mais frequentadas por turistas. O centro da comunidade fica a cerca de 500 metros de onde se desembarca.

À primeira vista, pode-se observar um campo de futebol, a escola de Ensino Fundamental de 1º a 4º ano (para dar continuidade aos estudos, deve ser encaminhado para a comunidade vizinha, Maguari), a Associação dos Moradores da Comunidade de Jamaraquá (ASMORJA), o Centro de Atendimento ao Turista e Visitante (CATV) e a loja de artesanato. A primeira ação foi assinar um livro de controle de visitantes, aparentemente, elaborado pelo ICMBio. Esse livro de páginas impressas e encadernadas pedia informações como: nome, Registro Geral (RG), Cadastro de Pessoa Física (CPF), origem, meio de acesso, data de visita, dias de permanência e qual a finalidade da visita.

Havia, ainda, na parte inferior da página (na horizontal), algumas indicações de cuidado, conforme a transcrição abaixo:

Atenção: ao assinar o formulário, o visitante está ciente dos riscos presentes nas áreas naturais, sendo o principal responsável pela sua segurança, tendo ciência de sua condição física e psicológica para praticar atividades no interior da Floresta Nacional do Tapajós.

Finalidade:

1. **Uso recreativo:** atividades de lazer tais como caminhadas das trilhas, passeios, banhos, diversão (festas nas comunidades) entre outras.
2. **Desportivo:** práticas diversas de esporte ou lazer (maratonas, torneios de futebol etc.).
3. **Educacional:** aulas práticas e visitas de grupos universitários e de alunos de escolas do Ensino Fundamental, Médio e Técnico. Além de visitas técnicas de outros grupos na UC (capacitações, reconhecimento da área etc.).
4. **Religioso:** procissão, festividades religiosas, encontros evangélicos, entre outros.
5. **Visita familiar:** realizadas por familiares de moradores da FLONA do Tapajós que não residem na Unidade de Conservação.

Antes do início da trilha, além das informações acima (as quais o visitante deveria ler, sem nenhum aviso oral ou explicação previa), não foram explanadas questões sobre educação ambiental, cuidados que o visitante deveria ter/como agir em situação de risco.

Para iniciar a trilha, foi apresentada a condutora: filha de pai indígena, nascida e criada na comunidade Jamaraquá. Com muitos conhecimentos quanto aos usos dos recursos da floresta, atua como condutora há quase 20 anos, contava, em torno de, 40/50 anos. De início, ela apresentou o mapa da trilha (Figura 15).

Figura 15 – Mapa da trilha do Piquiá (Jamaraquá)

Fonte: Pesquisa de campo (2021).

Atualmente, os pontos altos e destacados na trilha pela condutora foram os frondosos pequizeiros (*Caryocar brasiliense*), a Sumaúma[35] (*Ceiba pentandra*), que, segundo a condutora, na comunidade Maguari, é ainda maior, o mirante e o igarapé.

Iniciamos a trilha por volta de 11h45. No decorrer do trajeto, a guia explicou vários detalhes de seu conhecimento sobre a floresta, os hábitos dos animais e os usos medicinais de diversos recursos ambientais: a seiva de uma formiga que se torna repelente (ela colocou a mão no formigueiro para mostrar), apontou o "Vick" da Amazônia (a seiva de uma árvore que tem um cheiro similar ao remédio de nome comercial "Vick"), além de falar sobre algumas árvores cujo chá da casca ajuda em tratamentos de saúde, de como se curou de uma picada de escorpião (o pai a ensinou que tem de tirar o estômago do escorpião e socar com alho e passar na picada), mostrou como tirar a borracha da árvore e, nesse ponto, destacou o destino da borracha.

Dentre as práticas locais, está o artesanato, que muito utiliza a borracha. Em 2004, foi ofertado para a comunidade um curso de aperfeiçoamento das técnicas de uso da borracha. Antes, ela era coletada durante dias, fato que colaborava para que a borracha ficasse fétida (não à toa era chamada de "borracha fedida"). Após o curso, a coleta da borracha era feita diariamente. Além dela, a condutora também explicou sobre o uso da copaíba (*Copaifera*

[35] Destaca-se a existência de uma variação linguística no nome utilizado para se referir a essa árvore, podendo ser chamada de Sumaúma (pelos moradores entrevistados para este estudo) ou Samaúma (utilizado por outras pessoas ouvidas nesta pesquisa).

langsdorffii), mostrando uma árvore que estava com um furo no tronco para que os visitantes pudessem cheirar e mesmo provar o óleo.

No decorrer da trilha, havia algumas folhas de palmeiras aglomeradas. A condutora disse que os moradores da comunidade usavam esse material como cobertura das casas, que, além de equilibrar a temperatura, era bastante resistente à chuva. Entretanto, é preciso trocar a cada 4/5 anos. Para utilizar no período chuvoso, era preciso tirar as palmas da planta e deixá-la secando para que seja aplicada. Ademais, também foram encontrados alguns troncos de árvores grandes pelo chão. A condutora disse que são troncos que caem naturalmente e aproveitados pela comunidade.

Nesse momento, ela informou que o ICMBio não permite que eles cortem as árvores da floresta sem autorização prévia e com justificativa. Em tom de reclamação, abordou, também, as restrições de uso impostas pelo ICMBio, mas não detalhou outras circunstâncias. Na sequência da trilha, a primeira parada “oficial” é na Samaumeira, árvore gigante cuja grandeza não foi possível fotografar. Ainda assim a Figura 16 registra sua exuberância.

Figura 16 – Sumaúma da trilha de Jamaraquá

Fonte: Pesquisa de campo (2021).

Enquanto o grupo observava a Samaumeira, a condutora pegou uma folha de palma (daquelas utilizadas para fazer o teto das casas na comunidade), rapidamente entrelaçou a folha e teceu uma coroa para as três mulheres do grupo. Ao seguir caminho, avistou-se uma árvore de Pitomba (*Talisia esculenta*), uma fruta da região. Ela apanhou o fruto e deu um para cada do nosso pequeno grupo.

A segunda parada foi no Mirante (construído em 2022, após a realização da trilha pela pesquisadora). Tratou-se de uma vista que possibilitou ter uma ideia da amplitude e da beleza da Floresta (Figura 17).

Figura 17 – Mirante da comunidade Jamaraquá

Fonte: *Instagram* da FLONA em postagem temporária no dia 23/11/2022.

A alguns metros do mirante, encontra-se um espaço para acampamento (Figura 18). Esse espaço, de acordo com a explicação da condutora, fora construído há pouco tempo (meados de 2021). Se tratava de uma base de madeira em forma de casa, não mais que 5 metros de comprimento e uns dois e meio de largura, que quando os turistas tinham interesse em dormir no meio da Floresta, lá era o destino. Como cobertura, tem-se as folhas de palmeiras. Para dormir, cada um leva sua rede. Ressalta-se que não tem paredes, apenas teto. Tem também uma cabana com paredes e tetos feitos de folhas de palmeira.

Figura 18 – Cabana para acampamento

Fonte: Pesquisa de campo (2021).

Entre o dormitório e o banheiro, em diagonal, havia o espaço de convivência (Figura 19): dois bancos compridos, com uma fogueira montada e uma mesa grande próxima. Os visitantes têm a opção de contratar a comunidade para fornecer comida, ou levar próprios seus alimentos. Quando algum grupo se dispõe a dormir lá, a depender da quantidade de pessoas, um ou dois condutores da comunidade acompanham.

Figura 19 – Espaço de convivência para pernoite na floresta

Fonte: Pesquisa de campo (2021).

Seguindo a trilha, a próxima e última parada foi o igarapé do Jamaraquá, um lugar com água cristalina (Figura 20).

Figura 20 – Igarapé da comunidade Jamaraquá

Fonte: Pesquisa de campo (2021).

O grupo passou cerca de 20 minutos trecho, tempo apenas para tomar um banho, contemplar e voltar para a trilha, porque o caminho de volta é longo. Na comunidade, após o retorno da trilha, o almoço aconteceu na casa de uma comunitária, na sequência, o grupo foi levado ao centro de artesanato.

Partindo da explicação prévia sobre a extração da borracha, a condutora explicou o processo de prensagem, colorização e transformação (conforme item 2.1 deste estudo) em acessórios como cordões, brincos, pulseiras etc. (Figura 21). O grupo saiu da comunidade por volta de 16h30, de maneira que o roteiro continuou com parada na praia da comunidade Maguari, posteriormente, na praia de Pindobal para assistir ao pôr do sol. A chegada a Alter do Chão ocorreu, aproximadamente, às 20h.

Figura 21 – Artesanato – Comunidade Jamaraquá

Fonte: Pesquisa de campo (2021).

Após a descrição, foram apresentadas as informações coletadas. Para melhor compreender a metodologia dessa etapa da pesquisa, elas foram reunidas no Quadro 6 abaixo, em que constam o período e o tipo de coleta.

Quadro 6 – Sistematização dos dados coletados com turistas

Quantidade de turistas	**Forma de coleta de dados**	**Período da coleta**
29 (sendo 18 em Jamaraquá e 11 em Maguari)	Questionário via *Google Forms* (perguntas abertas e fechadas)	Outubro a novembro de 2021
5 (sendo 3 em Jamaraquá e 1 em Maguari e 1 em São Domingos)	Via *WhatsApp*	Março a junho de 2022
13 (sendo 6 em Jamaraquá, 5 em Maguari e 2 em São Domingos)	Presencialmente	Em dois períodos: maio de 2022 e janeiro de 2023

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

A primeira pergunta aos turistas versou sobre a motivação para visitar a FLONA. Nas palavras dos informantes, surgiram termos como: “explorar a região”; “a paixão pela natureza

e vontade de conhecer uma floresta primária"; "as belezas do local", "querer ver a natureza" e "curiosidade", estas, aliás, foram as principais respostas.

Tais frases, certamente, estão associadas, pelo menos, a duas narrativas: 1) de aproximação e/ou conexão com a natureza e a ancestralidade dos povos da floresta; e 2) das experiências veiculadas nas redes sociais, criando uma imagem *instagramável*[36] desses locais, associados a imagem de "oásis" ou '"paraíso". Importante destacar que as redes sociais têm forte relevância na propagação e no fortalecimento da divulgação de um lugar. Dentre essas mídias, destaca-se o *Instagram*, uma rede social de compartilhamento de fotos e imagens criada em 2010, que atinge mais de um bilhão de usuários (INSTAGRAM, 2022). Com um rápido compartilhamento de fotos e alcance que tem, ele se revela como um potencial meio de informação no processo de escolha de destinos turísticos, contribuindo, inclusive, com uma mudança na forma como a experiência turística é vivida.

Na atualidade, vive-se um paradoxo no que tange à divulgação de lugares considerados turísticos, o qual foi gerado a partir da globalização pela qual, segundo Ortiz (2000), houve um desenraizamento das referências culturais. Ao mesmo tempo em que os espaços turísticos são viciados em padrões, converteram-se em uma extensão de lar, de algo conhecido. Para Ortiz (2000), isso acontece porque, ao ser bombardeado com informações, os signos ficam compreensíveis para os turistas/consumidores, de tal maneira que o estranhamento de estar fora do seu local de moradia não é tão estranho.

Conforme Alves, Costa e Perinotto (2017), as imagens publicadas na *internet* mexem com o imaginário das pessoas e podem despertar o interesse em viver e experimentar tais lugares. Destaca-se, ainda, a existência das *hashtags* que, em busca rápida por #flonatapajos, são encontradas mais de 1.000 postagens, nas quais é possível vislumbrar a similaridade entre os pontos fotografados.

O contraponto diz respeito ao modo como o *Instagram* contribui, positiva ou negativamente, com o turismo, em especial, em uma UC, pois existem aspectos impossíveis de serem mensurados, tal como a experiência subjetiva de cada visitante, bem como aqueles que

[36] O termo "*instagramável*" se configura como um neologismo criado, contemporaneamente, para designar características estéticas e comportamentos de usuários das redes sociais, sobretudo, o *Instagram*. Aquilo que é ou deixa de ser "*instagramável*" é decidido e legitimado pelos "produtores de conteúdo" ou "influenciadores digitais", perfis com grande número de seguidores que criam tendências a serem incorporadas pelos seguidores. Dessa forma, são comportamentos, ambientes e estéticas construídos, intencionalmente, para serem registrados em fotos e em vídeos curtos e, então, demonstrar o ideal de vida feliz. Para Salazar (2017, p. 13), "[…] o *instagramável* talvez esteja no limite entre uma cultura visual e um 'estilo de vida', já que suas tendências surgem a partir das referências visuais existentes, mas também pautam tendências e modas fora de seus mundos-mosaicos".

podem ser, como a quantidade de visitantes que se interessou por um destino a partir de imagens divulgadas no *Instagram*.

Nessa direção, em outra pergunta, questionou-se o que o lazer e/ou turismo na FLONA despertam e qual a importância dessas práticas nesse espaço. As respostas coletadas via formulários do *Google Forms*, foram: "satisfação em conhecer a flora e a fauna do Brasil, mas ao mesmo tempo tristeza por pensar no desmatamento que está ocorrendo em áreas de não conservação no próprio estado" (questionário 7, 2021); "conhecer mais o Brasil" (questionário 26, 2021); e "muito importante, pois visa proteger a floresta e gerar renda para a população que reside no entorno" (questionário 27, 2021).

Nas palavras de um dos entrevistados, considerando as noções de sustentabilidade, o turismo pode se configurar como "[…] um dos alicerces para a preservação do patrimônio natural e cultural da FLONA e incentivar sua conservação trazendo recursos/bem-estar para a comunidade que ali vive e este tipo de turismo pode estimular uma consciência ambientalista nos turistas" (*Google Forms*, questionário 2, 2021). Nesse sentido, a possibilidade de acessar uma UC é capaz de facilitar a percepção do ser humano sobre a importância de resguardo da diversidade biológica, o que contribui, decerto, com o equilíbrio ambiental.

Segundo Takahashi (2004), o acesso de visitantes a uma UC viabiliza a proteção do patrimônio natural e cultural, de modo a auxiliar a desenvolver mecanismos de financiamento para UC, criar valores econômicos e proteger os processos ecológicos e os recursos que não seriam percebidos pela comunidade local de outra forma, assim como transmitir valores de conservação por meio da educação e interpretação ambiental.

Ademais, contribui, também, com a melhoria da qualidade vida a partir da promoção de valores estéticos, espirituais e de bem-estar, além de apoiar a educação ambiental para visitantes e comunidade local, estimular o desenvolvimento da cultura, artes e artesanato, aumentar o nível educacional da comunidade local e do visitante e estimular a comunidade a valorizar sua cultura e ambiente regional (TAKAHASHI, 2004).

Ao se considerar que no turismo a qualidade da experiência também depende da infraestrutura, buscou-se saber qual a avaliação dos interlocutores no tocante à estrutura da FLONA para a prática do lazer. Com as opções de respostas sendo "Boa", "Razoável" e "Ruim", 55,6% dos informantes avaliaram a estrutura como "Boa", para 33,3% é "Razoável" e para 11,1% a estrutura é considerada "Ruim". Para uma informante:

> É necessário os moradores terem acesso à *internet*. A falta de pagamento em cartão restringe muito o turismo. Não somos informados que devemos carregar dinheiro o tempo todo. Todas as pessoas são gentis e prestativas, mas deixei de comprar mais

> artesanato pela falta de opção de pagamento como cartão ou Pix (*Google Forms*, questionário 2, 2021).

Para o desenvolvimento do turismo, é necessário que haja uma infraestrutura de apoio turístico, que é, na realidade, aquela que serve indiretamente ao turismo, na medida em que atende a todos os demais setores. Sob tal aspecto, Beni assevera (2006, p. 135) que "a infraestrutura geral consiste na rede viária e de transportes, no sistema de telecomunicações, de distribuição de energia, de água, de captação de esgotos e outros, sem os quais nenhuma classe de consumidor disporia dos serviços públicos básicos".

Na região do Tapajós, principalmente, na cidade de Santarém, houve investimentos que se espraiaram até a FLONA, tais como: o Terminal Fluvial Turístico e o Centro de Interpretação Ecoturística. Porém, não foram identificados ações e/ou investimentos para a infraestrutura turística na FLONA.

Sobre a utilização de algum serviço oferecido pelas comunidades, conforme dados coletados na primeira parte da pesquisa com turistas, via formulário do *Google*: 77,7% deles informou o consumo de alimentos e bebidas e passeios ofertados pelos comunitários da Jamaraquá e/ou São Domingos; 11,1% utilizaram serviço de condutor de trilhas; e 11,1% responderam que o transporte foi fornecido pelos comunitários no sentido Santarém até a FLONA.

Especificamente acerca dos condutores de trilhas, sob um viés sustentável do turismo, o condutor de visitantes é um agente essencial, pois cumpre as finalidades educativas do visitante, auxilia na conservação da localidade, além de tornar possível a geração de emprego e renda para os moradores da região (CRUZ, 2021).

A partir dos dados do estudo de Cruz (2021) sobre os condutores de trilha da comunidade Jamaraquá na FLONA do Tapajós, a autora identificou que 41,2% dos condutores não participaram de nenhum curso específico para condutor. Nesse sentido para a autora, essa realidade vai ao encontro do que dispõe o artigo 13 da Instrução Normativa nº 2 do ICMBio, o qual estabelece que "[…] os trabalhadores da área de condução de visitantes […] autorizados a prestar o serviço em UC federais, deveriam possuir o curso específico de condutor até doze meses a partir da data de publicação da norma, ou seja, até o mês de maio de 2017" (CRUZ, 2021, p. 592).

A autora aponta que, conquanto a norma tenha sido criada para regulamentar a atividade de condutor de trilha, o prazo definido foi insuficiente para que as exigências fossem cumpridas (CRUZ, 2021). A partir dos dados coletados, não foram identificadas atualizações no que concerne a essas informações.

Sobre os serviços prestados, 77,8% dos turistas que participaram do presente estudo, via formulário do *Google,* avaliaram a prestação de serviço como "Boa", enquanto os outros 22,2% apontaram-na como "Razoável". A qualidade na prestação de serviços é representada por componentes imateriais, dependendo do indivíduo que presta determinado serviço (CASTELLI, 2000). É preciso criar empatia com personalização do serviço que entre na subjetividade do cliente. Para além disso, Castelli (2000) pontua também que, para existir um serviço de qualidade, prestadores de serviço devem estar inseridos, constantemente, no processo de qualificação. Fato que não é uma constante na FLONA.

Em relação a algum tipo de sensibilização quanto à educação ambiental para adentrar a Floresta Nacional do Tapajós, 55,6% responderam positivamente, e 44,4% disseram que não, via formulário do *Google*. Em resposta a essa pergunta, um entrevistado afirmou que a ausência de alguma atividade de educação ambiental foi a maior fragilidade percebida no turismo na FLONA. Um dos entrevistados mencionou a quantidade de placas educativas na comunidade Maguari, afirmando que:

> A educação ela precisa estar à vista. A gente tá com um lixo na mão, e vê as placas, aí já guarda e descarta no lugar certo. Porque também fica feio. E aí pode ir pro rio, e aqui a gente tem que manter porque também é a casa deles. A gente vem, conhece, admira, se encanta e volta pra casa levando apenas a experiência e as fotos (INFORMANTE TURISTA 12, 2022).

Conforme percepção do entrevistado, foi possível notar, de fato, que a comunidade do Maguari tem várias placas educativas (sobretudo, em relação ao descarte de lixo) espalhadas pelo espaço de visitação (Figura 22). Vale pontuar que as demais comunidades também possuem placas interpretativas de educação e sensibilização ambiental.

Figura 22 – Placas de educação ambiental – Maguari

Fonte: Pesquisa de campo (2022).

O coordenador do grupo de turismo da comunidade Maguari, também entrevistado para esta pesquisa, destacou que essa iniciativa partiu dos próprios moradores, visto que a intenção não é apenas sensibilizar turistas, mas, em especial, os moradores. As placas educativas foram confeccionadas com matérias disponíveis na comunidade, bem como as placas informativas de trilhas, Centro de Atendimento de Turistas e Visitantes (CATV) etc. conforme menciona o entrevistado:

> E o que a gente fez também nessa época, nós mapeamos a trilha nossa, né? Que a trilha nossa, o pessoal na volta perguntava "tá longe?", "tá perto?", "quanto falta", né? Aí a gente acabou mapeando tudo. A gente fez tudo ela rústica, né? Desenhamos a folha e saímos de km em km, até sete km, né? Que é onde fica o final lá, lá na Vovó, até sete km. Aí a gente mapeou tudinho e… E foi isso, né? E quando é agora já voltamos de novo a fazer isso, nós estamos, já mandamos tirar madeira. Na verdade,

> aquele CAT, […] Foi nós que cercamos aquilo lá, e aquela cabana também, na frente, porque era tudo assim, como aqui. Aí acabamos colocando as madeira tudinho. E quando é agora que eu voltei de novo [pro mandato de coordenador] já mandamos tirar as madeiras tudo pra fechar a lojinha lá dentro, né? A lojinha e […], a mudança da trilha nossa também (ENTREVISTA, INFORMANTE 6 MAGUARI, 2022).

Na Figura 23, são registradas algumas placas indicativas, elaboradas pelos moradores, e ao lado, a placa do ICMBio.

Figura 23 – Placas indicativas elaboradas pelos moradores – Maguari

Fonte: Pesquisa de campo (2023).

Dentre as principais dificuldades reportadas pelos informantes (presencialmente, via *Google Forms* ou por *WhatsApp*), o acesso à FLONA e, mais especificamente, às comunidades foi destacado com recorrência. Isso porque existem placas de acesso à FLONA, mas, ao chegar ao local, como informado anteriormente, não há sinalização quanto ao direcionamento para entrar nas comunidades. Na narrativa de uma das entrevistadas via *WhatsApp*, que foi até a comunidade de São Domingos: "[…] tem dificuldade de acesso por falta de placa. Têm várias entradas. Mas não têm placas de localização das comunidades".

De modo específico, essa entrevistada se referia às estradas, com acesso por veículo automotivo. Em contrapartida, no decorrer da pesquisa de campo, foram encontradas várias placas informando a a localização das comunidades (no caso das estudadas), de acordo com as

fotos que compõem este estudo. Acredita-se que a dificuldade se deva ao fato de os limites de cada comunidade não serem bem delimitados, assim como as placas (produzidas pelo ICMBio) são localizadas apenas próximas às trilhas mais conhecidas.

Além do acesso por lanchas, também é possível o deslocamento terrestre até a FLONA, que pode ser feito tanto por ônibus, quanto por veículos particulares. Questionando a existência das placas, além de se referir ao acesso por veículo de passeio particular, a entrevistada destacou que a estrada dentro da FLONA tem uma estrutura crítica. Tais indicações foram reconfirmadas no transcurso desta pesquisa de campo. Conforme Figura 24, a estrada tem muitas irregularidades, entre as quais: falta de iluminação, poucas placas informativas e, a depender da condição climática, o deslocamento é inviável.

Figura 24 – Estrada de acesso às comunidades da FLONA

Fonte: Pesquisa de campo (2022).

Outro ponto referido diz respeito à estrutura básica para atender os visitantes. Conforme informações coletadas pelo *Google Forms,* um turista, que visitou Jamaraquá, afirmou: “sentimos um pouco a falta de estrutura básica para turistas. Inclusive, apesar do nosso passeio ter sido agendado com antecedência, tivemos a notícia ao chegar de que não havia guia para

nos conduzir". E complementa: "a impressão que ficou é de que não existe ainda uma organização efetiva para essa espécie de turismo na região".

Em contrapartida, um informante (via *Google Forms*), ainda que reconfirmando a desorganização, constatou que todos da comunidade (Jamaraquá) foram muito solícitos e simpáticos, disponibilizando, sem custo adicional, uma rede para descanso após o almoço e antes do retorno para Santarém.

A experiência de cada viajante é, costumeiramente, singular, ainda que algumas percepções sejam similares. Ao viajar, o turista pode consumir inúmeros serviços, que contribuem para que essa experiência seja positiva (ou não). No que tange às experiências relatadas sobre o turismo na FLONA do Tapajós, pode-se compreender que, não obstante as muitas fragilidades de estrutura e planejamento, o destino tem potencial para desenvolver ainda mais o turismo.

Nas palavras de outro informante: "a gente percebe que têm alguns problemas de organização, mas a imensidão daquele espaço, daquela natureza, faz a gente nem perceber mais nada" (INFORMANTE TURISTA 1, 2022). Concomitantemente, outro informante mencionou que "é uma experiência de imersão na alma do planeta. Uma forma de se conectar com o nosso patrimônio, nossa biodiversidade e apoiar as comunidades locais no trabalho de preservação e conscientização ambiental" (INFORMANTE TURISTA 2, 2022), outro aponta: "acredito que falta muito investimento em turismo na região" (INFORMANTE TURISTA 10, 2022).

Os dois turistas que pernoitaram na floresta destacaram ter sido uma "[…] experiência inesquecível. Agora quero convidar outras pessoas para virem dormir também" (INFORMANTE TURISTA 18, 2022). Esse casal chegou a Alter do Chão sem conhecimento da FLONA, tendo sido informado acerca da possibilidade de dormir na floresta, de forma que entrou em contato com um comunitário (contato via pousada de Alter do Chão).

Essa experiência iniciou por volta de 15h, com a trilha rumo ao mirante, com três pessoas: o casal e o condutor juntamente com um cão. O jantar foi preparado pelo condutor. Sobre a experiência, um informante resumiu: "[…] lá a gente escuta a zoada de macaco, dos bichos. Cada hora é um som diferente. Fez um frio danado lá, e eu num tinha uma manta, um lençol. E a rede molhou um pouco. Mas é uma aventura gostosa. O jantar é fantástico. Ele levou arroz, farinha…" (INFORMANTE TURISTA 17, 2022). Ainda quanto a essa experiência, o turista descreve que

> […] conforme ele (condutor) foi montando o jantar ele explicou que ele preferia usar as palhas e as fibras da própria floresta mesmo. Ele faz pratos, a bandeja, fez uma grelha para colocar o peixe. Fez acender o fogo com uma árvore lá. Eles conhecem

> muito. Ele pega lá um negócio de uma planta que parece com um acendedor de churrasqueira, bota lá ele mesmo. E essa foi nossa companhia [apontando para a Luna, cadela do condutor], por isso que ela está nesse amor. E ela é da boa, tirando a parte que ela ia passando as costas na rede, a gente pulava. E eu preocupado com ela, que ela se perdia assim no meio do mato. Na verdade, ela que me deixava tranquilo, porque eu sei quando tem animal, alguma coisa, o cachorro logo late. Como ela passou a noite não deu um latido, eu falei eu vou dormir (ENTREVISTA, TURISTA 17, 2022).

Decerto que o turismo em UC, especialmente, em comunidades tradicionais, deve ser estimulado. De tal modo que o foco deve ser um tratamento aos visitantes a partir das referências da cultura local, sem os padrões externos espraiados pela sociedade de consumo. É claro que a comunidade deve ter uma estrutura básica de acesso, de comunicação, de saúde etc. Mesmo assim, destaca-se o cuidado no que tange a essa estrutura a ser criada.

No intuito de atrair turistas, é comum que sejam construídas estruturas artificiais, que em nada se parecem com o seu entorno e o cenário local. Ao se falar em turismo em UC, é condição *sine qua non* citar as experiências e as emoções que podem ser despertadas, como aquilo que supera a racionalidade. Apesar disso, de modo geral, a partir das informações coletadas, percebe-se que a maioria significativa dos informantes enfatizou os aspectos positivos da visitação à FLONA, mostrando-se satisfeitos em encontrar um espaço com infraestrutura para receber visitantes. Para o pernoite na floresta, sobre a estrutura local, um dos entrevistados informou:

> A estrutura é pra quem quer fazer uma imersão na Floresta mesmo. Não tem nada. Não tem sanitário, teve que ir no mato, e colocar tudo na sacolinha pra não deixar lixo. Guarda nos papéis tudo, que quase não levou nada descartável. Tivemos um cuidado de trazer tudo de volta para despejar aqui no lixo, na comunidade (INFORMANTE TURISTA 17, 2022).

Os distinções se deram pela possibilidade de desfrutar de momentos de lazer em um lugar conservado, além do contato com a natureza, a simpatia e a disponibilidade dos moradores locais para a prestação de serviços (condução em trilhas e restaurantes). Em contrapartida, alguns informantes também apontaram a necessidade de qualificação da mão de obra local, da melhoria da infraestrutura básica (especialmente, acesso físico e *internet*) e a ausência de atividades de educação ambiental. De todo modo, válido ressaltar que a maioria dos visitantes da FLONA chegam apenas para realizar passeios de um dia, sem pernoite.

Sobre a estrutura das comunidades, identificou-se que a estrutura de algumas pousadas das comunidades estudadas limita, significativamente, a permanência de visitantes. Na fala de um dos moradores entrevistados da comunidade Jamaraquá, ao ser perguntado sobre a estrutura de sua pousada, afirmou que os visitantes “gostam, assim, pra ficar mais próximo da nossa

realidade aqui" (INFORMANTE 5 JAMARAQUÁ, 2022). A pousada a que ele se referia tem uma estrutura de madeira, com duas camas em cada quarto e luz elétrica. As janelas não possuem telas para vetar a entrada de mosquitos e outros animais pequenos (aranhas, morcegos, sapos etc.), enquanto, no forro, há uma tela de arame, que impede a entrada de animais maiores.

A necessidade de permanecer com o quarto fechado por receio da entrada desses animais e a ausência de ventiladores podem ser limitantes para o turismo. Não se trata de uma estrutura hoteleira do mercado global, mas, sim, do fornecimento de uma estrutura mínima para ofertar uma experiência satisfatória. Trata-se, ainda, de aspectos de higiene e limpeza tanto com os banheiros (construídos com alvenaria, ficam a cerca de 15 metros da pousada em um caminho sem iluminação durante a noite), quanto com os quartos, no que diz respeito à roupa de cama e ao banho.

Outra pousada visitada foi na comunidade vizinha, Maguari. Nela, existem duas pousadas e dois redários. O contato para reservar hospedagem acontece pelo *WhatsApp* ou por ligações convencionais. As hospedagens incluem serviços de pensão completa (café, almoço e jantar), e o cardápio é acertado com os hóspedes. A divulgação desses serviços é feita apenas pelo *site* do ICMBio. De acordo com Sousa (2015, p. 46), a forma de divulgação das comunidades Maguari e Jamaraquá acontecem "[…] por intermédio de parentes e/ou amigos […] observa-se que a propaganda boca a boca ainda é um meio eficaz na promoção de um destino turístico".

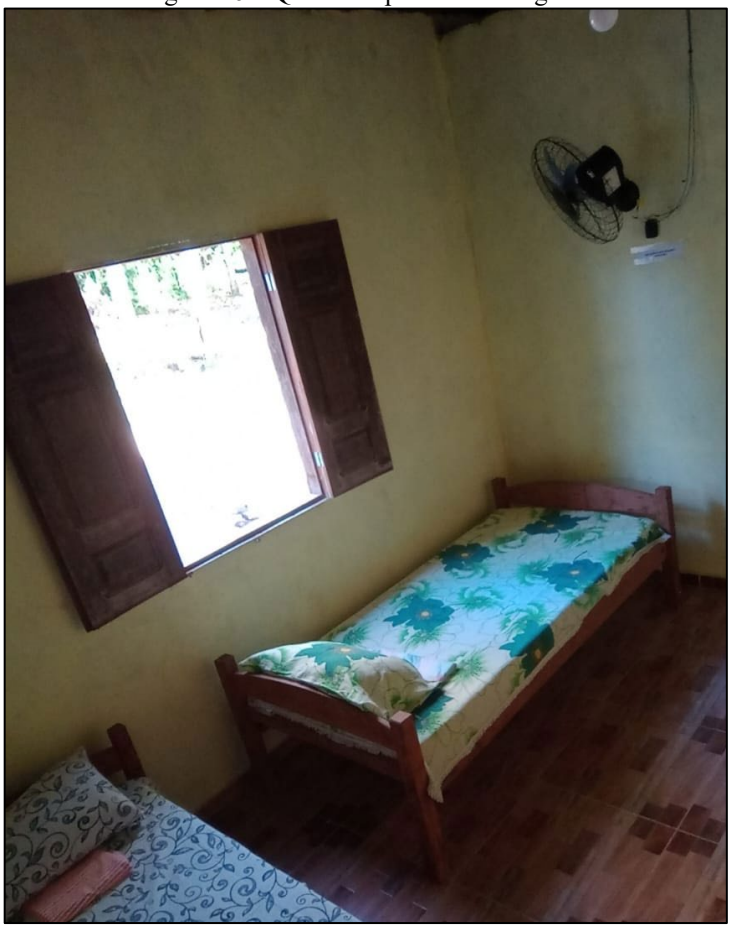
Na comunidade Maguari, foram identificadas duas pousadas, que só funcionam no período de julho a janeiro, época em que as praias aparecem ou quando recebem grupos de turistas enviado por agências. Nos demais meses, são feitas reformas e melhorias nas pousadas, que são de comunitários diferentes. No período de baixa temporada (fevereiro a junho), é possível se hospedar na casa de comunitários, como foi o caso da pesquisadora na segunda viagem de campo. Na Figura 25, é possível observar o quarto disponibilizado para turistas e visitantes. Cabe destacar que, quando está no período de seca, a casa fica em frente a uma praia.

Figura 25 – Quarto na casa de morador da Maguari

Fonte: Pesquisa de campo (2022).

No decorrer das viagens de campo, foi possível conhecer a estrutura do quarto alugado e de uma pousada na comunidade Maguari. Essa pousada recebe grupos de uma agência de viagens (conforme exposto no item 6.5), em cujo valor da diária (R$ 150,00) está inclusa a alimentação. Na Figura 26, registrou-se o quarto da pousada.

Figura 26 – Quarto da pousada – Maguari



Fonte: Pesquisa de campo (2023).

Na terceira viagem de campo, em janeiro de 2023, a pesquisadora conseguiu percorrer a trilha da Vovozona na comunidade Maguari. Para tratar da experiência, a seguir, serão expostas algumas impressões sobre a experiência.

A tentativa de fazer essa trilha se deu desde a primeira viagem até o lócus, contudo por não haver a quantidade adequada para fazer o rateio do valor, realizar a trilha seria inviável. Na terceira viagem, com o contato do coordenador de turismo da comunidade (adquirido na entrevista com ele realizada em 2022), a trilha foi confirmada para 7 pessoas (o limite máximo, conforme informado por outros informantes, seria 5), dentre as quais, apenas a pesquisadora era brasileira, e os demais eram europeus (2 da Espanha, 1 da França e 3 da Alemanha), que estavam hospedados em uma pousada na comunidade Jamaraquá.

A trilha iniciou por volta de 10h. O condutor responsável pelo grupo atua nessa profissão há 15 anos. Antes de sair, todos assinaram um caderno de controle do ICMBio. A primeira parada da trilha foi o mirante (Figura 27), construído em 2021, espaço em que, na área próxima, pretende-se (conforme o condutor) construir uma estrutura para levar os visitantes para dormir na floresta.

Figura 27 – Mirante – Trilha da Vovozona

Fonte: Pesquisa de campo (2023).

Nesse momento, aproveitei para conversar com as outras pessoas do grupo. Um dos pontos mais citados pelos visitantes tratou da dificuldade de comunicação com o condutor, em virtude de ele não falar outro idioma, assim como caminhar muito rápido, dificultando vivenciar da experiência, por isso, quando parou para explicar sobre alguma planta ou animais no decorrer da trilha, apenas as pessoas mais próximas ouviam (mas não entendiam), enquanto os demais se olhavam sem compreender o que estava sendo dito.

A partir de então, tentei traduzir os comentários do condutor. Na trilha, foram citadas algumas lendas amazônicas (tal como curupira e boto-cor-de-rosa), as quais não fazem parte do conhecimento dos estrangeiros do grupo, além disso mencionou exemplos de plantas medicinais e seus usos pela comunidade.

A segunda parada foi no principal atrativo divulgado da trilha, que tem o mesmo nome: Vovó Sumaúma – ou Samaúma (*Ceiba pentandra*), uma árvore considerada gigante (Figura 28) (que alguns moradores disseram ser centenária, outros afirmaram ser milenar), que compõe a trilha de quase 15 km. Em conformidade com o condutor local, a árvore deve ter o dobro da idade do Brasil, com cerca de 45 metros de altura, de maneira que, para abraçá-la, são necessárias cerca de 24 pessoas.

Figura 28 – Vovozona – Trilha da comunidade Maguari

Fonte: Pesquisa de campo (2023).

A história que permeia a Sumaúma, quase um símbolo da FLONA devido à sua importância, é um mito que alimenta a ideia de cura advinda da natureza.

> Conta a lenda que, em tempos muito antigos, o marido de uma curandeira foi picado por uma cobra venenosa, e ela nada pôde fazer para salvá-lo. Passado o luto, a moça se dedicou a pesquisar a cura para a picada de cobras. Ela descobriu que o tubérculo da planta jérgon sacha (*Dracontium lorettense*) não só curava as picadas, mas também dava à pessoa imunidade contra o veneno de outras picadas. Infelizmente, um dia o filho da curandeira foi picado, e o remédio não funcionou. Desesperada, ela tomou uma medida radical: usando rapé, suplicou ao espírito da planta que deixasse seu filho viver. Em troca, a curandeira concordou em tornar-se espírito e viver para sempre na base da Samaúma. Por isso é que hoje tem "Mãe Samaúma", esse espírito que ocupa um lugar de honra no reino da floresta. É ela quem, com sua poderosa energia, olha e protege as plantas e os animais das matas e da natureza (LOPES, 2013, n.p.)

Embora a lenda a nomeie essa espécie de mãe, considerando o tamanho e a ancestralidade dessa árvore na comunidade Maguari, o nome dela ficou “vovó Sumaúma”, sendo, inclusive, o nome da trilha. A experiência de contemplar essa árvore foi definida por uma turista como “paz pela imensidão dela, que mostra a resistência da vida, né?” (INFORMANTE TURISTA 6, 2023). Apesar dessa afirmação, o condutor local informou que

> Aí como a gente… O pessoal perguntavam muito, pelo menos, na época do verão, “e aí, não tem igarapé?”. A gente lá na trilha, a gente falava “não, não tem igarapé”, “e onde é aquele igarapé, assim, assim”, “olha, aquele igarapé é Jamaraquá”, né? […] E aí eu digo, “não”, eu sempre falava assim, né? Que dizia que eu era uma pessoa que quando o visitante chega, conversa comigo, eu gosto de falar a verdade mesmo quando ele me pergunta, né? “Olha, aqui você tem isso?”. “Não”. “Aonde é?”. Aí falava, “Jamaraquá”, Jamaraquá? Onde é Jamaraquá?” “Aqui do lado o Jamaraquá, aí”. “Ah, é lá?”. “É”. Com isso eu fiquei assim… “Rapaz”, eu fiquei com aquela ideia, “porque a gente não abre, será, aquele igarapé?” (INFORMANTE 6 MAGUARI, 2022).

A partir do interesse dos turistas, surgiu a ideia de construir um igarapé também na comunidade do Maguari para que os visitantes pudessem desfrutar desse atrativo. A construção foi iniciada em 2022 e já está sendo utilizada. Além de satisfazer a expectativa dos visitantes, trata-se, ainda, de mais um atrativo (Figura 29) para a comunidade atrair turistas, ou mesmo, utilizar para seu próprio lazer.

Figura 29 – Igarapé da Trilha do Maguari

Fonte: Pesquisa de campo (2023).

Após a idealização do igarapé, foi solicitada uma autorização do ICMBio para efetuar essa intervenção. Conforme o entrevistado, em duas semanas, a veio a liberação do órgão. Diferente de Jamaraquá, onde o igarapé fica aproximadamente a 4 km do fim da trilha; em Maguari, o acesso ao igarapé está no final da trilha, a cerca de 1 km da saída, permitindo que o visitante fique mais tempo, conseguindo ter mais controle do tempo de retorno.

Na sequência da saída da parada na Vovozona, seguimos direto para o igarapé em uma caminhada de aproximadamente 7 km. Ao sair da trilha, o condutor levou o grupo para conhecer uma casa que faz couro ecológico a partir do látex, bem como para a compra de itens produzidos localmente. Depois, seguimos para o Centro de Atendimentos a Turistas e Visitantes de Maguari, onde termina a trilha, cuja chegada se deu por volta de 16h.

De modo geral, a partir da experiência da pesquisadora, é factível constatar que as trilhas de Jamaraquá e Maguari são similares, com seus devidos diferenciais: na de Jamaraquá, há o igarapé natural, enquanto na de Maguari existe a Vovozona). Não foi possível percorrer a trilha da comunidade de São Domingos, pois foram deu duas tentativas, sem sucesso: a primeira foi em maio/2022, mas não tinham condutores disponíveis (atuavam na COOMFLONA); e a segunda em janeiro/2023, porém sem grupo mínimo para fazer o rateio do valor.

A estrutura existente na comunidade São Domingos para o turismo, basicamente, é constituída pela casa dos moradores, que pode ser utilizada como ponto de apoio para alimentação. Quanto ao pernoite, é possível acontecer na casa desses moradores, embora não possua quarto para hóspede. É uma rede que pode ser atada em algum cômodo da residência.

Outra opção são redários (Figura 30), que podem ser utilizados mediante valor negociado com o proprietário. Para o atender ao turismo, há deles, assim como a alimentação de visitantes é feita na casa dos moradores, com cardápio a ser definido. A divulgação dos atrativos turísticos (trilhas, hotéis etc.) é feita, exclusivamente, pelo *site* do ICMBio. Os atrativos, assim como as outras comunidades, também são nas trilhas e as praias.

Figura 30 – Alojamento na comunidade São Domingos

Fonte: Pesquisa de campo (2022).

Destaca-se que, no transcurso da pesquisa, identificou-se que essa comunidade, dentre as demais estudadas, é a que tem menor fluxo de turistas e parte significativa das trilhas acontece com alunos de instituições de ensino superior da Universidade do Oeste do Pará (UFOPA) e Instituto Federal do Pará (IFPA), com aulas de campo.

De acordo com Barreto (2003), a infraestrutura turística é constituída pela soma de:

- infraestrutura de acesso (estradas, portos, aeroportos, estações de trem e rodoviárias);
- infraestrutura básica (saneamento básico, serviço de coleta de lixo etc.);
- equipamentos turísticos (alojamentos, alimentação, entretenimento etc.);
- equipamentos de apoio (rede de atenção, meio de transporte, serviço médico-hospitalar etc.).

Ao abordar a mesma temática, Ruschmann (1997) também menciona a informação turística e apresenta um quadro de avaliação da oferta técnica que um destino disponibiliza para

os visitantes. Inspirada em Barreto (2003) e em Ruschmann (1997) e com base nos dados coletados nas viagens e entrevistas de campo, o Quadro 7 reúne, em uma tentativa de classificar, as experiências subjetivas obtidas em cada comunidade estudada nesta tese.

Quadro 7 – Avaliação da infraestrutura turística por comunidade

Parâmetros	Jamaraquá	Maguari	São Domingos
Atrativos	****	****	***
Hospedagem	**	***	*
Acesso	***	***	**
Divulgação como produto turístico	***	**	*
Serviços prestados (condução, alimentação)	****	****	**
Organização local para o turismo	****	***	*
Acesso a informações disponíveis sobre o destino	****	***	*
Sinalização de acesso terrestre às comunidades	**	**	**
Sinalização turística dentro das comunidades	**	**	**
Loja de artesanato/suvenir	****	***	*

Legenda:
Muito Bom: ****
Bom: ***
Regular: **
Ruim: *
Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados de campo (2021-2023).

Essa objetivação da experiência tem aspectos questionáveis que devem ser destacados: os atrativos foram avaliados não apenas pela qualidade, e sim pela variedade (ex: Jamaraquá com a trilha que tem o igarapé natural, passeio pelo igapó, focagem de jacarés, praia etc.; Maguari com a trilha da Vovozona e praias; São Domingos com a trilha do curupira e praia). A diferença na "avaliação" entre os atrativos de Maguari e São Domingos, considerando que ambas têm atrativos similares, dá-se por maior visibilidade que a primeira comunidade tem em relação à segunda.

Sobre a hospedagem, não foi possível que a pesquisadora se hospedasse em todas as pousadas dessas comunidades, mas aquelas em que os serviços foram utilizados, tanto por turistas entrevistados quanto pela autora deste estudo, foram as mais acessíveis quanto às informações pela *internet*. Além disso, houve entrevistados que dormiram na trilha da comunidade Jamaraquá, cuja experiência foi considerada para a elaboração do Quadro 7.

Outro ponto subjetivo a ser destacado refere-se ao acesso, o qual pode ocorrer de lancha, de ônibus ou de carro particular. Os turistas entrevistados acessaram a FLONA de maneiras variadas, sendo que a maioria teve seu deslocamento pela lancha vinda de Alter do Chão.

No que concerne, especificamente, às experiências de turistas na FLONA do Tapajós, pôde-se refletir que os visitantes destacam o turismo como uma oportunidade de conhecer melhor a região e estabelecer aproximações com a natureza, viabilizando, ainda, a geração de renda aos moradores locais – em uma vivência considerada como sustentável. Não obstante, os informantes ressaltaram ser insuficientes os investimentos e o planejamento adequado para a região, sobretudo, no que se refere à estrutura física local e à implementação de ações de educação ambiental, evidenciando que tais aspectos são indispensáveis para o desenvolvimento do turismo em UC, de forma geral, e na FLONA do Tapajós notadamente.

No que concerne a algum estudo de satisfação dos turistas, nenhum informante mencionou ter sido questionado o que achou da visita por parte dos comunitários e/ou ICMBio. Durante a primeira viagem de campo, a pesquisadora também não foi convidada a falar sobre a satisfação da experiência (considerando que, na primeira viagem, a pesquisadora se apresentou como turista). Em estudo recente, Soares *et al.* (2022) informam que essa satisfação fica sob responsabilidade dos condutores, não sendo obrigatória. Para esses autores,

> A satisfação dos visitantes é registrada, de forma não padronizada, em cadernos dos condutores onde os visitantes escrevem sobre as experiências vivenciadas e podem sugerir melhoras nos serviços prestados. Há necessidade de se monitorar a satisfação, tanto dos visitantes como das comunidades, em relação às experiências, além de se fazer um estudo para verificar as contribuições do ecoturismo para a economia local (SOARES *et al.*, 2022, p. 220).

Os turistas entrevistados informaram que os condutores perguntavam a respeito da percepção deles quanto a essa experiência, embora fossem perguntas aparentemente informais, sem que essas informações tivessem sido anotadas. Essa ausência de controle na satisfação dos visitantes dificulta a melhoria das ações locais.

O turismo tem percepções socioculturais, assim sendo é, historicamente, construído pela ação de agentes sociais e econômicos em processos permeados pelo capital. No decorrer dos anos, esses processos evoluem e são influenciados por questões globais, as quais afetam as particularidades locais. A partir das experiências citadas, à luz de Bourdieu (2009), é possível pensar a noção de capital turístico.

Como uma expressão do capitalismo, o turismo confere ao turista a efêmera condição de poder social. Ao realizar uma viagem, além do capital financeiro necessário para tal, o indivíduo alcança o *status* de turista, distinguindo-se das demais pessoas e adquirindo novos conhecimentos sobre a cultura e em outras vivências diferentes do seu cotidiano.

Para Bourdieu (2009), o capital não é um poder pessoal, mas, sim, um poder social do indivíduo perante a sociedade. O capital turístico é considerado "[…] um subtipo de capital derivado da forma de capital cultural. Uma vez que o capital cultural englobe 'conhecimento, habilidades, informação, etc.', que pode ser produzido e transmitido a diferentes grupos sociais" (PIMENTEL, 2018, p. 28).

Considerando o jogo de relações existentes na sociedade, o capital cultural possibilita ganhos, isso dado que, à medida que esse tipo de capital aumenta, também determina o sucesso e a posição social dos agentes em determinado espaço social (TAVEIRA, 2016). Assim, o acúmulo do capital turístico, como derivado do capital cultural, contribui para fortalecer a posição dos agentes que o adquirem.

Sob tal aspecto, Pimentel (2018, p. 28) assevera que "[…] o capital turístico significa o conhecimento turístico acumulado. É a condição para ser turístico ou ter interesses turísticos. Isso também implica a possibilidade (ou capacidade) de influenciar e controlar o fluxo turístico e a produção turística".

Essa capacidade de influenciar e controlar tanto o fluxo quanto a produção turística pode ser entendida pelo pensamento de Taveira (2016), para o qual o turista é vislumbrado como protagonista do fazer turístico, de tal maneira que a cadeia produtiva do turismo se volta para atender às expectativas e aos desejos desses indivíduos. Para o autor, "o turista assume posição social de destaque, assim como os demais consumidores de bens e serviços no campo econômico" (TAVEIRA, 2016, p. 13).

Na modernidade, conforme Pimentel (2018), a viagem trata-se de uma forma individual e com fins internalizados:

> […] inicialmente para obter uma forma própria e exclusivista de conhecimento (ou experiência) incorporado (a). É uma mistura de processo material e ideal de transformação pelo qual alguém passa ou obtém uma experiência. E não há retorno: as experiências, boas ou más, são codificadas no corpo individual (PIMENTEL, 2018, p. 27).

Considerando o turista como agente de destaque no turismo e os comentários sobre a experiência dos entrevistados na FLONA do Tapajós expostos nesta subseção, foi possível compreender que, ao escolher determinada comunidade para visitar, são considerados inúmeros fatores, além do capital turístico a ser adquirido.

A escolha de um destino acontece a partir de influências externas, como divulgação, quantidade de pessoas conhecidas que fizeram a viagem e recomendam como positiva, acesso a informações e a determinados serviços (*internet*, deslocamento, alimentação etc.), que

contribuem para a expectativa do indivíduo sobre as experiências que serão vividas em determinado local.

A partir dos dados coletados, todas as comunidades estudadas têm atrativos similares, com algumas particularidades. Ainda assim é válido ressaltar que o fluxo de visitantes entre as comunidades de Jamaraquá e Maguari são, consideravelmente, maiores do que São Domingos. Partindo dessas informações, no próximo item, será abordada a forma como os moradores locais se organizam para desenvolver a atividade turística.

5.4 A organização do turismo na FLONA do Tapajós

Os modelos de UC propostos pela Lei do SNUC preconizam uma gestão com formato diferenciado do modelo centralizado, visto que essa Lei estimula a participação e o envolvimento das comunidades e de seus atores (públicos, privados e Terceiro Setor), os quais devem fazer parte da administração das áreas. As ações desenvolvidas em UC devem ser planejadas e implementadas de modo integrado, reforçando a governança nessas áreas, pois as diretrizes descritas no SNUC possuem esse caráter descentralizador e integrado (FERREIRA; NÓBREGA, 2018).

Conforme apontado por Soares *et al.* (2022), o turismo na FLONA do Tapajós principiou-se em meados da década de 1990, período no qual os turistas que visitavam a UC acessavam esse espaço a partir da APA Aramanaí no entorno da FLONA, em contrapartida a essa experiência de visitação, eram doados diversos itens, como material escolar. A mudança desse quadro se deu a partir da ECO 92, de modo que as comunidades passaram a receber turistas que pagavam pelos serviços prestados. Os autores complementam que, nessa época, "[…] poucas famílias recebiam visitantes em suas residências e ofereciam os serviços de alimentação e hospedagem" (SOARES *et al.*, 2022, p. 213).

Na comunidade do Maguari, a organização do turismo se iniciou em 2000 com apoio do ProManejo. Nas comunidades de São Domingos e Jamaraquá, o turismo mais organizado começou, respectivamente, em 2002 e 2008. Ainda que as atividades de lazer e recreação tenham iniciado antes, o turismo "organizado" começou posteriormente. Ao identificar essa possibilidade, foram realizadas ações de planejamento, organização e capacitação, na época organizadas pelo IBAMA, no final da década de 1990 e início da década de 2000 até meados de 2007, quando então o ICMBio foi fundado e as responsabilidades da gestão de UC foram reorganizadas.

De início, na comunidade Jamaraquá, apenas três famílias recebiam turistas, e com o passar do tempo, outras famílias se interessaram em trabalhar com o turismo, ao perceberem os benefícios financeiros que poderiam advir (SOARES *et al.*, 2022). No processo de identificação dos atrativos a serem ofertados, tiveram atuação tanto de parceiros externos quanto da própria comunidade por meio de reuniões. Essa definição dos atrativos foi desenvolvida por intermédio de conversa com os moradores locais, que, a partir de suas experiências e vivências, indicavam o que seria mais importante de se destacar. Para tanto,

> Os idosos foram essenciais nesse processo, resgatando a contação de histórias e lendas locais. Segundo os relatos, o processo de seleção dos atrativos fez com que os comunitários partilhassem entre si conhecimentos sobre a história das comunidades, bem como sobre os ofícios, práticas e celebrações realizadas hoje e no passado (SOARES *et al.*, 2022, p. 213).

Para além disso, nas comunidades de Jamaraquá e de Maguari, também é possível encontrar contadores de histórias, lendas, crenças e compositores de músicas que podem refletir o modo de vida local da comunidade, tal qual sobre o uso dos recursos florestais (SILVA, 2005, *apud* SOARES *et al.*, 2022).

O envolvimento da comunidade, na escolha dos atrativos, é basilar por representar a identidade regional do lugar, estimulando uma perspectiva de território como transformador social e não apenas um espaço físico. No decorrer das trilhas, por exemplo, percebe-se o envolvimento dos condutores com aquele espaço, valorizando a experiência e fortalecendo tanto os símbolos culturais para moradores quanto a sensibilização ambiental para os turistas. Conforme Soares *et al.* (2022), a escolha das trilhas em floresta primária foi feita em decorrência de existirem as árvores centenárias, consideradas pelos comunitários como as mais interessantes para que os turistas notassem os lugares da floresta.

Nas comunidades pesquisadas da FLONA do Tapajós, são os próprios comunitários que recebem e são responsáveis por todos os serviços prestados: condutores de trilhas, serviços de hospedagem (com pousadas ou redários) e de restaurantes. Na reformulação do conselho gestor da FLONA, em 2019, foi criado o setor de turismo, formado por 9 instituições representativas do Poder Público e da comunidade. Em consonância com Soares *et al.* (2022), no plano de ação desse conselho, foram indicadas algumas necessidades a se considerar: a criação de uma cooperativa de turismo comunitário que diminuísse a dependência de agentes externos, tal como de operadoras.

Cada comunidade tem sua própria organização para receber os turistas, além disso, usualmente, a FLONA detém alguns órgãos representativos sobre diversas atividades. Na

FLONA do Tapajós, duas organizações se destacam como mais relevantes: a COOMFLONA, criada em fevereiro de 2005, atua como entidade comercial representativa das comunidades. Em sua organização, mantém um conselho de administração (presidente, secretário e tesoureiro), equipe de comercialização, equipe técnica permanente, assessor financeiro, assessor do conselho de administração, contador e conselho fiscal.

Sua função é "gerenciar o Manejo Florestal Comunitário, representar os interesses dos manejadores, fazer a ponte com o mercado consumidor e junto com outras organizações da FLONA buscar formas de incrementar a renda das famílias e potencializar as oportunidades que a unidade oferece" (BRASIL, 2019a, p. 110). No Quadro 8, constam as parcerias entre a COOMFLONA e outras instituições.

Quadro 8 – Parcerias com a COOMFLONA e suas possibilidades de atividades em prol da cooperativa

Parcerias	**Ações**
Universidade Federal do Oeste do Pará	Realização de pesquisa científica no campo ambiental, social e econômico e oferta de treinamentos, apoiando o aperfeiçoamento contínuo do manejo florestal sustentável.
Embrapa	Cooperação técnica para realização de experimentos voltados ao aproveitamento eficiente na madeira na UMF Samambaia.
Serviço Florestal Brasileiro	Incentivo à produção e ao comércio da farinha, do látex e do artesanato com a criação da rede de três rios, voltada a apoiar o manejo e a comercialização de produtos florestais e agroextrativistas.
Fundação Banco do Brasil	Fomento a projetos voltados a fortalecer a agricultura familiar na FLONA do Tapajós na área de agroecologia, produção de doces, polpas, marcenaria e essências de óleos vegetais.
ICMBio	Órgão gestor da unidade, monitorando o bom uso dos recursos naturais e apoiando a certificação FSC.
Ibama	Realiza ações de autorização, monitoramento e fiscalização para o bom uso dos recursos naturais.
Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-PA)	Assistência e capacitação para inclusão dos produtores rurais e famílias manejadoras, estendendo-se aos demais moradores da UC.
Federação das Comunidades da FLONA Tapajós	Parceira na execução de projetos de desenvolvimento local e mobilização das comunidades.
Associação Intercomunitária dos Pescadores, trabalhadores Rurais e Seringueiros da Margem Direita do Tapajós (AITA)	
Associação Intercomunitária de Mini e Pequenos Produtores Rurais da Margem Direita do rio Tapajós de Piquiatuba e Revolta (ASMIPRUT)	
Associação dos Moradores e Produtores Rurais de São Jorge, Santa Clara e Nossa Senhora de Nazaré (APRUSANTA)	Parceira na execução de projetos de desenvolvimento local e mobilização das comunidades até 2013.
Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB)	Apoio nas atividades de treinamento e processo de certificação FSC.
Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (IMAFLORA)	Apoio no processo de certificação FSC.
The Amazon Alternative (TAA)	Apoio nas atividades de formação e processo de certificação FSC.

Fonte: Rodrigues (2019).

Essas parcerias são desenvolvidas a partir de projetos pontuais. É notável que os parceiros são de instituições tanto de pesquisa quanto de fomento, com potencial significativo para contribuir com o desenvolvimento da região, trazendo benefícios econômicos, ambientais e sociais para as famílias residentes na FLONA do Tapajós (COOMFLONA, 2016).

Em 2009, essa cooperativa recebeu o Prêmio Chico Mendes na categoria de Negócios Sustentáveis, em virtude da produção e comercialização sustentável de produtos da floresta, colaborando para proteger a vegetação e garantir às famílias, que vivem na floresta, geração de renda e inclusão social.

A segunda organização representativa das comunidades da FLONA com significativa importância é a FCFT, fundada em agosto de 2004, como associação privada cuja atividade é a defesa de direitos sociais. A criação dela se trata de um desdobramento do processo de discussão fundiária, além disso ela detém o Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU), adquirido em 2010. A FCFT e a COOMFLONA, faz-se importante destacar, são organizações de ações complementares, contudo de natureza e objetivos diferentes.

A estrutura organizativa da FCFT é composta pela Assembleia Geral das Comunidades da FLONA; o Conselho Deliberativo, com representantes das comunidades, Delegacias Sindicais, Associações Comunitárias e Intercomunitárias; a Diretoria Executiva – com dois representantes da Baixa FLONA, dois da Alta FLONA, um do Planalto e um do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de Belterra; o Conselho Fiscal; e as Comissões de Trabalho – Comissão Fundiária, Comissão de Formação, Comissão de Produção e Comercialização e Comissão de Comunicação.

Nessa representatividade política das comunidades, especificamente no conselho deliberativo, por meio de uma avaliação, identificou-se um problema na instância de tomada de decisão da organização. Isso porque as reuniões não têm sido regulares e grande parte das pessoas participantes sequer tem conhecimento da existência de um delegado em sua comunidade, ou mesmo, no caso em que saiba de sua existência, não sabe quem é, posto que “ha casos que o próprio delegado não sabe que ele é delegado” (BRASIL, 2019a, p. 114).

Esse quadro coopera para que as decisões sejam tomadas apenas pela diretoria, desvirtuando a intenção da FCFT, porqueanto não se tem a devida comunicação com o conselho e com as comunidades. Também há uma dependência financeira da FCFT em relação à COOMFLONA, em que a primeira tem sido bancada pela segunda. Isso posto que a FCFT não tem autonomia financeira, portanto não detém recursos para realizar os encontros de seu

conselho (BRASIL, 2019a). Durante a pesquisa de campo, perguntou-se sobre a renda da FCFT, se viria dos moradores da FLONA, de modo que um informante explica:

> Não. Atualmente, porque assim como a federação, ela é a concessionária da área e a COOMFLONA é a detentora da área de manejo, da execução do manejo, então ela tem a obrigação de passar uma porcentagem pra federação, haja vista que ela não repassa pro governo, que ela é não onerosa, então ela assumiu um compromisso de fazer o repasse do percentual que ele dá da madeira, né? E aí é repassado (ENTREVISTA, INFORMANTE FCFT, 2022).

A diferença entre as duas organizações é explicitada por Pinto (2014, p. 77), na medida em que:

> Na Flona Tapajós, a COOMFLONA se encarrega pela geração de trabalho e emprego, e a Federação das Organizações e Comunidades Tradicionais da Floresta Nacional do Tapajós (FCFT) se encarrega do aspecto político da defesa dos interesses dos comunitários. Isso possibilita a COOMFLONA de se relacionar com parceiros de maneira harmônica, pois o conflito de interesses é minimizado com essa divisão de papéis na Flona Tapajós.

Além da articulação com a COOMFLONA, um informante destacou, sem saber detalhar, uma parceria entre a FCFT e uma instituição dos Estados Unidos. Ele diz:

> […] nós conseguimos através de uma parceria com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém, que eles são patrocinados já há uns três, quatro anos por eles. É uma organização que é formada por pessoas de boa vontade, que têm vontade de ajudar as ONGs, né? Então, eles apoiam naquilo que têm condições de apoiar (ENTREVISTA, INFORMANTE FCFT, 2022).

Esse apoio ocorre pela "compra de material pra escritório […] combustível pro carro, manutenção de carro, alimentação pros eventos" (ENTREVISTA, INFORMANTE FCFT, 2022). De modo geral, a estrutura da FCFT conta com uma sede física, localizada em Belterra (Figura 31), com algumas salas, banheiro e cozinha, além de uma caminhonete. Além da presidência, secretaria e conselho fiscal, a equipe conta com uma advogada, uma engenheira, uma cozinheira, um motorista e uma pessoa de apoio. Para a composição dessa equipe, a prioridade é que seja de moradores da FLONA. Com exceção da advogada e da engenheira, os demais são das diversas comunidades.

Figura 31 – Sede da Federação das Comunidades da FLONA do Tapajós

Fonte: Pesquisa de campo (2022).

Cada comunidade possui um coordenador local de turismo, responsável por organizar os condutores quanto ao cadastramento perante o ICMBio, à participação de cursos e à elaboração de rodízios para a condução de visitantes. Os condutores entrevistados citaram alguns cursos realizados para as comunidades: guia especializado, observação de animais, controle de fogo e coordenador de comunidade turística. Os condutores não souberam informar qual instituição ofereceu essa qualificação e ressaltaram que nem todos fizeram esses cursos, embora, atualmente, o ICMBio seja mais rigoroso nesse controle de recadastrar apenas os condutores que realizaram essas capacitações.

No que concerne a esse serviço prestado por condutores, alguns turistas entrevistados referiram que condutores mais jovens são mais inseguros e, por vezes, as informações são repassadas de modo artificial. Além disso, os condutores mais jovens tentam diminuir o tempo das paradas no decorrer da trilha, inclusive, seguindo muito à frente do grupo. A falta de experiência deles tem influência direta na satisfação dos visitantes e, para além disso, é uma questão de segurança para estes, conforme a fala de um dos entrevistados:

> […] se você põe um menino, um adolescente, só pode conduzir acima de dezesseis anos, então eles tão botando pessoas que tem treze anos, quatorze. Eles não têm o conhecimento da floresta. De repente, você vai num grupo aí de cinco pessoas, aparece um bando de queixada aí, vamos dizer, que é porco do mato, como é que ele vai socorrer ali, se ele não tem prática, né? Então tudo isso a gente tem treinamento. Como é que a gente pode proteger turista, de cobra, alguma coisa… Escorpião… "Você não pode pegar isso, isso espinha, isso aqui coça", então é assim, tem que ter conhecimento do que tá fazendo (ENTREVISTA, INFORMANTE 5 JAMARAQUÁ, 2022).

A atividade dos condutores locais foi normatizada pela Instrução Normativa (IN) nº 8, de 18 de setembro de 2008 (BRASIL, 2008a), do ICMBio, em que constam "[…] normas e procedimentos para a prestação de serviços vinculados à visitação e ao turismo em Unidades de Conservação Federais por condutores de visitantes". Essa instrução normativa foi substituída pela IN nº 2, de 6 de dezembro de 2016 (BRASIL, 2016), que aborda sobre as normas e os procedimentos administrativos para a autorização de prestação de serviços de condução de visitantes em UC federais. Essa IN também define o que seria um condutor local:

> Pessoa física autorizada pelo Instituto Chico Mendes a atuar na condução de visitantes na unidade de conservação, desenvolvendo atividades informativas e interpretativas sobre o ambiente natural e cultural visitado, além de contribuir para o monitoramento dos impactos socioambientais nos sítios de visitação (BRASIL, 2016).

O serviço prestado por condutores locais envolve unir os saberes e fazeres dos moradores da UC, de maneira a cooperar como uma oportunidade de trabalho e renda, melhorando, assim, as condições de vulnerabilidade social em que, normalmente, estão esses indivíduos (CUNHA *et al*., 2016). Para atuar na condução de turistas, os moradores das comunidades estudadas realizaram alguns cursos de capacitação, dentre os quais: "Condutor de Turismo em Unidades de Conservação Ambiental Local", ofertado pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec)[37] Bolsa Verde Extrativismo.

Esses cursos foram articulados pelo ICMBio, organizados e executados pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR). Urge ressaltar que a iniciativa teve o apoio da Sociedade Alemã de Cooperação Internacional, *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit* (GIZ), da Sociedade de Responsabilidade Limitada (Alemanha), *Gesellschaft mit beschränkter Haftung* (GmbH) e de lideranças das comunidades residentes na UC.

Na circunstância, também foram ofertados cursos de Administrador de Empreendimentos Florestais de Base Comunitária, Agente de Desenvolvimento Cooperativista, Agente de Projetos Sociais, Agricultor Agroflorestal, e Artesão de Biojoias. Urge destacar que:

> Inclusive, no regulamento deles eles colocam como um dos critérios para pessoas, para condutor, um estágio com esses mais antigo. E então ele vai primeiro, ir junto com o antigo, e a decisão é dos condutores mais velhos, né, que já tem experiência pra ver como é que ele conduz, como é a lida dele com o público pra ele ir pegando, para depois desse tempo de estágio, ele se tornar um condutor. Essa é uma das

[37] Pronatec foi criado em 2011 pelo Governo Federal com o objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no Brasil. O Pronatec Bolsa Verde Extrativismo é uma modalidade exclusiva para populações extrativistas em reservas ambientais. O propósito é apoiar o desenvolvimento sustentável por meio do fortalecimento da cadeia produtiva do extrativismo, a geração de renda, a elevação de escolaridade e o combate ao analfabetismo.

> questões que […] inclusive eles que definiram isso como uma exigência (ENTREVISTA, INFORMANTE 3 ICMBio, 2023).

Nesse sentido, assevera Soares *et al.* (2022, p. 211): "até julho de 2021 cerca de 200 famílias, incluindo as dos condutores, donos de pousadas e redários, estavam envolvidas diretamente com o ecoturismo na UC." Conforme o autor, em 2021, foram cadastrados 125 condutores de 6 comunidades da FLONA.

Cada condutor, durante um passeio, pode acompanhar até 5 pessoas, e o valor que recebe é de R$ 150,00 por grupo. Em caso de pernoite na floresta, o valor pode dobrar. O valor recebido é 80% individual, e 20% direcionado para a associação, que utiliza essa renda para melhorias estruturais nos passeios/trilhas, para manutenção do espaço físico da associação e outras benfeitorias, as quais são aprovadas em coletividade e são feitas com a mão de obra voluntária dos comunitários

Pertinente saber que o valor alcançado em serviços de hospedagem e restaurantes é direcionado apenas para os comunitários que prestam esses serviços. Isso porque esses espaços são construídos individualmente, bem como a organização também é individual. Esse foi um ponto citado por todos os entrevistados que não possuem esses empreendimentos, podendo ser entendido como uma questão conflitante, visto que os proprietários desses espaços não contribuem com a renda arrecadada para com a associação, fato que, para alguns moradores, é considerado injusto.

Nesse contexto, relatou-se um caso de um condutor de Jamaraquá que possui hospedagem e restaurante e tem contato direto com barqueiros de Alter do Chão. Assim, quando há grupos de visitantes, esse condutor os recebe, conduz pela trilha e oferece apenas seus serviços de alimentação e hospedagem, contribuindo tão somente com a porcentagem da condução. Além disso, esse condutor também não respeita o rodízio organizado para que todos os condutores da comunidade tenham iguais oportunidades.

Ainda sobre esse caso, de acordo com informações coletadas na viagem de campo, realizada em janeiro/2023, ele não fez o recadastramento, em vista disso estava suspenso de realizar atividades de condução sem a presença de um condutor regularmente cadastrado. Esse morador ainda fez um desvio ilegal da trilha para que a condução dos visitantes fosse diretamente para sua casa, em decorrência desse fato, algumas multas teriam sido aplicadas pelo ICMBio, porém sem surtir efeito.

Outro ponto destacado pelos informantes, para os quais dificulta o desenvolvimento do turismo na FLONA, refere-se à divulgação das informações e telefones para entrar em contato

com as comunidades, que são feitas de duas maneiras: pelo boca a boca, de modo mais direcionado em Alter do Chão, ou por meio virtual, em grande maioria apenas pelo ICMBio.

No *site* da instituição, podem ser encontrados dados que facilitam o contato direto entre o visitante e as comunidades. Ao ser perguntado como acontece essa dinâmica, um entrevistado informa que "[…] quem divulga mais são as instituições, o ICMBio, o Sebrae, né? Que divulga pra a gente isso aí. E é assim, a divulgação nossa aqui é: você vem hoje aqui, pra divulgar pra outros amigos seus, sabe? É o boca a boca, que você fale o que você viu e mostrar o que você viu" (ENTREVISTA, INFORMANTE 5 JAMARAQUÁ, 2022).

Nas palavras de um entrevistado, ao ser perguntado como eles divulgavam o turismo na FLONA, respondeu: "lá em Alter do Chão, tem o seu Ângelo, né? Que a gente passa pra ele e ele manda para a gente, né? […] aí tem nas pousadas onde o pessoal ficam, né?" (ENTREVISTA, INFORMANTE 7 SÃO DOMINGOS, 2022). Os entrevistados com idade acima de 50 anos deram destaque para o boca a boca, demonstrando que esta seria a forma mais interessante de divulgar a FLONA.

Em contrapartida, ao mesmo tempo em que se tem essa perspectiva, moradores das comunidades de Maguari e São Domingos ressaltam que, ao utilizar informações boca a boca, disponibilizadas na orla de Alter do Chão pelos barqueiros da ATUFA, destaca que, ocasionalmente, os passeios são vendidos com um direcionamento apenas para a comunidade de Jamaraquá, uma vez que as outras comunidades são prejudicadas com um menor número de turistas. De acordo com um morador da Maguari:

> Hoje a questão de comunidade não tá acontecendo muito isso, mas em termos de divulgação ali em Alter do Chão mesmo, eles tão envolvendo… **Assim, influenciando mais o visitante pra ir pra Jamaraquá, né?** E acaba dizendo isso, acaba dizendo que aqui é tantos km, sol quente, essas coisas assim, né? E acaba levando pra lá. Até hoje eu não descobri, não sei se eles têm alguma parceria lá com Jamaraquá, não sei, mas ali, o pessoal da ATUFA, que eles acabam fazendo, quando o visitante vai lá, já vieram comigo conversar, um visitante, falar "não, a gente foi na ATUFA, lá e eles falaram que não fazem Maguari, só fazem Jamaraquá", ele falou assim. E eu fiquei, né? Eu disse "por que será que eles não fazem?", porque o Maguari é aqui, Jamaraquá é bem pertinho aqui, né? (ENTREVISTA, INFORMANTE 6 MAGUARI, 2022, grifo nosso).

Ao problematizar esse tipo de divulgação, questionou-se acerca da possibilidade de a própria comunidade e, de modo específico, o grupo que trabalha com o turismo realizarem sua própria divulgação. A resposta foi:

> É… Eu, na verdade, eu tenho… Eu tô com um projetinho, assim, meu mesmo aqui na comunidade, de fazer a divulgação. Eu quero fazer montagem, né? Só que o que tá faltando hoje, é por isso que eu digo que, às vezes, ainda tem que investir a

> porcentagem que fica, né? Que a questão disso, a questão de estrutura pro turismo. Olha, hoje, por exemplo, era pra a gente ter… Nós temos *internet* ali, eu trouxe até o roteador, que deu problema agora, né? Fomos mandar pra um cara lá em Belterra pra ele ajeitar, que parece que foi uma peça que queimou […]. Eu quero montar tudinho, as coisas aqui da comunidade, e de cada uma falar um pouquinho aqui, dos atrativos, né? E aí, aí jogar. Jogar na *internet*. Tanto no *site* do ICMBio, fazer um da comunidade. Da comunidade não tem. **Não tem um meio de divulgação aqui da comunidade mesmo, né?** Eu já tenho do meu, né? (ENTREVISTA, INFORMANTE 6 MAGUARI, 2022, grifo nosso).

O mesmo entrevistado seguiu relatando sobre as informações que, por vezes, são divulgadas apenas pelo ICMBio, ao mesmo tempo em que questiona o órgão:

> […] eu sinto falta do ICMBio nessa participação junto com a comunidade, que eu acho que ele, como fica ali por fora, é o gestor daqui eu acho que eles deviam estar puxando, fazendo projeto, e tendo mais divulgação pelas comunidades, né? Que o que eu percebo é que acho que tem pouca coisa do ICMBio por aqui nisso de melhorar o turismo nas comunidades, que hoje em dia o que tem é o *site*. Então, a pessoa entra no *site* do ICMBio, lá, e procura essas coisas que tem nas comunidades, mas… É praticamente isso, mas eu acho que seria mais parte deles dar essa ajuda pra a gente da comunidade, eu acho que isso que… Eu sinto isso, né? (ENTREVISTA, INFORMANTE 6 MAGUARI, 2022).

Porém, um dos moradores da comunidade de Jamaraquá afirma que o mesmo fato acontece ao contrário. Nesse sentido, testifica que:

> Sempre que o turista vem de ônibus ou vai alguma pessoa em Alter do Chão, ele fica vendendo o turismo dele na frente de outro: "vai lá, fica em São Domingo, lá tem a trilha tal e eu sou fulano de tal e eu vou te atender desse jeito, desse jeito, desse jeito. Ah, no Jamaraquá não, vai ser numa bem pequena, não sei o que, não sei mais o que, não sei mais o que", sabe? (ENTREVISTA, INFORMANTE 5 JAMARAQUÁ, 2022).

A divulgação de um lugar que tem interesse em atrair visitantes é basilar para que o turismo se estabeleça. Considerando que as redes sociais, por suas próprias características de acessibilidade e gratuidade, fazem parte do cotidiano da sociedade contemporânea, o uso delas para divulgar lugares turísticos é um caminho interessante.

Em se tratando do turismo que utiliza a paisagem, as fotografias compartilhadas nessas redes sociais podem ser atrativos para despertar o interesse de outras pessoas sobre um determinado lugar. Com um rápido compartilhamento de fotos e alcance que tem, o *Instagram* é um potencial meio de informação no processo de escolha de destinos turísticos, apoiando, inclusive, uma mudança na forma como a experiência turística é vivida.

Conforme Cruz, Mota e Perinotto (2012, p. 80) "[…] no turismo, a *internet* tem sido uma plataforma fundamental no que se refere à rápida expansão de serviços de informação,

aplicações comerciais, promoção, divulgação e comércio eletrônico". As redes sociais, no pensar de Alves, Costa e Perinoto (2017), mexem com o imaginário dos usuários, despertando o interesse de visitar determinado lugar. Trata-se de um despertar de interesse que ultrapassa os *folders* promocionais de agências de viagem, isso porque quando é um desconhecido que divulga determinada imagem, este não tem, necessariamente, a intenção de induzir as pessoas a viajar, ao contrário de agências, que se beneficiariam, financeiramente, da divulgação de informação.

Um perfil na rede social *Instagram*, chamado *@visiteopara*, com mais de 200.000 seguidores, tem uma proposta de visitar os 144 municípios paraenses. Iniciado em junho/2022 e com a intenção de finalizar as viagens em março/2023, um dos destinos visitados pelo dono do perfil foi a FLONA do Tapajós, ocorrida em meados de dezembro/2022. Esse viajante fez a trilha e ficou hospedado na comunidade de Jamaraquá. No decorrer da experiência, foram postados, no perfil, diversos vídeos e imagens, ressaltando a beleza cênica do local. A partir do contato da pesquisadora com esse viajante, ele abordou um pouco a respeito de sua experiência pelo *WhatsApp*:

> O que eu achei legal foi que as comunidades que eu visitei tinham um centro de apoio ao turista, que normalmente a gente não encontra nem em cidade grande. As placas indicativas, o que tem em cada comunidade, as trilhas, os diferenciais das trilhas. Fui pra Jamaraquá […] a questão da *internet*, como eu trabalho com isso, é um pouco complicado. Mas eu desenrolei, porque tenho alguns *modens* (INFORMANTE TURISTA 19, 2022).

Outro aspecto destacado tratou da experiência de dormir na pousada, a mesma pousada utilizada pela pesquisadora. A experiência desse *influencer* evidenciou um lugar bom para aventura, mas que pessoas um pouco mais exigentes podem não se adaptar ao local. Sobre a trilha, possivelmente pela pouca idade do condutor (24 anos), algumas informações soaram como automáticas, quando a expectativa desse visitante (e provavelmente dos outros do grupo) era de que o condutor "poderia explicar melhor as coisas […] além do automático, com curiosidades, brincadeiras…" (INFORMANTE TURISTA 19, 2022).

Esse fator expõe, ainda, a importância de os condutores terem qualificação para operar com fotos e vídeos, haja vista que, quando há viajante individual, este poderia colaborar com o registro da experiência, tendo em vista todo o investimento (financeiro, de tempo, físico de extensão das trilhas), a expectativa é de que o momento seja registrado. Esse entrevistado destacou e sugeriu a relevância de ofertar um curso de fotografia para os condutores/moradores das comunidades.

Essa questão sobre fotos, para além de atender à expectativa de visitantes, pode contribuir para a divulgação das comunidades. Isso porque um ponto destacado por alguns entrevistados, em todas as comunidades pesquisadas, foi a dificuldade de divulgar tanto os atrativos locais, quanto os espaços (pousadas, restaurantes, artesanatos etc.).

A divulgação da FLONA é feita pelo *site* institucional do ICMBio, com contatos de todos os moradores das comunidades que trabalham com hospedagem, e pelas redes sociais também do ICMBio, particularmente, pelo *Instagram*. A conta da FLONA no *Instagram*, gerenciada pelo ICMBio é atualizada com frequência diária de postagens temporárias e permanentes, além disso mantém interação com os seguidores, até mesmo, informando e respondendo perguntas.

Além da divulgação ser importante para informar o possível visitante, não se pode negar que a ação do ICMBio de concentrar as informações de acesso, de hospedagem e passeios também colabora com a veracidade das informações. Um caso citado na comunidade Maguari demonstra a importância da validação das informações:

> Aqui, o parceiro aqui aí que nós fomos descobrir que ele **estava vendendo, ganhando dinheiro com o nome da nossa pousada**. […] Ele vendia, estava vendendo, porque ele dizia que tinha uma pousada […] Aí a pessoa chegava aqui e ia procurar a pousada dele. Nada. "Nós compramos um pacote com a pousada e cadê agora a pousada?" E agora não tem pousada não, quem tem pousada, essa daqui é nossa, mas nós que tem […]. Quem não vê cara não vê coração (ENTREVISTA, INFORMANTE 9 MAGUARI, 2023, grifo nosso).

A história narrada versa sobre um parente que vendia a hospedagem na pousada da família do entrevistado. Não foi citado de onde surgiu o conhecimento e os dados errôneos sobre a pousada, mas o valor cobrado foi pago pelos visitantes, não sendo repassado ao dono da pousada, o queal, por ter sido um parente seu a agir desse modo, recebeu os visitantes e não fez nenhuma denúncia.

Nas redes sociais, além do ICMBio, um comunitário informou que outros grupos também ajudam na divulgação, como a federação e o PSA: "e tem muitas ONGs que fazem o trabalho com a gente também pra divulgar pra o pessoal o trabalho. Principalmente, o Saúde e Alegria, a Federação" (ENTREVISTA, INFORMANTE 4 JAMARAQUÁ, 2022).

Esse entrevistado informou ainda que algumas pessoas famosas também já visitaram essa comunidade, como a ativista indígena Val Munduruku e os cantores e compositores Lenine e Maria Gadú. Ao pesquisar sobre essa visita, descobriu-se que faz parte de um projeto intitulado "Sons do Rio", divulgado, exclusivamente, pela plataforma de vídeos *YouTube*, tendo sido gravados 4 episódios pela região do Tapajós (sendo o último na FLONA). O projeto tem

o intuito de ouvir as vozes de povos e comunidades da Amazônia, bem como utilizar a visibilidade dos artistas para denunciar práticas ilegais, como o garimpo e suas consequências.

Além da divulgação, outro gargalo apontado na forma como o turismo é organizado refere-se às hospedagens, e esse ponto pode ser analisado a partir de duas realidades: os empreendimentos particulares; e as perspectivas de pousadas comunitárias. Os empreendimentos particulares estão presentes em todas as comunidades, seja com hospedagens em quartos, seja em redário.

Um comunitário, que juntamente com sua família é dono de uma pousada e de um restaurante (possivelmente, um dos mais conhecidos da Jamaraquá, considerando a localização logo à beira do rio onde as lanchas chegam), informou que, ainda que trabalhe com o turismo, não contribui com a associação. Isso porque "não, na verdade, aqui, nós que vende, nós não estamos pagando taxa, não. Só quem devolve 20%, só de condutor, né? Que isso que tem que devolver. Que o turista paga pra ele passear na floresta, né?" (INFORMANTE 5 JAMARAQUÁ, 2022).

O pensamento se refere aos custos de "produção" do serviço: na trilha, o desgaste é físico, ao passo que a floresta é bem de todos. Nos serviços de hospedagem e alimentação, os custos são da prestação desses serviços. No entender desse entrevistado, ao oferecer esses serviços para turistas, também faz a renda circular na comunidade ao contratar pessoas para pescar o peixe que servirá aos clientes, comprar frutas para fazer o suco etc.

O mesmo cenário é encontrado na comunidade Maguari, em que, conforme o coordenador de turismo local, outro aspecto que dificulta pensar em uma pousada comunitária é a concorrência que teria frente às pousadas particulares existentes. Ele afirma:

> Tipo assim, as pessoas que têm uma pousadinha que fizeram já ficaram assim, meio, né? Meio de ponta assim, se a gente fazer um comunitário, mas a gente vai devagar. E já foi iniciado aqui, né? Lá, aquela estrutura que tem do lado da cabana, ali, lá funcionava… Tava funcionando um restaurantezinho. O pessoal […] quando vem pra cá, eles… Eles já dividiam, por exemplo, dormiam no Bilo, tomavam café lá, aí ia almoçar ali, almoçavam lá, né? Então, já ficava uma porção pra comunidade deles. Aí depois foi parando mais, chegou pandemia e aí parou, né? Aí a pessoa que tomava de conta não quis mais, e a comunidade não se envolveu mais também (ENTREVISTA, INFORMANTE 6 MAGUARI, 2022).

Em virtude do exposto, esta pesquisa defende a ideia de autonomia das comunidades amazônidas, particularmente, para essa perspectiva, utilizam-se algumas comunidades da FLONA do Tapajós. Tanto que as noções de ação coletiva e uso comum dos recursos naturais são essenciais para essa autonomia, isso não significa, no entanto, dizer que o setor público

pode se ausentar de suas responsabilidades, ou que não se tenha interesse da comunidade em melhorar suas práticas e, por consequência, a qualidade de vida da população local.

Assim, é fundamental compreender que, no entendimento da pesquisadora, com base na teoria de campo proposta por Bourdieu (2004), nesse contexto, podem ser observados vários campos de poder. O primeiro campo percebido é o que será chamado de "campo interno", fazendo referência às relações existentes entre as comunidades. Esse campo foi pensado a partir do aspecto turístico/fluxo de turistas/estrutura para receber esses visitantes.

Conforme abordado, cada comunidade tem atividades específicas tanto para subsistência (caça, pesca, agricultura e criação de pequenos animais, como galinhas e patos) quanto para geração de renda, que, além do turismo, têm-se os Produtos Florestais Não Madeireiros (PFNM), que, conforme Gonçalves (2019), os principais são a andiroba (*Carapa guianensis Aubl*), o látex da seringa (*Hevea brasiliensis*), espécies frutíferas usadas no beneficiamento de polpas e algumas plantas medicinais.

Na comunidade de São Domingos, o turismo ainda é incipiente (se comparado às outras duas comunidades estudadas), sobretudo, no que diz respeito à estrutura para a prestação desse serviço. A São Domingos tem sua atividade principal para geração de renda baseada na extração de óleos vegetais, como copaíba e andiroba, extração do látex e beneficiamento de polpa de frutas[38] de árvores plantadas próximas a suas residências. Esse contexto evidencia uma comunidade que não depende da atividade turística, mas que anseia o turismo e, especialmente, a renda que os turistas deixam como meio de complementação financeira.

A comunidade do Maguari tem no turismo uma fonte de renda complementar significativa, ainda que, em comparação às demais, detenha um fluxo considerado moderado. Além das atividades de subsistência, parte de seus moradores (15 pessoas) está envolvida com a produção do couro vegetal (produção de artesanato, bolsas, sandálias e outros produtos) e a da borracha bruta (cernambi), que é processada pela indústria na fabricação de pneus.

Segundo Gonçalves (2019), são 14 famílias da Maguari envolvidas com a produção da manta de látex, com cerca de 6 delas trabalhando com biojoias e 1 com artesanato e/ou escultura de animais de madeira. Essa produção de artesanato e biojoias foi estimulada pelo crescente número de turistas na comunidade, ao passo que as casas dos moradores são cedidas para hospedagem dos turistas, como meio de aumentar a renda. Essas produções de artesanato foram incrementadas para que os turistas pudessem carregar uma lembrança do local. Silva *et al*.

[38] As frutas beneficiadas são: acerola (*Malpighia punicifolia* L.), taperebá (*Spondias mombin* L.), goiaba (*Psidium guajava* L.), cupuaçu (*Theobroma grandiflorum* (Willd. ex Spreng.), caju (*Anacardium occidentale* L.), camu-camu (*Myrciaria dubia* (Kunth) McVaugh) e cacau (*Theobroma cacao* L.).

(2016) afirma que a produção de bijuteria na comunidade de Maguari objetiva a comercialização em escala local para os visitantes da comunidade.

Na comunidade do Jamaraquá, o turismo é um significativo complemento de renda dos moradores, sendo considerada a comunidade com maior fluxo e estrutura para receber os turistas. Além do turismo, ela também possui beneficiamento de polpa de frutas, extração de óleos vegetais e extração do látex, com a produção de mantas de látex (conforme processo explicado no item 2.1).

Para melhorar a estrutura da comunidade, o presidente da Associação do Moradores do Jamaraquá (ASMORJ) solicitou um recurso de fundo social pelo banco de Sistema de Crédito Coorporativo (Sicredi). Este tem como intenção apoiar atividades que gerem benefícios e melhorias para a comunidade. Conforme o presidente da ASMORJ, essa verba seria para a compra de itens para beneficiar a infraestrutura da comunidade para receber turistas.

> Eu já conversei com alguns da liderança, com o conselho… O secretário, eu já falei com o diretor, e sobre esse projeto, ele disse "ah! O que eles estão precisando é comprar mais embarcações pra o nosso turismo", porque a gente tá precisando mesmo, porque na alta temporada têm muitos passeios de canoa, então essas canoas não estão dando conta. São poucas canoas para mais demanda de pessoas. Aí o que mais estão precisando? Aí eu tenho que citar mais coisas pra nós escrever alguns projetos, do em torno desse projeto a gente vai fazer investimento com esse recurso que vai vim, né? […]. Então, nesse projeto, a gente vai ver o que eles vão fazer de investimento, então, numa cozinha comunitária ou embarcação, fazer uma coisa que realmente, que fique ali na comunidade dizendo que aquilo é da comunidade (ENTREVISTA, INFORMANTE 5 JAMARAQUÁ, 2022).

Para conseguir a verba, é necessário um processo burocrático. Nessa solicitação, perguntei se a associação tinha auxílio de alguém ou algum outro órgão, como a prefeitura de Belterra, por exemplo, cuja resposta foi negativa. A explicação referenciou que a iniciativa e a organização do processo eram todas feitas pela associação da comunidade do Jamaraquá.

A informação sobre o crédito corporativo Sicredi é um caso também relevante de ser abordado neste estudo. A coleta da informação acima ocorreu em maio de 2022 e, ao retornar para a pesquisa de campo, em janeiro de 2023, identificou-se que todas as comunidades estudadas estavam com placas novas e colocadas recentemente, conforme Figura 32.

Figura 32 – Placa SICREDI

Fonte: Pesquisa de campo (2023).

As placas na imagem são, respectivamente da esquerda para a direita, do Sicredi, com o brasão da cidade de Belterra e o nome da comunidade (que está presente também em Maguari, São Domingos e outras), ao lado, uma placa com informativo da trilha (vinda de uma parceria com a USAID e Serviço Florestal Dos EUA) e a placa informativa da comunidade. As duas últimas foram, devidamente, autorizadas pelo ICMBio, no entanto, a primeira placa foi colocada sem a autorização do órgão gestor.

Pela estranheza da placa recentemente colocada, junto com a informação anterior sobre a proposta de financiamento social via SICREDI, questionaram-se alguns comunitários acerca do que se tratava. Não foi possível conversar com o presidente da associação do Jamaraquá, pois estava em outras atividades.

De todo modo, eis algumas informações coletadas: “eles colocaram as placas aí, e deram umas telhas e lixeiras aqui, e um crédito pra gente. Aí o dinheiro da associação fica lá” (ENTREVISTA, INFORMANTE 1 JAMARAQUÁ, 2023). “[…] eu que nem vi eles colocarem isso. Nem falaram nada pra gente, a gente só viu aí. […] foi agora início do mês” (ENTREVISTA, INFORMANTE 8 SÃO DOMINGOS 2023). “[…] isso daqui nós já colocamos aqui na nossa cabeça que ninguém sabe nem com que autorização eles vieram colocar” (ENTREVISTA, INFORMANTE 9 MAGUARI, 2023). Um dos moradores entrevistados ainda complementa:

> Não foi o ICMBio. Eu não sei se foi o Sicredi, eu não sei, só sei que tá com nome de Belterra. Ninguém sabe com que autorização, ninguém sabe por qual motivo, ninguém

> sabe de nada, sobre isso nós estava conversando e aí cara, é preciso chamar esses caras aí pra fazer essa reunião com nós, senão nós vamos tirar esse negócio, entendeu? […] Não sei se colocaram de dia ou de noite, ninguém sabe (ENTREVISTA, INFORMANTE 9 MAGUARI, 2023).

É fundamental destacar que existe uma proibição sobre instalação e fixação de avisos, placas, tapumes e marcações de qualquer comunicação visual que não tenha relação direta com as atividades de manejo e serviços autorizados pela FLONA (ENTREVISTA, INFORMANTE ICMBio 3, 2023). Assim, além do desconhecimento do ICMBio sobre o responsável por fixar as placas pelas comunidades, foi identificado o desconhecimento dos próprios moradores, os quais foram surpreendidos.

Comumente, a partir dos dados coletados neste estudo, as mudanças na estrutura local foram demandas por todos os moradores entrevistados das três comunidades. A partir das pesquisas de campo, nota-se que existe certa similaridade entre a estrutura de Jamaraquá e de Maguari. Acerca dessa percepção da pesquisadora, foi perguntado a um morador de São Domingos como ele entendia essa diferença de estrutura, e a resposta versou sobre a falta de divulgação e de apoio (seja pela prefeitura, pelo ICMBio, pelo PSA).

De fato, o apoio existente desses órgãos, que atuam na FLONA são, esporadicamente, voltados à qualidade de vida dos próprios moradores, como a energia solar e o tratamento de água – ambos apoiados pelo PSA. Nessa comunidade, foi possível identificar dois aspectos relevantes que influenciam um fluxo pequeno de turistas (se comparado às demais comunidades estudadas): essa insuficiência do estado – ICMBio, SETUR/PA, SECTURMA/Belterra – na viabilização de ações de apoio ao turismo; e o limitado interesse dos moradores em se envolver com o turismo.

Esse segundo aspecto, no entanto, é bastante contraditório, considerando que todos os entrevistados dessa comunidade destacaram a importância da renda gerada pelo turismo. Essa contradição surge a partir do momento em que o interesse pela renda, advinda do turismo, agrada, embora não o suficiente para que os moradores queiram atuar mais ativamente.

Esse contexto provoca outro questionamento: será que se tivesse mais incentivo de estrutura (pousada, restaurante, divulgação etc.) pelo setor público e iniciativas civis (PSA, COOMFLONA, FCFT) existiria um interesse mais significativo da comunidade em se organizar melhor para receber turistas? São questionamentos relevantes, ainda que não sejam o objetivo deste estudo.

O fluxo de visitantes na FLONA é controlado pelo ICMBio, porém não há informações atualizadas desse órgão quanto à visitação nas comunidades. Apesar de esse controle de fluxo

ser realizado pela base do ICMBio (em caso de acesso pela estrada), ou pelos condutores de turismo/CATV. Um problema existente é que nem todos os turistas que acessam a FLONA são contabilizados, pois é comum que moradores da região acessem as comunidades com lanchas, desembarquem nas praias, levem suas próprias refeições, coloquem música alta e fiquem até de madrugada consumindo álcool e importunando os moradores. Por vezes, alguns visitantes também levam barracas de acampamento e permanecem alguns dias.

Além disso, existem pessoas que frequentam as praias das comunidades aos finais de semana e, comumente, consomem alimentos e bebidas dos restaurantes locais. Considerando que existem períodos em que as praias ficam submersas, apenas a comunidade Maguari construiu algumas barracas de praia para atender a esses visitantes, a partir da recente autorização do ICMBio, em 2021. De acordo com um morador entrevistado, "não era autorizado fazer barraca na praia, não é? E aí, mas, ano passado autorizaram fazer barraca na praia, só que não é permitido fazer comida na praia, fazer fogo…" (ENTREVISTA, INFORMANTE 5 JAMARAQUÁ, 2022).

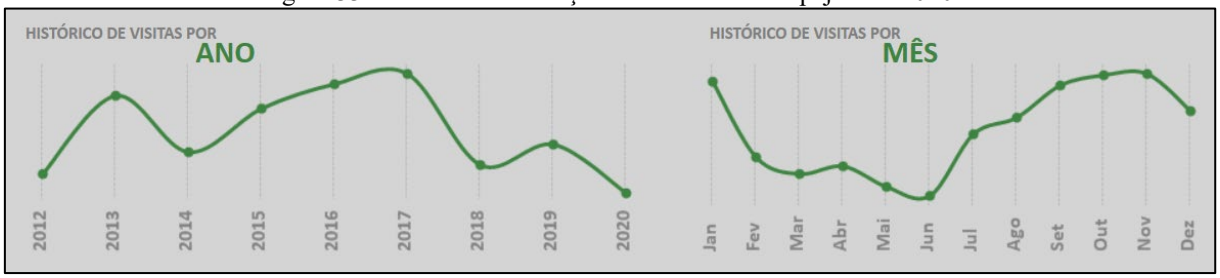
Apesar dessa proibição, moradores das três comunidades estudadas afirmaram que essa prática acontece com certa frequência:

> É, eles vêm pra curtir na praia mesmo. Sempre que vaza (a água) eles vêm. É mais o pessoal aqui de Santarém que tem lancha e rabeta. […] Incomoda porque também que a gente deixa de ganhar, porque vem o transtorno aqui pra nós, que de noite é alto o som que eles ponham, e eles só ficam bebendo (ENTREVISTA, INFORMANTE 2 JAMARAQUÁ, 2022).

Para um morador da São Domingos, "É bom que às vezes eles compram de nós, mas é muito ensurdecente essas máquinas de som" (ENTREVISTA, INFORMANTE 10 SÃO DOMINGOS, 2022). Com base nos relatos de moradores entrevistados, esses turistas são referidos com aspectos negativos na gestão da FLONA. Ainda que seja um problema identificado, não foram informadas ações e/ou propostas para minimizar ou ordenar tais impactos.

De acordo com o painel de Uso Público e Turismo (ICMBio, s.d., n.p.), atualizado até 2020, o fluxo de turistas na FLONA do Tapajós foi de 14.899 pessoas. Outro ponto interessante de notar é que o período de alta temporada de visitação acontece no período de julho a agosto, no qual as praias aparecem (Figura 33).

Figura 33 – Gráfico de visitação da FLONA do Tapajós até 2020



Fonte: Painel de Uso Público e Turismo (ICMBio, s.d., n.p.).

De acordo com informações coletadas na comunidade de Jamaraquá, diariamente, cerca de 15 pessoas (três grupos) são recebidas no período de baixa temporada (fevereiro a junho), chegando a aproximadamente 75 pessoas (15 grupos). Essa comunidade tem 43 condutores cadastrados na ASMORJ.

Maguari recebe, em período de baixa temporada, em torno de 10 pessoas (2 grupos), enquanto, na alta temporada, esse número pode chegar a 50 pessoas (10 grupos). Essa comunidade tem 27 condutores cadastrados na ASCOMART.

Na comunidade São Domingos, de acordo com a pesquisa de campo, não há uma regularidade de saída nos grupos, sendo comumente um fluxo advindo de escolas e de Instituições de Ensino Superior (UFOPA e IFPA). Essa comunidade tem 15 condutores cadastrados na Associação de Moradores Produtores Rurais e Extrativistas de São Domingos

Considerando a estrutura atual das comunidades estudadas e o fluxo de visitantes, pode-se entender que existe um poder de atratividade maior na comunidade Jamaraquá, em seguida, a comunidade Maguari e, em terceiro, a São Domingos. Para entender esse contexto a partir da teoria de campo (BOURDIEU, 2004), primeiramente, buscou-se compreender como se dá o acúmulo de capital que contribui para que Jamaraquá tenha mais destaque.

No item 5.3, abordou-se o capital turístico, o qual é adquirido pelo turista e formado pelas experiências vividas por este. Partindo dessa perspectiva, o presente estudo aponta para uma proposição da noção de capital turístico local, que se trata do acúmulo de interferências (sejam estruturais ou não) que contribuem para que determinado local seja escolhido ou não pelos turistas.

A organização do turismo da FLONA do Tapajós, com base nas comunidades estudadas, recebeu (e ainda recebe) influências de diferentes agentes sociais que contribuem para que as comunidades tenham autonomia e liberdade para se organizarem.

Outro aspecto citado acerca do que os moradores consideram dificultar o desenvolvimento do turismo refere-se à demora de ações do ICMBio. Um exemplo mencionado por moradores de Maguari e São Domingos, conforme ambos, é uma realidade abordada em

todas as demais comunidades da FLONA. O incômodo se refere ao barulho excessivo de música em alguns lugares, fato denunciado algumas vezes ao órgão ambiental, porém, até o momento, não houve nenhuma ação para advertir ou punir os envolvidos.

Numa das entrevistas, realizada em um domingo, a pesquisadora esteve durante o final de semana na comunidade Maguari e presenciou que a música, de fato, estava demasiadamente alta e ininterrupta durante todos os dias de permanência na comunidade. Para realizar a entrevista, foi necessário um local fechado em virtude do som elevado. Sobre a questão, o entrevistado desabafou:

> Aí eles (turistas) vem pra ficar tranquilo aqui, mas desse jeito não tem condições, aqui já tá mais ou menos com quase 24 horas esse som aí e não quer parar, isso não é só você que já ouviu, muitos visitantes já ouviram e a gente… eles são muito teimoso, teimoso, teimoso, teimoso, teimoso eles não respeitam nada aí, eles dizem que não tem medo de dá-lhe, não tem medo de nada, principalmente, dos homens, não tem medo do IBAMA, não tem medo de nada. Então, **isso daí para nós é muito prejuízo, porque aí têm pessoas que vêm até fazer pesquisa e não têm como fazer porque a zuada é demais, não tem como conversar**, como é que é, não tem como. Eu acho que isso daí deve… tudo os visitantes que venham, professora, as coisas que não está dando certo, eles podem passar no IBAMA e dedurar, se você quiser você pode passar lá que ele já recebe e pode falar (ENTREVISTA, INFORMANTE 9 MAGUARI, 2023, grifo nosso).

Ao citar o Ibama, o entrevistado se refere ao órgão gestor, que, no caso, é o ICMBio. Ao perguntar sobre as denúncias que haviam sido realizadas, a resposta foi que muitas denúncias foram feitas pela comunidade para o ICMBio, ao passo que foi organizada uma reunião para discutir o assunto:

> […] a gente sai, passa dois dias, um dia inteirinho sentado pra discutir a forma melhor para as comunidades, de como fazer, de como não fazer e não é resolvido. Em 2019, nós fizemos uma reunião na Tapaiúna pra discutir essa forma aí […] nessa reunião estava todas as comunidades, […] e aí a gente foi muito pra lá, passamos 2 semanas, 2 dias aí eu trouxe pra cá que eu era presidente daí e eu fui colocar, chamei na reunião e fui colocar aí quase eles me bate, levantaram pra me bater, mas não tiveram coragem, que é meu irmão e meu sobrinho e aí eles abusam muito, aí tá assim e fica difícil para nós. Olha, agora esses dias vêm quase 20 pessoas aqui pra pousada aqui e um sonzão desses daí os caras ficam perturbadinho porque eles não dormem (ENTREVISTA, INFORMANTE 9 MAGUARI, 2023).

Essa poluição sonora referida pelo entrevistado afeta as pessoas, mas também os animais. Além de deixar os animais estressados, também atrapalha seus instintos de caça e reprodução. No caso da flora, o volume excessivo pode atrapalhar seu crescimento em virtude dos tremores das ondas sonoras, que as fazem perder hidratação (CARVALHO, 2010).

Esse transtorno, conforme o entrevistado, é diário (sobretudo, no fim da tarde) e impacta a natureza e dificulta que seja feita, conforme suas palavras, a "parte que ele mais gosta no turismo", que é a interação entre os moradores e os visitantes: "[…] quando o visitante vem pra nossa pousada eu procuro conversar com eles, entendeu? Pra eles contarem a história deles, eu conto a minha, nós fica batendo papo ali, pra ver como que é aqui a história daqui desde o início da nossa comunidade" (ENTREVISTA, INFORMANTE 9 MAGUARI, 2023).

Essa interação reflete um dos aspectos principais no turismo: a hospitalidade. De acordo com Camargo (2019, p. 3), a hospitalidade pode ser definida como "processo de interação humana em contexto doméstico, urbano, comercial e virtual, dentro do qual um anfitrião recebe, eventualmente ainda hospedando, e/ou alimentando e/ou entretendo, um visitante/hóspede temporariamente deslocado de seu 'habitat' natural". Essa relação é complexa e destaca ambos como agentes sociais de igual importância para aquela experiência.

Ao abordar essa interação, outro entrevistado destacou a importância de compartilhar os saberes da floresta com outras pessoas que têm interesse em aprender:

> Pois é que nós aqui sabe de muita coisa, dos remédios que a natureza dá, das curas. Mas é que aqui tá perdendo. Tem gente que não sabe pegar uma casca da árvore pra colocar na água, que pega de cobra e quer ir pra tomar remédio na cidade. Que aqui tem o conhecimento, e aí os que venham de fora levam nossos remédios, de andiroba, de copaíba, né, que é bom também (ENTREVISTA, INFORMANTE 10 SÃO DOMINGOS, 2023).

O excerto se refere à produção e à venda de óleos plantas medicinais, que são extraídos e comercializados nas comunidades. Para essa entrevistada, o turismo contribuiu também com o resgate e a valorização desses saberes da flora medicinal. A intenção, segundo esse entrevistado, não é que os turistas aprendam, no curto espaço de tempo que permanecem na comunidade, todo o conhecimento tradicional adquirido no decorrer dos séculos, mas que, além de os visitantes terem ciência de que esses saberes e práticas existem, estimulem os mais jovens também a se apropriarem desses conhecimentos, se não como sobrevivência, mas como forma de complementação de renda com os turistas.

Essa perda de algumas práticas tradicionais também está, paulatinamente, crescendo. Conforme um entrevistado,

> […] hoje, é contada a pessoa que existe uma roça pra fazer a farinha, é contada a pessoa que pega um motosserra, ou então, um machado e vai derrubar uma árvore não, não se faz mais não, se você for procurar uma casa de farinha aqui só tem lá no pai da mulher, tô lhe falando, que é ele que trabalha mais. A seringa não dá, a borracha daqui não dá dinheiro, o peixe você vai nesse rio grande aí, é difícil você pegar. Quando você pega é só pro alimento; no mato, você não vai mais. Então, o que que

> nós tem que fazer? Nós tem que zelar a nossa comunidade e fazer coisas melhores para atrair muito mais pessoas, né? (ENTREVISTA, INFORMANTE 9 MAGUARI, 2023).

De acordo com o entrevistado, a mudança se deu, possivelmente, pelas restrições impostas pelo ICMBio e pela necessidade de solicitar autorização. Ainda que, segundo esse entrevistado, nunca tenha tido uma solicitação negada, é uma burocracia, ainda assim complementa refletindo: "vem o turista, o que é melhor, derrubar a natureza ou trabalhar com os visitantes? […] é melhor trabalhar com visitante do que tá desmatando, nem animal ninguém pode criar pra não estragar a floresta. Então, é nós que zela dessa florestona aí, e aí ninguém está se dando mal não" (ENTREVISTA, INFORMANTE 9 MAGUARI, 2023).

Em conformidade com esse informante, a principal fonte de renda da FLONA é o turismo e assevera que a COOMFLONA gera apenas renda em determinados meses do ano, conforme os períodos de colheita de frutas e do manejo florestal, além de o turismo ser o único meio de sobrevivência (pela renda que gera e pela inexistência de atividades de subsistência, como caça, pesca e agricultura), relembrando ainda que os demais que têm rendimentos são oriundos de aposentadorias ou de programas de distribuição de renda do Governo Federal.

Para outros entrevistados, o turismo é complementação de renda, ao passo que a renda principal de uma parte dos moradores advém da COOMFLONA, bem como foram citadas pessoas que mantêm atividades de subsistência, conforme informação a seguir:

> Naquele tempo, o pessoal vivia de roça e seringa, agora o pessoal quase não tem roça. Quem tem roça aqui é o seu Baruca, nós, que fizemos ano passado, e alguns aí. São umas 5 roças aqui na Jamaraquá. A nossa é pra gente mesmo, que a gente não vende. Aí a gente tem a casa de farinha, que mandioca, cará e mandioca brava, pra farinha. E aí ele plantou também andiroba, cajueiro e açaizeiro, mas acho que esse de açaizeiro nem vai dar, porque aqui não é terra pra ele. E aí na pandemia que foi aí, que ficou aqui sem turista, tinha a cesta básica, nosso roçado e nos foi vivendo disso (ENTREVISTA, INFORMANTE 1 JAMARAQUÁ, 2022).

O tempo citado no trecho se refere ao período em que a gestão ambiental era de responsabilidade do Ibama. De fato, esse entrevistado corrobora com a ideia de diminuição na quantidade de moradores da FLONA, que desempenham atividades de subsistência. Todavia, ainda existem exemplos em que pessoas que trabalham com turismo mantêm sua casa de farinha e prática de agricultura e extrativismo, bem como a criação de pequenos animais.

A caça e a pesca, a partir dos dados coletados, de fato, diminuíram significativamente, inclusive, nos restaurantes os quais a pesquisadora frequentou na FLONA, ao perguntar se o peixe ou o frango vinha da comunidade, a resposta foi negativa, visto que adveio de supermercados de Belterra.

Esse informante 1 de Jamaraquá, ao citar a pandemia, explicou que a FLONA permaneceu fechada[39] por um tempo, sem visitação de turistas, pesquisadores e qualquer pessoa externa às comunidades. Nesse período, a fonte de renda reduziu substancialmente, de modo que a sobrevivência se deu pelo auxílio governamental, uma cesta básica mensal para cada família de cada comunidade, entregue pelo ICMBio, além de atividades de subsistência como agricultura e extração de recursos da natureza e a criação de animais de pequeno porte, como galinhas.

A fala do entrevistado 9 da comunidade Maguari exige um cuidado na reflexão de evitar o turismo como principal meio de obtenção de renda e fonte de subsistência. A exemplo do que aconteceu no período da Covid-19, com a restrição de acesso de visitantes à FLONA, ainda que tenham existido algumas dificuldades, foi possível manter a sobrevivência, sobretudo, pelas atividades citadas.

Tais afirmações acerca de o turismo ser a única fonte de renda se baseia na vida desse entrevistado em particular, considerando que sua família (ele, esposa e dois filhos) atuam com turismo (ofertando hospedagem e alimentação e na condução de turistas). Pensar o turismo como possibilidade de desenvolvimento e, ainda assim, associá-lo a uma característica de monocultura é incompatível, considerando as sazonalidades existentes.

Em uma busca por melhorar a organização local, existem iniciativas internas das comunidades, conforme foi abordado nesta subseção, bem como iniciativas de órgãos externos, que podem auxiliar sobremaneira para o desenvolvimento do turismo nessas comunidades por intermédio de apoio, incentivo e qualificação. Para entender o papel de cada um desses agentes, o próximo capítulo destaca e descreve acerca da governança e do turismo, com foco nos agentes que, a partir dos dados coletados, colaboram ou não para com as comunidades de Jamaraquá, Maguari e São Domingos.

[39] A visitação pública na FLONA ficou suspensa no período de 22/03/2020 – Portaria da presidência do ICMBio nº 227 de 22/03/2020) – até o dia 24/09/2020.

6 GOVERNANÇA NA FLORESTA NACIONAL DO TAPAJÓS: AGENTES DO TURISMO E O CAMPO DE RELAÇÕES

> […] o turismo é o foco da sobrevivência das comunidades, mas dependendo de saber se organizar também, […] que tenha os seus coordenadores que sabe ter um bom diálogo […] saber explicar […] (ENTREVISTA, INFORMANTE 5 JAMARAQUÁ, 2022).

Retirado de uma das entrevistas realizadas nesta pesquisa, o recorte aborda o turismo e a necessidade de se organizar, de dialogar e de explicar. Palavras do cotidiano, quando articuladas, podem trazer densidade teórica e prática tal qual o termo governança. Como categoria amplamente difundida na atualidade, abarca uma série de definições as quais possuem características, por vezes, semelhantes. No entendimento do informante acima citado, ainda que não tenha utilizado o termo "governança", a forma de expressar a necessidade de se organizar, de dialogar e de explicar as situações vividas coopera com um entendimento prático no que tange ao debate teórico.

A governança entra para o debate intelectual entre as décadas de 1980 e 1990 quando o termo difundido associou-se ao desenvolvimento, com destaque para o meio das políticas públicas internacionais. Nesse período, os processos públicos de gestão e políticas de desenvolvimento tiveram forte relação com as tendências democráticas nas esferas públicas, que envolve o aumento dos atores sociais nos processos de tomadas de decisão (WEISS, 2000).

Neste capítulo, estão expostas questões sobre a governança, iniciando-se pela noção de liberdade envolta pelas questões políticas, ambientais e sociais, seguindo para conceitos sobre governança. Posteriormente, compreendendo que existe correlação direta entre a questão ambiental e a criação de políticas públicas, apresenta-se uma breve contextualização histórica e política acerca da questão ambiental no Brasil e finda-se com aproximações entre as categorias de governança e turismo.

6.1 Noções sobre governança

Weiss (2000) afirma que alguns autores pensam a governança como um conjunto de processos e estruturas (públicos e privados), enquanto outros utilizam o termo como sinônimo de "governo". Para esse autor, a governança pode se referir aos diferentes modos os quais as sociedades se organizam para que as demandas de seus membros sejam manifestadas, o que pode ser feito para solucionar os problemas e como essas soluções devem ocorrer.

Há, porém, uma considerável polissemia ao se falar em governança, isso porque há uma diversidade de conceitos e, portanto, deveria haver uma atenção analítica no emprego do termo, especificando seu sentido no uso da palavra. A polissemia do termo na literatura acadêmica é acompanhada por diferentes abordagens, de modo que os pesquisadores divergem sobre as intenções e finalidades pelas quais esse arranjo político e institucional pode ser efetivado (HARDT, 2012). Entende-se, então, que se trata de um conceito dinâmico. Sob tal aspecto, Bresser-Pereira (1998) destaca a importância de esclarecer que governança e governabilidade não são sinônimas, embora sejam confundidos e mal definidos. O autor expõe que a:

> […] governabilidade é uma capacidade política de governar derivada da relação de legitimidade do Estado e do seu governo com a sociedade; governança é a capacidade financeira e administrativa, em sentido amplo, de um governo implementar políticas. Sem governabilidade é impossível haver governança, mas esta pode ser muito deficiente em condições satisfatórias de governabilidade […] uma boa governança aumenta a legitimidade do governo e, portanto, a governabilidade do país (BRESSER-PEREIRA, 1998, p. 33).

Gonçalves (2005) indica que a governabilidade está voltada à dimensão do exercício do poder pelos Estados, estando mais associada ao sistema político institucional, enquanto a governança, por outro lado, seria uma expressão mais ampla, associada aos processos de tomada de decisão e controle social, envolvendo as estruturas e as formas de direcionar os governos e a sociedade como um todo.

Outro motivo que colabora com a dificuldade de definir essa expressão é a necessidade de utilizar adjetivos que caracterizem os diferentes usos da palavra, tais como governança corporativa, governança pública, governança eletrônica e governança ambiental, de modo que essa última enfoca o auxílio à conservação do meio ambiente (ALVES, 2001). Nas palavras de Bergamini e Souza (2022, p. 46),

> Nesse caminho de adaptação e ampliação conceitual, é imperioso destacar que são vistos, dentre outros elementos, a necessidade da adoção de novos padrões de articulação e cooperação entre os atores sociais e políticos, desfecho da dimensão participativa e plural da sociedade, o que leva a governança a necessitar cada vez mais da incorporação de princípios democráticos aos seus procedimentos.

Em linhas gerais, conforme o Banco Mundial, em livre tradução do documento *Governance and Development*, a governança diz respeito "a maneira pela qual o poder é exercido na gestão de recursos econômicos e sociais para o desenvolvimento de um país"[40]

[40] No original: *"manner in which power is exercised in the management of a county's economic and social resources for development".*

(WORLD BANK, 1992, p. 1). O documento envolve uma perspectiva de desenvolvimento que aborda relações complexas entre a vida privada e as instituições públicas, de modo que a responsabilização pela economia e pelo desenvolvimento financeiro não está limitado à conduta pública.

Ao falar em exercício, a governança tem, em sua égide, os resultados alcançados em decorrência do governo e suas políticas públicas, assim como o processo de gestão, que não se limita a atos desenvolvidos pelo setor público, mas em ações que há uma coadunação em prol de interesses coletivos.

Na perspectiva Ivo (2020), as normativas propostas pelo Banco Mundial têm uma noção que busca uma adaptação das instituições e ações dos governos, em que, inicialmente, havia acordos globais entre os estados e um desdobramento para o âmbito local/municipal. Isso se deu justamente com a adoção de mecanismos participativos de democratização, de transparência e de controle social, recomendando formas de integrar os pequenos agentes econômicos a um mercado em escala microssocial, por meio de programas de microcrédito, economia solidária, inserção produtiva etc. (IVO, 2020).

A governança significa uma forma de governo mais cooperativa, diferente do antigo modelo hierárquico, de autoridades estatais com poder vertical sobre os cidadãos que formavam a sociedade civil (MAYNTZ, 1998). Na governança, as instituições estatais e não estatais, os agentes públicos e privados cooperam e participam na elaboração e aplicação de políticas públicas.

A Comissão de Governança Global – *Commission on Global Governance* (CGG) (1995, p. 53) define governança como "[…] a soma das várias maneiras como indivíduos e instituições, públicos e privados, gerenciam seus negócios comuns. É um processo contínuo através do qual interesses conflitantes ou diversos podem ser acomodados e ações cooperativas podem ser tomadas". A governança inclui ainda "[…] instituições e regimes com o poder de fiscalizar o cumprimento, bem como os arranjos informais com os quais pessoas e instituições concordaram ou que percebem ser de seu interesse" (CGC, 1995, p. 53).

Nesse aspecto Porter (1990 *apud* COZZOLINO; IRVING, 2015, p. 489; 499) discute temas "[…] relacionados à gestão de empresas e à articulação de setores empresariais" e propõe o "[…] estabelecimento de uma articulação horizontal entre os atores envolvidos em processos econômico-produtivos", no entanto, com propostas direcionadas para a lógica do mercado.

Nesse contexto, Aktouf (2002) questiona a aplicação dessa dinâmica, que advém, principalmente, da área administrativa e é marcada pela lógica de competição do setor privado, bem como a diminuição dos custos e a consequente redução de número de trabalhadores, o que

teria complicações significativas para a questão social, além do que não se teria o limite da capacidade de carga ambiental como parâmetro, de modo que seus argumentos se baseavam em ideais sobre crescimento econômico ilimitado.

O autor, em sua crítica a Porter, finaliza seu estudo afirmando que se considerado o todo, o pensamento com dinâmica exclusivamente econômica traz consigo o "agravamento exponencial de desequilíbrios, já desastrosos" (AKTOUF, 2002, p. 52), destacando os próprios fatores da produção: capital, trabalho e natureza.

Em se tratando do setor público, a crítica a Porter tem seu maior peso pela incapacidade de equilíbrio entre os objetivos do setor público, em que os fatores de produção devem, necessariamente, coadunar com a função do Estado de atingir o bem comum (garantia de equidade entre os indivíduos e o mínimo necessário à existência digna).

O bem comum, em nível de Estado, também é baseado em relações sociais e inclusivas, em que a inclusão tem sua gênese em políticas públicas pensadas para o envolvimento da sociedade de diferentes origens, oferecendo condições e acesso a uma organização social que permite a concretude de direitos plenos. Em cenário diferente, as relações sociais podem ser excludentes, resultando em um sistema perverso, com características desumanas e estigmatizantes (SCHWARTZMAN, 2004).

Esse mesmo autor sugere também que a noção de exclusão social tem associação direta com a não efetivação da cidadania, na qual os:

> Indivíduos que vivem no espaço de uma sociedade nacional trazem contribuições a essa sociedade, mas não têm acesso ao consumo dos bens e serviços de cidadania. Embora a lei lhes garanta direitos civis, políticos e sociais, tal garantia legal não se traduz em usufruto efetivo de tais direitos (SCHWARTZMAN, 2004, p. 36).

Pode-se entender, então, que o envolvimento da sociedade, nas decisões do Estado, está vinculado ao exercício da cidadania de um indivíduo, de modo que a participação social tem papel fundamental para a governança. A inclusão dos indivíduos/cidadãos como partes integrantes dos processos de elaboração de agendas ou na implementação de políticas públicas são características da governança, as quais contribuem, consideravelmente, para a construção de um novo caminho que valorize conceitos como "[…] a colaboração, o diálogo, a democracia, a responsabilidade e a cidadania" (SOARES, 2008, p. 67).

A ideia de governança carrega consigo alguns conceitos e adjetivos – governança pública, interativa, em redes, colaborativa, participativa etc. –, sendo necessário destacar que existem dois fatores que distinguem a governança no movimento pós-nova gestão pública: seu foco e o papel do Estado. A administração pública tradicional se voltava para o indivíduo e para

uma ênfase à nova gestão pública, de forma que o usuário oscilou de cliente para consumidor. Por seu turno, na lógica da governança, o foco é o cidadão, que é entendido como parceiro do processo de formulação e implementação das políticas públicas.

Assim, o cidadão passa a ser entendido não apenas como o beneficiário final do serviço público, mas também como um importante ator nesse processo de construção do valor público (CAVALCANTE, 2017). Para Secchi (2009, p. 363), a governança pública é apresentada como um paradigma relacional, na medida em que "oferece uma abordagem diferenciada de conexão entre o sistema governamental e o ambiente que circunda o governo".

De acordo com Bergamini e Souza (2022), instigada pela governança pública, a administração pública passa a adotar a perspectiva da prevenção e do diálogo como fundamentais no direcionamento das políticas públicas, de modo que se dá prioridade ao consenso, à sanção, à prevenção, à repressão e à eficiência no que tange à omissão estatal. Trata-se de uma busca pela cidadania emancipada à boa administração. Entende-se que a escolha de participar, ou não, é do cidadão, mas essa possibilidade deve ser garantida pelo Estado, sob pena de não afetar as chamadas "liberdades substantivas", as liberdades individuais.

Por se tratar de um termo sem uma definição formal e ser utilizado em contextos tão amplos, é comum que existam diferentes interpretações para governança. Porém, conforme Gonçalves (2005), é quase implícito ser um elemento positivo para a gestão (seja pública ou privada), sendo comumente associada à boa governança. Ainda assim, é necessário questionar possíveis margens no processo de construção da governança. Gonçalves (2005, n.p.) adianta a questão com a pergunta "[…] a má governança seria simplesmente a 'ausência' de governança, ou há espaço para uma discussão maior sobre os métodos e planos de sua construção e implementação?".

Essa questão se associa ao pensamento de Dardot e Laval (2017a), que indicam ser a governança um instrumento neoliberal que vem sendo utilizado pelo Terceiro Setor para exercer funções que antes seriam de responsabilidade do Estado. Para esses autores, o termo está relacionado a uma reorganização no papel atual do Estado, considerando a globalização e a dominância do neoliberalismo como modelo econômico. Nas palavras dos autores,

> O termo "governança" tornou-se palavra-chave da nova norma neoliberal, em escala mundial. A própria palavra "governança" (gobernantia) é antiga. No século XIII, designava o fato e a arte de governar. Durante o período de constituição dos Estados-nações, o termo desdobrou-se progressivamente nas noções de soberania e governo. Reincorporado à língua francesa pelo presidente senegalês Léopold Sédar Senghor no fim do século XX, recuperou o vigor nos países anglófonos com o sentido de uma modificação das relações entre gerentes e acionistas, até adquirir significado político e alcance normativo quando foi aplicado às práticas dos governos submetidos às

> exigências da globalização. Nesse momento, tornou-se a principal categoria empregada pelos grandes organismos encarregados de difundir mundialmente os princípios da disciplina neoliberal, em especial, pelo Banco Mundial nos países do Sul (DARDOT; LAVAL, 2017a, p. 271).

Não cabe a este estudo responder à questão se a má governança poderia ser entendida como ausência de governança ou se existe espaço para mais discussões sobre métodos e planos de gestão. Mesmo assim, reafirma-se a importância da pergunta ao se pensar sobre os métodos utilizados na implementação da governança. Acredita-se que são esses métodos que podem influenciar uma boa ou má governança, conforme o objetivo desejado.

Nesse estudo, opta-se por utilizar a noção de governança proposta por Weiss (2000), que entende a governança como diferentes modos que as sociedades podem se organizar para que as demandas de seus membros sejam manifestadas e o que pode ser feito para solucionar as questões necessárias, bem como a maneira como essas soluções devem ocorrer.

Entende-se, nesta pesquisa, a governança com base nos ideais expostos por Schneider (2005), que ultrapassa a limitação de condução do estado (governo), sendo aplicada tanto ao governo, quanto à regulação e à condução da sociedade através de instituições e atores sociais. Em se tratando de um estudo que entende a responsabilidade do setor público na gestão do turismo em UC, o direcionamento se dará sobre as instâncias de governança, destacando o papel do Estado na efetivação da gestão desses espaços.

De acordo com o Plano de Regionalização do Turismo (PRT), que será abordado no item 6.4, as instâncias de governança podem ser definidas como "[…] uma organização com participação do poder público e dos atores privados dos municípios componentes das regiões turísticas, com o papel de coordenar o Programa em âmbito regional" (BRASIL, 2007, p. 17). Esse conceito aponta para um entendimento sobre um espaço democrático no qual os sujeitos envolvidos atuam de modo participativo, favorecendo uma interação entre Estado e sociedade. As instâncias de governança devem se guiar por quatro pontos:

> i) A representatividade das instituições do poder executivo (democracia representativa); ii) O compromisso político do governo com essas esferas públicas, do qual depende o cumprimento das decisões tomadas em seu interior; iii) A organização da sociedade em associações civis (representação semidireta), já que os conselhos são espaços de representação dos interesses dos setores sociais que estão organizados; e iv) A representatividade e autonomia das organizações sociais em relação ao governo, de forma que as posições assumidas pelos conselheiros dessas entidades expressem, de fato, os interesses sociais existentes em dado contexto social (SANTOS JUNIOR; AZEVEDO; RIBEIRO, 2004, p. 25).

No mesmo caminho, Gebeluka (2008, p. 57) defende a necessidade de que "[…] representantes da sociedade civil sejam escolhidos em fórum próprio, dentre as entidades e

organizações não governamentais, prestadoras de serviços, de defesa dos direitos, movimentos, sindicatos, associações". Esses espaços instituídos legalmente são estratégias criadas para aperfeiçoar o processo democrático, no qual a promoção de debates pode alcançar maior eco entre o setor público.

Um destaque importante refere-se ao número de representantes entre Estado e sociedade civil. Isso pois, na composição das instâncias, há uma desigualdade simbólica quanto à cultura política carregada de reflexos históricos de não participação, em que a compreensão sobre a relevância da participação da sociedade civil exige tempo. O processo participativo exige que, para evitar o desequilíbrio, os envolvidos apreendam a responsabilidade que esse processo demanda. A participação "não é dada, é criada. Não é dádiva, é reivindicação. Não é concessão, é sobrevivência. A participação precisa ser construída, forçada, refeita e recriada" (DEMO, 1988, p. 82).

Dardot e Laval (2017a) destacam que a participação é um processo que, costumeiramente, é contrário ao neoliberalismo. Para compreender melhor, os autores usam a categoria do "princípio do comum", para os quais:

> […] emana hoje dos movimentos, das lutas e das experiências e remete a um sistema de práticas diretamente contrárias à racionalidade neoliberal capazes de revolucionar o conjunto das relações sociais. Essa nova razão que emerge das práticas faz prevalecer o uso comum sobre a propriedade privada exclusiva, o autogoverno democrático sobre o comando hierárquico e, acima de tudo, torna a coatividade indissociável da Co decisão – não há obrigação política sem participação em uma mesma atividade (DARDOT; LAVAL, 2017a, p. 9).

Pensar sobre o comum também envolve lutar por uma razão alternativa, tanto que, por meio de uma razão comum, é possível uma mudança no futuro. Na FLONA do Tapajós, desde sua instituição e dos conflitos gerados pela tentativa de retirada dos moradores locais, o pensar pelo comum, mediante o envolvimento dos moradores em prol do direito de permanecer nas suas terras, possibilita ser o marco inicial das articulações locais, conforme exposto no item 4.3.

Um dos pontos relevantes diz respeito à mudança de abordagem das instituições públicas na FLONA no decorrer dos anos. De acordo com um dos entrevistados, no momento da instituição da FLONA, o órgão que "informou" aos moradores essa mudança foi o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Floresta (IBDF), que não orientou o processo. No transcurso da pesquisa, identificou-se que a diferença entre a abordagem dos órgãos públicos federais contribuiu (e contribui), significativamente, para a forma como a FLONA e, mais especificamente, suas comunidades existem e reexistem.

Como será abordado no próximo item, o contexto nacional, no que diz respeito à gestão ambiental, sofreu alternâncias de ideologias sociais e políticas. Para contextualização da FLONA, a partir dos dados coletados, a equipe do IBDF chegou armada à FLONA, ao passo que, ainda que não tenha havido violência física, o enfrentamento foi impositivo, sem disponibilizar aos moradores informações suficientes, sem apoio ou suporte.

Considerando um contexto de pessoas que não tinham conhecimentos específicos sobre direitos e legislação em geral, diversos moradores se mudaram, imediatamente, daquela área. Em contrapartida, a partir da organização de outros moradores, começou uma negociação pelo direito da permanência. Nas palavras de um informante:

> […] como tinha muita gente, que eu tô falando que não tinha muito conhecimento, né, não tinha sabedoria, não tinha escolaridade, né, aí era assim, não tinha com quem conversar, o que você falasse aceitava porque ficava com medo de você, você era uma autoridade. Mas nós somos… é assim, qualquer pessoa temos que enfrentar com calma, conversando, dizendo o que que a gente é, de onde e qual foram as raízes disso aqui pra eles poderem entender, né, que nós temos direito. E aí, tá, a gente se organizou um grupo de pessoas, de lideranças, assim quando o pessoal vinha a gente ia colocar isso: "ó, em tal tempo, o meu pai chegou pra cá assim, assim, isso aqui foi plantado por ele, isso aqui foi pelo meu avô e tal, daqui nós não vamos sair, por motivos de que nós não temos de que sobreviver na cidade, nós temos que ficar aqui, permanecer aqui no lugar que nós nascemos" (ENTREVISTA, INFORMANTE 5 JAMARAQUÁ, 2022).

Com a mudança do IBDF para o Ibama em 1989, período pós-constituição federal, as possibilidades para o envolvimento dos moradores da FLONA aumentaram significativamente. Foram criados projetos (destaque para o ProManejo) que viabilizaram o uso racional e eficaz dos recursos naturais, com cursos e oficinas para melhorar o manejo da floresta. Enquanto a criação do ICMBio é destacada, de modo que esse órgão é chamado pelos moradores das comunidades entrevistadas como "parceiro".

Essa parceria se baseia, de acordo com os informantes, no respeito que o órgão demonstra em relação aos anseios e às práticas locais. O diálogo é uma constante, sobretudo, pela constante presença física dos gestores do ICMBio, os quais sempre (conforme entrevistas) estão disponíveis para buscar a melhor solução em conjunto com a comunidade. Para um informante da FCFT,

> A gente trabalha junto ao ICMBio, né, em parceria, e tudo o que se faz projeto de manejo, outros projetos na Unidade tem que passar pela anuência da Federação. Deu "ok?" Tudo bem. Aí se disseram "não", é também não [risos], mas não tem que ser ruim não, né, não ser uma coisa prejudicial (ENTREVISTA, INFORMANTE FCFT, 2022).

Ao perguntar sobre como ele avalia a relação com o ICMBio, a resposta desse informante foi: “é, não, é excelente. O ICMBio, COOMFLONA, a gente trabalha junto, são as três instituições mais próximas, na verdade” (ENTREVISTA, INFORMANTE FCFT, 2022). É importante destacar que a governança envolve questões que vão além de aspectos decisórios de questões político-institucionais, incluindo as formas de interação e o diálogo entre o Estado e grupos organizados da sociedade, no que tange ao processo de decisão, ao acompanhamento e ã implementação das políticas públicas.

Na perspectiva de Borja, Sánchez, Sisternas e Subirats (2014, p. 6), são “[…] novas formas de decisão coletiva a partir da confluência de diferentes relações entre cidadãos e atores públicos e privados com o objetivo de conseguir capacidades de governo frente a problemas comuns”. Corroborando com os autores Becker (1991, p. 178) assevera que o território é conduzido através “[…] das relações de poder necessárias para dirigir, no tempo e no espaço, a coerência das múltiplas finalidades, decisões e ações”. Nesse sentido, é um termo que engloba a articulação entre os agentes políticos e sociais em arranjos que, superando os mecanismos tradicionais da gestão vertical, unem os interesses dos mais diversos grupos da sociedade.

Conforme Secchi (2015), essa articulação entre os agentes, de modo mais direto, a estruturação dos conflitos, as coalizões e o equilíbrio de poder há possibilidade de serem alterados conforme o tipo de política pública que está em voga. Ao falar sobre os tipos de políticas públicas existentes, o autor elenca vários autores que abordam essas tipologias, tais como: Lowi, Wilson, Gomley e outros. Para melhor compreender essa questão, optou-se pela tipologia proposta por Lowi, que define quatro tipos: as regulatórias, as distributivas, as redistributivas e as constitutivas, conforme observa-se no Quadro 9:

Quadro 9 – Tipos de políticas

Tipo de política	O que são?
Políticas regulatórias	São estabelecidos padrões de comportamento, serviço ou produto para atores públicos e privados. Essas políticas se desenvolvem, predominantemente, dentro de uma dinâmica pluralista**,** em que a capacidade de aprovação ou não de uma política desse gênero é proporcional à relação de forças dos atores e interesses presentes na sociedade. Ex.: leis, orientações normativas, códigos de ética etc.
Políticas distributivas	Geram benefícios concentrados para alguns grupos de atores e custos difusos para toda a coletividade. Ex.: subsídios, gratuidade de taxas para certos usuários de serviços públicos, incentivos fiscais etc.
Políticas redistributivas	Concedem benefícios concentrados a algumas categorias de atores e implicam custos concentrados sobre outras categorias de atores. Esse rótulo se dá não pelo resultado efetivo, mas pela expectativa de contrapor interesses antagônicos. Ex.: cotas raciais, políticas de benefícios sociais para trabalhadores e programas de reforma agrária.
Políticas constitutivas	São as políticas que definem competências, jurisdições, regras da disputa política e da elaboração de políticas públicas. São chamadas *meta-policies,* porque estão acima dos outros três tipos. Ex.: os partidos, os três poderes, os níveis de governo.

Fonte: Elaborado pela autora com base em Lowi (*apud* SECCHI, 2015).

Ainda que pareçam bem definidas, essas tipologias (Quadro 9) têm suas fronteiras não visualizáveis tão facilmente. Isso porque, conforme explica Secchi (2015, p. 26), "as políticas públicas geralmente agregam características de dois ou mais tipos de política, por exemplo, as políticas de contratação e as relações trabalhistas, que possuem elementos regulatórios e redistributivos".

É necessário compreender as características de cada tipo de política para a apreender os efeitos causados na sociedade, bem como o por quê de os atores políticos decidirem o estabelecimento dessas políticas. Para Ferreira e Nóbrega (2018, p. 170) "[…] as políticas públicas ambientais e a teoria da governança são fatores essenciais no contexto de áreas naturais protegidas, sendo visualizadas como ferramentas que contribuem para o desenvolvimento de uma gestão efetiva".

A governança em áreas protegidas pode ser entendida, de acordo com Graham, Amos e Plumptre (2003), como a influência recíproca entre as estruturas, os processos e as tradições que definem como são exercidos o poder na tomada de decisão e a responsabilidade na prestação de contas e se a sociedade e os atores sociais possuem voz durante a criação, a implantação e a gestão de um sítio protegido. Especificamente, no caso do Brasil, entende-se sítio protegido como UC.

A governança, nesses espaços, é essencial para: a) a eficácia da gestão no alcance dos objetivos (conforme cada categoria de UC); b) a justa partilha entre ônus e bônus em um processo de gestão equitativo; c) a prevenção, a resolução e a gestão de conflitos entre os sujeitos sociais e a UC; e d) a geração/suporte de apoio da sociedade via prestação de contas (BORRINI *et al*., 2013).

Para esse autor, a governança em UC mantém duas dimensões: a tipologia e a qualidade. A tipologia pode ser de:

- **governança do Estado:** quando um órgão de governo tem o poder, a autoridade e a responsabilidade na gestão e na prestação de contas da UC. É o setor público quem determina os objetivos da UC (conforme a categoria de manejo), desenvolve e acompanha seu plano de manejo e tem o direito da terra e/ou recursos naturais;
- **governança compartilhada (ou cogestão):** quando existem meios e processos institucionais direcionados para o compartilhamento de autoridade e de

responsabilidade entre atores governamentais e não governamentais (formal ou informalmente);

- **governança privada:** quando a gestão é de domínio da propriedade privada (seja individual, corporativa, ONG ou cooperativa), não necessariamente com fins lucrativos;
- **governança comunitária:** quando o espaço é protegido, voluntariamente, pelas populações tradicionais, a partir de suas leis e costumes. Nesse tipo de governança, o poder, a autoridade e a responsabilidade de gestão são da comunidade local.

Já a dimensão de qualidade está associada ao conceito de "boa governança", o que, para Graham, Amos e Plumptre (2003), é um fim em si mesmo, com um exercício permanente e responsável de poderes (meio) para o alcance dos objetivos da UC (fins). Esses autores defendem que a boa governança está envolvida em um processo que exige uma diversidade de atores sociais, reafirmando a não centralidade do poder público.

Worboys *et al*. (2015), partindo de reflexões sobre o conceito, a qualidade e os pressupostos para a boa governança em UC, apontaram os seguintes pontos a serem considerados (JERONYMO; SILVA; FONSECA, 2019; 2020):

1) **legitimidade e voz:** o grau de participação e de envolvimento dos interessados locais e o nível de concordância no processo de tomada de decisões;
2) **direcionamento:** a capacidade dos formuladores das políticas públicas para UC para que tenham um entendimento estratégico a partir de um contexto plural;
3) **desempenho ambiental:** a capacidade de resposta com eficiência, eficácia e efetividade;
4) **responsabilização e prestação de contas:** a *accountability* está associada à gestão de UC para as populações locais, o público e os demais interessados (envolvidos), com transparência e clareza na tomada de decisão;
5) **Justiça e direitos:** a partilha de ônus e bônus na instituição da UC, tanto para os moradores locais quanto para o Estado de direito.

Esses princípios de boa governança, de modo geral, conforme Jeronymo, Silva e Fonseca (2019), relacionam-se entre si com significativa interdependência. Para os autores, a boa governança pode auxiliar na gestão da UC e evitar uma série de conflitos no uso dos

recursos naturais. Por seu turno, o SNUC e seu decreto regulamentador predeterminam o poder de uso direto dos recursos naturais, da ocupação humana e do grau de participação social (de acordo com as categorias de manejo das UC e seu conselho gestor).

O Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP) e a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) podem ser considerados exemplos de políticas públicas que buscam o fortalecimento da governança nas UC no Brasil, "por meio da promoção das inter-relações no processo de gestão, além de valorizar as comunidades tradicionais, seus valores culturais e direitos hereditários" (JERONYMO; SILVA; FONSECA, 2019, p. 4).

Para o fortalecimento da governança, no que tange ao uso sustentável dos recursos naturais, o capital social é também uma categoria essencial na articulação dos atores como estratégia para gestão de conflitos. A noção de capital social, conforme aponta Bourdieu (1983), permite compreender por que duas pessoas com quantidades iguais de capital econômico ou cultural obtêm diferentes benefícios. O motivo dessa diferença provém do que o senso comum chama de influência ou relações (BOURDIEU, 1983).

Para o autor, isso pode se resumir à capacidade que os indivíduos têm de se mobilizar, em seu favor, o capital de um grupo mais ou menos institucionalizado e rico em capital. De acordo com o autor, o conceito de capital social funciona como ferramenta explicativa sobre os efeitos sociais, que não poderiam ser compreendidos de outra maneira (BOURDIEU, 1983).

O capital social é, conforme o pensamento de Pierre Bourdieu (2000), um produto do contexto histórico que se materializa em redes de relacionamento que facilitam o acesso dos atores sociais ao capital cultural e ao capital econômico. Assim, o capital social há de ser compreendido como um possível meio de alcance de determinados objetivos (econômicos ou não).

Outra questão sobre o capital social é a organização proposta por Woolcock e Narayan (2000), em que é possível organizar o capital social em dois grupos: de ligação (*bonding*) e de conexão (*bridging*). Os indivíduos pertencentes ao mesmo grupo social estão associados, pelo capital social de ligação, às relações de confiança, de reciprocidade, de consenso sobre normas reguladoras, de promoção da ação coletiva e de gestão dos conflitos sociais internos (WOOLCOCK; NARAYAN, 2000). Quanto às relações de diferentes grupos sociais, estão associadas ao capital de conexão. Os grupos podem ser distintos por questões geográficas, culturais, políticas, étnicas, sociais etc. Nesses grupos, o capital social favorece o acesso a novas ideias e recursos e a diálogos com diferentes pontos de vista (WOOLCOCK; NARAYAN, 2000).

A partir dessas formas de divisão do capital social, nota-se que ambas podem auxiliar nos processos de governança. O capital social de ligação pode contribuir com a redução dos conflitos, com fomento à confiança e diminuição dos custos de fiscalização, de modo que o grupo se consolida internamente para a gestão coletiva dos recursos naturais de uso comum.

O capital social de conexão contribui com a percepção sobre as limitações de gestão centralizada e descentralizada (considerando impactos locais, regionais e globais) (WOOLCOCK; NARAYAN, 2000). Autores como Brondizio, Ostrom e Young (2009) consideram ser importante um equilíbrio entre essas duas formas de capital social para os processos de governança.

Para abarcar como a governança e o turismo estão relacionados, o próximo subitem se dedica a esmiuçar as associações entre essas duas categorias.

6.2 Aproximações entre governança e turismo

Voltada ao turismo, a governança é estudada por alguns autores como Bramwell e Lane (2011), Ruhanen, Scott, Ritchie e Tkaczynski (2010), González (2013; 2014), Nóbrega e Figueiredo (2014) e Trentin (2016). Nesse contexto, o conceito de governança aplicada ao turismo, para González (2013, p. 508), refere-se a "[…] uma nova forma de liderar os processos de inovação, fortalecimento e mudança das dinâmicas turísticas em um espaço determinado, incorporando os atores públicos e privados com a intenção de tomar decisões coletivas".

Seguindo o mesmo caminho, Viana (2012, p. 67) apresenta seu entendimento de governança no turismo como uma "[…] organização social que conta com a participação de representações do poder público, da sociedade civil organizada e de entidades empresariais vinculadas ao turismo em determinado território [país, estado, região ou município]". Para a estruturação da governança no turismo, a cooperação entre grupos e organizações é fundamental.

Esses grupos se formam as chamadas instâncias de governança, que se constituem como espaços de articulação de agentes sociais, de proposições, de análise e de monitoramento de ações para o desenvolvimento do turismo. Um destino turístico pode, por meio da governança, assumir papel de sujeito, com encaminhamento de pleitos, organizando iniciativas e articulando as demandas coletivas dos atores locais (QUEIROZ, 2005).

No Brasil, uma das primeiras ações públicas que descentralizou a gestão foi a criação do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) em 1994 pelo Instituto

Brasileiro de Turismo (EMBRATUR)[41]. Conforme Pereira (1999, *apud* DIAS, 2003, p. 135), o PNMT representa um "[…] instrumento legal e referencial para todos os segmentos que atuam com o turismo no país e que têm como público-alvo o município". Esse programa buscava uma administração do turismo que fosse local e descentralizada, como nos municípios.

O objetivo era a promoção do desenvolvimento do turismo de modo local e sustentável, organizado com a sociedade para a geração de emprego e renda duradouros. Além disso, buscava-se, também, reafirmar a autoestima dos cidadãos, estruturar e organizar os segmentos, resgatando valores culturais, históricos, sociais e políticos dos municípios que detivessem o potencial para o desenvolvimento do turismo (BRASIL, 1999).

Em 2003, com a criação do Ministério do Turismo (MTur), o Brasil adotou uma forma de gestão baseada na descentralização e na participação. As responsabilidades na gestão do turismo foram descentralizadas, houve um estímulo à ampliação dos modos de organização social, em uma tentativa de criar e fortalecer os espaços de debate e participação, aumentando a conquista e o exercício da autonomia e do poder de decisão entre todos os níveis de governo (BENI, 2019) através da regionalização do turismo.

Na época, a regionalização do turismo, proposta pelo Ministério do Turismo (MTur), foi uma estratégia para a estruturação de produtos turísticos de qualidade que pudessem, de modo sustentável, ser comercializados nos mercados nacional e internacional. De tal maneira que foi criado o PRT – Roteiros do Brasil em 2004. Esse programa foi criado a partir de orientações advindas do Plano Nacional de Turismo (PNT), com o envolvimento de parceiros públicos, privados e do terceiro setor.

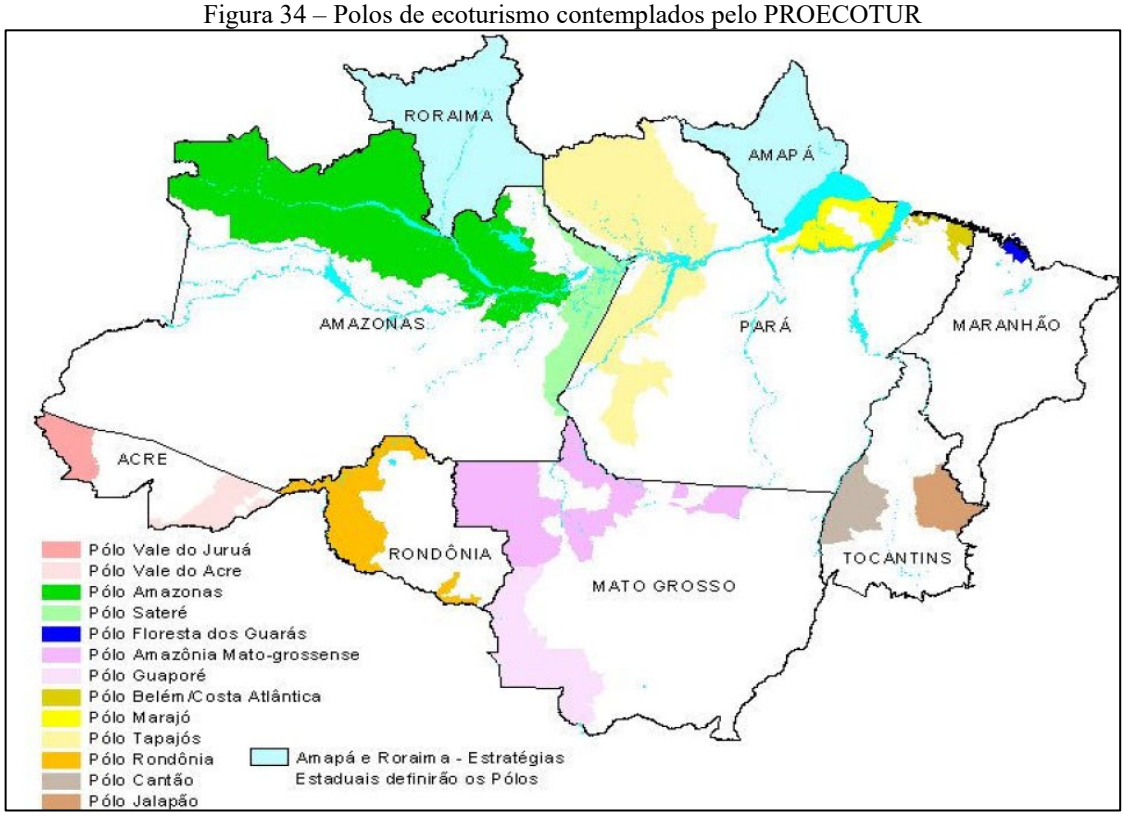
Os processos de planejamento de turismo e ecoturismo, que envolvem a Amazônia, tiveram início no Governo Federal, ainda na década de 1970, com o I e II Plano de Turismo da Amazônia (PTA) e, em 1999, o Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal (PROECOTUR) (NÓBREGA, 2007). Nóbrega (2008) afirma que, para o PROECOTUR, foram realizadas parcerias entre o Ministério do Meio Ambiente (MMA), Ministério dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, juntamente com a Organização dos Estados Americanos (OEA) com o objetivo de "[…] desenvolver e dinamizar os polos de ecoturismo

[41] A EMBRATUR foi criada inicialmente como a Empresa Brasileira de Turismo pelo Decreto de Lei nº 55/66, com objetivo de desenvolver o turismo no Brasil. Em 1991, com a mesma sigla, teve seu nome alterado para Instituto Brasileiro de Turismo e foi vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Regional da Presidência da República, tendo como objetivo formular, coordenar e executar a Política Nacional do Turismo. Em 2003, com a criação do Ministério do Turismo, a EMBRATUR passou a ser responsável pelo *marketing* e divulgação do Brasil como produto turístico (ARAÚJO, 2012).

selecionados em âmbito dos Estados da Amazônia Legal, bem como subsidiar a elaboração da política de ecoturismo de cada Unidade Federada" (NÓBREGA, 2008, p. 155).

Conforme o mapa da Figura 34, o estado do Pará teve três polos[42] contemplados pelo PROECOTUR: Belém/Costa Atlântica, Marajó e Tapajós.

Figura 34 – Polos de ecoturismo contemplados pelo PROECOTUR



Fonte: BRASIL (2008b).

Para Nascimento (2009, p. 20), esse programa tem sua relevância a partir de três aspectos:

> O primeiro é que, além de ter sido pensada especificamente para a Amazônia Legal, essa política visava promover o desenvolvimento sustentável da região através da utilização consciente de seus recursos. O segundo consiste no fato de que este Programa possuía recursos financeiros definidos para sua implementação. O terceiro refere-se ao fato de que o mesmo apresentava um viés eminentemente participativo, uma vez que as ações a serem desenvolvidas eram definidas conjuntamente por todos os atores sociais envolvidos.

[42] A partir da Portaria nº 164/2019 SETUR/GEPS/PA, que dispõe sobre a regionalização do turismo, os polos foram reorganizados e passaram a ser chamados de regiões turísticas, quais sejam: I - Região Turística de Belém; II - Região Turística Amazônia Atlântica Guamá; III - Região Turística do Capim; IV - Região Turística Amazônia Atlântica Caeté; V - Região Turística do Araguaia; VI - Região Turística do Carajás; VII - Região Turística do Tocantins; VIII - Região Turística do Lago de Tucuruí; IX - Região Turística do Baixo Tapajós; X - Região Turística do Alto Tapajós; XI- Região Turística do Rio Amazonas; XII - Região Turística dos Campos do Marajó; XIII - Região Turística das Florestas do Marajó; XIV - Região Turística do Xingu" (SETUR, 2019, n.p.).

Dentre os polos do estado do Pará, o Tapajós foi considerado o prioritário, pois nele estava a maior concentração de UC e da existência de um fluxo turístico significativo e constante. Posteriormente, o programa foi reformulado (inclusive, no nome – passando a se chamar PRODETUR – Amazônia), e suas ações foram transferidas do MMA para o MTUR.

Conforme Nóbrega (2012, p. 138), "apesar dos objetivos específicos apresentarem uma expectativa positiva, acerca da implantação do Proecotur na Amazônia brasileira, poucas ações foram efetivadas, algumas unidades de conservação foram criadas, porém sem investimentos de infraestrutura e fiscalização". Essa afirmação está baseada em dois aspectos: em se tratando de uma política que envolvia a participação, Nóbrega (2007) aponta que, salvo pouquíssimas exceções, a quase inexistência de empresários que estivessem, à época, dispostos a investir. Nas palavras do autor:

> Historicamente os ditos empresários da região, desenvolveram seus negócios e suas fortunas, com base exclusiva nas políticas públicas de incentivos fiscais e creditícios estabelecidas para a região por muitas décadas. O "empresariado" regional nunca participou com os seus próprios recursos, quando os tem, não inova e não arrisca (NÓBREGA, 2007, p. 104).

Mesmo com esse contexto, o PROECOTUR tem papel significativo para o turismo em UC, dado que foi a primeira política pública que abordou a temática. Em 2009, outro planejamento que se destaca (ainda no âmbito do PRODETUR) é o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS), que se trata de um levantamento de todo o potencial turístico (não apenas ecoturístico) dos polos contemplados. Esse plano aborda o que pode ser explorado, a identificação do turista que se quer alcançar, a indicação das obras de infraestrutura necessárias e um mapeamento dos segmentos que precisam de qualificação profissional.

O polo Tapajós (Figura 35), conforme a PARATUR (2009), era formado por 19 municípios (Alenquer, Almerim, Aveiro, Belterra, Curuá, Faro, Itaituba, Jacareacanga, Juruti, Mojuí dos Campos, Monte Alegre, Novo Progresso, Óbidos, Oriximiná, Prainha, Rurópolis Santarém, Terra Santa, Trairão), dentre os quais, Santarém e Belterra foram considerados prioritários. No município de Belterra, onde se localizam as comunidades da FLONA pesquisadas nesse estudo, os segmentos de turismo destacados foram de cultura e ecoturismo, com direcionamento de produtos para serem comercializados nacional e internacionalmente.

Figura 35 – Mapa da localização dos atrativos naturais presentes na região do Tapajós

Fonte: PARATUR (2009, p. 97).

O objetivo do PDITS do polo Tapajós, conforme documento, é:

> Planejar em bases sólidas o desenvolvimento integrado do turismo sustentável no Polo Tapajós, diversificando a oferta turística e consolidando a demanda, através da valorização do patrimônio histórico-cultural, da preservação ambiental, do ingresso de divisas para o setor, gerando emprego e renda para as comunidades locais, a curto, médio e longo prazo (PARATUR, 2009, p. 29).

O PDITS é uma estratégia traçada para o desenvolvimento do ecoturismo na Amazônia brasileira com potencial significativo. É uma política que traz um conjunto de sugestões de programas e ações para atender às carências da região que visam nortear os passos a serem dados na condução do desenvolvimento do ecoturismo. Não deve ser considerado um plano específico de ação, mas, sendo uma política de estado, é um documento que norteia as intervenções na região.

Válido evidenciar que a região amazônica é permeada de especificidades. E é a partir das proposições, em conjunto com as especificidades de cada área da região amazônica, que ações devem, de fato, serem planejadas, sobretudo, para que sirvam como referência para outros estados da Amazônia que aderiram (ou pretendessem aderir) ao PRODETUR nacional na elaboração de seus próprios PDITS (NASCIMENTO, 2008).

Nas palavras de Nascimento (2008, p. 175):

> É imprescindível, mesmo que o PRODETUR seja nacional e não traga nada especificamente para a Amazônia Legal, que esta região seja pensada com acuidade dada suas particularidades. Os PDITS dos estados amazônicos precisam construir esta preocupação também. E mais que todos os atores sociais, majoritariamente, as comunidades locais, possam acompanhar a formulação e a implementação destes planos. Para tanto, importa que as instâncias de governança, qualquer que seja a modalidade adotada (conselhos, consórcios, fóruns ou agências executoras), desde que tripartites, sejam instituídas ou revitalizadas, a exemplo das já existentes advindas de outras experiências, como os conselhos municipais e os fóruns regionais de turismo.

No PNT 2013-2016, no que tange à questão ambiental, é citada uma parceria entre MTur e MMA com relação a Parques Nacionais, destacando a inexistência de uma política de turismo voltada para áreas protegidas. Em consonância com o documento, a intenção da parceria seria de "preservar e divulgar a natureza do país, gerando renda para as populações que habitam os arredores dos nossos parques" (BRASIL, 2013, p. 6). Porém, não há detalhes sobre essa parceria entre esses ministérios.

Em 2018, com o Decreto nº 407, de 19 de outubro de 2018 (BRASIL, 2018), foi instituída a "Rede Nacional de Trilhas de Longo Curso e Conectividade – RedeTrilhas", que é composta por trilhas reconhecidas pela sua relevância nacional para a conectividade de ecossistemas e paisagens, a recreação em contato com a natureza e o turismo. Esse Decreto foi criado em conjunto entre o MMA, o ICMBio e o MTUR.

Embora a morosidade no que diz respeito à articulação de órgãos em prol do desenvolvimento do turismo, Trentin (2015, p. 653) defende que:

> […] considerando os documentos oficiais que nortearam e inseriram o termo governança no contexto turístico brasileiro, é possível observar uma tendência de criação de organismos visando à participação na tomada de decisões relativas às ações para o desenvolvimento e promoção do turismo em âmbito local.

Ultrapassando a noção de descentralização de ações e retornando à ideia de turismo e governança, González (2014), em livre tradução, aponta algumas ideias-chave para se pensar essas duas categorias:

1. trata-se de uma ideia ligada à função de governo, entendendo este como processo social além de atores governamentais, distinguindo processos de governança turística dos processos de cooperação com o setor privado para o desenvolvimento turístico;
2. as novas relações não se submetem aos princípios de hierarquia nem do mercado, mas sim tratam de abordar a tomada de decisões coletivas para aumentar o grau de cooperação e aprofundar as relações e interações entre os atores, supondo um aumento de competitividade de um destino em torno do respeito aos princípios do desenvolvimento sustentável;
3. o ponto de partida é uma estrutura institucional pública que exerça função de autoridade. Não se pode esquecer que se trata de gerir conflitos. No turismo, a governança deve ser compreendida como os processos de discussão público-privados que irão melhorar a gestão dos conflitos;
4. é uma prática de orientação (guiada por objetivos concretos) e de escolha de meios e técnicas;
5. em sua versão mais operacional, supõe o estabelecimento de causas que permitam um trabalho conjunto entre uma pluralidade de atores e o desenho de novos processos de gestão e desenvolvimento de público e coletivo.

A governança, a competitividade e a sustentabilidade são significativos desafios a serem superados no turismo (GONZÁLEZ, 2010). Além disso, a governança no turismo traz consigo a eficiência, a equidade, a transparência, a *accountability*[43], a cooperação e a legitimação da participação da sociedade em processos de decisões coletivas. Esses benefícios, além de auxiliar na minimização de conflitos, também se tornam cada vez mais fortes em discursos políticos, empresariais e sociais (COUTINHO; NÓBREGA, 2019).

Ainda que se tenha a governança como uma forma de cooperação nas relações entre sujeitos e grupos, é importante não romantizar o termo, entendendo que a categoria está acompanhada das relações de poder existentes na sociedade. A complexidade em tratar o turismo sob o olhar da governança se dá, principalmente, por haver alternância de seus interesses: por vezes, de lucro individual e de ações compartilhadas no destino (GONZÁLEZ, 2013).

[43] O termo em inglês *accountability* pode ser entendido como responsabilidade, controle, fiscalização e prestação de contas, baseado na ética e na transparência (SPINOZA, 2012).

Em se tratando do turismo em UC, o qual envolve, por si só, uma gestão diferenciada, os instrumentos de gestão devem ser pensados articulando os interesses da coletividade envolvida no processo (setores público e privado e moradores locais e do entorno). Assim, são necessárias novas (e criativas) estratégias para a construção da governança que se baseie em uma análise focada nos diferentes atores envolvidos.

Compreendendo o papel basilar do Estado nesse processo, é necessário ressaltar que as políticas regulam as contradições existentes em todas as dimensões sociais, isso porque sempre existem grupos que, diante da mesma situação, têm interesses opostos, o que gera um conflito permanente (GONZÁLEZ, 2014). Ao partir desse entendimento, González (2013) pontua que ações públicas que citem o turismo ou intenções políticas de trabalhar com o turismo não devem ser consideradas como políticas públicas.

Para a autora, a governança do turismo busca novas formas de tomadas de decisões coletivas quanto a assuntos que envolvem a gestão e a administração de conflitos e interesses que tratam de impulsionar processos de inovação social, fortalecimento dos atores mais vulneráveis do sistema e a mudança nas dinâmicas de turismo que geram impactos negativos.

Para Nóbrega (2012), os espaços democráticos de debate sobre o turismo, que buscam as melhores ações de planejamento e gestão, estão envolvidos em um processo que não incorpora uma dimensão deliberativa. Segundo a obra do autor, o contexto de cooptação de interesses individuais, vinculados aos representantes legais, contribui para que as instâncias de participação e governança sejam desestimuladas no processo de planejamento e gestão. Associado a isso, têm-se as inúmeras tentativas frustradas de políticas voltadas ao turismo desde meados da década de 1970 (NÓBREGA, 2012).

Um exemplo é o PRT, um dos principais programas criados pelo MTUR, cujo desafio era buscar um recorte regional para o turismo com um espaço de gestão capaz de administrar o território turístico regionalizado (BANTIN; FRATUCCI; TRENTIN, 2020). O PRT teve dificuldades para agregar as dinâmicas sociais, políticas e institucionais necessárias para que o modelo de ordenamento territorial almejado fosse viável, no que concerne ao desenvolvimento do turismo no Brasil (TRENTIN, 2014; BANTIN; FRATUCCI; TRENTIN, 2020).

No turismo, a governança pode ser desenvolvida de modo transversal, abarcando questões socioeconômicas, ambientais e políticas, juntamente com múltiplos agentes, seja de caráter público e/ou privado. De acordo com Tomio e Schmidt (2014, p. 716), esses elementos podem resultar "[…] num processo que envolve todos os atores e ações que ultrapassam as atuações individuais em direção aos grupos, ao coletivo. A […] governança exerce, em especial, um papel de ordenamento, de gestão e de articulação" ao se pesquisar sobre o turismo.

Nesse contexto, Ruschmann *et al*. (2017, p. 129) complementam, porém, que, na prática, "[…] esse modelo de gestão tem maior grau de complexidade devido à natureza participativa, tendo a singularidade do Estado como condutor da linha de processo".

Ainda que, conforme a autora afirma, o estado seja o condutor da linha de processo, na FLONA do Tapajós, observa-se significativa autonomia tanto nas organizações comunitárias locais, quanto na FCFT. Sobre a organização da FCFT e, de modo específico sobre o turismo na FLONA, um informante pontou que

> O nosso planejamento é esse, né, daqui pra frente. Não só turismo, mas cada um desses objetivos, vamos dizer, aqui é um setor responsável por isso, no setor de turismo, no setor da agricultura familiar, enfim, da própria juventude, esporte e lazer, […] pra que a gente possa trabalhar de forma mais organizada e também ter o atendimento melhor às comunidades, porque só a diretoria em si não tem como, né? Mas, nós temos a parceria, né, com outros comunidades. Inclusive, esses dias veio uma cooperativa aqui do Aramanaí que também é uma APA, né, eles estão querendo fazer um termo de parceria com a federação pra trabalhar essa questão do turismo, e a própria Secretaria do Turismo aqui de Belterra também. Porque é muito pouco ainda na FLONA, o turismo, só tem praticamente em três comunidades, aqui de início, que é Jamaraquá, Maguari e São Domingos, né, enquanto as outras mais lá na frente, elas têm um potencial bastante importante que não está sendo explorado, né (ENTREVISTA, INFORMANTE FCFT, 2022).

De acordo com esse informante, outras comunidades também têm interesse em trabalhar com turismo, mas estão em processo de organização. Além da ainda recente organização para trabalhar com turismo, outro ponto que é um gargalo para outras comunidades é a acessibilidade. O acesso, que é limitante para as comunidades de Jamaraquá, Maguari e São Domingos – consideradas as mais próximas de Santarém (via rio Tapajós) e de Belterra (via rodovia da BR-163) – tem mais dificuldade para as demais comunidades.

Além da distância, a estrutura de acesso das estradas é precária. Para viabilizar a melhoria dessas estradas, perguntou-se a um informante sobre a responsabilidade dessa estrutura, questionando o papel da prefeitura e, possivelmente, alguma parceria com o município de Belterra. A resposta foi que:

> Sim, sim. É a prefeitura, principalmente, né? A Secretaria de Turismo tinha umas conversas também, mas falta ainda fechar a parceria com a Secretaria de Turismo. Mas o nosso pensamento é elevar o turismo a toda à FLONA, não ser apenas as três comunidades, mas às outras também, que possam ter o turismo na sua comunidade, que elas têm o potencial para isso (ENTREVISTA, INFORMANTE FCFT, 2022).

No que diz respeito à prefeitura de Belterra, existem alguns pontos a serem observados. A parceria mencionada pelo entrevistado citado, que ainda "está por fechar", no entendimento dos moradores das três comunidades, é apenas uma falácia. Ao perguntar aos entrevistados

sobre a relação com a prefeitura de Belterra e com a Secretaria de Turismo do município, as respostas foram:

> Eles vêm aqui na época de voto só, que é pra votar no candidato deles, só que aqui a gente não recebe nada deles. […] da Secretaria de Turismo ela veio aqui, mas só pra conversar mesmo, que **não fez nada até hoje. Aqui a gente que se organiza, ne?** Porque a gente que sabe (ENTREVISTA, INFORMANTE 1 JAMARAQUÁ, 2022, grifo nosso).

> **Nunca vieram aqui.** E a gente queria conhecer, eu disse "agora eu tive essa oportunidade de estar aqui", que era uma reunião lá, e foi o Conselho, né? O Conselho Municipal de Turismo em Belterra, daí foi e a gente começou a se conhecer lá, e tal, e agora quando foi outro dia ela tava numa reunião aqui no Jamaraquá, até quando foi no outro dia ela tinha uma reunião lá em Belterra, eu fui lá, aí eu disse, né? Eu disse que eu achei muito bom, até agradeci ela por ela ter participado dessa reunião**, porque até então a gente nunca tinha uma pessoa de lá da Secretaria de Turismo pra ver como é que a gente trabalha, as comunidades junto com o ICMBio, né?** Porque é diferente, a reserva nossa é diferente ali da APA, né? Que aqui pra você fazer alguma coisa, tem que ter autorização do ICMBio pra entrar, pra essas coisas, entendeu? E lá na APA, não, é aberto. As comunidades o que quiser fazer, faz, essas coisas assim. E é diferente. Isso é uma coisa também que a gente sente muita falta disso também, né? (ENTREVISTA, INFORMANTE 6 MAGUARI, 2022, grifo nosso).

Um informante da comunidade São Domingos também afirmou desconhecer as ações da Secretaria de Turismo, justificando que:

> Tem essa briga, porque lá, como… Na questão aí do prefeito, de falar que aqui quem tem que mandar, ajeitar é a COOMFLONA e a Federação, mas não. Na verdade, aqui é… Como é que se diz? Aqui é município de Belterra, faz parte de Belterra. Isso que tem, faz essa alegação… Tem essa crítica aí do prefeito (ENTREVISTA, INFORMANTE 8 SÃO DOMINGOS, 2022).

Conforme essas informações, especialmente, a do informante São Domingos 8, existe um conflito quanto às responsabilidades na gestão dessas três comunidades: territorial, administrativa e eleitoralmente, estas fazem parte do município de Belterra. Porém, sendo uma FLONA, a responsabilidade da gestão recai sobre o ICMBio em alguns aspectos, sendo o turismo um deles (conforme os dados coletados).

Belterra é um município que tem significativos atrativos turísticos, fator que contribuiu para que fosse inserida no Mapa do turismo brasileiro. Esse mapa "[…] é um instrumento no âmbito do Programa de Regionalização do Turismo que define a área – recorte territorial – a ser trabalhada, prioritariamente, pelo Ministério do Turismo no âmbito do desenvolvimento das políticas públicas" (BRASIL, 2022).

O objetivo é obter dados para orientar as ações do MTUR no desenvolvimento de políticas públicas, principalmente, nesse momento de retomada do turismo após o quadro

pandêmico. É a primeira vez que esse município integra o Sistema do Programa de Regionalização do Turismo Brasileiro (SISMAPA). Belterra está, juntamente com o município de Santarém, na região turística do Baixo-Tapajós.

Os critérios para integrar esse mapa são considerados subjetivos e abrangentes, conforme o próprio MTUR. Em uma tentativa de objetivar essa categorização, foram elaborados, em Portaria publicada em 2015, 4 critérios: 1) número de estabelecimentos de hospedagem; 2) número de empregos formais no setor de hospedagem; 3) estimativa de turistas a partir do estudo de demanda doméstica; e 4) estimativa de turistas a partir do estudo de demanda internacional (BRASIL, 2015).

Os municípios que integram o mapa do turismo brasileiro podem ser definidos em cinco categorias: A, B, C, D e E, conforme as variáveis citadas. Ainda assim, vale ressaltar que uma cidade B de um estado, não necessariamente, possui o mesmo nível de desenvolvimento de outra cidade de outro estado, que também foi categorizada em B. As capitais dos estados são categorizadas como A, de modo que é a partir dessa categoria/referência que os demais municípios têm suas categorias definidas. Belterra foi inserida com a categoria "D". A atualização desse mapa se dá, em média, a cada dois anos.

Um dos destaques de Belterra é a Vila Americana (Figura 36) idealizada e criada por Henry Ford em meados de 1920. Henry Ford, industrialista americano, tinha a intenção de usar a borracha coletada na região para abastecer suas fábricas de pneus nos Estados Unidos[44]. Outro destaque são as praias de Belterra, que têm um público significativo. As informações de interesse turístico (tanto para a Vila Americana, quanto para as praias e a FLONA) são divulgadas pelas redes sociais da Secretaria de Turismo e pelo *site* da prefeitura. Embora não sejam informações atualizadas com frequência (há mais de um ano não são inseridas informações ou feita divulgação de atividades de interesse turístico), ao passo que a interação com os usuários é limitada.

[44] Para além de montar uma vila em Belterra, Henry Ford tentou instalar um estilo de vida americano, com horários definidos para início e término de trabalho, casas também inspiradas nos modelos estadunidenses, construídas todas em madeira, com jardim lateral e dinâmica laboral baseada em uma produção em massa, redução de custos e organização administrativa para incentivar o consumo. Esse modelo produtivo ficou conhecido como "Fordismo". Importante frisar que Henry Ford e/ou sua família nunca vieram a Belterra. Para mais informações, acessar: WEISSHEIMER, M. R. Fordlândia e Belterra, cidades sustentáveis do século XXI? **Ciência & Ambiente**, [*S.I.*], v. 1, p. 125-142, 2012.

Figura 36 – Casa da Vila Americana em Belterra

Fonte: Pesquisa de campo (2022).

Não se tem informações acerca da gestão municipal dos atrativos turísticos dessa cidade, visto que esse não é o objetivo deste estudo. Porém, nas comunidades pesquisadas da FLONA, existe uma insatisfação relativa às ações desenvolvidas por essa secretaria e pela prefeitura. Um ponto informado nessa insatisfação diz respeito ao fato de um dos moradores da FLONA ter sido eleito, em 2020, no segundo mandato de vereador por Belterra, e ainda assim a "[…] questão de projeto, aqui, tá meio devagar. Teve as pessoas que apoiaram ele aí, mas já estão decepcionados" (ENTREVISTA, INFORMANTE 8 SÃO DOMINGOS, 2022).

A partir das noções teóricas sobre governança e sua relação com o turismo, na próxima subseção, são abordados os agentes do campo do turismo na FLONA e é apresentada uma análise de suas ações e suas deficiências, bem como suas articulações, a partir da elaboração do campo de relações do turismo.

6.3 Agentes e campo de relações: a articulação, o turismo e a governança entre instituições e comunidades

Quando se estuda turismo é bastante comum considerar os quatro grupos principais que compõem o campo do turismo: o setor público, o setor privado, a comunidade receptora e os

turistas. Essa "organização" pode também ser entendida (neste estudo) como um campo de relações (BOURDIEU, 2011), de modo que cada grupo tem interesses específicos que, ocasionalmente, divergem entre si. Percebe-se que cada um desses agentes (os quais não são homogêneos) exerce poder sobre os outros.

No estado, o planejamento e a política pública contribuem para o alcance dos objetivos públicos, qual sejam: mediar as relações e zelar pelo bem-estar da sociedade. No caso do planejamento, sendo entendido como ferramenta de poder, é o que define o que (e como) será feito ou não. Todavia, esse poder que circunda as ações de planejamento tem sido cada vez mais pauta para debates em propostas de mudança quanto a um poder vertical e horizontal. Na ideia de um planejamento horizontal, inserem-se articulações e processos de governança com o intuito de que todos os grupos da sociedade estejam, conjuntamente, buscando melhorias para os mais diversos setores.

6.3.1 Secretaria Estadual de Turismo do Pará (SETUR/PA)

No Pará, o órgão responsável pelo planejamento e gestão do turismo é a SETUR/PA, localizada em Belém. Conforme as informações disponibilizadas no *site* desse órgão, o último plano, intitulado "Plano Ver-o-Pará: Plano Estratégico de Turismo do Estado do Pará 2012-2020", foi lançado em 2012, com validade até 2020. Com o período da pandemia tendo iniciado em março de 2020, as ações de elaboração de um novo planejamento ficaram suspensas. Ainda assim, os técnicos da SETUR/PA elaboraram um projeto intitulado "Abre caminho"[45], em maio de 2020, com o objetivo de traçar estratégias para diminuir os impactos da pandemia no turismo do estado.

Nesses planejamentos, entretanto, não consta nenhuma ação direcionada para a FLONA. Considerando que não foram identificados projetos formalizados para a área estudada nesta pesquisa, as entrevistas contribuíram para compreender a gestão pública do turismo no estado, no que tange à UC. Foram entrevistadas 3 pessoas da SETUR/PA, com destaque para a segmentação, estruturação e divulgação dos produtos turísticos do estado, entre os quais, a FLONA do Tapajós.

As ações desenvolvidas pela SETUR/PA se baseiam em duas abordagens: estruturação e promoção de atrativos. Assim sendo, os entrevistados atuavam nessas áreas, compreendendo que suas responsabilidades são complementares. Sobre a estruturação de produtos, sob

[45] Conforme Decreto Estadual nº 800, de 31 de maio de 2020.

responsabilidade da Coordenação de Segmentação de Produtos Turísticos, uma das primeiras perguntas realizadas versou sobre as ações realizadas por esse órgão na FLONA, cuja resposta foi que:

> […] o Tapajós é alvo da Secretaria, inclusive, há muito tempo, né? Essa região da FLONA do Tapajós, da RESEX, onde a gente já tem um trabalho, na verdade, a gente já entende que aquilo ali já é um produto turístico a região já recebe muito turista e aí a Secretaria tem atuado, mas assim mais de forma de parceria e sempre provocada, sendo demandada. **Não existe um projeto bem definido** (ENTREVISTA, INFORMANTE 2 SETUR, grifo nosso).

As ações da SETUR/PA, na região do Baixo Tapajós, concentram-se em Santarém, de modo que a FLONA é beneficiada indiretamente. Um exemplo citado foi a construção, em andamento, do centro de eventos naquele município, financiado pelo governo do estado com a intenção de dinamizar o setor de turismo de eventos e negócios na região. A ideia é que, com esses novos eventos, aumente o fluxo de visitantes e, consequentemente, esses visitantes conheçam a região, inclusive, a FLONA do Tapajós.

Para dinamizar o turismo nessa região, em meados de maio de 2021, uma comitiva formada por representantes de órgãos nacionais do turismo visitou e reuniu-se para definir o "Projeto Tapajós", que consistia em um plano de ação para investimentos, conceções e parcerias para estruturar o destino Tapajós, intensificar e estruturar destinos turísticos nos municípios da região (especificamente, Santarém e Belterra). Na programação, além das reuniões setoriais, a comitiva visitou a FLONA do Tapajós, o Museu de Ciência da Amazônia (MuCA) em Belterra, fez passeio de barco pelo rio Tapajós e pela "Floresta encantada"[46] em Alter do Chão.

Em pesquisa no *site* do MTUR, não foi encontrada nenhuma informação sobre o "Projeto Tapajós", tampouco entrevistados da SETUR/PA ou SETUR/STM souberam informar acerca do relatório que seria elaborado após a visitação. O técnico da SETUR/PA entrevistado afirmou que a intenção, ao incluir a FLONA no roteiro de visitação da equipe do MTUR, era "[…] tentar mudar um pouquinho aquela realidade ali da FLONA, a gente levou ministro lá, foi todo mundo lá, com essa perspectiva de melhorar ainda mais aquela estrutura que tem lá, eles ainda está tá bem precário ainda, né?" (ENTREVISTA, INFORMANTE 2 SETUR, 2023).

Ao realizar essa assertiva, a pergunta seguinte tratou da existência de capacitações e qualificações ofertadas pela SETUR/PA para melhorar a estrutura e o atendimento para os

[46] Passeio de canoa realizado a cerca de 3 km de Alter do Chão em uma área chamada "lago verde". O passeio é feito em pequenos cursos d'água, com baixa profundidade, e percorrem o interior de uma área de floresta.

turistas, e a resposta foi "[…] não tem, pelo menos, até onde eu sei, realmente não tem" (ENTREVISTA, INFORMANTE 2 SETUR, 2023).

Os cursos e as oficinas de capacitação e qualificação são ofertados para a região do baixo Tapajós, mas se concentram em Santarém, exigindo, no caso dos moradores da FLONA, um deslocamento dos interessados, bem como hospedagem e moradia para a permanência no decorrer do curso. Nas palavras do entrevistado: "[…] chama todo mundo para participar. Aí não é focado só numa, não só na FLONA, não só na RESEX. Chama todo mundo que tem interesse de fazer o curso de condutor de trilha, por exemplo, aí abre pro município" (ENTREVISTA, INFORMANTE 2 SETUR, 2023).

De acordo com Rocha-Vidigal e Vidigal (2012), a qualificação deve ser um investimento realizado pelo setor público, pois os benefícios gerados influenciam a sociedade como um todo. Mais do que aspectos da competitividade, a qualificação da mão de obra, no setor do turismo, envolve o esclarecimento sobre os papéis de agentes sociais que compõem o campo do turismo.

Ao abordar acerca de agentes sociais do turismo, especialmente, para a FLONA do Tapajós, não é possível separar o prestador de serviço do morador de determinada comunidade. São agentes que têm no turismo um dos principais meios de obtenção de renda, ao mesmo tempo em que cedem, relativamente, o direito de uso do seu espaço de vida para que outros utilizem temporariamente. O Estado, como mediador e através de suas instâncias públicas, é quem estabelece os direcionamentos para o turismo.

Além da qualificação dos moradores que trabalham com o turismo, outro ponto relevante diz respeito à estrutura para a realização do turismo. A SETUR/PA tem seu direcionamento não por cidade, mas por atrativos:

> […] se a gente foca muito no município a gente se perde, né? Aí começa as dificuldades de entrada, dificuldade de acesso e aí vem outros que não têm sinalização, não tem… e o nosso foco é o atrativo, é um produto em si no caso da FLONA Tapajós, aí Alter do Chão lá, o que a gente tem que pode fazer por ele lá, pra ter atividade. Por isso, chega lá e tem o que fazer (ENTREVISTA, INFORMANTE 2 SETUR, 2023).

A intenção é focar e estruturar todo o atrativo para melhorar a experiência do visitante, contribuindo para que a divulgação desse turista seja positiva, podendo atrair, a partir de indicações de pessoas que visitaram, maior fluxo de turistas.

A Coordenação de Segmentação de Produtos Turísticos da SETUR/PA possui sete gerências, de modo que cada uma delas diz respeito a um segmento: cultural, náutico, de pesca, de natureza, de sol e praia, rural e negócios e eventos. Para gerenciar esses segmentos, a equipe

é formada por dois técnicos, ambos turismólogos. Dois profissionais para gerenciar a segmentação de produtos turísticos de um estado do tamanho do Pará, tendo em vista as distâncias existentes na região, as informações e as dificuldades de acesso.

Essa quantidade insuficiente de equipe está associada a duas questões: ausência de concurso público (o último foi realizado em 2009, pela então Empresa Paraense de Turismo – PARATUR); e indicação de cargos de confiança, com profissionais que não são da área do turismo. Para além disso, de acordo com o entrevistado 2 da SETUR, ainda que existam cerca de 30 turismólogos atuando na SETUR/PA, muitos estão lotados em outros departamentos que em nada têm relação com turismo (departamento pessoal, de finanças etc.).

Outro agravante refere-se ao responsável pela SETUR/PA, que se trata de um cargo político, sem formação adequada para a área. Um exemplo foi a visita do ministro do turismo à FLONA, juntamente, com o secretário de turismo do Pará, em que ambos propuseram a criação de um *resort* em uma das comunidades, focando que o fluxo turístico aumentaria (informação verbal, entrevistado ICMBio 3). Ainda sobre essa visita, um morador da FLONA, ao ser perguntado sobre o evento e as possíveis propostas, afirmou:

> Nada, nada, nada e aí não… me lembro agorinha, não fizeram proposta nenhuma, que o rapaz falou lá, o menino que estava lá na frente lá o Arimar perguntou se tinha alguma coisa pra gente daqui a mais um tempo pensar em trabalhar ou eles ajudarem as comunidades, o que ele falou ele disse que não, eles vieram só passar aí para ver como é que tava, pela bênção de Deus, eu me lembro benzinho, agora você veio falar isso daí eu me lembrei só isso aí que eles fizeram. Eles vieram rápido daí a levantaram, pegaram a coisa e foram embora e nós fiquemos lá conversando sozinho (risos), tô lhe falando, isso aí aconteceu mesmo (ENTREVISTA, INFORMANTE 9 MAGUARI, 2023).

A intenção da SETUR/PA em desenvolver o turismo na FLONA pode ser percebida ainda no plano Ver-o-Pará, citado como um "produto estrela". Esses produtos estrela, como são chamados alguns atrativos, recebem esse nome por se tratar de produtos considerados excepcionais e que, conforme a PARATUR (2012, p. 74), podem oferecer "[…] o melhor da experiência" e devem ser usados como os principais captadores de fluxo de turistas. Todavia, apenas a inserção de determinado atrativo/município em um planejamento não significa que a intenção será, de fato, reverberada em ações.

A divulgação e a promoção dos produtos turísticos do Estado têm ampla relevância nas ações da SETUR/PA. Fato esse corroborado pelo direcionamento do último plano de turismo do estado, o referido Ver-o-Pará. A partir do momento em que técnicos da SETUR/PA julgam que determinado atrativo tem condições de ser divulgado, é que as informações e a promoção

turística do produto é realizada. Sobre as ações realizadas pelo setor de *marketing* da SETUR/PA, o entrevistado explica:

> […] a gente é a ponta do processo. Quando ele já está todo finalizado, essas informações chegam todas aqui, e a gente trata essas informações de acordo com a abordagem que a gente define, de acordo com as metas que existem de promoção e de ações de *marketing* dentro da SETUR (ENTREVISTA, INFORMANTE 2 SETUR, 2023).

Conforme esse entrevistado, a SETUR/PA "[…] tem três regiões que são as prioritárias, Belém aqui, a cidade, o município, ali o Marajó, principalmente, Soure e Salvaterra e Santarém por conta de Alter do Chão e aí acaba tendo Belterra" (ENTREVISTA, INFORMANTE 2 SETUR, 2023). Até 2019, as ações de promoção do Estado eram voltadas para o público nacional e internacional, conforme os perfis de consumo. Estes direcionam todas as ações de divulgação do Estado em uma tentativa constante de atrair mais turistas.

Até 2019, o perfil internacional dos turistas que vinham para o estado foi traçado a partir dos estudos de fluxo e mapeamento da origem dos viajantes. Foi identificado que o maior número de turistas internacionais do estado vinha de diversos países da Europa e Estados Unidos.

Assim, o setor de *marketing* identificou que os turistas europeus vinham com maior interesse em turismo de sol e praia, e os norte-americanos são "[…] mais plural, eles têm outros tipos de interesses gostam de vivência em base comunitária, gostam de sol e praia, gostam de gastronomia" (ENTREVISTA, INFORMANTE 2 SETUR, 2023). No período pós-pandemia, no entanto, a equipe de *marketing* da SETUR/PA identificou a necessidade de ajuste nas propostas iniciais. Sobre o assunto, foi abordado que:

> […] realmente a gente preferiu encerrar para começar do zero, porque a gente está num outro contexto e aí isso mudou muito a gente teve em 2020 pra 2021 uma ação aqui dentro da SETUR que se chamava "Redescobrir o Pará". Como a gente tinha muitas limitações de trânsito de pessoas e fluxo de pessoas e emissão de pessoas pro turismo principalmente, e foi um dos maiores gargalos que a gente teve aqui por conta da atividade necessitar dessa locomoção das pessoas e turismo praticamente parou. A gente fez uma ação voltada pro turismo interno, como as pessoas poderiam, tinham essa possibilidade de se locomover por aqui dentro do estado, a gente criou essa campanha com objetivo de fomentar o turismo interno. Então, a gente promoveu muito Alter do Chão e, principalmente, lugares que tinham a possibilidade de ter uma experiência em locais abertos […] (ENTREVISTA, INFORMANTE 2 SETUR, 2023).

As ações de *marketing* envolvem identificar, além da análise de contexto do público-alvo, o perfil do cliente a ser alcançado e a satisfação da necessidade desse cliente (KOTLER;

KELLER, 2006). Essa identificação de perfil contribui para que, ao conhecer e entender os consumidores, haja mais chance de superar as expectativas. Essas ações de *marketing* mais direcionadas para o nacional e internacional foram organizadas em 2017 em uma parceria com o MTUR, enquanto o início das ações, em 2018. Com a pandemia da Covid-19 em 2020, ações foram suspensas, de maneira que, com a retomada do turismo no estado, houve a necessidade de rever as estratégias.

Conforme Somma (2014), o *marketing* deve ser entendido como um assunto inesgotável, pois o comportamento do consumidor é suscetível a mudanças de acordo fatores ambientais, sociais, culturais diversas outras variáveis. Nesse sentido, o entrevistado 2 questionou o excesso de divulgação para destinos consolidados, como Soure e Alter do Chão, enfatizando a importância de direcionar ações para outros atrativos. Ao perguntar por que não reformular esses direcionamentos, a resposta apontou que essa mudança perpassa o plano de ação e o interesse do gestor.

As ações de divulgação pela SETUR/PA têm se baseado também em uma prática chamada de *press trip*, ou seja, um evento organizado para oferecer experiências a pessoas do *trade* e formadores de opinião no meio digital em redes sociais. No período pré-pandemia, aconteciam muitas viagens pelo País, tais como feiras, para divulgar os produtos do estado, contudo, para além das dificuldades em deslocamento no período pandêmico, percebeu-se a dimensão que as redes sociais alcançaram nos últimos 5 anos. A intenção é

> […] mostrar a experiência em si, não só o contato com a natureza, a gente acha importante mostrar que a troca de culturas é um fator muito interessante, isso desperta muita atenção do potencial mercado consumidor que a gente tem pra vim pra cá e conhecer, isso dá muito certo e a gente tem apostado muito nisso, acredito que em 2023 isso vai acontecer (ENTREVISTA, INFORMANTE 2 SETUR, 2023).

O *press trip*, organizado e custeado pela SETUR/PA, envolve contrapartidas dos convidados: ter acervo de imagem e conteúdo, pois como essa é uma iniciativa pontual, ainda que gere conteúdo para o influenciador digital para médio e longo prazo, para a SETUR/PA, o prazo é curto, uma vez que existe o compromisso pontual durante o deslocamento apenas. O influenciador convidado deve também elaborar conteúdos digitais, inserir o nome da SETUR/PA na postagem em sua rede social.

A iniciativa de contratar influenciadores digitais para divulgar os produtos turísticos do estado se deu pela necessidade de adaptação entre o atrativo e o público a ser atendido, com abordagens direcionadas conforme o nicho de cada influenciador. No final do período acordado (seja da viagem ou seja de postagens), deve ser apresentado um relatório informando sobre o

alcance das postagens e as interações dos usuários. A partir dessas informações, o setor de *marketing* da SETUR/PA utiliza o conteúdo gerado pelo *press trip* também na sua rede social promocional, dado que

> […] esse conteúdo ele também é replicado posteriormente no nosso perfil promocional, que é o "VisitPará", então, a partir dessas informações de inteligência a gente vai adaptando o nosso conteúdo, pra que ele tenha esse apelo com esse público desse influenciador, mas a gente também tenha a nossa própria independência, a gente possa replicar isso em conteúdo que venham depois e não tenham necessariamente uma associação com esse criador de conteúdo (ENTREVISTA, INFORMANTE 2 SETUR, 2023).

Não foi possível acompanhar o tipo de direcionamento realizado na divulgação pelos influenciadores digitais. Mesmo assim, ressalta-se que, ao contratar a prestação de serviços, assume-se, por parte da SETUR, uma responsabilidade quanto ao tipo de divulgação que esses profissionais influenciadores têm. A SETUR, a partir de suas abordagens de planejamento, tem um viés voltado para a divulgação dos produtos turísticos, independentemente do tipo de turismo (massivo ou não) a ser desenvolvido. Dessa forma, compreende-se que o direcionamento dado pelos influenciadores digitais tenha a mesma característica da SETUR/PA, qual seja: alcançar o maior número de visitantes e avaliar a qualidade das ações, a partir dos fluxos e dos valores investidos por esses turistas.

Necessário destacar que a SETUR/PA possui duas contas no *Instagram*: uma é institucional e informa sobre cursos, ações e atividades desenvolvidas pelo órgão, mais direcionada a quem presta serviços turísticos; e a outra é a promocional, conforme citada na entrevista. Essa segunda tem o objetivo de divulgar cidades paraenses e seus produtos turísticos, e algumas postagens estão com descrição nos idiomas português e inglês, facilitando a acessibilidade internacional.

De acordo com o entrevistado do setor de *marketing* da SETUR/PA,

> Hoje, a gente já consegue perceber que a gente chegou num teto assim, de promoção de uma forma mais abrangente as pessoas tem o conhecimento do destino […] e aí a gente quer focar nas experiências mais específicas de acordo com interesses desses públicos, e o turismo de natureza e o turismo de base comunitária é um dos nossos maiores interesses, então, é quase 100% de certeza que esse tipo de abordagem vai ser feita lá pela Alter do Chão e a FLONA ela com certeza vai tá entre uma das atividades que vão ser exploradas, como produção de conteúdo (ENTREVISTA, INFORMANTE 2 SETUR, 2023).

Certamente, essa iniciativa contribui para a divulgação do estado, porém, éfundamental refletir sobre as informações disponibilizadas. São informações, no geral, que comentam sobre

o lugar da imagem compartilhada, sem dados objetivos sobre como chegar, quais os valores, qual a estrutura disponível e as opções de atividades disponíveis para o turista (trilha, turismo de pesca, turismo náutico, sol e praia etc.). Compreende-se que, de fato, considerando a extensão territorial do estado, pode ser inviável que a SETUR/PA seja responsável pela concentração de todas as informações atualizadas dos 144 municípios do Pará.

> […] a partir desse problema existem algumas competências que são do estado e outras competências que são do município, por conta dessa dinâmica de regionalização, muitas das atividades precisam ser desempenhadas pelo município. A SETUR tem o papel de assessorar e organizar a regionalização para que esse município tenha autonomia de coordenar a atividade turística ali no seu município, nas dependências territoriais (ENTREVISTA, INFORMANTE 2 SETUR, 2023).

Segundo esse entrevistado, a intenção da regionalização é exatamente dividir as funções e as responsabilidades conforme as possibilidades de cada nível de gestão. Ao Estado cabe ser o divulgador do produto, e a partir desse produto, o visitante em potencial poderia ser direcionado para os municípios (no caso de redes sociais ou *sites* eletrônicos). Nesse direcionamento a informações, acredita-se que se tenha mais facilidade de acesso e acompanhamento, que os próprios municípios/comunidades podem atualizar as informações (seja de serviços públicos, como transporte, ou de serviços privados, como agências, hospedagem, alimentação etc.) e ter interatividade efetiva entre a gestão pública e o visitante, além da confiança em informações verdadeiras.

Dentre os destinos do *press trip*, a FLONA do Tapajós foi visitada em 2019, em iniciativa entre SETUR/PA e SETUR/STM, em cuja agenda estava inserida a comunidade Maguari. Conforme as informações coletadas na SETUR/PA, identificou-se o potencial da área também para a prática de turismo de pesca, contudo nenhuma ação foi proposta ainda.

Essa inexistência de ações específicas voltadas para a FLONA poderia ser justificada por se tratar de uma gestão federal, ainda que a SETUR/PA divulgue em suas redes sociais (*Instagram*) postagens sobre as ações realizadas em outras UC, estaduais e uma federal, a exemplo da FLONA Carajás, conforme postagem dia 5 de junho de 2022, ofertando capacitações em UC:

> […] para estimular a preservação dos recursos naturais por meio da educação ambiental, fortalecendo o turismo de natureza na região. Os cursos de trilhas e observação de aves já alcançaram comunidades no entorno da Serra das Andorinhas (São Geraldo do Araguaia), Parque Estadual Monte Alegre, Parque Estadual do Utinga (Belém), Refúgio de Vidas Silvestres (Marituba) e **FLONA Carajás (Parauapebas)** (SETUR PARÁ, 2022, grifo nosso).

Ao questionar sobre a inexistência de ações para a FLONA do Tapajós, considerando a atuação do órgão na FLONA de Carajás, a resposta foi:

> […] porque lá em Parauapebas tem provocado muito a Secretaria nesse sentido, entendeu? Eu acho que é o que falta de Belterra. Belterra não tem uma gestão de turismo eficiente, estruturada quanto tem em Parauapebas. De qualquer forma, o ICMBio de alguma forma fica ali fazendo o papel dele, é bem limitado, são poucos servidores. Então, eles ficam com um esforço danado para fazer algumas coisas ali, mas não… a ideia é que a gente já discutiu isso, fazer um termo de cooperação técnica que pra mim seria o ideal, a gente definir o que é a atribuição, o papel de cada um, pra gente tentar fortalecer esse turismo (ENTREVISTA, INFORMANTE 3 SETUR, 2023).

Em acordos de cooperação técnica, cada parte envolvida fornece uma contrapartida: seja de conhecimento, de equipamento ou de equipe, sem que haja nenhum tipo de repasse financeiro. De acordo com esse entrevistado, a dificuldade na criação e formalização de um acordo de cooperação técnica está relacionada aos dois órgãos (SETUR/PA e ICMBio), reconhecendo a "falta de prioridade" (ENTREVISTA, INFORMANTE SETUR 3, 2023). Ainda conforme esse entrevistado,

> Com o ICMBio, a gente também já conversou […] a gente foi, na verdade, numa missão lá no Parque Nacional da Amazônia lá e aí tá o pessoal do ICMBio também de Santarém, eu acho que é uma outra regional, também estava lá, né? E a gente conversou sobre vários assuntos lá da FLONA, mas assim não tem essa ligação muito de uma parceria firmada, "vamos trabalhar o turismo junto", não existe (ENTREVISTA, INFORMANTE 3 SETUR, 2023).

Para além dessa falta de prioridade, outra justificativa foi a organização entre os envolvidos, não apenas entre SETUR/PA e ICMBio, mas também a gestão municipal. Conforme coleta de dados, não há informações sobre alguma solicitação da Secretaria de Turismo de Belterra para ações direcionadas à qualificação dos moradores da FLONA do Tapajós. De acordo com o entrevistado, a SETUR/PA tem uma abordagem baseada em contrapartidas, com articulações de interesses que devem partir dos municípios, seja para ofertar cursos, infraestrutura ou sinalização turística.

Outro ponto que contribui para a atuação da SETUR/PA em outras UC, no caso da FLONA Carajás, é que a gestão dessa UC é compartilhada entre o ICMBio e a empresa mineradora Vale. A contribuição não diz respeito a esse compartilhamento de gestão especificamente, mas sim ao investimento financeiro da Vale na região. Esse investimento é direcionado para Parauapebas, que recebe, conforme o Plano de Manejo da FLONA de Carajás,

a Compensação Financeira sobre Produtos Minerais (CFEM) pela atividade mineral realizada nessa UC (BRASIL, 2016).

Essa informação é confirmada pelo informante da SETUR 3 (2023), uma vez que "[…] a Vale que banca tudo. Isso influencia sim, com certeza". De acordo com a SETUR/PA, a prefeitura de Parauapebas tem investido, significativamente, para dinamizar ações de turismo. Outro exemplo sobre a organização da prefeitura de Parauapebas para viabilizar o turismo foi o acordo de cooperação mútua, ocorrido em 2015, para a execução do Programa de Uso Público da FLONA de Carajás, juntamente com o ICMBio. Acordos como esse não foram identificados no decorrer dessa pesquisa. De acordo com a SETUR/PA, grande parte dos municípios do estado tem uma postura de esperar a atuação desse órgão, uma vez que:

> […] eles ficam assim: "o que que a SETUR tem pra gente?", calma que não é assim. Primeiro o que vocês têm? Qual a ideia de vocês como municípios? Vocês querem trabalhar realmente? Está no planejamento de vocês? É prioridade trabalhar esse segmento? A gente vai lá e soma esforços. A gente não tem pernas pra ta lá todo tempo, a gente vai lá uma vez ou outra, depois volta, não consegue voltar de novo (ENTREVISTA, INFORMANTE SETUR 3, 2023).

A fala desse entrevistado aponta para um contexto de passividade dos municípios de Estado, os quais devem ser os primeiros a se mostrar interessados e organizados em dinamizar o turismo local.

6.3.2 Secretaria Municipal de Gestão do Meio Ambiente e Turismo de Belterra (SEMAT)

A SEMAT é o órgão de Belterra responsável pela gestão do meio ambiente e turismo no município. De acordo com o *site* da prefeitura, a essa Secretaria

> […] compete o planejamento de atividades do meio ambiente e do turismo, coordenação e gerenciamento dos projetos e atividades do meio ambiente e do turismo, administração e/ou supervisão dos serviços de abastecimento de água, administração e/ou supervisão dos serviços de esgotos e efluentes em geral, administração e/ou supervisão de parques naturais, horto florestal, reservas biológicas e outras áreas de preservação ambiental e fiscalização de ações de preservação ambiental (BELTERRA, 2023, n.p.).

Importante salientar, acerca da coleta de dados, que o prefeito de Belterra renunciou ao seu cargo, atuando até o final de 2022. Já sob nova gestão, Belterra também sofreu alterações nos gestores das Secretarias do município, entre as quais, está a SEMAT. No transcurso desta pesquisa, no ano de 2022, foram realizadas várias tentativas de contato com a referida Secretaria

por *e-mail* e conversas por aplicativo de mensagem. Contudo, a pessoa responsável estaria de licença, e não se informou outra pessoa a ser contatada. Com a mudança de gestão, a pesquisadora continuou insistindo em coleta de dados via entrevista presencial, por vídeo chamada, por aplicativo de mensagens ou *e-mails*, porém, os contatos não tiveram êxito.

Ao tentar visitar à SEMAT *in loco*, em meados de janeiro (na terceira viagem de campo), a pesquisadora foi informada de que ocorria uma mudança de endereço, portanto, não poderia ser recebida. Após insistência, a turismóloga da SEMAT, via *WhatsApp*, disponibilizou-se a ser entrevistada. Todavia, ao enviar as perguntas, não foram obtidas respostas ou qualquer tipo de retorno.

Com base no relatório de "Atividades Turísticas", disponível no *site* do MTUR, a SEMAT foi criada em 1999, o conselho de turismo começou a ser estruturado em 2022, e não possui estatísticas sobre a demanda turística do município. Em conformidade com o citado relatório, os atrativos naturais são os que geram maior fluxo para Belterra, e seu único projeto citado foi o "Festival de Praias", mas inexistem ações de promoção dos produtos turísticos (MTUR, 2022a).

Sobre a participação de governanças regionais ou estaduais de turismo, o relatório contém a informação de que a SEMAT "Participa dos eventos realizados pela SETUR, **sempre que solicitado**" (BRASIL, 2022a, p. 6, grifo nosso), e não participa de nenhum programa do MTUR, ainda assim insere o turismo como uma das principais atividades econômicas do município.

Destaca-se que o município não possui, no *site*, iniciativas e documentos basilares para o desenvolvimento do turismo, tais como: Plano Municipal de Turismo e/ou Plano de Desenvolvimento Territorial do Turismo, Plano de *Marketing* do Turismo ou outros similares, possui programas, projetos e ações acerca da atividade turística (BRASIL, 2022a).

Ainda com base no Relatório de Atividades Turísticas, a situação do acesso aos Atrativos Turísticos do município é considerada regular, ao passo que a sinalização turística do município foi definida como precária. Destacou-se que faz parte da rota turística interpraias Alter do Chão – Pindobal, que possui linha de transporte turístico que interliga os principais atrativos. A qualidade da rede de telefonia celular e do fornecimento de *internet* foram consideradas boas (ainda que, na FLONA do Tapajós, o acesso seja limitado), mas não existem locais de embarque e de desembarque sinalizados e com acesso para pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2022a).

Ressalta-se que, apesar dos recursos hídricos potenciais para o desenvolvimento de atividades, o município não possui barcos para passeios turísticos, lei de regulamentação da

atividade náutica (nem projeto para atividades náuticas), nem projeto de turismo de pesca e/ou atividade de mergulho (BRASIL, 2022a).

6.3.3 Secretaria Municipal de Turismo de Santarém (SEMTUR)

O município de Santarém, localizado a oeste do Pará, é conhecido, internacionalmente, pela vila de Alter do Chão. Considerando as distâncias geográficas do estado do Pará, Santarém tem papel significativo na distribuição de fluxos de turistas na região do Tapajós. Nesse sentido, ainda que a FLONA esteja localizada no município de Belterra, muitos dos visitantes da FLONA vêm por esse município, sendo assim importante considerá-lo para a compreensão de alguns aspectos nesse estudo.

A entrevista com a SEMTUR foi direcionada para dois focos: as informações de qualificação para "lancheiros" que atuam em Alter do Chão no deslocamento para passeios[47] nas proximidades; e a relação entre Santarém e Belterra, visto que ambos estão, conforme informações anteriores, no mapa do turismo brasileiro.

A primeira pergunta tratou dos "lancheiros" e das ações da SEMTUR para esses prestadores de serviço, cuja resposta foi:

> Nós temos aproximadamente em torno dos 170 lancheiros em Alter do Chão e várias outras embarcações de maior porte. Desde o ano passado, a gente vem fazendo um trabalho junto com as Associações nesse sentido da qualificação profissional dessas pessoas, principalmente, voltada ao atendimento ao turista e nessas questões a gente levou em consideração muito a questão de segurança que é uma das reclamações que a gente ouvia dos turistas, é que, muitas vezes, eles se sentiam inseguros, né, por estar viajando sem ter uma identificação do proprietário dessa embarcação, o segurança é da associação tal, ter uma farda bacana (ENTREVISTA, INFORMANTE SEMTUR, 2023).

Conforme essas informações e a experiência de campo da pesquisadora, não há identificação e credenciamento disponível dos "lancheiros", tampouco foi citada fiscalização na prestação desses serviços. Para ordenar a atividade desses profissionais, já se tem uma proposta para o credenciamento pela prefeitura, ao passo que estão programados alguns cursos e qualificações para melhoria de atendimento, em parceria com o Sebrae.

De acordo com o entrevistado, a intenção é "[…] documentar mesmo todos esses empreendedores que ali têm, tentar trazer ele para a formalidade nem todos eles são, né, tem

[47] Os passeios ofertados variam entre FLONA do Tapajós, RESEX Arapiuns, Floresta Encantada, Serra da Piraoca, Jardim de Vitória-Régia etc.

uma empresa assim, e a gente gostaria de credenciar eles" (ENTREVISTA, INFORMANTE SEMTUR, 2023).

Ao citar a parceria com o Sebrae, questionou-se se a SETUR/PA teria alguma ação nesse processo, tendo em vista que é um órgão que possui programas de qualificação pelo estado. A resposta foi que:

> Diretamente não, mas indiretamente sim, porque a nossas ações aqui são muito interligados, nós temos, sim, uma parceria com a Secretaria do estado e dentro dessas demandas talvez se a gente busque a parceria com técnicos né, com pessoas que possam vim dar esses cursos pra gente (ENTREVISTA, INFORMANTE SEMTUR, 2023).

Sobre a relação de parceria entre Santarém e Belterra, destaca-se a existência do chamado "Plano Encontro", o plano estratégico de turismo de Santarém e Belterra. Finalizado em 2015 sob elaboração da empresa espanhola Chias *Marketing*, tem um período de vigência de 10 anos (2015 – 2025).

O plano estratégico define diretrizes para o desenvolvimento turístico das duas cidades, e organiza-se em dois pontos: no planejamento operacional, organizado com o diagnóstico situacional, definição de estratégias, planejamento; e no planejamento operacional de *marketing* (SANTARÉM, 2015). De acordo com o entrevistado, acerca desse plano "[…] ele prevê ações a longo prazo, ele avalia o que a gente precisa, então, aos poucos, a gente está executando algumas coisas do plano e a nossa expectativa que a gente continue trabalhando em cima dele por mais alguns anos" (ENTREVISTA, INFORMANTE SEMTUR, 2023).

Sobre os objetivos alcançados em Santarém, mencionou-se a sinalização turística, a qual foi realizada em 80% dos pontos turísticos dessa cidade, com parceria entre a SEMTUR e a SETUR/PA. Para os objetivos futuros, tem-se a intenção de

> […] potencializar essas regiões com geração de emprego e renda e, ao mesmo tempo, levar o em consideração que parte dessas terras elas estão em áreas de assentamento ou em reservas e, certamente, essa discussão feita no ano passado e com certeza nós vamos dar continuidade nisso aqui (ENTREVISTA, INFORMANTE SEMTUR, 2023).

De fato, a região de integração do Baixo Amazonas, onde a sub-região do Tapajós se localiza, tem parte significativa de seu território recoberto por processos de assentamento da reforma agrária, tais como Projeto de Assentamento Coletivo, Projeto Agroextrativista etc. criados desde 2005, sob responsabilidade do INCRA (BRASIL, 2015).

Nessa região entre Santarém e Belterra, existem 18.523 famílias, organizadas em 21 assentamentos em uma área total de 1.486.505 hectares. São agricultores familiares e populações tradicionais que lutam, frente ao mercado fundiário, pelo seu direito à terra. Conforme o entrevistado da SEMTUR, sem citar qual seria o direcionamento da discussão sobre a temática de assentamentos, destacou a necessidade de regularizar a situação.

De acordo com esse entrevistado, ao ser perguntado sobre a visita do ministro do Turismo, em 2021, à região do Tapajós, a resposta foi que existe um alinhamento entre o MTUR, a SETUR e a SEMTUR, citou também a visita do ministro que ocorreu em 2022 para a inauguração de uma orla no município. Na ocasião, também foram discutidas ações futuras que devem beneficiar o fluxo de turistas na região, tal como a construção de portos para atracar navios e cruzeiros:

> Nós temos dificuldade aqui com o porto hoje pra atracação dos cruzeiros, dos navios de cruzeiros que vêm visitar Santarém e Alter do Chão, a gente não tem um porto adequado, ele fica ali sempre nas docas e é uma competição com outros embarques de outros navios que estão ali recebendo grãos, principalmente, nessa linha e a gente viu a necessidade de nós estamos precisando de pensar uma estratégia de como nós ter um porto que pudesse recepcionar esses navios, principalmente, os navios de cruzeiro. O outro é lá em Alter do Chão a gente tem um fluxo muito grande de embarcação e a gente não tem um porto adequado lá então, essa foi uma demanda apresentada tanto pro governo federal quanto pro governo estadual (ENTREVISTA, INFORMANTE SEMTUR, 2023).

A importância da construção de portos em Santarém e Alter do Chão para a região tem o objetivo de reafirmar o município como um polo de distribuição de turistas, aproveitando a existente visibilidade e a estrutura de acessibilidade entre Belém e Santarém.

Desse modo, o turismo na FLONA do Tapajós e em outras regiões seria beneficiado de maneira indireta pelo fluxo em Santarém (ENTREVISTA, INFORMANTE 3 SETUR, 2023). Nos tempos atuais, está a ser construído o Centro de Convenções de Santarém para atrair feiras, *shows* e eventos que contribuam para aumentar a quantidade de visitantes em Santarém.

6.3.4 Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade (ICMBio)

O ICMBio, criado pela Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007 (BRASIL, 2007), é uma autarquia federal em regime especial vinculado ao MMA, integra o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), é responsável por formular e implementar políticas públicas ambientais com objetivo de proteger o meio ambiente e promover o desenvolvimento socioeconômico sustentável.

Esse órgão tem a responsabilidade na gestão de UC federais, na promoção do desenvolvimento socioambiental das comunidades tradicionais nas UC de uso sustentável, na pesquisa e gestão do conhecimento, na educação ambiental e no fomento ao manejo ecológico (MMA, 2021). A coordenação regional do Oeste do Pará se localiza em Santarém e é responsável por gerir as UC federais da região, entre as quais está a FLONA do Tapajós.

As ações do ICMBio na FLONA estão relacionadas ao Manejo Florestal Comunitário, à pesquisa científica, às atividades didáticas, à agricultura familiar, à assistência técnica, à eventos comunitários (festival, torneios etc.), à gestão participativa, educação e interpretação ambiental, às capacitações de moradores, à visitação, à fiscalização etc. Algumas atividades são realizadas pelos próprios usuários e beneficiários da FLONA, pelo ICMBio e/ou em parceria com outras instituições.

Para as ações de uso público na FLONA do Tapajós, o número de visitantes é um indicador importante, pois o fluxo desordenado pode impactar diretamente a capacidade de carga do local e inviabilizar o acesso de turistas. Assim, é feito o monitoramento desse quantitativo e a avaliação da satisfação deles por meio de pesquisas.

Já foram realizadas pesquisas que avaliaram o grau de satisfação dos visitantes na FLONA, mas, em virtude da quantidade limitada da equipe gestora, não há viabilidade para realizar esse estudo com frequência. As parcerias com a Universidade Federal de Ponta Grossa (UFPG) e a Universidade de *West* Virgínia (US Virgínia/EUA) contribuíram para a elaboração desses estudos de satisfação.

No tocante ao controle e ao monitoramento de acesso de visitantes à UC, foi instituída pelo ICMBio a IN nº 5 de 1 de junho de 2018 (BRASIL, 2018a), dispondo sobre as diretrizes e procedimentos administrativos para o monitoramento da visitação em UC federais, que, no capítulo II, art. 7º, define que "o monitoramento do número de visitas deve utilizar métodos que sejam exequíveis conforme a realidade de cada unidade de conservação, podendo ser utilizadas contagens diretas e/ou indiretas de visita e/ou estimativas". As contagens diretas, indiretas, estimativas ou autorregistro podem ser definidos, ainda de acordo com a citada instrução normativa, como:

> V - Contagem direta: obtenção de dados de visitação diretamente por meio de controle de portaria, contagem manual, auto-registro [*sic*], contadores automáticos, sistemas de agendamento, fotografias aéreas, entre outros.
> VI - Contagem indireta: dados de visitação obtidos por meio de outros indicadores, como número de desembarques em aeroportos, rodoviárias ou portos, número de leitos ocupados na rede hoteleira local, entre outros.
> VII - Estimativa: dados obtidos por meio de avaliações estatísticas, como indicadores aferidos por meio de amostras.

> VIII - Auto-registro [*sic*]: registro de entrada ou permanência declarado pelo próprio visitante e registrado pela unidade de conservação com a utilização de, por exemplo, livros de visita, livros de cume, formulários para preenchimento, totens, entre outros (BRASIL, 2018a).

Na FLONA do Tapajós, o sistema ocorre por meio da assinatura direta na base do ICMBio, nos livros de assinatura nos CATV e em algumas pousadas, em que são conferidas as pessoas registradas. Contudo, muitos visitantes chegam às comunidades por embarcações, o que é um desafio na contabilização do fluxo de visitantes. Ainda assim, o ICMBio considera ter uma boa noção da quantidade de pessoas que entra na FLONA, com base na afirmação abaixo:

> Aqui a gente faz uma contagem mais direta que é essa de assinatura na base que a gente não precisaria que a pessoa assinasse bastaria, por exemplo, um contador, uma pessoa com vocês contar o número de visitantes, mas com essa assinatura dá mais segurança pra gente […] a dificuldade nossa maior é essa visitação de que vem por rio, né, que a gente não tem como controlar esse acesso, não tem como ter, mas assim, a gente consegue ter uma boa estimativa bem mais precisa, uma precisão maior de público visitantes do que outras unidades eu acredito (ENTREVISTA, INFORMANTE 3 ICMBio, 2023).

Conforme o entrevistado, existem UC que utilizam, por exemplo, o número de veículos que passam pela estrada, contabilizado por um pequeno sensor, mas apenas por estimativa (dado que a quantidade de passageiros no veículo não é exata), desde que essa estimativa tenha certo grau de confiabilidade. Essas informações sobre a quantidade de visitantes são repassadas para a sede do ICMBio (em Brasília) para análise das ações do órgão.

No caso da FLONA do Tapajós, a dificuldade em repasse dessas informações é que esse procedimento é feito manualmente, na medida em que:

> […] é esse o nosso procedimento. A gente quer mudar também, porque é muito trabalhoso porque a gente precisa coletar todas as informações, checar todas e é manual, a ideia é que a gente consiga também, a gente tentou fazer esse ano, mas não deu muito certo um aplicativozinho que o próprio nosso pessoal lá da base, da guarita consiga fazer uma coisa mais ágil, para que a pessoa não perca tanto tempo ali na entrada também. É uma coisa que o visitante não curte muito (risos) né, enfim, é mais nesse sentido (ENTREVISTA, INFORMANTE 3 ICMBio, 2023).

Além do controle de visitantes, também foi citado o estudo de satisfação. Este não foi realizado diretamente pelo ICMBio, embora existam pesquisadores (MOREIRA, 2021) que abordaram essa temática em artigos. Moreira (2021) é professora da Universidade Estadual de Ponta Grossa, no curso de bacharelado em turismo, e foi uma das pesquisadoras que, em

colaboração com a Universidade de *West Virginia*, juntamente com o Serviço Florestal dos EUA – Programas Internacionais – contribuíram para a elaboração desses estudos de satisfação.

Nesse estudo, foram realizadas 4.010 pesquisas de opinião entre os anos de 2014 e 2016. Destas, foram identificadas 5.287 opiniões negativas e 9.004 opiniões positivas. Entre as categorias com mais insatisfação, a limpeza do local liderou com 674 críticas. Por outro lado, a categoria com menos comentários negativos foi compras (suvenires), com apenas 18 críticas devido à falta de opções de compras. Quanto às categorias mais elogiadas, a beleza cênica foi a campeã com 2.212 elogios sobre as paisagens da FLONA. A categoria com menos elogios foi o horário de funcionamento, tendo apenas um comentário sobre o tempo de espera para as atividades (MOREIRA, 2021).

Essas parcerias, sobretudo, na internacionalização das ações para a FLONA, acontecem por meio da coordenação geral de uso público que atuava na época, mas foi uma iniciativa específica, tanto que, de quando em quando, surgem parcerias como essa. Atualmente, existe uma parceria com o Banco de Desenvolvimento da Alemanha (KFW), que apoia o governo brasileiro na implantação de infraestrutura, incluindo a construção da nova sede do ICMBio em Santarém para a gerência regional das UC. De acordo com um entrevistado acerca dessas ações:

> A maioria delas são ações pontuais, né, alguns colegas da época, foi mais uma parceria via sede do ICMBio lá em Brasília, né? Então, teve uma parceria, inclusive, pra formação dos servidores do ICMBio na área de interpretação ambiental e para o público, e alguns colegas foram, fizeram acho que um curso lá na Universidade do Colorado. Ficaram um mês ou dois fazendo curso lá. Também teve gente que foi fazer pós-graduação (ENTREVISTA, INFORMANTE 4 ICMBio, 2023).

O curso citado pelo entrevistado 4 do ICMBio ocorreu entre 2014 e 2018, e mais de 110 servidores do ICMBio foram capacitados pelos instrutores do Serviço Florestal Americano, considerada uma instituição de referência no assunto. Durante os eventos nos Estados Unidos, houve também a participação de instrutores parceiros, como a Universidade do Colorado, a *International Mountain Bicycling Association* (IMBA) e *a National Association for Interpretation* (NAI) (BRASIL, 2018b).

Acerca da parceria com a Universidade do Colorado, o resultado foi um documento sobre interpretação ambiental nas UC Federais para o qual uma das unidades piloto para elaboração de planos interpretativos com participação da equipe técnica, dentro do processo de institucionalização da interpretação ambiental, está a FLONA do Tapajós. Dentre as ações de interpretação ambiental está a elaboração de placas e sinalização interpretativa.

A interpretação ambiental por meio de sinalização interpretativa é entendida como meio "[…] não pessoal que pode ser utilizado em atividades com condução obrigatória ou facultativa, com objetivo de transmitir mensagens que provoquem conexões emocionais entre o patrimônio protegido e o público" (BRASIL, 2018b, p. 35). Na Figura 37, pode-se ver uma das sinalizações interpretativas. Nos CATV das comunidades Jamaraquá e Maguari, essas placas estão espalhadas com várias mensagens de sensibilização quanto à FLONA, disponíveis nos idiomas português e inglês.

Figura 37 – Placa de sinalização interpretativa

Fonte: Pesquisa de campo (2023).

A organização e a regulamentação para o fluxo de visitação na FLONA é organizado conforme as normas e diretrizes do plano de manejo. A forma como esse turismo acontecerá, quem poderá conduzir (condutores) e como será organizada são pontos alinhados com o conselho gestor consultivo. Para ter o entendimento de como seria a melhor forma de organizar o turismo, o conselho gestor é responsável por estabelecer a direção a ser seguida quanto à

conservação e ao uso público. As discussões sobre esses assuntos são tratadas nesse conselho, que norteia as decisões do ICMBio.

Embora seja um conselho consultivo e não tenha poder direto de deliberação, as decisões tomadas nele têm impacto na gestão do ICMBio. De acordo com uma entrevistada, "o Conselho da FLONA, apesar de ser consultivo, participa diretamente das decisões relacionadas com a gestão da UC. No caso específico da FLONA, o fato de ser consultivo não limita a participação dos conselheiros" (ENTREVISTA, INFORMANTE 2 ICMBio, 2021).

No tocante a ser um conselho gestor consultivo, ao perguntar a um dos conselheiros, morador da FLONA, sobre como seria a dinâmica do conselho e se as propostas votadas eram respeitadas, a resposta foi:

> Sim, eles (ICMBio) respeita aqui. É botado no caderno, tem que ser aquilo mesmo. Agora foi uma reunião lá em Santarém para o conselho sobre um acordo de pesca, isso foi votado, foi votado… Nas duas reserva, que é a RESEX (Arapiuns) e a daqui. Foi votado, não foi só nós que votamos esse acordo de pesca, votado, tá no papel aquilo que foi *falo*. Se faz uma votação, foi aprovado pelas lideranças, tá feito, tem que ser aquilo mesmo, porque é um documento que a gente resiste, e eles tem que respeitar também. Ele é tipo assim, uma ata que você escreve, tipo assim, "não pode fazer isso aqui", tem que ser respeitado (ENTREVISTA, INFORMANTE 3 JAMARAQUÁ, 2022).

Sobre essa condução do conselho gestor consultivo, é factível contrapor a noção de um conselho consultivo limitar a participação social. Entende-se que essa não é uma regra, e que a deliberação de decisões no conselho gestor de uma UC de uso sustentável com moradores deveria ser uma realidade a todas as categorias de UC sustentáveis, observando que os moradores atuam também como gestores e fiscais dos usos e ações desempenhadas em determinado território.

A realidade identificada na FLONA do Tapajós acerca do conselho gestor contradiz a afirmação de Jeronymo, Silva e Fonseca (2020). Para esses autores, conforme ressaltado na introdução desta pesquisa, os conselhos gestores consultivos evidenciam-se como formas de gestão consideradas fracas.

Para esses autores, ao predeterminar os tipos de conselhos às categorias de UC, o SNUC estabelece, antecipadamente, o nível de participação social na governança. Essa predeterminação implica uma associação de que cada categoria de manejo tem um tipo específico de conselho, enquanto o tipo de UC está direcionada em uma perspectiva determinada quanto ao nível de poder, autoridade e responsabilidade sobre o que pode ser compartilhado pelo estado e pelos agentes sociais (JERONYMO; SILVA; FONSECA, 2020).

A evidência de que o SNUC engessaria o processo e o nível de participação social nas UC pode ser verdadeiro, em contrapartida, com base nos dados coletados, essa não é uma afirmação determinista. Acredita-se, no caso da FLONA do Tapajós, que o nível de participação está associado à forma como os moradores se organizam e inserem-se como agentes participantes. Assim, não é, necessariamente, o tipo de conselho que define, de modo determinante, qual será a participação em cada tipo de UC. Ou seja: o conselho deliberativo não se constitui uma participação ativa, eficaz e eficiente, bem como o conselho consultivo não significa uma participação inativa, ineficaz e ineficiente.

Segundo o entrevistado 3 do ICMBio, "[…] depende muito do conselho, por exemplo, esses conselhos consultivos são muito mais fortes que conselho deliberativos" (ENTREVISTA, INFORMANTE 3 ICMBio, 2023). Esse entrevistado comenta:

> O da FLONA é um conselho muito forte né? A diferença de deliberar está mais em poder de fazer algum instrumento ali, mais aqui local, mas a força política do conselho diz muito mais do que eu poder fazer uma resolução deliberativa ali na hora com o conselho, e aí se eu tenho um conselho representativo do território, da sociedade que está ali atuando, todos aqueles atores que estão ali, que é politizado, que tem o papel do conselho e que entende a importância da unidade de conservação, dos seus direitos, ele vai ter muito mais poder de agir, de mover as coisas do que um conselho deliberativo que, embora sendo deliberativo, não tem essa representatividade não tinha essa força política que um conselho deve ter. **Então, vai muito do conselho e de como ele se entende, como é construído, né, quem incorporou os atores de fato, que são aqui do território e o da FLONA. É isso, é um conselho muito politizado, é muito forte né? Ele tem noção do papel do poder da sociedade na construção das políticas públicas e tanto que o histórico de mobilização social da FLONA é muito anterior até que o SNUC em 2000. Então, lá em 94 o pessoal daqui já estava batendo o pé, brigando pelo direito de permanecer na FLONA que até então não era possível, então a mobilização social aqui já tem essa… é muito forte né?** (ENTREVISTA, INFORMANTE 3 ICMBio, 2023, grifo nosso).

Conforme explanado no item 4.4, antes havia um conflito em relação à FLONA. Nessa época, os moradores não concordavam com essa instituição. No entanto, após mudanças na maneira como as comunidades foram tratadas (sobretudo, na gestão do IBDF), entendeu-se que elas não eram mais consideradas pessoas que deveriam sair daquele espaço (parcialmente, na gestão do Ibama e na gestão do ICMBio), mas como pessoas que já estavam lá. Portanto, decidiu-se pela permanência dessas comunidades UC e pelo diálogo com elas. O SNUC determinou que a existência de conselhos seja obrigatória em todas as unidades, mas é importante ressaltar que o conselho dessa UC existia antes mesmo do SNUC.

As comunidades perceberam que não havia ocorrido um diálogo, e o governo mudou sua abordagem em relação ao tratamento da situação, de modo que enxergou a necessidade de

conversação. Como resultado, um conselho foi criado inicialmente, embora não tenha sido da maneira que o SNUC havia previsto e já discutisse as questões da FLONA.

Posteriormente, em 2000, o SNUC incorporou a viabilidade de populações tradicionais permanecerem na FLONA, reconhecendo que as populações estavam ali e deveriam permanecer. Além disso, o SNUC determinou que todas as UC devem ter um conselho, de tal forma que o primeiro conselho da FLONA formalizou-se em 2001, embora houvesse um conselho em funcionamento que precisava ser oficializado.

Com base em Loureiro *et al.* (2008), a experiência demonstra que o principal fator para o bom funcionamento dos conselhos não é tanto sua classificação como consultivo ou deliberativo, mas, sim, o *status* de legitimidade e representatividade alcançado por meio de um processo de constituição e atuação que seja realmente mobilizador, sério e democrático. Isso resulta em um efetivo poder de intervenção nas políticas e ações sociais, o que é imprescindível para o sucesso do conselho.

As reuniões do conselho gestor acontecem três vezes ao ano, ainda assim os setores que participam desse conselho podem se reunir mais vezes para tratarem de ações específicas. De acordo com a entrevistada 2 do ICMBio, "as sugestões de pautas sempre são aprovadas pela plenária do conselho consultivo da UC. As ações previstas no Plano de Ação do colegiado foram priorizadas em reunião específica onde os setores do conselho definiram as ações estratégicas" (ENTREVISTA, INFORMANTE 2 ICMBio, 2021). Dentre as ações estratégicas, está a criação de uma Câmara temática para tratar de assuntos relativos ao uso público:

> O conselho consultivo tem uma Câmara que foi criada agora, que é a Câmara temática de uso público, que é uma instância do conselho […] que se reúnem com mais agilidade, com mais é frequência para poder deliberar questões mais urgentes. Então, a gente ordena esse uso público e garante, por exemplo, que na FLONA o plano de manejo diz que nessa área onde tem as comunidades, que é onde tem mais os principais atrativos da FLONA, é uma área comunitária. Então, tem que ser de uso benefício daquelas comunidades, né? Então, o protagonismo na FLONA do turismo é comunitário então ali vai ser as… práticas desenvolvendo turismos estão relacionadas ao turismo de base comunitária (ENTREVISTA, INFORMANTE 3 ICMBio, 2023).

Com base na narrativa desse entrevistado, existem diversas instituições, tanto públicas quanto privadas, que têm interesse em investir em construções como pousadas, *resorts* e similares na área da FLONA.

> A gente responde algo do tipo: "olha, pode, sim. É possível, desde que o protagonismo disso seja comunitário, que parta da comunidade e ela faça a gestão", e aí como vai ser isso? Essas instituições têm que também ajudar, mas nessa garantia que elas consigam fazer. É a única maneira de ter esses empreendimentos na FLONA (ENTREVISTA, INFORMANTE 3 ICMBio, 2023).

Para viabilizar a visitação e apoiar as comunidades, o ICMBio oferece incentivos diretos, tais como divulgação e material de comunicação social. Como a FLONA é uma instituição pública com limitações de recursos, o ICMBio tem um papel primordial como articulador, buscando parcerias com outras instituições, como a ONG Saúde e Alegria, a USAID e a UFOPA, por exemplo. Essas parcerias resultaram em iniciativas como a instalação de plaquinhas informativas pela USAID e a sinalização para o turismo pela Universidade Federal do Oeste do Pará. Tanto que:

> […] a gente consegue formar uma rede de parceiros que consegue atrair tanto para capacitar, fornecer equipamentos ou ajudá-los a entender melhor esse empreendimento turístico da comunidade né. Então, nós temos um papel muito grande articulador, porque a gente, às vezes, não consegue executar, até porque não temos tanto recurso, e a gente tem uma prioridade de gestão ICMBio, que é a proteção territorial, a fiscalização. É uma área muito prioritária que é o que nos cabe, de fato, no estado, isso a gente consegue articular com parceiros para fazer, por exemplo, esse apoio ao turismo, mas a proteção, a fiscalização é dever do estado , e a gente não tem como delegar, então a gente acaba colocando recurso e esforços nessa agenda e articulando com quem mais possa apoiar essas outras agendas, que não são tão exclusivas do estado, embora o estado tenha um papel importante também em fomentar isso entendeu, mas é isso… (ENTREVISTA, INFORMANTE 3 ICMBio, 2023).

A partir de um entrevistado do ICMBio/Santarém, pode-se constatar que a FLONA do Tapajós é uma unidade reconhecida e valorizada por seu enfoque no uso sustentável, turismo e pesquisa científica, sendo referência em diversas áreas para o ICMBio. No entanto, devido à sua situação financeira desfavorável, o ICMBio prioriza suas ações e aloca seus recursos de maneira restrita. A falta de recursos é, parcialmente, suprida com o apoio de parceiros. Embora não tenha recursos disponíveis, o ICMBio consegue dar vazão às demandas com o apoio de terceiros.

Sobre a questão orçamentária para a FLONA do Tapajós, são relevante alguns apontamentos acerca do orçamento do ICMBio/MMA. Ao se falar de orçamentos e contas públicas no Brasil, pode-se organizar as despesas em dois grandes grupos: de gastos obrigatórios; e o de gastos discricionários. O primeiro, como o próprio termo diz, é obrigatório e diz respeito àqueles que o governo é obrigado a realizar, sejam eles determinados pela Constituição ou por lei.

É o caso, por exemplo, do pagamento de salários, das aposentadorias, de encargos da dívida pública e das transferências para estados e municípios. O segundo refere-se às ocasiões em que o governo tem mais autonomia para escolher o momento adequado para realizar um

gasto. Ainda que não sejam impostas pela Constituição ou por lei, as despesas discricionárias são essenciais para o desenvolvimento do País, por intermédio de investimentos em infraestrutura, financiamento de pesquisas científicas e manutenção de diversas políticas públicas.

Desde 2014, o orçamento do MMA tem sido prejudicado com reduções consideráveis, sobretudo, para as despesas discricionárias. Entre 2018 e 2021, essas despesas sofreram uma significativa queda de 58,79% (FREITAS *et al.,* 2022). Com base nos dados disponíveis no Portal da Transparência, a distribuição de orçamento e despesas pelo Governo Federal nesse período, é notável a diferença abissal entre os Ministérios. Em 2022, por exemplo, Maretti *et al.* (2022) identificaram que o orçamento e as despesas do MMA representavam menos de 1% do total do orçamento e despesas do Governo Federal com outros Ministérios, como da Educação, da Saúde, da Agricultura etc., tanto que:

> […] todo **esse quadro foi agravado pelo desestímulo à ação** e pelo convite à impunidade que imperou nestes últimos anos, especialmente no campo da fiscalização e controle, mas também na retração da interação com a sociedade e nas estratégias de governança (MARETTI *et al.,* 2022, n.p. grifo nosso).

O ICMBio é o responsável pela gestão direta de 334 UC federais, que totalizam mais de 170 milhões de hectares (entre áreas terrestres e marinhas), em algumas UC, há colaboração de comunidades tradicionais extrativistas. Além disso, há a responsabilidade de apoiar e supervisionar 743 Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), que totalizam, aproximadamente, de 530 mil hectares. Assim, a instituição é responsável pela gestão de 16,46% do território brasileiro.

O ICMBio é responsável por mais de 60 mil famílias tradicionais extrativistas e gerencia o processo de uso público nas UC, com cerca de 17 milhões de visitas em 2021. A instituição contribui, significativamente, para o desenvolvimento local, gerando 15 vezes mais benefícios econômicos do que o valor investido em 2018. Além disso, o ICMBio administra programas de pesquisa, monitoramento da biodiversidade e outras responsabilidades (MARETTI *et al.*, 2022).

A partir desse contexto orçamentário do ICMBio, destaca-se que não existe um valor fixo repassado aos órgãos para que sejam definidas as ações que devem ser realizadas. O entrevistado do ICMBio explica a situação:

> A FLONA Tapajós é uma unidade que tem muito reconhecimento, é muito visada tanto pela questão do uso sustentável, quanto pelo turismo e pesquisa científica, que

> são três coisas muito importantes na FLONA, que era referência em várias áreas pro ICMBio, inclusive, mas é muito pobre. A gente não tem muito recursos, a gente prioriza as ações que tem, os recursos que a gente tem e o que não é nosso, é exclusivamente do estado, a gente consegue fazer com apoio de parcerias, então, a gente tem muitos parceiros, inclusive, a própria cooperativa é um grande parceiro nosso, a federação, as ONGs que atuam aqui no território, a gente consegue dar muita vazão a essas demandas com apoios de terceiros, com apoio da sociedade civil e de outras instituições públicas, a gente não tem muito recurso, não tem um projeto especial, continuo (ENTREVISTA, INFORMANTE 3 ICMBio, 2023).

O processo de encaminhamento de solicitações pelo ICMBio não é feito por UC, mas por área temática. Isso significa que quando uma solicitação é feita, é enviada ao órgão responsável, que verifica se há prioridade e recursos disponíveis para apoiar a atividade. Na FLONA do Tapajós, não há acesso direto aos valores necessários, logo, as solicitações são encaminhadas, e o valor é liberado, conforme o que estiver disponível. Por exemplo, se a solicitação é relacionada à proteção, é encaminhada à coordenação de proteção, que verifica o orçamento disponível e determina o que pode ser coberto. Da mesma forma, se houver uma atividade de turismo de uso público, o valor necessário é encaminhado à instituição responsável, que avalia a disponibilidade de recursos e libera o valor se for possível, permitindo, assim, a execução da atividade.

> […] não tem um recurso nosso da FLONA, que a gente manuseie aqui. Esse recurso que é centralizado pela diretoria de Brasília. A gente planeja atividade da coordenação que tem relação com essa atividade: “olha, precisamos dessa quantidade de combustível, desses materiais, dessas…” Enfim, e aí encaminhamos o planejamento das atividades para Brasília que eles vão avaliar se tem recurso disponível pra liberar e aí liberam pra gente utilizar (ENTREVISTA, INFORMANTE 3 ICMBio, 2023).

Dentre as parcerias do ICMBio/Santarém, foram citadas duas instituições: o Programa de Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA) e o Fundo Brasileiro para Biodiversidade (FUNBIO). O ARPA foi criado pelo Governo Federal em 2002, juntamente com a coordenação do MMA, pelo Decreto nº 4.326, de 8 de agosto de 2002 (BRASIL, 2002), atualmente, regulamentado pelo Decreto nº 8.505, de 20 de agosto de 2015 (BRASIL, 2015). O objetivo do ARPA é assegurar a conservação da biodiversidade na Amazônia e contribuir com o desenvolvimento da região de forma descentralizada e participativa (BERTOLDI, DAMASCENO, 2020).

O FUNBIO atua como gestor e executor financeiro do ARPA, sendo financiado por recursos provenientes de doadores nacionais e internacionais, incluindo o *Global Environment Facility* (GEF) por meio do Banco Mundial; o KFW pelo governo alemão; a Fundação *Gordon*

and Betty Moore; a *Anglo American*; a Rede WWF, pelo WWF-Brasil, e o Fundo Amazônia, através do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES).

A parceria entre o ICMBio, ARPA e FUNBIO, no entanto, não se direciona para a FLONA do Tapajós, visto que, de acordo com o entrevistado, "[…] os doadores que são quem decidem pra onde vai o recurso, eles decidiram que seriam as categorias de uso sustentável" (ENTREVISTA INFORMANTE 3 ICMBio 2023). A opção por não apoiar a FLONA pode acontecer em decorrência da vinculação da imagem do financiador. A FLONA é uma unidade que permite o uso sustentável, incluindo atividades como exploração madeireira, como é o caso COOMFLONA. Para o entrevistado:

> […] a gente tem um empreendimento madeireiro, né, comunitário, mas tem. Então, é uma percepção minha também, não tem nada a ser escrito por isso, mas é uma percepção, que por ser unidades que são utilizados diretamente os recursos, eles acabam não querendo se vincular a esse tipo de unidade de conservação, então eles apoiam essas categorias mais assertivas […] só uso indireto, né, visitação, pesquisa, não tem consumo de recurso natural (ENTREVISTA, INFORMANTE 3 ICMBio, 2023).

A percepção do entrevistado perpassa, sobretudo, a extração de recursos madeireiros da FLONA, que pode refletir, erroneamente, em uma imagem de retirada de árvores da Amazônia, sem a compreensão do modo como ela é realizada. Essa parceria com o ARPA beneficia algumas UC no estado do Pará, e para o ICMBio, o recurso vindo do FUNBIO é um propulsor de agendas significativo:

> […] lá em Altamira que a gente trabalhou, por exemplo, a gente bebia da fonte do APA que era no recurso, porque como as unidades são muito distantes, muito difícil acesso, com custo de viagem imenso assim, sem o APA lá pra gente não conseguia fazer quase nada. Então, essa **é uma fonte importantíssima para a Amazônia e as FLONA não são custeadas**, acho que a RESEX e Soure tem APA se eu não me engano, a RESEX é uma categoria que pode ter apoio (ENTREVISTA, INFORMANTE 3 ICMBio, 2023, grifo nosso).

A diferença entre o recurso via MMA e via ARPA/FUNBIO é a burocracia para ser disponibilizado. Pelo MMA, existem processos de análise mais demorados, enquanto pelo FUNBIO, que se trata de uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), por não ser vinculada ao governo, o recurso não entra diretamente para este. Conforme o entrevistado, o processo de solicitação de verba pelo FUNBIO é mais célere e menos burocrático, na medida em que:

> A gente solicita pro FUNBIO no sistema "FUNBIO, preciso desse apoio. De combustível para uma atividade de campo" a FUNBIO contrata, a organização contrata esse apoio e a gente recebe o serviço então a gente não tem diretamente no manuseio tão fácil o recurso, é mais o FUNBIO. A gente tem algumas formas de utilizar esse recurso, mas é tudo controlado por essa instituição, não entra no orçamento do governo. A gente quer o serviço e os equipamentos, ter mais acesso a isso, então, isso é uma fonte de recursos que agiliza muito toda essa atividade, porque não entra nesse orçamento, não depende de aprovação do orçamento no Congresso, por exemplo (ENTREVISTA, INFORMANTE 3 ICMBio, 2023).

O ICMBio localizado em Santarém concentra a gerência regional da Amazônia, a coordenação regional do Oeste do Pará e a divisão de apoio técnico. Se comparada a outras unidades, possui uma quantidade significativa de servidores. O entrevistado 3 não soube precisar a quantidade de servidores do ICMBio/Santarém, mas destacou que, na FLONA do Tapajós, a equipe de gestão é formada por 12 pessoas, das quais 2 são analistas ambientais, 3 técnicos ambientais e 1 técnico administrativo. Os demais são auxiliares administrativos, oriundos ainda do IBDF (órgão absorvido pelo Ibama em 1989). De acordo com o entrevistado, esses auxiliares administrativos são pessoas que atuam no operacional, mas não articulam agendas.

> Então, tocar agendas no sentido do planejar, monitorar ações, dar andamento aos processos, somos basicamente nós cinco […] que é uma equipe até boa para o que tem de unidade na Amazônia. Que acontece muito na Amazônia, o quadro de servidores é bem difícil, a lotação na Amazônia e são unidades complexas, de gestão complexa que, às vezes, não consegue fazer turismo. Porque tem outras questões muito mais complexas para tratar que o uso público. A gente não consegue ter tempo pra isso, não consegue tempo pra resolver isso, temos conflitos graves pra tratar até de garimpo, madeireiros, grilagem que não tem como fazer uso público, porque não dá, é um risco que não tem como fazer, tem que resolver primeiro os problemas pra chegar nesse outro patamar (ENTREVISTA, INFORMANTE 3 ICMBio, 2023).

Por vezes, em função de questões financeiras, de falta de recursos humanos e infraestrutura adequada, as ações de uso público são secundárias, sendo prioritárias outras ações, como o resguardo ambiental e da qualidade de vida dos seres viventes da região. A FLONA do Tapajós, que se percebe atualmente, é fruto de um processo de construção e consolidação. Ao longo desse tempo, o ICMBio tem estruturado o turismo e a pesquisa na FLONA, mas essa construção não foi rápida. Até 1994, as comunidades locais não eram reconhecidas legalmente como parte da FLONA, por isso, havia conflitos socioambientais em torno da presença delas na área.

Foi preciso um longo processo de mobilização social para que as comunidades fossem reconhecidas como importantes nesse processo. Tão somente a partir disso foi possível começar a atender às suas demandas e incluí-las, participativamente, na gestão da FLONA. Na

atualidade, o ICMBio (ENTREVISTA, INFORMANTE 3 ICMBio, 2023) entende que o turismo e outras atividades devem ser protagonizadas pelas comunidades locais. Um exemplo disso é o manejo madeireiro na FLONA, permitido apenas de forma comunitária, diferentemente de outras FLONA, que permitem o manejo madeireiro empresarial. O mesmo se aplica ao turismo, exercido e protagonizado pelas comunidades locais. Tais decisões foram tomadas pelo conselho e pelas próprias comunidades locais e devem ser seguidas pelo ICMBio.

Também existem casos de agentes externos que se apresentam como empresários interessados em construir um *resort* na FLONA. Nesses casos, o contato é intermediado pelo ICMBio, sendo necessário que as comunidades estejam envolvidas nesse processo e a decisão seja tomada de forma participativa. O ICMBio tem a responsabilidade de garantir que as normas estabelecidas sejam cumpridas e as comunidades sejam as protagonistas do processo. Nas palavras do entrevistado,

> […] não, pera aí, não é assim. "Você pode até ajudar a estabilizar, fazer uma parceria de alguma forma formal, mas que elas que estejam protagonizando esse processo todo", não é assim chegar e "eu vou construir um *resort*" e vou contratar pessoas para trabalhar para que eles sejam meros funcionários desse empresário que fica ali tomando as decisões por ele, sem consultar os outros, não pode, nessa lógica não cabe a FLONA (ENTREVISTA, INFORMANTE 3 ICMBio, 2023).

Todo o processo de gestão da FLONA é construído participativamente, conforme afirmações dos moradores e agentes do ICMBio entrevistados, e envolve diversas partes interessadas, como as comunidades locais e os atores do território. O plano de manejo é elaborado em conjunto com essas partes interessadas, que também participam do conselho consultivo e orientam a gestão da FLONA.

A coordenação do ICMBio para a FLONA, tendo em vista a quantidade de pessoas envolvidas, organiza-se em várias frentes e conta com o apoio também de voluntários por meio do programa de Voluntariado do ICMBio, que tem como objetivo engajar e envolver a sociedade na conservação da biodiversidade, mediante ação voluntária e do reconhecimento público dessa contribuição. Esse programa é organizado em 4 áreas: 1) pesquisa, monitoramento e gestão da informação; 2) educação ambiental, uso público e comunicação; 3) produção e uso sustentável; e 4) proteção ambiental. Nesse sentido:

> A FLONA tem essa vantagem também de contar muito com apoio de voluntários, pessoas que se voluntariam para ajudar as atividades da FLONA, […] a gente tem que fazer uma seleção […] tem o acompanhamento desse voluntário, e garante um certificado de voluntariado. É uma coisa que tem uma norma ativa interna também, porque a pessoa que trabalha voluntariado ela tem que estar com algum vínculo formal com o instituto, mesmo não recebendo nada em pagamento porque é voluntário, mas

> ela tem um resguardo ali. Então a gente tem um sistema de voluntariado, essas pessoas apoiam a gente, inclusive, a comunicação da FLONA hoje quem faz, acompanha as redes sociais […] a gente tem uma voluntária que é estudante de engenharia Florestal que ela que alimenta as redes, que que acompanha as pessoas que perguntam coisas de turismo inclusive, "ah como faz pra chegar na FLONA?" ela que vai dando esse suporte de comunicação (ENTREVISTA, INFORMANTE 3 ICMBio, 2023).

Esse suporte do voluntariado é basilar, sobretudo, pelas demandas existentes na FLONA e pela necessidade de administrar todas as questões existentes, tais como incêndios, reforma agrária, monitoramento da biodiversidade, turismo etc. Existem agendas que não podem ser ignoradas. Embora o número de funcionários seja considerável, em comparação com outras UC, ainda é insuficiente e há uma significativa sobrecarrega. Quando a equipe se desloca a campo, essa ação gera uma grande quantidade de processos administrativos, demandas judiciais e solicitações de outras instituições públicas que se acumulam.

Para além dessa equipe, composta por servidores efetivos do ICMBio, atuam também servidores temporários, que são os brigadistas para prevenção de incêndios florestais. Um dos moradores entrevistados da comunidade de São Domingos (onde está localizada a base do ICMBio) atuava como brigadista e explicou que, para exercer essa atividade, participou de um processo seletivo e cursos de formação para a brigada de incêndio, que envolve prevenção e combate a incêndios e primeiros-socorros, entre atividades teóricas e práticas.

A dinâmica de trabalho funciona da seguinte maneira: "15 e 15 dias, porque a gente faz rodízio aqui, e vai embora […]" (ENTREVISTA, INFORMANTE 8 SÃO DOMINGOS, 2022). Esse entrevistado informou que a prioridade para participar do processo seletivo para brigadista, na FLONA do Tapajós, é para moradores das comunidades, além de evidenciar o orgulho de fazer parte dessa equipe:

> É aqui que a gente toma conta, porque tem o salário e também a gente cuida aqui da floresta […]. o contrato tá acabando, foi de 24 meses. […] no rodízio, a gente faz tudo lá, e aí também cuida da base, que tem reparos, né? E fica lá e faz tudo lá. Eu ainda consigo vir aqui porque é aqui pronto. […] gosto desse trabalho porque a gente ajuda aqui que é onde a gente mora" (ENTREVISTA, INFORMANTE 8 SÃO DOMINGOS, 2022).

Ao abordar acerca de seu cotidiano como brigadista, enfatizou, ainda, a carência de estrutura para procedimentos de acompanhamento e prevenção, tais como veículo para fazer uma ronda. Sousa e Pauletto (2019), em estudo sobre a avaliação das condições de trabalho da brigada de incêndios florestais da FLONA do Tapajós, apontavam a falta de um veículo próprio para as ações da brigada como o principal motivo pelo qual as atividades de prevenção não eram realizadas.

Conforme essas autoras, os brigadistas acreditam que um veículo seria de grande valia nas ações de combate aos incêndios e sugerem que a equipe tenha acesso a um. Além disso, os brigadistas apontam a falta de acesso a computadores e *internet* como outro fator que dificulta seu trabalho. O período de permanência dos brigadistas nas bases é marcado por um tempo ocioso, utilizado para a manutenção das ferramentas, limpeza da base e alojamento, além do plaqueamento da área da FLONA (SOUZA' PAULETTO, 2019).

Sobre a existência de incêndios na FLONA, um entrevistado do ICMBio apontou não serem comuns e exemplificou citando um grande incêndio, ocorrido em 2016, que atingiu cerca de 5% a 10% da FLONA, caracterizando o citado ano como de muita seca e menor quantidade de chuvas na região, aumentando o risco de incêndios. Ressaltou que os incêndios na Amazônia não são naturais, sendo estes causados por práticas humanas que perdem o controle e é por isso que o papel dos brigadistas é fundamental na prevenção.

Esse incêndio iniciou fora da FLONA e afetou também outras UC da área. O início do incêndio veio de uma área pastagem próxima a BR-163, região em que há monocultura de soja. O fogo perdeu o controle e a brigada precisou atuar para contê-lo. A equipe de brigadistas e agentes temporários ambientais é contratada por processo seletivo e tem contrato temporário de dois anos, dando suporte nas ações de campo e na verificação do monitoramento e da visitação. Eles são essenciais para a gestão operacional, como planilhamento e encaminhamento de dados para a sede do ICMBio em Brasília.

Quanto aos incêndios, alguns entrevistados das comunidades e do ICMBio comentaram acerca da prática de manejo do fogo, que se trata de um método de administração e planejamento do uso do fogo e como deve ser conduzido. Tal prática considera aspectos socioeconômicos e culturais para o uso do fogo. Na cultura local, tem-se a prática tradicional para fazer o roçado com a queima e para tal a brigada atua na prevenção e na orientação das famílias sobre as práticas seguras de queima.

Para fazer um roçado, um entrevistado explicou – com um graveto na mão, desenhando no chão de terra – como deveria ser realizada a queima:

> Olha, mês de setembro, a gente não pode meter um fogo aí, brincar com fogo, se a gente vai sair e tem essas barraquinhas aqui, a gente tem que apagar o fogo e deixar tudo… Que, às vezes, uma faísca acaba com tudo, que fica muito quente. Por isso que essas que teve um tempo que essa mata aqui, pegou muito fogo aqui, agora já tá reflorestando esse mato, entendeu? Que tudo isso eles dão o apoio aí, pra a gente (ENTREVISTA, INFORMANTE 7 SÃO DOMINGOS, 2022).

Conforme dados coletados, dentre as comunidades da FLONA, as que menos pedem autorização para queima e roçado são Jamaraquá, São Domingos e Maguari. De acordo com o ICMBio, isso pode estar associado ao turismo como fonte de renda e à consciência de que alterar a paisagem também influencia no turismo, posto que:

> O próprio uso público também que é uma ferramenta que a gente entende que de conservação, por exemplo, existem pessoas que questionam se é bom ou se é ruim, mas as 3 comunidades que você pesquisa são as que menos pedem autorização de roçado para a gente. Quando fala em roçado, eu preciso converter parte da capoeira que é a Floresta secundária que cresceu para fazer roça e usa o fogo e que é uma prática tradicional […] **E diminuiu a quantidade de uso do fogo**, porque eles estão focando, diversificando as atividades, fazendo mais coisas então não precisa de tanta roça agora né, tem gente que acha ruim fala: "mas não é prática tradicional deles fazer roça, não sei o que?", mas outras pessoas consideram da hora, estão diversificando a renda (ENTREVISTA, INFORMANTE 3 ICMBio, 2023, grifo nosso).

Nessas comunidades, também "[…] é onde está acontecendo a maior diversidade de uso de recursos, por exemplo, eles coletam sementes para produção de artesanato, extraem o látex" (ENTREVISTA, INFORMANTE 4 ICMBio, 2023). Segundo o entrevistado, existem diversas atividades produtivas, como a produção de mel, artesanato em argila, calçados, bolsas e outros itens em Maguari. Algumas cooperativas foram criadas para gerenciar a extração de recursos como andiroba e óleo, os quais estão, intimamente, ligados ao turismo. Essas cooperativas produzem e comercializam seus produtos para os visitantes, o que é altamente benéfico para a comunidade.

> Tem algumas cooperativas criadas para maneiro da andiroba, do óleo, isso está muito vinculado com o turismo, porque eles fazem a produção disso e comercializam com os visitantes né, é um … até melhor. Essas comunidades, a diversidade no uso dos recursos são maiores que nas outras onde não tem o turismo (ENTREVISTA, INFORMANTE 4 ICMBio, 2023).

O uso público na FLONA do Tapajós, conforme informantes do ICMBio, iniciou em meados do período do ProManejo (entre 1999 e 2006), sobretudo com o uso das trilhas já existentes:

> Você viu que as trilhas, as roças, as trilhas que têm na FLONA elas eram trilhas usadas no passado para as atividades de extrativismo e agricultura familiar. Elas não foram elaboradas com fins específico de receber visitantes, então se tem um morador que está ali às margens do Tapajós, mas ele tinha uma roça mais lá pra dentro, porque o solo ali é muito arenoso, muito pobre em nutrientes, então, ele vai subindo um pouco, melhora a fertilidade do solo um pouco e eles também faziam muitas extrações de alguns produtos da Floresta, então, aquelas trilhas era de uso comunitário (ENTREVISTA, INFORMANTE 4 ICMBio, 2023).

Considerando o uso das trilhas nas comunidades estudadas e pensando nos impactos do turismo, especificamente, sobre o descarte de lixo, a quantidade de pessoas, a capacidade de carga de trilhas, perguntou-se acerca da existência de formas de monitoramento dessas trilhas para evitar a sobrecarga e impactos irreversíveis.

Para garantir a sustentabilidade e a conservação ambiental, um aspecto essencial é o controle do fluxo de visitantes, que está associado à capacidade de carga. Em outras palavras, é preciso acompanhar a quantidade de visitantes que os ambientes podem suportar sem sofrer alterações ambientais significativas, de forma a garantir a qualidade da experiência turística minimizando os impactos negativos ao meio ambiente. Com base em uma informante do ICMBio, publicaram-se roteiros para o monitoramento dos impactos da visitação e para a quantificação do número de visitantes nas UC (ENTREVISTA INFORMANTE 3 ICMBio, 2021).

É importante ressaltar que o gerenciamento e a resolução de conflitos ambientais dependem, consideravelmente, do uso de ferramentas para avaliação dos impactos das atividades desenvolvidas em determinadas UC. Por esse motivo, o ICMBio elaborou o Roteiro Metodológico para Manejo de Impactos da Visitação. Nesse sentido, a fim de controlar o número de visitantes em determinado local, foram desenvolvidas técnicas para calcular o Número Balizador da Visitação, que leva em conta fatores limitantes relacionados à qualidade da experiência e às condições físicas do local de uso público em questão.

A capacidade de carga tem sua origem com base nos pressupostos da "Tragédia dos Comuns" iniciada em 1968 (conforme explanado no item 4.4 dessa pesquisa), cujo autor Hardin também sugeriu que o mesmo princípio de controle de acesso e regulamentação de uso fosse estendido às UC, tendo em vista a capacidade máxima de visitantes que poderiam desfrutar da área sem comprometer as qualidades fundamentais dos recursos naturais (BRASIL, 2011).

Com o aumento da procura pela visitação em UC nos Estados Unidos, o Serviço de Parques dos EUA reconheceu, oficialmente, a necessidade de melhorar o gerenciamento do uso público nessas áreas. Consequentemente, duas questões principais foram destacadas como foco de preocupação: os aspectos biofísicos relacionados aos impactos da visitação nos recursos naturais e os aspectos sociais (BRASIL, 2011).

O ICMBio utiliza o conceito de capacidade de carga a partir de Manning (2007 *apud* BRASIL, 2011) que relaciona o termo ao uso humano de um determinado espaço, tal como dos recursos naturais. Essa relação envolve uma complexidade de aspectos que são influenciados pelo comportamento, valores e escolhas de cada indivíduo. A partir dessa noção, afirma-se não ser possível afirmar a existência de uma relação direta entre o número de visitantes e os níveis

de impactos em determinado meio. Desse modo, a ideia de restringir a gestão de impactos apenas ao controle do número de visitantes, em determinado local, foi alterada. De modo que se adotou um entendimento sobre análises das mudanças no ambiente através de monitoramento e adoção de estratégias inovadoras para gerenciar tanto os visitantes quanto seus efeitos.

Assim, a intenção de elaborar o Roteiro Metodológico para Manejo de Impactos da Visitação objetivou "[…] estabelecer um marco referencial comum e procedimentos orientadores para o aumento da qualidade da experiência dos visitantes e a proteção dos recursos naturais das Unidades de Conservação brasileiras" (BRASIL, 2011, p. 11).

Na FLONA do Tapajós, contudo, esse estudo nunca foi realizado de modo direcionado. Em conformidade com o entrevistado 4, gestor da FLONA, "[…] algumas trilhas, por exemplo, têm erosões, têm situações que precisam fazer algumas adequações **e a gente não fez ainda essa avaliação de capacidade de carga**, não tem feito" (ENTREVISTA, INFORMANTE 4 ICMBio, 2023, grifo nosso). Informação similar veio do responsável pelo uso público da FLONA, que explica:

> E isso é uma necessidade, você tá percebendo. Às vezes, tem que mudar o percurso da trilha, porque está muito ruim, começou a cavar muito e eles já fazem uns desvios, porque tem que fazer, porque […] vai acabando muito, gera muita erosão. Mas é uma necessidade, a gente tem que fazer, mas a gente não tem ainda esse estudo (ENTREVISTA, INFORMANTE 3 ICMBio, 2023)

Para identificar a capacidade de carga, dentre as fontes utilizadas para a formulação do documento Roteiro Metodológico para Manejo de Impactos da Visitação, Cifuentes (1992) considera a capacidade de carga em três níveis:

- **capacidade de carga física:** definição do número máximo de pessoas que podem estar presentes em um espaço em determinado período;
- **capacidade de carga real:** ajuste da capacidade de carga física (previamente calculada) considerando uma série de fatores ambientais que afetam a visitação em cada localidade, os quais são definidos conforme suas características;
- **capacidade de carga efetiva:** capacidade de carga previamente calculada, ajustada com base na capacidade de gestão da administração do local.

Para mensurar um quantitativo para a capacidade de carga, Cifuentes (1992) propõe um cálculo que pode ser utilizado como referência para definir os parâmetros que serão submetidos em determinado lugar. Ainda que autores, como Delgado (2007), critiquem esse método como

um resultado não científico, tendo em vista que alguns aspectos não podem ser mensurados, a proposta de avaliação da capacidade de carga sugerida por Cifuentes é bastante utilizada nas UC brasileiras, visto que é citada no Roteiro Metodológico para Manejo de Impactos da Visitação elaborado pelo ICMBio.

Na FLONA do Tapajós, no entanto, esse estudo para viabilidade de capacidade de carga das trilhas não foi realizado. De todo modo, ainda que não tenha sido realizado um estudo direcionado para a capacidade de carga das trilhas, a equipe do ICMBio, em atividades de campo na FLONA, identificou alguns impactos causados pela quantidade excessiva de visitantes em determinados períodos.

Um exemplo é o igarapé da comunidade Jamaraquá, que, em determinada parte, tem uma estrada suspensa. No final do ano de 2015, chegou a receber, em um final de semana, cerca de 400 pessoas. Estas chegaram até lá de veículos, nem todas passaram pela base do ICMBio. Esse fato ocasionou a definição de regras para uso público desse igarapé, dentre as quais, a proibição de estacionar próximo, de acender fogueiras, de montar barracas e respeitar o limite máximo de 30 pessoas simultaneamente no igarapé.

Urge salientar que essa estrada é chamada de Transtapajós e foi construída em 2005, sob responsabilidade da prefeitura de Belterra. Apesar de a prefeitura alegar não ter mais os documentos técnicos de viabilidade, além de não ter autorização formal do Ibama. Pelo impacto causado ao meio ambiente, com o assoreamento do igarapé, o prefeito foi processado civil e criminalmente. De acordo com o entrevistado:

> Foi a prefeitura de Belterra na época e causou impacto no igarapé. A prefeitura foi autuada, recebeu uma multa, na época acho que foi até do Ibama. E aí gerou uma ação civil pública do Ministério público para a reparação do dano, isso gerou uma ação judicial que embargou a área né, deixou interditada para recuperar e obrigação da prefeitura de recuperar a área. Isso está se arrastando até hoje a gente não conseguiu ainda resolver esse problema […] já corre isso há 18 anos (ENTREVISTA, INFORMANTE 44 ICMBio, 2023).

Além de recuperar a estrada e desassorear o igarapé, também deve-se reflorestar aquela área, pois, além de ser uma FLONA, é uma Área de Proteção Permanente (APP)[48]. Ainda que a responsabilidade gerada pela construção irregular da estrada seja do então prefeito de Belterra, a interdição foi determinada pelo ICMBio, além disso a cobrança dos moradores e usuários sobre a utilização do igarapé é feita a esse órgão gestor. Um entrevistado do ICMBio explicou:

[48] De acordo com o Código Florestal Brasileiro (BRASIL, 2012), as APP são metragens que visam ao resguardo de recursos hídricos.

> […] é a erosão, que desce pro igarapé, ou seja, aquele monte de sedimento tava na estrada cavou a chuva levou, porque não foi recuperado, **não foi feita a estrada como deveria ter sido feita e é uma obrigação da prefeitura**, **mas quem recebe a cobrança para resolver o problema é o ICMBio,** embora tem uma decisão judicial, uma sentença do juiz obrigando a prefeitura a recuperar aquela área, […] toda demanda, mesmo que não tem relação com a gente respinga um pouco na gente ou esclarecer que não competência nossa ou encaminhar e alguns casos a gente acaba encaminhando essas unidades muito distantes assim, que não tem acesso à prefeitura, a pessoa não consegue ir na prefeitura que é muito ruim a gente acaba encaminhando essa demanda a prefeitura (ENTREVISTA, INFORMANTE 3 ICMBio, 2023, grifo nosso).

O ICMBio tem diversas atribuições, incluindo o ordenamento do uso público. No entanto, há algumas atribuições que são de responsabilidade de outras instituições governamentais federais, estaduais e municipais. Por exemplo, a prefeitura é responsável pelo Ensino Fundamental, enquanto o Ensino Médio é de responsabilidade do estado e a saúde indígena é de responsabilidade do Governo Federal. Dessa forma, existem várias instituições envolvidas no processo, mas poucas cumprem suas responsabilidades. Tanto que:

> […] a prefeitura de Belterra, […] eles abandonam e aí qual o papel do ICMBio? A gente recebe porque a gente está presente no dia a dia, recebe essa demanda e junto com a associação do território vai cobrar a prefeitura e pedir a ação deles. Pedir a manutenção dos acessos para as unidades e é atribuição da prefeitura, só que ela não faz, e o que acontece? Como existe um manejo Florestal comunitário e eles têm um recurso maior, quem faz é a COOMFLONA. É ela que banca. […] É a cooperativa que banca o aluguel da máquina, o combustível e a manutenção das estradas, por quê? Porque a prefeitura não faz (ENTREVISTA, INFORMANTE 4 ICMBio, 2023).

Essa problemática quanto às responsabilidades institucionais não acontece apenas na FLONA do Tapajós. No Brasil, sendo uma federação, a organização do poder do Estado é desconcentrada (com os três poderes: executivo, legislativo e judiciário) e descentralizada (com as esferas federal, estaduais e municipais) e todos estão submissos à CF brasileira. Ter essa organização política significa que o poder é compartilhado entre os diferentes níveis de governo. Um termo utilizado para se referir a essa organização é o chamado pacto federativo. Este visa garantir a autonomia dos estados e municípios, permitindo que suas responsabilidades sejam exercidas conforme necessidades locais (FARIAS, 2017).

Segundo o autor, para que o cidadão tenha mais acesso à política que o afeta, é crucial que o pacto federativo funcione bem. Isso requer uma articulação efetiva e um bom relacionamento institucional entre as diferentes esferas de governo e entidades federativas, mas também a existência de leis claras que estabeleçam, de forma inequívoca, as responsabilidades de cada ente. A harmonia e a cooperação entre as autoridades federais, estaduais e municipais

são fundamentais para garantir a eficácia das políticas públicas e a entrega de serviços de qualidade aos cidadãos.

A fim de viabilizar a efetividade dessa forma de organização, é importante destacar a necessidade de criar espaços que facilitem a integração e a geração de soluções compartilhadas, reforçando, assim, a capacidade de governança dos entes federativos e suas instituições. Dessa forma, Farias (2017) assegura que será possível atender às demandas sociais de maneira mais eficiente e com maior qualidade.

Contudo, para além da atuação ilícita da prefeitura de Belterra com a construção irregular de uma estrada na FLONA, não foram identificadas ações de parceria entre o ICMBio e demais órgãos públicos de turismo, seja do estado do Pará, seja no município de Belterra. Ao questionar a existência ou não de alguma parceria entre esses órgãos, os entrevistados do ICMBio/Santarém confirmaram que não, dado que:

> Talvez alguma atuação local com as comunidades que a gente não saiba, mas que assim como o ICMBio não tem. Eles até tiveram algumas agendas ano passado de visitar as comunidades junto com o Ministério do turismo, mas com o ICMBio assim, só mesmo de troca de informação, nada de formal assim, uma parceria, um termo de cooperação, nada nesse sentido (ENTREVISTA, INFORMANTE 3 ICMBIO, 2023).

O gestor da FLONA reforçou:

> Geralmente, as nossas parcerias com essas instituições não envolvem repasse de recursos financeiros que a gente chama de acordo de cooperação, a legislação, tem uma legislação de 2014[49] que prendeu as três categorias de parceria entre o governo federal e organizações da sociedade civil, e um deles é o apoio de cooperação onde não há repasse de recursos financeiros. A gente tem essa parceria com projeto Saúde e Alegria, mas é via as organizações do território, por exemplo, PSA formalizou uma parceria com a federação que é uma associação mãe da Floresta Nacional do Tapajós, então ela representa os comunitários tanto com a federação quanto a COOMFLONA, com o ICMBIO a gente não formalizou, mas é possível formalizar (ENTREVISTA, INFORMANTE 4 ICMBIO, 2023).

Em coleta de dados realizada em 2021, com a então responsável pelo uso público no ICMBio, surgiu a informação da existência de um plano de ação elaborado antes da pandemia entre as comunidades, ICMBio e SEMAT, conforme explica uma fonte:

[49] A citada legislação diz respeito à Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 (BRASIL, 2014), que "estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil".

> Atualmente, o ICMBio não tem parceria formalizada com o SETUR e Secretaria de Turismo de Belterra. As ações dos órgãos citados são pontuais e com pouca relação com as ações previstas no Plano de Manejo da UC. Entretanto, existe um setor de turismo, vinculado ao Conselho Consultivo da FLONA do Tapajós, que envolve as comunidades, ICMBio e Secretaria de Turismo de Belterra e Aveiro. O setor foi criado em 2019 e elaborou um plano de ação visando o desenvolvimento do turismo na UC. Em decorrência da pandemia o Plano de Ação, não foi executado até o momento (ENTREVISTA, INFORMANTE 2 ICMBIO, 2021).

Tendo em vista o controle sanitário da pandemia de Covid-19 no Brasil, o citado plano de ação poderia ter sua execução iniciada, todavia as ações, nessa questão, ainda não foram efetivadas.

De maneira formalizada, não se identificaram parcerias entre o ICMBio e outras instituições que visassem ao desenvolvimento do turismo. Porém, a exemplo da situação do Projeto Saúde e Alegria, existem parcerias que o ICMBio tem ciência e contribui na articulação entre o órgão e a Federação das Comunidades da FLONA Tapajós , COOMFLONA ou diretamente com as associações comunitárias. As parcerias formalizadas são com a Empresa de Assistência Técnica de Extensão Rural, para assistência técnica e extensão rural para os moradores, com a UFOPA, com a qual está a ser organizada também uma parceria com o INCRA. Sobre essas articulações, um dos entrevistados explana:

> Mas assim, a gente articula, como te falei né? De forma assim as agendas que são convergentes a gente acaba articulando muito com essas instituições e vai fluindo as atividades, por exemplo, embora não tenha uma parceria com o PSA, mas a gente articula as agendas de turismo e eles têm um projeto de turismo para atuar em tal comunidade, então a gente vai conversando e eles dando os caminhos, eles vão perguntando o que dá pra fazer, é uma coisa conversada também, embora formalmente não tem uma parceria com a cooperação formalizada publicada (ENTREVISTA, INFORMANTE 3 ICMBIO, 2023).

Em Belterra, principiou-se o estabelecimento de uma parceria para ações no Museu da Ciências da Amazônia (MuCA). Apesar das carências citadas sobre o turismo em Belterra no item 6.5.2, o município está inserido, no mapa do portal de investimentos do MTUR, no projeto intitulado “Vila Americana”. O projeto está a ser empreendido pela empresa AMA Brasil, iniciado em março/2022, tem previsão de término em março/2026. O objetivo do projeto não especifica o que será realizado, conforme é possível observar:

> A implantação de um projeto com a visão criar a primeira civilização florestal do mundo moderno, levando educação empreendedora e inspiração para seus habitantes para agregarem valor à biodiversidade e serem os guardiões da Amazônia por sua importância, não só pela beleza, mas para o desenvolvimento econômico, social, ciência e para humanidade (BRASIL, 2022, n.p.).

O MuCA tem suas áreas de atuação na Vila Americana (Belterra), na FLONA do Tapajós e o Caranazal – Floresta encantada (Santarém). No projeto Vila Americana, disponibilizado no *site* do MTUR, um aspecto chama a atenção: na imagem que aborda as áreas de atuação do projeto, consta FLONA Jamaraquá, quando, na realidade, Jamaraquá se refere a uma das comunidades existentes na FLONA (Figura 38).

Figura 38 – Mapa de atuação do MuCA

Fonte: Anexo disponível do Projeto "Vila Americana" (BRASIL, 2022b).

Sobre a FLONA, o *site* do Museu define que:

> Será um dos territórios com as experiências turísticas e vivencias junto às comunidades tradicionais que o MuCA irá oferecer. A cobertura florestal da FLONA conta com espécies predominantemente nativas. Na área é praticado o uso múltiplo dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para a exploração sustentável. A região se destaca também pelo turismo de observação e de cultura alimentar, oferecendo a experiência do convívio com uma cultura mística e cheia de riquezas (MuCA, 2022, n.p.).

O envolvimento da FLONA, nas ações do MuCA, importante ressaltar, não necessariamente deve ter interferência do ICMBio, ainda que exista uma iniciativa de cooperação desse órgão com o MuCA. O gestor da FLONA, ao ser perguntado sobre o que seria o MuCA e se teria algum envolvimento do ICMBio, explicou:

> O que a gente tem que deixar claro para as instituições é que o ICMBio é um órgão ambiental. O ICMBio, nosso papel é no ordenamento do uso dos recursos naturais naquela unidade de conservação. As relações sociais, interações entre instituições nós não temos poder de interferir (ENTREVISTA, INFORMANTE 4 ICMBIO 2023).

A iniciativa do projeto envolve uma "abordagem prática do ESG (do inglês *Environmental, Social and Governance*), que, em livre tradução, pode ser traduzido como Governança Ambiental, Social e Corporativa. De forma que o MuCA pretende também, em parceria com a UFOPA, atuar "[…] em cadeias produtivas de matérias-primas com alto valor agregado para a indústria". Conforme esse direcionamento do uso dos recursos da FLONA, o ICMBio assinou um termo de cooperação, porém com algumas questões a serem consideradas:

> […] com relação ao ordenamento do recurso aí é o nosso papel, então, a gente percebe também que o MuCA tem projeto muito vago, é mais um protocolo de intenções não tão claras assim e o que eu percebo é uma percepção minha, não é do instituto, que parece até um entreposto para fazer negócios com outras instituições pra ganhar dinheiro ou pra colocar os produtos ou serviços a um preço melhor e com isso se ganha, eu vejo também que a pessoa que está à frente aqui ele tem empresas e eu acho que ele tem relacionamentos com outras. E aí assim, a gente está analisando isso com calma, né? A gerência assinou um acordo de cooperação, mas a equipe da FLONA ainda vai analisar esse acordo, porque a gente não participou da construção do acordo. Então a gente o que couber para a gente, porque assim, as diretrizes estavam no plano de manejo da unidade, além da legislação que tem, que fala sobre várias coisas, né? De acesso a patrimônio genético e de conhecimento tradicional e tudo mais. Mas a gente tá analisando essa situação do MuCA que vem fazer uma propaganda bem grande, mas a gente ainda é uma caixa preta para mim, pelo menos a gente não tem muita clareza com relação a isso (ENTREVISTA, INFORMANTE 4 ICMBIO, 2023, grifo nosso).

Em momento algum das pesquisas e entrevistas com os moradores da FLONA (comunidades estudadas), foi referido por eles alguma atuação do MUCA, seja em avaliação do interesse em participar do projeto, seja para cursos de qualificação em qualquer área temática.

Corroborando com as percepções do ICMBio sobre o MUCA, percebe-se que as informações disponíveis do empreendimento ainda são subjetivas quanto às atividades que serão por eles desenvolvidas. O projeto apresenta inúmeras imagens e projeções da estrutura do museu, inclusive, com documentos anexados, cartas de intenção de parcerias com empresas como Matueté (agência de viagens de São Paulo), empreendimentos hoteleiros de luxo (empresa do Rio de Janeiro) e Casa do Saulo (rede de restaurantes, com sede em Santarém).

Destaca-se que o empreendimento terá parte significativa de sua atuação no município de Belterra, contudo, é notável a ausência da SEMAT (que não foi citada no documento disponível no *site* do MTUR).

6.3.5 Projeto Saúde e Alegria (PSA)

Outro agente identificado no processo de organização do turismo na FLONA foi o PSA. Este teve origem em 1984, com o médico Eugenio Scannavino Neto e sua ex-esposa, a arte-educadora Marcia Gama, quando ele foi chamado pela prefeitura do município de Santarém para atuar nas comunidades ribeirinhas da região. Com essa experiência e a desilusão do médico pela administração pública municipal, o projeto continuou de modo mais autônomo (PSA, 2009).

O PSA foi criado, formalmente, por uma iniciativa civil em 1987 em Santarém, atuando com comunidades da Amazônia brasileira. Os recursos para manutenção do projeto vinham do Fundo de Investimento Social/Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (Finsocial/BNDES), com o apoio da Fundação Osvaldo Cruz e UFPA. No governo Collor (de 1990 a 1992), em virtude das algumas mudanças no BNDES, esse financiamento foi suspenso, e o PSA enfrentou dificuldades financeiras até 1990, tendo, ainda, algumas atividades suspensas.

Em 1992, ano da realização da Rio-92 e da Amazônia em evidência internacional, o PSA se articulou com outras organizações da sociedade civil, sendo selecionado juntamente com mais cinco experiências, dentre cerca de 600 movimentos da região, para representar o Brasil no citado evento (PSA, 2009).

Desde então, o PSA detém significativa importância para as comunidades da região do baixo Amazonas, no oeste do Pará e nas cidades de Aveiro, Belterra, Juruti e Santarém, local de sua sede. Atende cerca de 30 mil pessoas, especialmente, comunidades rurais, atuando nas áreas de:

- saúde e saneamento básico;
- ordenamento territorial, fundiário e ambiental;
- organização social, cidadania e direitos humanos;
- produção agroextrativista e geração de renda;
- energias renováveis;
- economia da floresta, ecoturismo e artesanato;
- educação, cultura, comunicação e inclusão digital (PSA, s.d., n.p.).

Majoritariamente, o objetivo é “promover e apoiar processos participativos de desenvolvimento comunitário integrado e sustentável que contribuam, de maneira demonstrativa, com o aprimoramento das políticas públicas na qualidade de vida e no exercício da cidadania das populações atendidas” (PSA, s.d.).

Dentre as principais ações do PSA, tem-se o programa “Floresta ativa”, que, com base na experiência das comunidades tradicionais, agrega práticas para o desenvolvimento territorial integrado, com tecnologias socioambientais que possam ser replicáveis em outras UC. A intenção é a criação de novas referências para uma economia que mantenha a floresta viva. Considerando o turismo como uma forma de manter a floresta em pé e contribuir para a geração de renda, o PSA tem algumas ações para o turismo na FLONA.

O PSA auxiliou na captação de recursos para a construção do CATV da comunidade Jamaraquá (Figura 39), comunidade em que também promoveu visitas de grupos, com o apoio de Projeto Bagagem[50] (divulgação da proposta e organização os visitantes) e Operadora Biosfera Brasil (comercialização dos pacotes do Projeto Bagagem, em especial, para visitantes estrangeiros). O PSA também auxiliou, em meados de 2005, na elaboração e na organização do roteiro e no suporte logístico para a realização dessas viagens (BRASIL, 2004).

Figura 39 – Centro de Atendimento ao Turista e Visitante - Jamaraquá

Fonte: Pesquisa de campo (2021).

[50] É uma ONG que tem por missão fomentar o TBC como ferramenta para valorização e desenvolvimento sustentável do turismo no Brasil.

O papel do PSA na FLONA é significativo, principalmente, pelo intermédio que fez entre a comunidade e outros grupos pelo Brasil e em outros países, de acordo com um informante. O PSA possui inúmeros financiamentos nacionais e internacionais, dentre os quais, destaca-se o da região de Lázio na Itália. Esse destaque se deve ao financiamento que essa região fez em 2009 no projeto idealizado pelo PSA em parceria com a FLONA. Intitulado "Projeto Jamaratinga – Incubadora Educacional e de Difusão de Tecnologias Sociais e Ambientais para o Empreendedorismo Local", envolvia duas comunidades: Jamaraquá e Acaratinga (o nome é a junção dos dois). Dentre os objetivos, estava "[…] ampliar o Ecoturismo de Base Comunitária para a consolidação de uma iniciativa sustentável de conservação ambiental e geração de renda" (PSA, 2000, p. 24).

De acordo com essas informações, o prédio de atuação do PSA, localizado no município de Santarém, era alugado. A proposta seria a de viabilizar um projeto que financiasse a compra de um prédio, enquanto o valor que seria destinado para o aluguel poderia ser investido nas comunidades assistidas pelo PSA.

Na comunidade Jamaraquá, a proposta seria contribuir com a construção da pousada comunitária. Ao ser evidenciada essa ideia para a comunidade, o informante disse que muitos moradores não concordaram: "coloquei pra a comunidade 'Ah, isso dá muito trabalho, quem vai tomar conta, não sei o que'. Passando uns dez anos discutindo isso, e a comunidade não abraçou" (ENTREVISTA, INFORMANTE 5 JAMARAQUÁ, 2022). De todo modo, o projeto e o orçamento foram realizados via PSA, e a comunidade recebeu, aproximadamente, 90 mil reais. De acordo com o informante (que, na época, era o presidente da ASMORJ), o valor ficou na conta do PSA, que sempre questionava qual seria a destinação da verba:

> Passou, passou, e dinheiro vai, dinheiro vai, vocês vão fazer ou não vão? O dinheiro vai voltar. O pessoal tá cobrando, e ninguém queria fazer que dava muito trabalho, que não sei o quê, mão de obra, sabe? Só que é coisa da comunidade, é contrapartida nossa, mas ninguém quer se envolver. Aí eu fiquei aperreado. Aí saiu do meu governo, passou pra outro, foi uns três coordenadores da comunidade, esqueceram, largaram de mão o dinheiro (ENTREVISTA, INFORMANTE 5 JAMARAQUÁ, 2022).

Pelo PSA, foram oferecidos também diversos cursos relacionados ao turismo (os moradores não souberam informar as temáticas), além da elaboração do plano de visitação, a planta de uma pousada e de uma cozinha na referida comunidade. Nas comunidades estudadas no presente estudo, o PSA não tem tido ações de turismo na atualidade.

As ações do PSA na Jamaraquá, conforme explanado no item 4.4, geraram certo conflito quanto à preferência da ONG para com essa comunidade. No decorrer da entrevista com um integrante do PSA, questionou-se sobre essa temática, e a resposta foi:

> […] nós levamos visitantes em muitos lugares, mas assim, se tem alguém que é amigo e que está em Alter e quer visitar o lugar, a gente manda lá pro Pedrinho, porque tem uma relação antiga, mas tem uma relação histórica porque lá, muito atrás, não sei nem que ano foi antes, antes da FLONA ser do jeito que ela é hoje, […] Tinha uma área que estava à venda e tinha o risco sério de fazendeiro comprar pra colocar gado, então o Eugênio decidiu comprar terreno que ficou com uma perspectiva de comprar pra preservar, e aí ficou um terreno do Saúde Alegria lá dentro, depois foi se criando unidade de conservação e ficou uma questão muito polêmica, a ONG que atuava no território tem um terreno dentro da unidade de conservação, […] Quando eu entrei, me pediram pra tentar mediar este conflito, e tomei a decisão mais radical possível […]. Assinei um documento abrindo mão de qualquer direito sobre a área […] então, devolve o território que foi assinado um acordo com o ICMBio abrindo mão de qualquer direito sobre o terreno e […] nesse processo todo o Pedrinho, que era o caseiro no terreno do saúde alegria, era assalariado do saúde alegria, então se criou uma relação pessoal forte e isso permanece, mas se você for olhar, o saúde alegria está fazendo investimentos grandes em outro lugar, estamos construindo agora uma pousada em Jaguarari, […] então, esse negócio da preferência é uma briguinha local. (ENTREVISTA, INFORMANTE PSA, 2023).

Conforme esse entrevistado, as indicações do PSA para a Jamaraquá são baseadas apenas na relação de amizade com o dono de uma pousada na comunidade. O PSA também atuou na comunidade Maguari, com a construção do CATV (Figura 40), o qual, em conformidade com um informante, ao perguntar sobre as ações na comunidade, disse que foi feito "[…] se não me engano, 2004, 2005, que eu não tô lembrado bem. Que foi uma estrutura que era para as seis comunidades, né?" (ENTREVISTA, INFORMANTE 6 MAGUARI 1, 2022).

Figura 40 – Centro de Atendimento ao Turista e Visitante - Maguari

Fonte: Pesquisa de campo (2022).

O entrevistado não soube informar quais comunidades da FLONA usufruíram do CATV, mas destacou que essa construção foi importante, pois antes tinham que ir até a casa dos comunitários/condutores e verificar a disponibilidade para atender aos visitantes. Ainda conforme esse entrevistado,

> O projeto com eles construiu aquela casa ali, e na época veio computadores, né? Que seria pra ensinar os comunitário, os aluno, né? E aí depois foi entregue para… Como… Eles começaram o projeto, fizeram tudo isso aí com o tempo eles resolveram entregar pra prefeitura, né? Fazer a manutenção de tudo, pagar funcionário até, pra ensinar as pessoas lá, e alunos também da escola mesmo, sem ser comunitário. E ficou funcionando. Depois de um tempo, parou, né? (ENTREVISTA, INFORMANTE 6 MAGUARI, 2022).

Partindo dessa resposta, inquiriu-se sobre o que as outras comunidades acharam de o CATV ser lá, e a resposta foi que:

> O Jamaraquá tem. São Domingos, eles não têm, não; não tem. Bom, teve uns que não aceitaram muito, né? Mas eu tô dizendo, eu disse "a gente vai melhorar, que não adianta tá aqui, a comunidade tá fazendo manutenção", que se não fosse também a gente fazer manutenção na estrutura aí eu acho que talvez já tinha caído, já tinha esculhambado… (ENTREVISTA, INFORMANTE 6 MAGUARI, 2022).

Para além da recusa de muitos sobre o lugar de construção do CATV, esse entrevistado informou que poucos estavam interessados em fazer a manutenção do prédio. A responsabilidade ficou para a comunidade do Maguari, que utilizou o espaço para outras atividades, tal qual a biblioteca e o depósito. Atualmente, inclusive, durante as viagens de campo para este estudo, ao chegar ao CATV da Maguari, encontraram-se carteiras escolares e alunos em momento de aula.

Dentre as fontes de financiamento do PSA que direcionaram ações para a FLONA, está o Fundo Amazônia, que liberou um valor de R$ 12.493.011,00, em 11/12/2018, disponibilizado de acordo com as ações desenvolvidas e relacionadas conforme o objetivo do projeto, que é "fortalecer as cadeias produtivas florestais não madeireiras, o turismo e o empreendedorismo de base comunitária na região do Tapajós, no oeste paraense" (FUNDO, s.d., n.p.).

Até o momento, conforme o *site* do Fundo Amazônia, para o turismo na FLONA do Tapajós, "estão sendo implementadas a infraestrutura receptiva comunitária (restaurante e redário)" (FUNDO, s.d., n.p.). Não é citada qual a comunidade é beneficiada, contudo, a partir das informações coletadas com o entrevistado do PSA, acredita-se que a comunidade a receber esse investimento é a Jaguarari, localizada a cerca de 18 km da base do ICMBio na comunidade São Domingos.

Para a condução do turismo, o entrevistado do PSA explanou que o projeto não tem mais ações nas comunidades estudadas. Para Pojo (2021), os motivos para essa ausência de contato podem estar relacionados a duas circunstâncias: que os comunitários dessas comunidades estariam aptos a "caminhar sozinhos" nesse processo de implementação do turismo; alguns comunitários não aderiam aos princípios de TBC. Outra perspectiva do autor é que, possivelmente, esses dois motivos tenham sido significativos para essa desarticulação. Ainda sobre o encerramento de ações de turismo nas comunidades estudadas, o entrevistado afirmou:

> Ainda atuamos nesse campo, mas não dentro da FLONA porque a FLONA desde quando existe a COOMFLONA, o pessoal da FLONA acham que eles podem, que eles são muito poderoso, que eles tem muito dinheiro então são menos dependentes dos outros, criaram um certo sentimento de autonomia que não se refletiu na capacidade de gestão, a COOMFLONA é mal gerenciada, os empreendimentos das comunidades estão bem precárias, a infraestrutura das comunidades turísticas são muito precárias, não aceita sugestões e mais, não acompanham a evolução do processo, então nós estamos fazendo investimento turístico em outros lugares que respondem melhor, não é que não tenham problema, problema em trabalhar na comunidade sempre tem, mas é questão de investimentos coletivos (ENTREVISTA, INFORMANTE PSA, 2023).

Conforme os dados coletados com o PSA, havia um contexto de turismo individual, em que, anteriormente, havia um fluxo de turismo não alinhado à proposta do PSA de turismo comunitário, além disso não possuía o contexto adequado para propor uma iniciativa com base nesses princípios. Embora seja válido pontuar que existia uma prática estabelecida em Alter do Chão, que, conforme o informante,

> […] não tinha como dizer: "não, isso não queremos mais", estava rolando dinheiro, estava acontecendo de uma forma muito ruim, mas tava acontecendo, então quem sou eu pra interferir, dizer não, tem que parar com isso, no lugar onde não está acontecendo dessa forma, tem possibilidade de construir uma experiência diferente (ENTREVISTA, INFORMANTE PSA, 2023).

Um exemplo de ação de turismo pelo PSA na região é a construção de uma pousada em uma aldeia indígena em Vista Alegre do Capixauã, do outro lado do rio Tapajós, onde a gestão é coletiva e todas as famílias participam do revezamento no serviço. A propriedade é coletiva, e a gestão pública tem um projeto de gestão comunitária, incluindo um viveiro, uma horta, uma escola indígena, unidades culturais e um grupo de jovens. Essa aldeia tem uma vida comunitária mais ativa e é um exemplo de investimento coletivo bem-sucedido, consoante com o informante do PSA.

Outra pergunta realizada tratou da percepção do entrevistado acerca das limitações para o desenvolvimento do turismo na região. Nas palavras do entrevistado:

> […] é restrito com proteção de expansão, Santarém, relação ao desenvolvimento turístico tem um problema, fluxo de visitantes; crise das companhias aéreas; preço do petróleo reduziram muito o número de voos pra Santarém e os preços explodiram, hoje estão muito caros as passagens […] então, isso é um freio, freio para o turismo, o turismo não cresce, é muito difícil chegar aqui, têm poucas vagas pra chegar diariamente e muito caro, isso reduziu muito o fluxo de turismo e não permite o crescimento, se tivesse um aeroporto com fluxo maior, cm uma possibilidade de se conectar, com mais facilidade, mais barato e com mais lugar teria mais fluxo de turismo, o turismo poderia crescer muito mais, mas isso é um filtro que não vai cair, porque a tendência é que o mercado, as companhias aéreas piore ainda mais […] os preços dos combustíveis vão continuar aumentando e circulação de turistas pra cá não tem perspectiva de crescer muito (ENTREVISTA, INFORMANTE PSA, 2023).

Após a pandemia, consoante com a entrevista com o informante do PSA (2023), o turismo em Alter do Chão tornou-se o atrativo principal da região e mudou de perfil. Hoje, o principal visitante vem de Mato Grosso, chega de carro e é do agronegócio. Esse público tem um perfil diferente e não é muito interessado nas comunidades. No entanto, existe hoje um mercado crescente para o turismo responsável e consciente na UC.

Tendo em vista o histórico de atuações do PSA na FLONA, em especial, nas comunidades estudadas, inquiriu-se como esse projeto percebe a organização dos moradores. A resposta versou sobre a importância de reconhecer que cada território passa por ciclos, assim como a política e muitos outros lugares.

> Olha, primeiro, cada território tem ciclos e acho que é igual a política, igual muito de lugares onde tem ciclo, onde aparece liderança interessante que desenvolve um bom trabalho, cresce, assume o poder, fazem um bom trabalho, depois tem o ciclo descendente, depois de ficar bastante tempo no poder as coisas desandam um pouquinho e precisa de renovação, cada renovação tem um ciclo de baixa, onde as coisas desanda um pouquinho então sai da liderança, tem um período que a liderança é ruim então as coisas andam mal, depois entra outro. A gestão do território para nós é sempre assim, não tem uma comunidade que tem uma boa gestão, não tem uma comunidade que tem uma gestão… tem uma comunidade que está em uma boa fase, inclusive estamos em uma fase ruim (risos) isso vale pra federação, vale pras cooperativas (ENTREVISTA, INFORMANTE PSA, 2023).

De acordo com o entrevistado, muitas vezes, o problema reside na dependência da liderança, "poque a gestão é muito individual, o grande problema que eu vejo é que não tem a capacidade de investir nas instituições, no fortalecimento institucional e estruturar a intuição e as organização pra elas funcionarem bem, independente de quem é o presidente" (ENTREVISTA, INFORMANTE PSA, 2023). Geralmente, as pessoas elegem um presidente para resolver todos os problemas, quando, na verdade, deveriam trabalhar em equipe para solucioná-los. No caso da FLONA, de acordo com o entrevistado do PSA, a peculiaridade na gestão perpassa a economia gerada pelo comércio da madeira.

> Isso virou a grande economia da FLONA, então, a FLONA vive, essencialmente, disso, só que não é todo mundo que participa, teve um monte de gente que está fora disso. Então, tem o turismo que é a segunda fonte mais importante, por quê? Porque é perto de Alter, porque é o lugar mais fácil de chegar, dá para chegar de lancha rapidinho, dá pra chegar de carro, dá pra chegar de Belterra de carro. Então, o turismo virou a segunda fonte, mas o turismo é mais individual, que as pousadas são individuais, os empreendimentos são individuais, a exploração do turismo é essencialmente individual na FLONA e depois vem a agricultura, o extrativismo, mas já em no segundo e terceiro plano, aquele funcionalismo público, então virou um contexto socioeconômico bem peculiar […] (ENTREVISTA, INFORMANTE PSA, 2023).

Pela economia gerada no comércio da madeira, organizado pela COOMFLONA, nota-se que, com base nos agentes entrevistados e na percepção de Espada (2015), para alcançar o bem-estar e a melhoria da qualidade de vida, o manejo florestal comunitário na FLONA é um processo que vai além da simples execução da atividade em si. Ele requer a participação ativa

de diversos setores da sociedade, incluindo comunidades locais, governo, empresas e Organizações não Governamentais.

Cada um desses setores pode contribuir de diferentes formas, fornecendo conhecimento técnico, recursos financeiros, relações institucionais e demonstrando boa vontade em relação às políticas públicas que favoreçam a atividade. Somente por meio de uma abordagem colaborativa é possível garantir uma gestão florestal sustentável e eficiente, que beneficie tanto as comunidades locais quanto o meio ambiente em geral.

Ao entender a gestão das comunidades como associativista, é perceptível um movimento organizacional socioeconômico pela COOMFLONA, que pode impulsionar ações e, ao envolver os membros da comunidade, gerar mudanças significativas em sua realidade. Ao elevar a condição social e econômica dos participantes, esse movimento transforma seus comportamentos, aumentando sua autoconfiança, autoestima e motivando-os a realizar ações coletivas. Tocqueville (1998) define o associativismo como um instrumento de organização dos interesses em comum, sobretudo, pela solidariedade e colaboração, relacionadas às reinvindicações no jogo político.

A partir dos dados coletados, entende-se que a qualidade da gestão das comunidades estudadas perpassa, certamente, a alternância de poder, característica de um regime democrático, tal como ocorre nas comunidades da FLONA. Conforme os diversos interesses coletivos e individuais, uma gestão atende a determinadas demandas em detrimento de outras.

Outro ponto relevante refere-se à ideia abordada acerca do TBC, o qual, de acordo com o entrevistado, atravessa práticas coletivas na condução do turismo. Compreende-se, de fato, a necessidade de ações coletivas na gestão do turismo, embora não seja possível afirmar que se trata ou não de um TBC, pois existem ações que são coletivas, bem como as que são individuais. Destaca-se que, ao perguntar ao presidente da ASMORJA sobre o turismo que acontece na comunidade, ele a identificou como TBC, enfatizando que essa é a categoria que os representa.

Porém, certa inquietude surge ao compreender que as ações do PSA se encerraram pela percepção de que os moradores conduziriam o turismo de “uma forma muito ruim”. A inquietude se dá, sobretudo, porque os moradores locais passaram a tomar a frente das ações e não mais seguir as práticas propostas pelo PSA. Ao observar o histórico de organização pelos próprios interesses, será que os moradores da FLONA não teriam autonomia para conduzir suas ações? Ao questionar o entrevistado sobre esse entendimento, a resposta foi:

> Na FLONA, eu não estou vendo essa dinâmica, é uma coisa muito individual. O processo coletivo em Maguari e Jamaraquá, chega visitante pra fazer a trilha e tem associação de guia e tem *tour* uma vez pra acompanhar o turista na guia que dá briga

> pra caramba todo tempo, mas tem uma regra por quê? Porque ser guia é a principal fonte de renda daquela atividade. O restaurante e a pousada são poucos, são dois ou três e são individuais e não tem uma regra, cada uma captura os seus clientes, tem os filhos de quem tem pousada que estão em Alter do Chão pescando cliente pra levar pra pousada […] quem leva ele pra trilha sou eu, apesar de não ser a minha vez, então tem um monte de problema […]. Depois tem o fluxo incontrolado que são os caras que tem os passeios de barco e querem parar, visitar a comunidade e ir embora sem deixar nada porque querem fazer piracaia na praia sem dar nada pra comunidade, os que vem de carro por conta própria não querem dar nada para a comunidade, então você tem todo tipo de problema, esse é outro motivo pro qual eu fugi um pouquinho de lá porque lá a competição, a disputa é grande e eu não quero brigar com quem ganha a vida dessa forma. […], Mas assim, estão tentando sobreviver, então eu não quero entrar nessa disputa, acho que o nosso projeto tem que tentar construir alguma coisa que melhora alternativa sem entrar numa disputa de sobrevivência (ENTREVISTA, INFORMANTE PSA, 2023).

É possível notar que esse entrevistado expõe uma perspectiva diferente sobre a organização e a forma de condução do turismo nas comunidades estudadas. Ainda que não haja a intenção de definir uma percepção correta, acredita-se ser essencial deter o conhecimento sobre as análises dos agentes que atuam, no caso do PSA, atuaram, significativamente, no turismo das comunidades estudadas.

6.3.6 Agências de viagens

Outro grupo externo, que possui ações de turismo na FLONA do Tapajós, é a "Bora Brasil Expedições", uma agência de viagens localizada na Bahia, com roteiros espalhados pelo Norte e Nordeste. De acordo com o *site* da empresa, "a Bora Brasil Expedições traz para você as melhores vivencias em termos de turismo de natureza com experiências imersivas" (BORA, 2022), para o entrevistado, em todos os destinos, o receptivo é trabalhado com as comunidades locais, com praticamente todos os roteiros sendo em reservas ou parques nacionais (ENTREVISTA, INFORMANTE BORA BRASIL, 2023).

Os roteiros ofertados têm início em Alter do Chão, sendo de responsabilidade do viajante adquirir o deslocamento até o destino. O roteiro, idealizado pela própria empresa, tem passeio de um dia na FLONA, visitando a comunidade de Jamaraquá, onde é realizada a trilha do Piquiá. No final do dia, o grupo retorna para Alter do Chão.

Ao ser perguntado sobre a sua percepção a estrutura, o interlocutor dessa agência avaliou que o igarapé é o maior atrativo e poderia ser mais bem aproveitado, sugerindo um roteiro de flutuação por dentro do igarapé até a ponte. A sugestão, segundo esse entrevistado, foi conversada com demais comunitários, porém ressaltou-se a necessidade da autorização do ICMBio (ENTREVISTA, INFORMANTE BORA BRASIL, 2023). A prática do turismo em

comunidades com modo de vida tradicional é uma vertente adotada pelo entrevistado desde 1997, que ressaltou:

> […] acreditamos muito no turismo como uma grande ferramenta de transformação tanto para quem visita como para que recebe. Tanto culturalmente, como economicamente. Sempre procuramos conscientizar os visitantes aonde eles estão chegando, o que eles irão encontrar, como devemos nos comportar. Da riqueza dos locais, da diferença entre preço e valor. Que transformam a forma das pessoas enxergarem a vida. Que existem muitas formas de se viver e viver bem. Diferentemente daquela que a maioria das pessoas é acostumada, que não existe o padrão certo ou errado, e sim a forma como lhe damos com o mundo externo, que reflete o nosso interno. Os roteiros em meio a natureza, naturalmente se tornam mais profundos. Já trabalho com isso desde 97, sempre com comunidades (ENTREVISTA, INFORMANTE BORA BRASIL, 2023).

Ao abordar o roteiro dessa agência e destacar os atrativos naturais de Jamaraquá, foi questionado se existiria um interesse em ampliar os roteiros para outras comunidades, citando Maguari e São Domingos. O entrevistado citou o roteiro da Vovozona, da comunidade Maguari, e destacou o interesse em uma trilha de *trekking*[51]. Ele afirmou que tanto a comunidade Maguari quanto a São Domingos estão agendadas para serem inseridas em roteiros dessa agência ainda em 2023. Porém, um ponto que chama a atenção é que, ao perguntar sobre esses roteiros, o informante destacou que não sabe muito bem quais os atrativos. A São Domingos, se comparada às outras comunidades estudadas, é a que menos tem divulgação de seus atrativos e de sua organização para receber turistas e visitantes, além de ter uma infraestrutura ainda incipiente.

Além da "Bora Brasil Expedições", outra agência que tem roteiros que envolvem a FLONA é a "Vivalá". É uma agência de viagens fundada em 2015, fruto de um Trabalho de Conclusão de Curso em *Marketing* dos donos da empresa em São Paulo (SP), Sudeste do Brasil. A Agência busca "transformar o Brasil no maior destino de turismo sustentável do mundo criando expedições que sejam transformadoras para os viajantes, as comunidades e o planeta" e tem uma perspectiva que trabalha com roteiros que mesclam diferentes experiências em diversas áreas do País, envolvendo UC. Dentre as UC disponíveis nessa agenda, está o roteiro "Amazônia – Rio Tapajós", que inclui a FLONA do Tapajós.

Essa agência engloba, em seus pacotes, uma experiência que inclui o que a própria agência chama de "volunturismo", que é "[…] a junção de turismo e voluntariado em uma mesma experiência de viagem. Dessa forma, o viajante tem um contato extremamente profundo

[51] *Trekking* pode ser entendido como uma prática de caminhada, a qual é realizada em trilhas naturais, onde o praticante pode aliviar o estresse e manter uma relação mais saudável com a natureza (ORTIZ, 1999).

com o destino e a população local por meio do voluntariado e pela imersão na natureza, cultura e gastronomia da região" (VIVALÁ, s.d.).

Essa prática une, conforme a agência, o TBC e o voluntariado na educação das comunidades receptoras, contribuindo com a capacitação profissional de pequenos negócios dos comunitários da região. Para tanto, utilizam a "Universidade Vivalá de Negócios"[52], que possui uma metodologia (Quadro 10) com 10 pontos.

Quadro 10 – Metodologia Vivalá

Nº	**Passo**	**Objetivo**
1	Definição de negócios	Ajudar a definir o negócio ou ideia de negócio comunitário em relação ao que é vendido, quem é o público-alvo, quais são as atividades chaves, custos e fontes de receita.
2	Planejamento financeiro	Aprofundar a visão estratégica financeira, de custo, introduzir rotinas simples e importantes de gestão financeira e acompanhamento de resultados.
3	Estratégias de *marketing*	Ir mais fundo em conceitos de *marketing* construindo persona, mensagem principal, tom e abordagens de comunicação.
4	Estratégias de vendas	Introduzir boas práticas e técnicas de vendas segmentando o processo em atração, conversão, relacionamento e análise das vendas realizadas.
5	Ferramentas digitais	Explicar a força das redes sociais no mundo, entender, em conjunto, canais que fazem sentido atuar com o público-alvo almejado, frequências adequadas e dicas de construção para essas comunicações.
6	Relações com público de interesse	Construir uma estratégia de relacionamento para cada público de interesse, sejam clientes, colaboradores, fornecedores, mídia, órgãos governamentais, entre outros.
7	Ações sustentáveis	Entender de maneira ampla o que é sustentabilidade e aplicar esses conceitos em ações individuais e coletivas, focando em questões ambientais, sociais e financeiras da comunidade e seus negócios familiares.
8	Autoconhecimento	Ir fundo nos sonhos e ambições dos empreendedores comunitários, auxiliando na identificação de seus pontos fortes, pontos a serem desenvolvidos, equilíbrio de vida e exercícios de desenvolvimento pessoal contínuo.
9	Planejamento de longo prazo	Fazer o primeiro planejamento anual detalhado dos negócios comunitários, auxiliando no desenvolvimento estratégico e mais amplo da iniciativa. Ao final desse módulo, o empreendedor comunitário estará formado em nossa metodologia e iniciará novamente o ciclo de aprendizagem e revisão contínua dos temas.
10	Conselho consultivo	Após o ciclo de formação, os empreendedores comunitários escolherão até 3 pessoas para junto de um indicado da Vivalá fazerem parte de seu conselho consultivo, acompanhando o desenvolvimento de sua organização, realizando reuniões trimestrais de resultados e auxiliando em seu desenvolvimento e geração de impacto positivo.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da Vivalá (s.d.).

[52] De acordo com a empresa Vivalá, é "uma universidade informal de educação empreendedora para pequenos negócios comunitários brasileiros e que visa empoderar negócios comunitários na construção e desenvolvimento do turismo sustentável da região" (VIVALÁ, s.d.).

A metodologia é o guia para um treinamento prévio ao volunturista[53], o qual "não precisa ter formação nem experiência específica, apenas estar aberto a ouvir, trocar e ter vontade de ajudar!" (VIVALÁ, s.d.). São nessas temáticas, conforme o Quadro 10, em que eram realizadas as ações com os comunitários. O treinamento com os volunturistas se organizava em três etapas.

A primeira era a realização de um treinamento on-line para explicação da metodologia utilizada; a segunda, o ensino detalhado das ações a serem aplicadas e tiradas as possíveis dúvidas, bem como é enviado um facilitador para cada expedição. A terceira era o repasse de informações sobre a biodiversidade, cultura local e alguns contatos importantes, além de sugestões do que levar na bagagem.

É importante refletir sobre a ideia de uma Universidade Vivalá de Negócios, dado que, de acordo com o Quadro 10, as temáticas e as metodologias utilizadas podem direcionar suas práticas às tendências de mercado. Ao considerar que, no caso das comunidades da FLONA Tapajós, tem-se uma lógica guiada pela relação construída entre esses moradores e aquele meio ambiente, a ideologia de mercado traz uma perspectiva contraditória para a realidade local.

Isso posto que, ao utilizar termos relativos a empreendedorismo e a desenvolvimento estratégico, faz-se alusão a indícios capitalistas, reforçando uma tendência forte de direcionamento das comunidades ao "mundo do mercado/ capital". Não houve possibilidade de aprofundamento na temática, visto que não é a intenção deste estudo, embora seja válido meditar sobre os impactos dessas ações, além de serem relevantes para estudos futuros.

A iniciativa de volunturismo pela VIVALÁ, desde sua criação, recebeu diversos prêmios e reconhecimentos nacionais e internacionais pela Organização das Nações Unidas Meio Ambiente, pelo "Parceiros Pela Amazônia" (PPA), Organização Mundial do Turismo (OMT), Associação Brasileira das Operadoras de Turismo (Braztoa), *Young Leaders of Americas, Yunus & Youth Global Fellowship* etc.

A agência oferta experiências de viagens com e sem a atividade voluntária e tem grupos durante quase todos os meses do ano, com pacotes entre 5 e 8 dias, cujos roteiros iniciam em Santarém. As atividades desses roteiros, na FLONA do Tapajós, concentram-se, em grande parte, na comunidade Maguari, com hospedagem, mentoria, trilha e grupo de carimbó local.

[53] Volunturismo pode ser entendido como uma experiência que envolve interação direta, mudança de valores e de consciência nos chamados volunturistas, com influência direta no seu estilo de vida, ao mesmo tempo em que possibilita meios de desenvolvimento comunitário por intermédio de atividades solicitadas e realizadas pelas comunidades locais (WEARING, 2001).

Envolve, ainda, algumas atividades na comunidade Jamaraquá, com a trilha e oficinas de seringa e artesanato local.

A prática do voluntariado, nessas viagens, acontecia na comunidade Maguari, atendendo a todos os moradores da FLONA, independentemente da comunidade. As atividades de volunturismo dessa agência, na FLONA do Tapajós, principiaram-se em 2018, com o apoio do ICMBio, que, na época, auxiliou o contato entre a empresa e as comunidades. Os grupos tinham no máximo 20 pessoas e, para a elaboração do roteiro, foi feita uma visita prévia para organizar e melhor operacionalizar a viagem (ENTREVISTA, INFORMANTE VIVALÁ, 2023).

A partir desse reconhecimento do espaço, foi definido o lugar dos pernoites (Maguari). A escolha se deu, primeiramente, pela quantidade de quartos disponíveis, depois pela estrutura disponível para receber os grupos. Todavia, ainda que essa pousada tenha sido a escolhida, o entrevistado afirmou que mesmo assim a estrutura dela, se comparada a outras pousadas de outras UC que a agência trabalha, é deficiente (ENTREVISTA, INFORMANTE VIVALÁ, 2023).

Apesar das deficiências, foram destacados alguns aspectos que melhoraram no decorrer desses anos, tais como limpeza de banheiros e quartos e recepção dos volunturistas: agora, todos da equipe da comunidade que prestam serviços para esses grupos aguardam a chegada dos visitantes, apresentam-se e explicam um pouco sobre a comunidade e a FLONA.

Ao se posicionar como uma agência que apoia as iniciativas de TBC, investigou-se como a operacionalização dos grupos é realizada mediante a dificuldade de contato. O entrevistado dessa empresa respondeu que, de fato, o contato é limitado, ainda assim a agência negocia as reservas e os valores diretamente com fornecedores diversos: hospedagem, alimentação, música, dança (para as rodas de carimbó – Figura 41) e condutores locais. Ao chegar a Santarém, o grupo é conduzido por um guia de turismo local (terceirizado), que também acompanha o grupo por todo o roteiro, inclusive, na FLONA.

Figura 41 – Roda de Carimbó

Fonte: Cedido pelo entrevistado da agência Vivalá (2023).

A FLONA do Tapajós deixou de fazer parte dos “roteiros de volunturismo”, sendo agora utilizados os roteiros apenas de lazer e experiência. O último roteiro aconteceu em janeiro de 2022. O motivo para esse encerramento deve-se ao fato de os volunturistas se sentirem, por vezes, tensos, inseguros e pressionados pelo auxílio a ser oferecido para os moradores locais, de modo que, em vez de aproveitar a viagem, comumente, estudavam o material fornecido pela agência. De maneira geral, como foi ressaltado pelo entrevistado da Vivalá, o retorno dos comunitários quanto às mentorias sempre foram positivos (ENTREVISTA, INFORMANTE VIVALÁ, 2023).

Sobre a experiência de receber os grupos da Vivalá, um dos entrevistados (proprietário da pousada que recebia esses grupos), destacou que essa empresa contribuiu bastante no modo como eles recebem e tratam os visitantes, não apenas com indicações e ensinamentos práticos, mas contribuição financeira para a melhoria da estrutura dessa pousada em específico (ENTREVISTA, INFORMANTE VIVALÁ, 2023). Sobre a ação da Vivalá, um morador da FLONA comenta:

> […] eles abriram muito as nossas ideias, que nós pensava que era de um jeito, acabando é de outro, né? […] Como tratar, como fazer, aí o meu filho que tá mais aqui, e é ele que pega e faz, mas ele não, ele só ensina e vão embora né? […] Eles fizeram uma oficina, mas é assim 2 dias, 3 dias e vai embora, aí eu como sou aluno já meio a meio, eu tenho sido meio sabido pra ficar aquilo e deixar no celular já tudo

> gravado como eles falaram, porque senão a gente esquece, né? (ENTREVISTA, INFORMANTE 9 MAGUARI, 2023).

Esse entrevistado e toda a sua família trabalha com turismo, os quais construíram sua primeira pousada de alvenaria em 2015. No decorrer dos anos e o início da parceria com a Vivalá em 2018, foram adquiridos conhecimentos e experiências sobre como receber melhor os visitantes. A cada viagem do grupo dessa agência, o guia acompanhante instruía sobre a forma de receber, importância da higiene, de melhorar a estrutura, de variar o cardápio.

Atualmente, essa família tem uma estrutura que conta com duas pousadas (a última finalizada em dezembro de 2022), ambas de alvenaria. Uma com cozinha interna e banheiro interno, a outra apenas com quartos e banheiro interno, além da construção de uma cozinha externa com área de convivência e um banheiro externo. A construção desse banheiro externo, conforme o dono da pousada, deu-se em virtude da solicitação e do financiamento de material da Vivalá para melhor atender aos grupos.

O destaque da estrutura ocorre por dois diferenciais: a possibilidade de acesso à *internet* (a pousada conta com *modem*), facilitando o contato entre a agência de viagens e a pousada, e a opção de cardápios também para vegetarianos e veganos (ENTREVISTA, INFORMANTE VIVALÁ, 2023). Durante a pesquisa, em meados de 2021, também foram mencionadas algumas experiências de inserção de uma trilha para ciclistas. Essa atividade, geralmente, é denominada de "cicloturismo" e pode ser entendida como:

> […] viagens a regiões próximas ou diferentes da moradia fixa do sujeito, guiadas ou não, individualmente ou em grupos, com a participação ativa e as experiências culturais e ambientais como principais motivações ao longo da rota ou percurso escolhido […] Não restringir o conceito sobre viagens distantes da moradia e mais de um dia é importante, pois muitos ciclistas utilizam da própria bicicleta para chegar até o destino, em viagens de ida e volta no mesmo dia, não necessitando do deslocamento com veículos em parte do trajeto (SARTORI, 2020, p. 18).

Ressalta-se a diferença entre ciclismo e cicloturismo. O ciclismo refere-se ao ato de andar de bicicleta para se locomover, ou como prática de lazer, enquanto o turismo por bicicleta, também conhecido como cicloturismo, pode ser conceituado como "[…] um passeio ou viagem de lazer na qual o ciclismo é parte significativa da experiência turística" (SALDANHA; SANTOS; FRAGA, 2015, n.p.).

Em relação ao cicloturismo em UC, o *site* do Ministério do Turismo destacou o aumento na busca por viagens de bicicleta pelo País, com o surgimento de novos roteiros (FIALHO, 2017). O cicloturismo vem sendo dinamizado em algumas UC, conforme aponta Melo (2017) em um artigo para o ICMBio. Nesse artigo, são citadas 8 UC federais que apoiam essa

iniciativa: PARNA da Serra do Cipó (MG), PARNA das Emas (GO), PARNA dos Lençóis Maranhenses (MA), FLONA de Brasília (DF), PARNA da Serra da Capivara (PI), PARNA de Aparados da Serra (RS), PARNA do Iguaçu (PR) e o PARNA de Ubajara (CE).

No tocante a essa questão, a pesquisadora conversou, via aplicativo de mensagem, com um dos idealizadores dessa possibilidade, dono de uma agência de eventos esportivos de Santarém, chamada "Muriki Cicloturismo e eventos esportivos", que tem histórico de viajar para outros estados brasileiros para a prática do cicloturismo.

Em 2019, antes da pandemia, foram idealizadas algumas atividades de cicloturismo na FLONA do Tapajós. Segundo o entrevistado, esse "é um esporte de baixo impacto, então não ia degradar a Floresta" (ENTREVISTA, INFORMANTE MURIKI, 2021). Esse entrevistado é um dos responsáveis pela organização do cicloturismo na FLONA. Ao abordar sobre o baixo impacto, destaca-se que a intenção não é, até o momento da realização da pesquisa, a criação de competições, e sim apenas o passeio com bicicletas.

A ideia surgiu a partir de um grupo de pedal existente, que, dentre os participantes, estava um morador da comunidade Maguari (também é proprietário de um restaurante na citada comunidade). Em conversa com o entrevistado, surgiu a possibilidade de viabilizar o cicloturismo na FLONA. Contudo, nas palavras dele sobre a autorização para realizar o cicloturismo, informou: "só que não era só ele que resolvia isso. Primeiro é o conselho das comunidades ou da comunidade e segundo a FLONA tem que estar junto para tudo o que foi resolvido lá dentro" (ENTREVISTA, INFORMANTE MURIKI, 2021).

No plano de manejo da FLONA, os passeios ciclísticos são apontados como uma experiência de turismo, indicando o ramal do km 72 (que liga a BR-163 à comunidade Jaguarari), tal como todos os ramais das comunidades da FLONA (BRASIL, 2019b). Esse destaque amplia as possibilidades para o desenvolvimento do cicloturismo na FLONA, o qual acontece em algumas comunidades.

A intenção inicial dos organizadores seria uma rota passando pelas três comunidades (São Domingos, Maguari e Jamaraquá) para que tanto as comunidades fossem beneficiadas com a renda gerada, quanto para que os ciclistas conhecessem um pouco de cada comunidade. A renda a que o entrevistado se refere é o valor para acompanhamento do condutor local da comunidade na trilha e a possibilidade de consumo de serviços de alimentação.

Nas palavras do entrevistado:

> A gente teve uma reunião com o ICMBio e as lideranças das 3 comunidades, tá bom? E ficou resolvido na reunião é que a gente conseguiria entrar de bicicleta nas trilhas somente na comunidade de São Domingos e ficaram de ver se a maguari permitiria.

> A comunidade Jamaraquá não permitiu. Então tem uma decisão e a gente teve sim que conversar para resolver determinadas coisas com as comunidades e a autorização para entrada no parque foi com o ICMBio (ENTREVISTA, INFORMANTE MURIKI, 2021).

Desse modo, a partir da reunião entre as comunidades e o ICMBio, ficou acordado que seria permitido o uso de bicicletas nas trilhas das comunidades de São Domingos e Maguari (Figura 42).

Figura 42 – Ciclistas na trilha da Vovozona – Maguari

Fonte: Pesquisa de campo (2023).

Ressalta-se que a trilha utilizada pelos cicloturistas são as mesmas que os turistas percorrem. O deslocamento entre as comunidades também poderia ser de bicicleta, mas, tendo em vista que essa atividade é feita por grupos, também se dispõe veículo de apoio para o deslocamento entre as comunidades (Figura 43).

Figura 43 – Ciclistas se deslocando em carro entre as comunidades

Fonte: Pesquisa de campo (2023).

De início, as comunidades de São Domingos e Maguari, conforme o entrevistado da Muriki (2021), interessam-se em inserir o cicloturismo em suas trilhas, no intuito de variar os serviços ofertados. Contudo, a Jamaraquá não foi a favor dessa inserção. Ao perguntar para o entrevistado da empresa Muriki sobre o motivo dessa diferença entre os interesses das comunidades, ele informou que as comunidades favoráveis são as que recebem menor fluxo de visitantes, enquanto a desfavorável tem mais de visitantes. Nas palavras do entrevistado:

> […] lá tem uma divisão de trilhas, uma divisão de desse tipo de turismo, de caminhada pela mata muito diferente entre comunidades. Na primeira comunidade, que é a São Domingos, ela não recebe quase ninguém para caminhar nas trilhas deles então não são famosas as trilhas deles. A maguari tem 1 trilha muito bacana, muito bonita conhecida, que é uma árvore é centenária lá, nem nem sei falar se é milenar, mas já é centenária é e só que a trilha é muito longa então eles não recebem tanto os turistas como a outra comunidade da frente, que é a Jamaraquá que é o fluxo todo quase de turistas vão para lá (ENTREVISTA, INFORMANTE MURIKI, 2021).

De acordo com entrevistado, o ciclismo na FLONA foi uma possibilidade bem recebida pelo ICMBio, contudo, como ele afirma “só que eles têm as leis, não é? Já definidas há algum tempo, desde quando se transformou naquela área em Floresta Nacional, ela tem as suas regras né?” (ENTREVISTA, INFORMANTE MURIKI, 2021). Para esse entrevistado, sem detalhar quais são, algumas normas de uso se mantêm desde o período da instituição da FLONA, no regime militar, e estas dificultam a implementação de algumas ações na área. Esse pensamento

pode expressar uma perspectiva desenvolvimentista, que se baseia no uso irrestrito dos recursos naturais.

Quando perguntado sobre quais seriam os principais desafios para implementar a atividade, foram citados três aspectos: convencer a comunidade de que o cicloturismo seria uma atividade que traria significativos benefícios; necessidade de treinar as pessoas das comunidades para receber esses cicloturistas, principalmente, com pernoite; seria a estrutura de apoio, com áreas para calibrar pneus e fazer pequenos consertos nas comunidades.

Relevante refletir sobre esses desafios apontados pelo entrevistado da Muriki, especialmente, o primeiro, visto que, ao tratar da possibilidade de inserção do cicloturismo nas comunidades estudadas, duas comunidades estavam interessadas. Nesse sentido, a necessidade de convencer a comunidade que optou por não participar aponta para um entendimento que o proprietário da empresa saberia o que seria melhor para os moradores daquele espaço.

6.4 Campos de relações nas comunidades da FLONA do Tapajós

O campo do turismo, conforme afirmam Figueiredo e Nóbrega (2015), refere-se a todos os agentes que o compõem e seu estudo depende, proporcionalmente, de um campo científico do turismo ainda em consolidação (conforme item 5.1). Acredita-se que a teoria de campo (BOURDIEU, 1994) contribui para entender as dinâmicas e as relações sociais, de maneira que, em uma UC, o campo de relações do turismo inclui diferentes agentes: gestores públicos, empresas privadas, moradores locais, turistas e outros prestadores de serviços. Cada agente tem sua própria posição no jogo e, frequentemente, podem ter interesses e acúmulo de capitais diferentes que influenciam seus comportamentos.

Nessa direção, o presente subitem traz a objetivação dos campos de relações, elaborados a partir dos conhecimentos adquiridos no decorrer da pesquisa. A partir dos agentes apresentados no decorrer desse estudo, serão destacadas as relações que ocorrem no campo relacional das comunidades estudadas, enfatizando a importância das organizações locais e a necessidade de articulações institucionais. Ressalta-se que este estudo circundou no que concerne ao entendimento do campo de relações do turismo. Nesse sentido, não fizeram parte dos campos representados graficamente a seguir, algumas instituições, tais como COOMFLONA e FCFT, citadas pelos entrevistados, cujo papel é fundamental em ações macro nas comunidades.

As posições sociais no campo podem ser consideradas, conforme Bourdieu (1984), reais e adaptadas, com um arranjo complexo de competição, a partir das quais empregam capitais

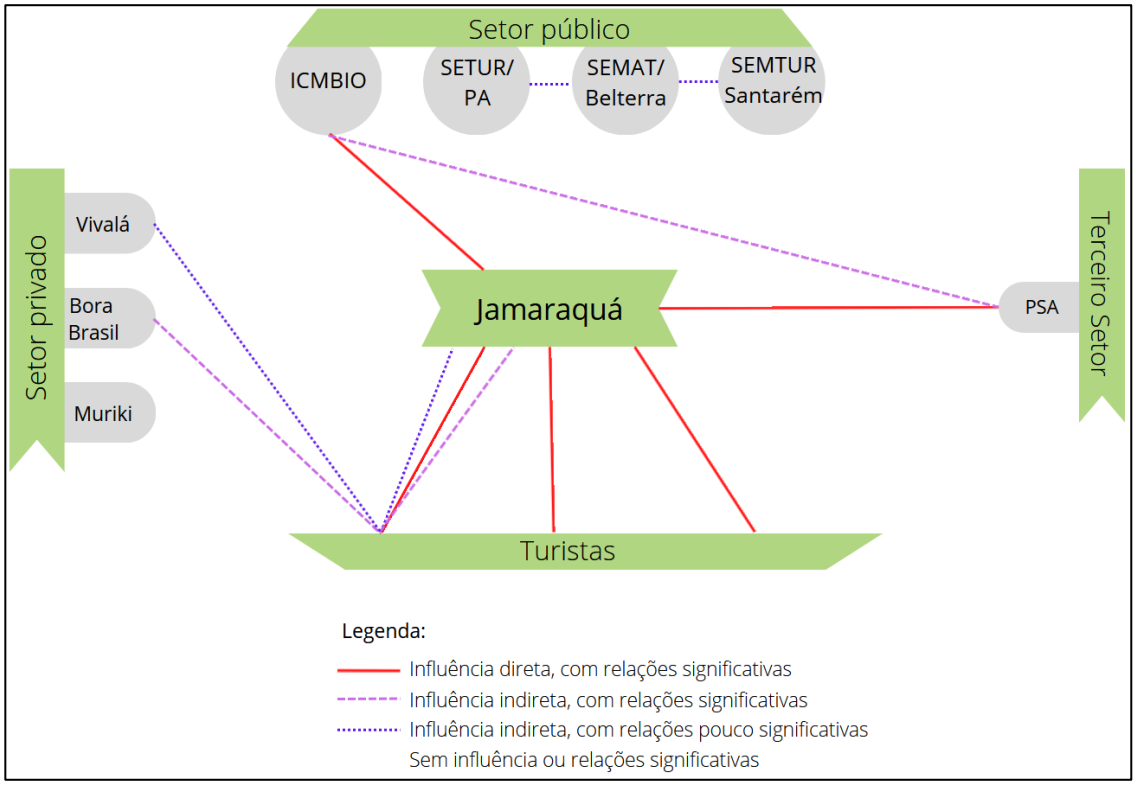
(sociais, culturais, simbólicos) para influenciar esse jogo de relações. Com base nos campos e nos dados coletados neste estudo, percebe-se que as relações são permeáveis às influências do campo econômico, social e político e têm interferências diretas das relações socioambientais.

Contudo, a organização dos moradores locais, ao ser efetiva, mantém uma tendência a limitar às influências externas. Essas influências são moldadas pela experiência social do indivíduo, incluindo sua educação, classe social, local de nascimento, gênero e outras características que afetam sua posição social. Essas experiências são mediadas pela cultura e são incorporadas ao *habitus* de uma pessoa por meio de processos de socialização.

Os agentes envolvidos nesse contexto são compostos pelos setores público e privado, moradores e turistas, ao passo que cada indivíduo age de acordo com seu *habitus* e com base em seu modo particular de compreensão do mundo, como aponta Bourdieu (1983). Para melhor visualizar as simetrias e assimetrias das realidades estudadas, foram elaborados três campos, sendo um para cada comunidade.

Na Figura 44, representou-se o campo de relações do turismo da comunidade Jamaraquá. Nessa comunidade, é possível observar um fluxo turístico significativo. É um público que, parte considerável, advém diretamente de Alter do Chão, sem necessariamente ter o contato com agências de viagem.

Figura 44 – Representação gráfica do Campo de Relações do Turismo da comunidade Jamaraquá



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Conforme a Figura 44, é possível verificar que não foram identificadas relações da SETUR/PA, da SEMAT/Belterra e da SEMTUR/Santarém com essa comunidade. Ainda que tenham sido mencionados interesses em estabelecer vínculos e possíveis acordos de cooperação, não foram observadas iniciativas concretas.

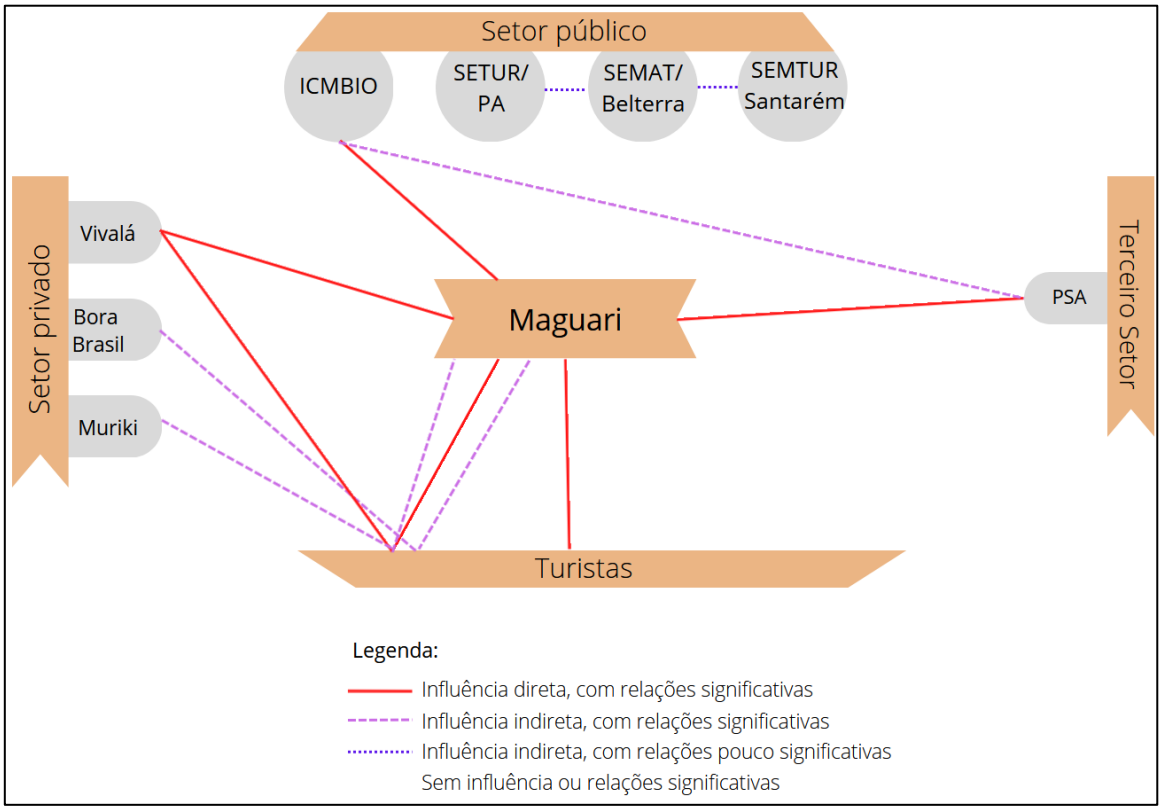
No setor privado, foram identificadas relações indiretas, significativas ou pouco significativas. As relações acontecem, especificamente, como oferta de passeios, adquiridos diretamente com lancheiros, sem que sejam informadas possibilidades de pernoite ou demais passeios (os quais são divulgados pelos próprios moradores – por rede social ou pelo *site* do ICMBio).

As agências de viagens estudadas para essa pesquisa não oferecem a possibilidade de pernoite nessa comunidade, sendo que as atividades oferecidas são apenas a trilha do Piquiá e uma oficina de elaboração de látex (essa última exclusiva da agência "Vivalá"). A empresa local de aventura, que envolve o cicloturismo, informou não ter atividade nessa comunidade por decisão da própria comunidade Jamaraquá.

Foram identificados conflitos de interesses entre os moradores dessa comunidade. Sendo o turismo um meio de complementação de renda, nota-se que o dinamismo de ações coletivas (atuação como condutor e contribuição financeira para a associação) e ações individuais (construção de hospedagens e restaurantes com benefícios financeiros individuais).

Na Figura 45, tem-se o campo de relações do turismo da comunidade Maguari. Nessa comunidade, observa-se que o fluxo turístico é significativo, embora seja menor do que na Jamaraquá. É um público que, em geral, parte de Alter do Chão e desloca-se por indicação/informações divulgadas pela *internet* ou pela condução de agências de viagem (que pode ocorrer de lancha ou de ônibus, conforme o tamanho do grupo).

Figura 45 – Representação gráfica do Campo de Relações do Turismo da comunidade Maguari



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

A partir dos dados coletados em campo, pode-se inferir que o fluxo de turistas existente em Jamaraquá não é determinado apenas pela oferta de atrativos, mas, inicialmente, pela iniciativa de estruturação da comunidade para receber turistas e visitantes. A partir dessa organização e estruturação, consideravelmente, apoiada pelo PSA e pela relação entre o PSA e os moradores (baseada em uma ligação prévia com uma liderança, que, conforme informado anteriormente, tinha vínculo empregatício com um dos coordenadores do projeto), Jamaraquá teve seu nome divulgado e indicado pelas pessoas do PSA para receber visitantes. Essa indicação foi cristalizada perante os lancheiros, que, costumeiramente, oferecem aos turistas em Alter do Chão, primeiro a comunidade do Jamaraquá.

A partir da representação gráfica desse campo de relações do turismo, compreende-se que a ação direta com relações significativas no turismo dessa comunidade, para além do fluxo de turistas, dá-se com o setor privado por meio da agência Vivalá, que, diretamente, influencia no modo como os prestadores de serviços locais atuam (direcionando as ações para recebimento do grupo e espraiando-se para turistas vindos de diferentes origens) e, indiretamente, corrobora para que outros moradores dessa comunidade também alterem seu atendimento.

Do setor público, apenas o ICMBio possui influência direta com relações significativas, e do Terceiro Setor, apenas o PSA foi apontado como fundamental na organização e

estruturação da comunidade para receber turistas, ainda que, atualmente, não se tenha atuação do PSA para com o turismo na Maguari.

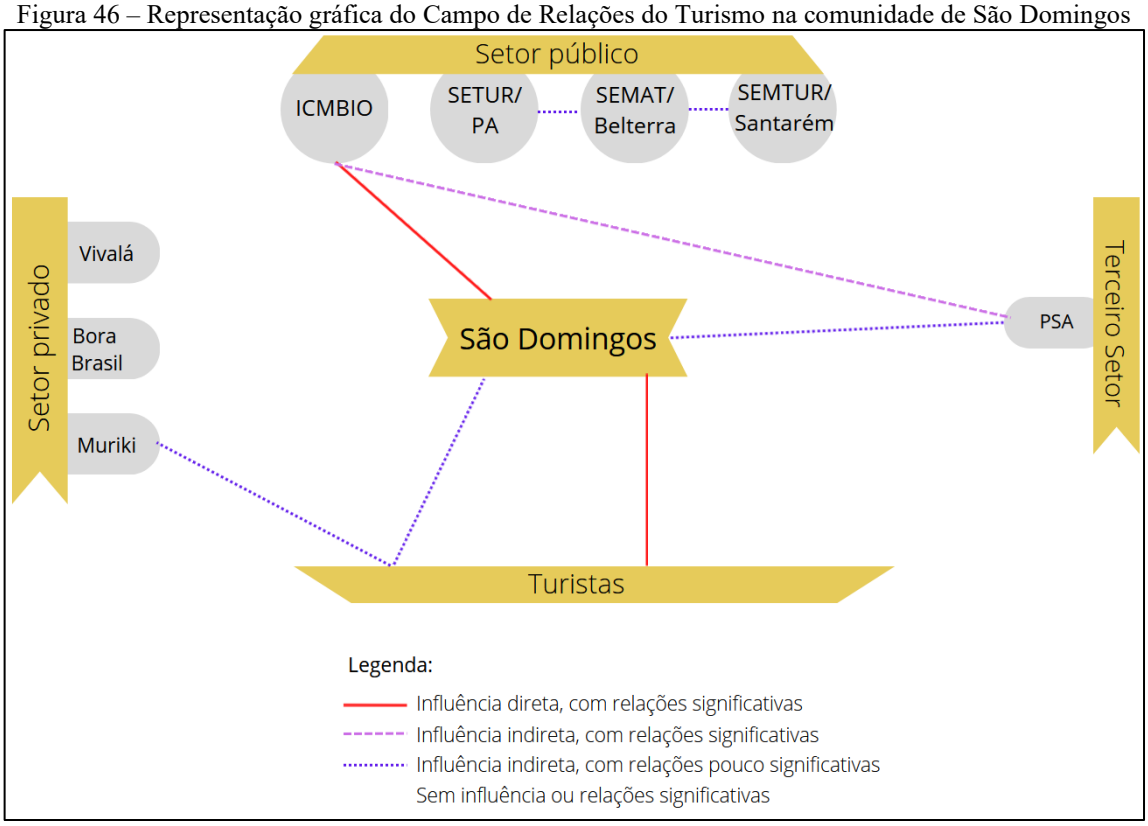
Além da influência e relação direta com a empresa VIVALÁ, na comunidade, também foram identificadas relações indiretas de outras agências de viagens, tais como a Bora Brasil Expedições e a Muriki, que influenciam, de modo direto, na atividade turística. Isso porque, ainda que ambas não trabalhem regularmente com permanência maior do que um dia, utilizam serviços de condutores e de restaurantes.

Com base na Figura 45, percebe-se que não foram estabelecidas relações entre essa comunidade e os órgãos gestores de turismo (SETUR/PA, SEMAT/Belterra e SEMTUR/Santarém). Mesmo que tenha sido destacada, pelos órgãos entrevistados, a vontade de desenvolver o turismo local, não foi referida a que comunidade essa vontade estava relacionada.

Com base na coleta de dados, neste estudo, concerne-se que o fluxo de turistas também não está associado apenas à oferta de atrativos, e sim à organização e à estruturação dos moradores para receber os visitantes, assim como a atenção quanto às indicações da agência Vivalá para atendimento e experiência dos visitantes.

Em relação à comunidade São Domingos, a representação gráfica do campo de relações do turismo está representada na Figura 46, em que se observa um fluxo ainda incipiente de turistas, se comparado às demais comunidades estudadas, conforme consta na linha destinada aos turistas na comunidade. Existe um público de visitação que parte considerável advém de instituições de ensino superior da região (IFPA e UFOPA, especificamente), que chegam de ônibus ou veículos menores. Não foram identificados, na saída de Alter do Chão, a oferta de passeios para essa comunidade.

Figura 46 – Representação gráfica do Campo de Relações do Turismo na comunidade de São Domingos



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

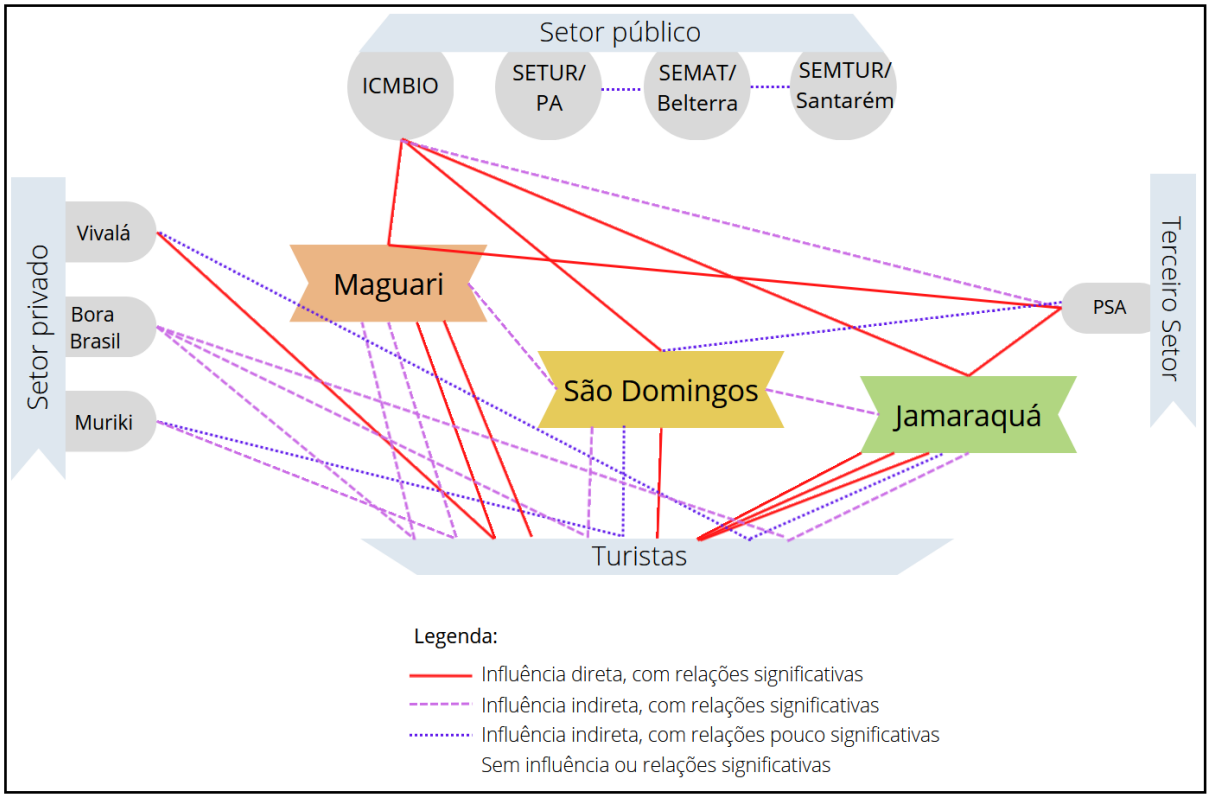
Com base nesse campo, é notável que a ação direta com relações significativas no turismo dessa comunidade ocorre apenas pelo fluxo de turistas e pelo ICMBio. No setor privado, apenas a agência local de Santarém possui relação com a São Domingos, ainda assim, é considerado indireto, com relações pouco significativas. No setor privado, as agências externas à região (Vivalá e Bora Brasil Expedições) informaram desconhecer a comunidade São Domingos, por isso, não a incluíram em seus roteiros.

A partir da Figura 46, também não foram identificadas relações entre essa comunidade e os órgãos gestores de turismo (SETUR/PA, SEMAT/Belterra e SEMTUR/Santarém). O interesse em desenvolver o turismo na FLONA do Tapajós, a partir das entrevistas com o órgão estadual de turismo do Pará (SETUR/PA), necessita da existência de uma estrutura mínima em um atrativo turístico, para que seja utilizado como contrapartida para possíveis parcerias futuras.

Nesse contexto, mediante a ausência de influência e de relação significativa com outras comunidades da FLONA, as quais têm um fluxo mais consolidado e mais estrutura, pode-se inferir que qualquer ação do serviço público de turismo para a comunidade de São Domingos levará um tempo considerável para ser implementada.

Na Figura 47 está a representação gráfica do campo de relações do turismo na FLONA Tapajós, com base nas comunidades estudadas. É possível perceber as diferentes interações e influências externas que conformam esse campo. Contudo, a relação entre as comunidades também se mostrou significativa, ainda que com relações indiretas quanto ao turismo. Cada comunidade possui influência quanto às ações das demais comunidades, porém ainda assim existe a autonomia nas decisões.

Figura 47- Representação Gráfica do Campo de Relações do Turismo na FLONA Tapajós



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

De acordo com a Figura 47, ainda que exista uma relação significativa entre as comunidades, destaca-se que essas interações ora são convergentes, ora divergentes, formando um campo relacional complexo. À primeira vista, apresentam consensos e certa "romantização" no que diz respeito às comunidades da FLONA. No entanto, as discordâncias e os desentendimentos também fazem parte de uma convivência social. Nas comunidades estudadas, as convergências e as divergências identificadas estão expostas no Quadro 11.

Quadro 11 – Convergências e divergências nas comunidades estudadas

Aspectos que geram divergências	Aspectos que geram convergências
Quanto à prestação de serviços de hospedagem, alimentos e bebidas e benefícios particulares	Quanto à participação dos condutores e benefícios coletivos
Fluxo desigual de turistas	Turismo como complementação de renda
Os entrevistados consideram Jamaraquá ter o maior fluxo de turistas	Dinâmicas locais de gestão
Impunidade em determinadas ações comunitárias	Ações do ICMBio
Ausência da gestão pública de turismo	Ações pelo bem comum

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Segundo Bourdieu (1994), o *habitus* é formado a partir das experiências sociais de um indivíduo, incluindo sua classe social, educação e outros fatores que afetam sua posição e seus processos sociais. Isso significa que o *habitus* molda as percepções, as práticas e as disposições dos indivíduos em relação à política. Essa teoria contribuiu para a entendimento das relações existentes nas comunidades estudadas. As estruturas sociais, culturais, econômicas e políticas influenciam a forma como a ação coletiva é organizada e conduzida.

Ao compreender as relações de poder entre os membros de um grupo (entre uma comunidade, ou entre várias comunidades), é perceptível como a ação coletiva se inicia e mantém-se, simultaneamente, é um meio de entender como os grupos podem superar obstáculos impostos por outras estruturas sociais em busca de objetivos comuns.

Em uma tentativa de objetivar as relações em um campo, é imprescindível lembrar que estas são cercadas de coerções e influências impostas aos agentes. Logo, há uma instabilidade nas estruturas, de modo que cada agente (observando interesses individuais e coletivos) tem suas ações moldadas pelo sistema de relações, no qual o indivíduo está inserido. Relações essas que são políticas, econômicas, culturais, sociais etc. e baseadas no capital acumulado no transcurso de sua trajetória, conformada a partir do *habitus*.

Ao utilizar a teoria de campo, que enfatiza a importância das relações de poder e das estruturas sociais que moldam os indivíduos, argumenta-se que, na governança, os agentes identificados têm interesses e recursos/capital que viabilizam influenciar o processo de gestão e a tomada de decisão. Cada agente identificado, nos campos representados graficamente, ocupa uma posição capaz de influenciar (mais ou menos) outros agentes. Entrementes, a ausência de influências (como no caso da SETUR/PA e SEMAT/Belterra) também se evidencia como uma estrutura estruturante, na medida em que ações desenvolvidas ou não por órgãos públicos tendem a influenciar mais a sociedade no caso de não ter ações.

Os atores sociais estabelecem relações de influência e conflito com base em um sistema de forças em determinado espaço social. Nesse sentido, as noções de *campo* e de *habitus*, de Bourdieu (1996), contribuem para o tencionar a dinâmica dos conflitos existentes. Ainda que muitos dos conflitos sejam sutis, eles existem e devem ser descortinados. Sejam eles identificados pelo chamado "ciúme" entre as comunidades, seja pelos interesses de empresas em investir nas comunidades, a despeito de uma dinâmica diferente da proposta pelas associações e pela FCFT, ou ainda, pelas ausências na gestão dos órgãos públicos de turismo.

De acordo com Bourdieu (1996), o campo é um conjunto de agentes com diferentes níveis de poder material e simbólico que mantêm relações de força entre si, estabelecidas pelo acesso desigual ao capital econômico, social e político. Portanto, as questões abordadas nesta pesquisa e, de certa forma, objetivadas nas Figuras 44, 45, 46 e 47, desvelam as distintas maneiras de relação e de apropriação dos recursos, apontando para um quadro de disputas e tentativas de compatibilizações quanto às responsabilidades de órgãos públicos e às lógicas de interesse dos diferentes grupos sociais.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir sobre o turismo em UC é uma questão controversa sob muitos aspectos, especialmente, pelas primeiras noções desenvolvimentistas: conservacionistas *versus* preservacionistas, que travavam uma queda de braço em meados da década de 1850. No decorrer dos anos, com o surgimento e a divulgação de estudos acerca da finitude dos recursos naturais, tal como a ocorrência de eventos internacionais, o Brasil teve mudanças significativas na sua legislação, no que tange à conservação ambiental, inclusive, com a alteração do viés preservacionista para a conservacionista.

Nessa ótica de conservação ambiental, as UC são referências, para além de aspectos ambientais, também por questões sociais, culturais e ambientais, conforme a categoria de manejo. No caso da FLONA do Tapajós, existem variadas percepções no que concerne às diversas comunidades que habitam nela: pela cultura, pelo turismo, pelo manejo florestal, pela organização comunitária, pelas práticas de subsistência, pela extração do látex etc. Ao utilizar o turismo como categoria de análise para verificar se a governança propicia a ação coletiva dos agentes sociais locais, entende-se que não se trata apenas de abordar o turismo *per se*, senão entender, outrossim, os contextos nos quais o turismo acontece.

Em virtude disso, urge destacar que, para a captar o contexto no qual o turismo está inserido, foram utilizadas a teoria de campo, proposta por Bourdieu (2011) e a teoria da ação coletiva, proposta por Ostrom (2003). Ambas as teorias permitem perceber e deslindar as estruturas sociais e culturais e como estas influenciam a ação coletiva em contextos específicos, ademais como esses grupos podem se organizar para superar desafios no alcance de objetivos comuns e no gerenciamento de recursos comuns de modo sustentável.

A hipótese norteadora da pesquisa apontou sobre a existência de uma ação coletiva voltada para o turismo, nas comunidades estudadas, com regras e acordos comunitários elaborados pelos próprios moradores. Em contrapartida, a governança é insuficiente no tocante aos órgãos públicos de turismo. Conforme exposto nesta tese, é notável a organização política existente na FLONA e, de modo específico, nas comunidades estudadas. A ação coletiva existente, conquanto alguns conflitos explícitos e outros velados, revelou-se atuante e organizada, sendo possível visualizar tal realidade a partir dos princípios indicado por Ostrom (2003).

O contexto de instituição da FLONA do Tapajós, em 1974, reflete nas ações atuais desenvolvidas pelas comunidades, entre as quais, o turismo. A necessidade de organização própria e informal, pelo direito de permanecer em seu lugar de vida, reverberou em um *habitus*

permeado, que concorreu para a politização das lideranças comunitárias dos povos que ali moravam. Essa politização se fortaleceu ao longo dos anos, objetivando-se na COOMFLONA, na FCFT e nas associações comunitárias e intercomunitárias. Tais instâncias foram os primeiros agentes sociais que vieram da organização dos próprios comunitários. Outra organização que atua na FLONA é o PSA, cujas ações são voltadas para o Programa Floresta Ativa e para o turismo em outras comunidades.

Nas comunidades estudadas, o PSA desempenhou, até 2008, uma presença ativa no fortalecimento do turismo, seja pela contribuição financeira na construção dos CATV na Jamaraquá e na Maguari, seja pela estrutura de distribuição de água. Não obstante, nos últimos anos, as ações de turismo nas comunidades estudadas são inexistentes, ainda que todos os comunitários entrevistados tenham destacado a importância do PSA, no passado, para o desenvolvimento do turismo.

As instâncias civis da FLONA do Tapajós surgiram como resposta à necessidade de organização mediante as pressões institucionais do governo federal, mormente, o IBDF e o Ibama que, conforme os moradores entrevistados, foram órgãos marcados por conflitos pela necessidade de imposição de normas verticalizadas. A criação do ICMBio, em 2007, e a existente Lei nº 9.985/2000 (SNUC) trouxeram uma abordagem mais participativa, de modo que o ICMBio foi citado como parceiro na gestão da FLONA do Tapajós. Ainda que seja uma UC de uso sustentável com conselho gestor consultivo, os entrevistados da FLONA afirmaram que todas as discussões do conselho gestor são validadas e respeitadas.

A relação de parceria entre os moradores das comunidades estudadas com o setor público se limita ao ICMBio. Não foram identificadas relações ou interesses a curto prazo entre os órgãos gestores de turismo, que poderiam atuar nessa área. SETUR/PA, SEMTUR/Santarém e SEMAT/Belterra não demonstraram nenhuma ação que cooperasse com o desenvolvimento do turismo. Aliás, com base nos entrevistados das comunidades, a única instituição pública presente é o ICMBio. Ainda que o governo do Estado, por meio da SETUR/PA, tenha um Programa de Qualificação em Turismo (PEQTUR), não foram detectadas iniciativas para a FLONA, fato que se agrava por ser considerado, conforme o Plano Ver-o-Pará (2011), um "produto estrela", com potencial.

As Secretarias Municipais de Turismo de Santarém e de Belterra também não evidenciaram interesse em atuar nesse lócus. No caso de Santarém, territorialmente, a FLONA está em outra jurisdição, porém, em se tratando de uma cidade com interesse em ser um polo de concentração, qualificar e informar os prestadores de serviço sobre as possibilidades de passeios e atrativos nas regiões próximas é basilar.

Entre o setor privado, com as agências de viagem e turismo, considerando as distintas origens dessas, pode-se entender dois contextos: o primeiro, da empresa de Santarém, que, por ser da região, conhece as três comunidades estudadas, entretanto, o uso é restrito a duas (Maguari e São Domingos) – fato que se deu por escolha e permissão dos próprios moradores. Em São Domingos, pela estrutura limitada, após a realização da trilha, os cicloturistas (caso permaneçam na FLONA o restante do dia) optam por fazer refeições e ter momentos de lazer na comunidade Maguari, em que há mais estrutura de bares e restaurantes, se comparada à primeira.

O segundo contexto é de empresas de outros estados (SP e BA), as quais não conhecem São Domingos, consequentemente, não visitam a comunidade. Para a Maguari, a influência dessas agências é essencial, sobretudo, pelos aprendizados e pelas indicações delas sobre como receber e prestar serviços aos turistas. Na comunidade Jamaraquá, as relações são pontuais, mas significativas, pois são ofertadas oficinas (para visualizar todo o processo de elaboração das mantas de látex), trilhas e serviços de alimentação.

A partir da identificação dos agentes do turismo e com base no campo de relações desses agentes, foi possível analisar a governança existente nas comunidades estudadas da FLONA do Tapajós. Pela compreensão da governança como os diferentes modos pelos quais as sociedades podem se organizar, nota-se que, na gestão da FLONA, existem dois níveis de gestão: o formado pelas instâncias civis e outra, pelo setor público.

No campo dessas relações, foi possível conhecer a articulação entre as três comunidades e o setor público, que, no que concerne ao turismo, dá-se, exclusivamente, pelo ICMBio. A busca por soluções das questões necessárias ocorre, primordialmente, em nível comunitário e posterior (conforme a abrangência do problema) pode ser ampliado à instância intercomunitária, depois pela FCFT até chegar ao ICMBio.

Ainda que pareça um processo burocrático, frequentemente, as questões e as dificuldades das comunidades são levadas, diretamente, para o ICMBio, em especial, em casos nos quais se busca alguma penalidade por descumprimento das normas. Conforme explanado neste estudo, como órgão gestor das UC federais, o ICMBio é apontado como o único representante do setor público, para os moradores, é responsável por todas as demandas existentes em todo o território da FLONA.

Os demais níveis de gestão, estadual e municipal são insuficientes não apenas no turismo, mas nas diversas necessidades das populações dessa UC: educação, saúde, comunicação, transporte etc. Direcionado ao turismo, o foco esteve nas Secretarias estadual (PA) e municipal (Belterra), em que não foram identificadas articulações. Fato esse destacado

tanto pelos entrevistados das comunidades quanto pelos participantes pertencentes a essas instituições. Nesse recorte, para o turismo, são necessárias algumas reflexões.

Considerando a hierarquia de gestão, em tese, a SETUR/PA teria mais possibilidade de promover ações de qualificação e divulgação da FLONA, ao se pôr num lugar de aguardar a contrapartida de locais que têm fluxo turístico, potencial e interesse dos moradores em dinamizar o turismo, qualquer localidade que não tenha acesso à informação sobre como contatar esse órgão, ou à comunicação, de modo satisfatório, fica prejudicada.

No caso da FLONA do Tapajós, ao compreender a dificuldade de transporte, ofertar cursos em Santarém é inviável para os moradores realizarem esse deslocamento, sobretudo, ao observar que, além do deslocamento, é necessário investimento em hospedagem e em alimentação, tendo em vista que os cursos de qualificação não duram apenas um dia. Entende-se que os custos da SETUR/PA para a realização de ações que cooperem para o desenvolvimento do turismo na FLONA, mesmo considerando que o benefício direto seja para as comunidades, os benefícios indiretos se mantêm pela manutenção da floresta viva, a qual contribui para a qualidade de vida humana não apenas dos moradores da FLONA.

Os benefícios econômicos advindos da melhoria de estruturas e prestação de serviços apoiam a complementação de renda dos comunitários. Contudo, a potencialidade do turismo para a educação ambiental é percebida uma possibilidade de sensibilização e possível mudança perante o modelo de sociedade vigente. Não se pretende romantizar a floresta viva e a mudança de pensamento capitalista como fatos, porquanto se sabe que este não é um processo simples, ainda assim faz parte desse processo.

Além da insuficiência da gestão estadual de turismo para a FLONA do Tapajós, tem-se contexto similar na gestão municipal por Belterra. O contexto é agravado pela recente mudança de prefeitura e consequente alternância nos cargos das Secretarias municipais, entre as quais, a de Meio Ambiente e a de Turismo. A SEMAT/Belterra se interessa pela dinamização do turismo, todavia está direcionada para ações no MuCA. O plano “Encontro”, idealizado para regionalizar ações para o Baixo Tapajós, até o momento, não demonstra os êxitos em sua implementação, característica preocupante ao considerar que o citado documento expirará em 2025.

A organização para atuar com turismo na FLONA, em especial, nas comunidades São Domingos, Maguari e Jamaraquá, teve seu início em meados da década de 2000. No entanto, antes de iniciar com o turismo, os moradores precisaram se organizar pelo direito de permanência em suas terras. A tentativa de se organizar coletivamente e de forma organizada para o alcance do direito de permanecer nos seus respectivos lugares de moradia, que era o

objetivo comum, foi baseada pela cooperação entre as lideranças e a confiança dos demais moradores em que esta questão poderia ser resolvida de outro modo, além da expulsão.

Esse contexto foi basilar para a compreensão dos moradores sobre a necessidade de se organizarem formalmente, criando associações que representassem seus interesses. Contudo, convém resgatar a atuação do PSA, ainda que não se tenha obtido dados sobre uma possível participação nesse processo, inicialmente, foi apontado como articulador de oficinas sobre participação e organização social em diversas comunidades da FLONA, entre as quais, as pesquisadas neste estudo.

Para o turismo, a governança efetua-se, essencialmente, pelas comunidades, que são responsáveis por elaborar as normas sobre as ações em seus territórios, como, por exemplo, para evitar concorrência, ser o mesmo valor da trilha nas três comunidades. No entanto, para os demais passeios, o valor fica a critério da associação de cada comunidade. Outra norma definida é o percentual de valores a ser repassado para a associação comunitária local.

Ainda que exista uma organização coletiva para as ações relacionadas ao turismo, foram especificados alguns conflitos que não têm perspectiva de serem solucionados, tais como a sutil rivalidade entre as comunidades acerca do fluxo de turistas e o acesso desordenado de visitantes às praias, que causam incômodo aos moradores, sem que, necessariamente, haja algum tipo de consumo.

Pode-se afirmar que as comunidades estudadas têm autonomia no processo de gestão em seus espaços, ao passo que as ações perpassam uma hierarquia interna da FLONA, criada pelos próprios moradores. A organização dos moradores para o turismo, inclusive, foi idealizada e posta em prática também pelos envolvidos, com normas e regulações elaboradas em reunião comunitária e intercomunitária e sancionada pela FCFT da FLONA e, posteriormente, pelo conselho gestor.

Nesse aspecto, mesmo que haja essa autonomia, a principal dificuldade acontece com algumas circunstâncias: quando se infringem as normas do regimento e as punições impostas pelas comunidades não são cumpridas, é necessária a intervenção do ICMBio, que também pode ser insuficiente.

Ao tratar da organização e da ação coletiva, relembrando que, para Cefaï (2007), não há um conceito objetivado, de modo, na FLONA, notam-se pelas comunidades estudadas, a existência de uma coletividade organizada, formalizada e institucionalizada, com objetivos comuns em um contexto de cooperação e competição com outros coletivos. Ao mesmo tempo em que existe a cooperação entre moradores, a existência de competição entre as comunidades também se mantém, e, conforme as possibilidades, é administrado pelos próprios moradores.

Em contraponto, tal ação coletiva, permeada de cooperação e competição, tem significativas limitações de autonomia em se tratando do turismo. Isso ocorre pela total insuficiência dos setores públicos de turismo em estimular o desenvolvimento dessas comunidades. Capacitações que poderiam contribuir, substancialmente, para a forma como o turismo é conduzido acontecem em locais distantes, que exigem recursos financeiros para o deslocamento e a permanência.

Percebe-se, ainda, uma necessidade de os próprios moradores, que atuam com turismo, ter autonomia na divulgação da FLONA/comunidade/empreendimento, questão dificultada tanto pelo limitado acesso à *internet* quanto pelo restrito conhecimento de uso de aparelhos eletrônicos, sobretudo, para pessoas com mais de 40 anos.

A partir do que foi coletado, a SETUR/PA investe em produtos específicos, que possuam estruturação precedente, visando aumentar o fluxo. Por ausência de organização/interesse da SEMAT/Belterra, não são viabilizadas essas ações de qualificação, ao mesmo tempo em que pensar no porquê os próprios moradores não se organizam para tal, significa apreender que muitos sequer tem conhecimento da existência dessa hierarquia para o desenvolvimento do turismo.

O órgão apontado pelos moradores como o responsável por todas as questões é o ICMBio, que, de fato, tem, sob sua missão e responsabilidade, zelar pelos recursos naturais e pelo desenvolvimento sustentável na região. Contudo, ser um órgão federal responsável pela gestão de UC não significa que outros níveis de gestão possam se ausentar de suas responsabilidades.

Percebe-se que a organização coletiva, sem o incentivo do setor público, torna-se limitada. Ao se falar de incentivo, aborda-se também acerca de parcerias, de relações e de viabilidades para melhoria do bem-estar social e de ações que contribuam para tal. O turismo, conforme citado anteriormente, além da complementação de renda, é um potencial meio de educação ambiental, devendo ser, dessa maneira, uma responsabilidade compartilhada entre todos os níveis de governo.

As relações do campo (BOURDIEU, 2011) retroalimentam-se. Logo, quando um dos agentes diminuiu sua influência, o campo como um todo é prejudicado. Isso significa afirmar que, caso houvesse uma relevante influência dos órgãos gestores de turismo com o ICMBio e os moradores envolvidos com turismo na FLONA, a estrutura, o atendimento, a informação, a divulgação e a qualificação de serviços, em geral, poderiam melhorar.

As parcerias estabelecidas, no transcurso dos anos, foram essenciais para a politização e a formação de organizações para a gestão do turismo na FLONA do Tapajós. O mercado com

agências de viagens, contudo, ainda é restrito pela dificuldade de contato via *internet* e de acesso a informações, além da exigência no padrão de serviços. Outro aspecto relevante diz respeito à restrição quanto a outros idiomas, fator que limita a experiência e a sensibilização ambiental, conforme foi possível visualizar do decorrer de uma das trilhas realizadas pela pesquisadora.

Tendo em vista a potência no uso das redes sociais para compartilhar fotos e experiências, seria também importante uma oficina de práticas digitais para divulgar imagens e informações sobre estruturas e serviços, sendo essa uma demanda dos próprios moradores locais entrevistados.

As ações voltadas para o uso público, amiúde, são consideradas secundárias diante de questões prioritárias, como a preservação ambiental e a qualidade de vida dos seres vivos da região, devido a problemas financeiros, à falta de recursos humanos e à infraestrutura adequada.

A partir da problemática norteadora deste estudo sobre as relações entre diferentes agentes da cadeia do turismo, sua interação, organização e possíveis novas lógicas de governança, a lógica do *modus vivendi* e *operandi* das comunidades estudadas na FLONA, tangenciadas pela legislação ambiental, passou por inúmeras tentativas de alteração e influência externa.

Com a instituição da FLONA, em 1974 pelo IBDF, a forma de condução da questão ambiental brasileira teve impacto significativo no modo como os moradores dessa região se relacionavam entre si. Na época, não se pôde identificar a governança na gestão e condução das legislações e políticas públicas nacionais. A própria dinâmica de regime militar, vigente na época, cerceava processos participativos. No entanto, o processo participativo, o envolvimento e a articulação entre os moradores da FLONA foram basilares para o alcance de seus direitos.

Com a Constituição Federal de 1988, as perspectivas participativas foram disseminadas na sociedade brasileira. Porém, ao entender a governança como uma forma de governo mais cooperativa, nota-se, a partir dos dados coletados em campo, que a governança na FLONA do Tapajós só foi vislumbrada, de fato, a partir da criação do ICMBio em 2007.

No entanto, essa forma de governo mais cooperativa se restringe à gestão de um órgão exclusivamente. A cooperação, nesse contexto da FLONA, é, essencialmente, entre o ICMBio, a FCFT, a COOMFLONA e as associações de cada comunidade. Demais órgãos da gestão pública não cooperam, não participam e não demonstram, de fato, interesse em fazê-lo. Instituições privadas influenciam, de maneira limitado, as ações dos moradores, mas não têm nenhuma participação no processo de gestão local ou pelo ICMBio.

Corrobora-se com o pensamento de Sjah e Baldwin (2014), os quais afirmam que, mesmo que os indivíduos tenham autonomia e êxito na gestão dos recursos de uso comum, a gestão pública tem papel preponderante a ser desempenhado. Acredita-se, ainda, que a autonomia e o êxito não se restringem aos recursos de uso comum, como também as possibilidades de qualificação e acesso a políticas públicas que atendam aos anseios das comunidades.

Qualificações e acesso a políticas públicas que repercutem os interesses dos moradores locais, seja no acesso à saúde, à educação, a transporte, às comunicações, ao turismo etc., no que toca o turismo, devem viabilizar políticas que melhorem a estrutura local, a qualidade nos serviços prestados e mais esclarecimento quanto às responsabilidades de cada nível de gestão.

A sobreposição de gestão, quando não se tem delimitação sobre as responsabilidades, prejudica determinados espaços. Ademais, a questão é a delimitação clara e objetiva das responsabilidades, que suscitem um processo de governança para a condução da articulação entre os diferentes agentes.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Desenvolvimento sustentável: qual a estratégia para o Brasil? **Novos Estudos CEBRAP**, [*S.I.*], v. 87, p. 97-113, 2010.

ABRAMOVAY, R. **Amazônia**: por uma economia do conhecimento da natureza. São Paulo: Elefante, 2020.

ACSELRAD, H. Políticas ambientais e construção democrática. **O Desafio da Sustentabilidade**: um debate socioambiental no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

ADAMS, C.; BORGES, Z.; MORETTO, E. M.; FUTEMMA, C. Governança ambiental no Brasil: acelerando em direção aos objetivos de desenvolvimento sustentável ou olhando pelo retrovisor? **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, [*S.I.*], v. 25 n. 81, maio/ago. 2020.

AKTOUF, O. Governança e pensamento estratégico: uma crítica a Michael Porter. RAE - **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, p. 43-53, jul./set. 2002

ALLEGRETTI, M. A Construção social de políticas públicas: Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. **Desenvolvimento e meio ambiente** – Modos de relação com a natureza: complexidades socioambientais, Curitiba, n. 18, p. 39-60, 2008.

ALONSO. A.; COSTA, V.; MACIEL, D. Identidade e Estratégia na Formação do Movimento Ambientalista Brasileiro. **Novos Estudos**, [*S.I.*], v. 79, nov. 2007.

ALVES, F. G.; COSTA, H. S.; PERINOTTO, A. R. C. Instagram como ferramenta para fidelização de clientes: Fotografia, Redes Sociais e Turismo. **Marketing & Tourism Review**, [*S.I.*], v. 2, n. 2, p. 1-21, 2017

ALVES, M. L. B. Reflexões Sobre a Pesquisa Qualitativa Aplicada ao Turismo. Revista **Turismo em Análise**, São Paulo, v. 22, n. 3, p. 599-613. dez. 2011.

ALVES, S. E. L. Governança e Cidadania Empresarial, **RAE** – Revista de Administração de Empresas da FGV, São Paulo, v. 41, n. 4, p. 80, out./dez 2001.

AMARAL FILHO, O. **Marca Amazônia**: o Marketing da Floresta. Curitiba: Editora CRV, 2016.

ANDERSEN, K. G. *et al*. The proximal origin of SARS-CoV-2. **Nature Medicine**, [*S.I.*], v. 26, p. 450-452, 2020.

ANDRADE, D. S. **Da mina ao porto**: legado de uma mineradora nos estados do Pará e Maranhão. 2018. 68 f. Dissertação (Mestrado em Uso Sustentável de Recursos Naturais em Regiões Tropicais) – Instituto Tecnológico Vale, Belém, 2018.

ARAGON, L. E. Introdução ao estudo da migração internacional na Amazônia. **Revista Contexto Internacional**, [*S.I.*], v. 33, n. 1, jan./jun. 2011.

ARARAL, E. Ostrom, Hardin and the commons: a critical appreciation and a revisionist view. **Environmental science & policy**, [*S.I.*],v. 36, p. 11-23, fev. 2014.

ARAUJO, R. S. G.; GODOY, K. E. O Turismo como fenômeno sociocultural: reflexões para além da atividade econômica. Seminário da ANPTUR, 2016. **Anais…** 2016.

ARAUJO, C. P. de. Da Embratur à política nacional de turismo. **PosFAUUSP**, [*S.I.*], v. 19, n. 31, p. 146-163, 2012.

BAHIA, M. C. **O lazer e as relações socioambientais em Belém/Pará**. Belém: NAEA, 2014.

BAIA JR, P. C.; MATHIS, A. Garimpagem de Ouro e Unidades de Conservação na Região do Rio Tapajós, Pará, Brasil (Paper 312). **Papers do NAEA**, Belém, v. 22, n. 1, 2013.

BARDIN, L. **Análise do Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BANTIM, N.; FRATUCCI, A.; TRENTIN, F. O Papel do Estado nas Instâncias de Governança Regionais do Turismo. **Observatório de Inovação do Turismo** - Revista Acadêmica, v. XIV, n. 2, ago. 2020.

BARQUÍN, R. S. *et al.* Reflections on tourism, development and Sustainability. **Tourisms**: an international multidisciplinary journal of tourism, Gréek, v. 7, n. 1, p. 343-358. 2012. Disponível em: http://www.chios.aegean.gr/tourism/VOLUME_7_No2_art17.pdf. Acesso em: 22 abr. 2021.

BARRETTO FILHO, H. T. Bolsonaro, Meio Ambiente, Povos e Terras Indígenas e de Comunidades Tradicionais: uma visada a partir da Amazônia. **Cadernos de Campo**, São Paulo, v. 29, n. 2, p. e178663-e178663, 2020.

BARRETO, M. **Manual de Iniciação aos Estudos do Turismo**. 18. ed. Campinas: Papirus, 2009.

BATISTA, D. **Amazônia** – cultura e sociedade. Manaus: Valer, 2006.

BECKER, B. K. Geografia Política e Gestão do Território no Limiar do Século XXI: uma representação a partir do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 3, p. 169-182, 1991.

BECKER, B. K. Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados**, [*S.I.*], v. 19, n. 53, p. 71-86. 2005.

BELTERRA. **Estrutura organizacional**. Belterra: Prefeitura, 2023. Disponível em: https://belterra.pa.gov.br/secretarias.php. Acesso em: 5 fev. 2023.

BENI, M. C. **Análise Estrutural do Turismo**. 14. ed. São Paulo: Senac São Paulo, 2019.

BENI, M. C.; MOESCH, M. A Teoria da complexidade e o ecossistema do Turismo. **Turismo** – Visão e Ação, v. 19, n. 3, , p. 430-457, set./dez. 2017, Camboriú, Brasil.

BERGAMINI, J. C. L.; SOUZA, J. A. Governança no ambiente público: análise dos reflexos na administração pública. **Inclusão Social**, [*S.I.*], v. 14, n. 1, 2022.

BERTOLDI, M. R.; DAMASCENO, Á. T. M. A conservação da biodiversidade na Amazônia e a Governança Transnacional Ambiental: o Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA) e a experiência local com o Parque Nacional do Cabo Orange (PNCO). **Revista de Direito da Cidade**, [*S.I.*], v. 12, n. 4, p. 2600-2622, 2020.

BEZERRA, G. B. C.; PINTO, A. F. F. Turismo e reorganização do espaço local: uma análise geográfica acerca da comunidade Jamaraquá, Belterra/Pará. Encontro Nacionais de Geógrafos, 19., João Pessoa, 2018. **Anais…** João Pessoa: 2018.

BORDENAVE, J. E. D. **O que é participação?** 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BORJA, J.; SÁNCHEZ, J.; SISTERNAS, X., & SUBIRATS, J. **Gobierno y organización administrativa del territorio**. XP07/B0192/02481. Universitat Oberta de Catalunya, 2014.

BORRINI, G. *et al*. Governance of protected areas: from understanding to action. **Best practice protected area guidelines series**, [*S.I.*], n. 20, 2013.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

BOURDIEU, P. **Razões práticas**. Sobre a teoria da ação. 6. ed. Campinas: Papirus, 2005.

BOURDIEU, P. **Coisas Ditas**. Tradução Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BOURDIEU, P. **Las Estructuras Sociales de la Economía**. Buenos Aires: Ediciones Manantial SRL, 2001.

BOURDIEU, P. Las formas del capital. Capital económico, capital cultural y capital social. *In*: BOURDIEU, P. **Poder, derecho y clases sociales**. Bilbao: Desclée de Brouwer. 2000.

BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BRASIL. MINTER. **Projeto de lei sobre política do meio ambiente**. Brasília, DF: Minter, 1977.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Presidência do Brasil, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm#adct. Acesso em: 7 fev. 2021.

BRASIL. **Sobre o IBAMA**. IBAMA, 2019. Disponível em: https://www.ibama.gov.br/institucional/sobre-o-ibama#historico. Acesso em: 14 mar. 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Meio Ambiente. Resolução nº 001, de 23 de janeiro de 1986. Brasília, DF: CONAMA, 1986. Disponível em:

https://www.ibama.gov.br/sophia/cnia/legislacao/MMA/RE0001-230186.PDF. Aceso em: 6 fev. 2021.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Amazônia Legal**. Brasília, DF: IBGE, 2014. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/geociencias/informacoes-ambientais/pedologia/15819-amazonia-legal.html?=&t=o-que-e. Acesso em: 21 abr. 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Assentamentos**: Relação de Beneficiários por Superintendência Regional. Brasília, DF: INCRA, 2015. Disponível em: http://www.incra.gov.br/beneficiarios. Acesso em: dez. 2022.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente**. A Floresta Nacional do Tapajós**. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2017. Disponível em: http://www.ICMBio.gov.br/flona_tapajos/. Acesso em: 2 abr. 2021.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Boas Práticas na gestão de Unidades de Conservação**. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2018b.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Brasil**: 5º relatório nacional para a Convenção sobre Diversidade Biológica / Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Biodiversidade e Florestas; Coordenador Carlos Alberto de Mattos Scaramuzza. Brasília: MMA, 2016a.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Cadastro Nacional de Unidade de Conservação**. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2018. Disponível em: https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/areasprotegidasecoturismo/plataforma-cnuc-1. Acesso em: 12 jan. 2021.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Contribuições do Turismo em Unidades de Conservação para a Economia Brasileira** – Efeitos dos Gastos dos Visitantes em 2018. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2019a. Disponível em: https://www.gov.br/icmbio/pt-br/centrais-de-conteudo/contribui-c3-a7-c3-b5es-economicas-do-turismo-final-web-pdf. Acesso em: 5 fev. 2021.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Diagnóstico dos conselhos de unidades de conservação federais**. Resultado Final. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2011. Disponível em: https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo_noticia//21044_20111014_102902.pdf. Acesso em: 4 jan. 2022.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Estratégia para o desenvolvimento do turismo sustentável na Amazônia Brasileira**. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2008b. Disponível em: http://www.fornatur.com.br/uploads/12_09_2008/Ministerio+Meio+Ambiente.pdf. Acesso em: 4 jan. 2023.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Intepretação ambiental nas Unidades de Conservação Federais**. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2018c.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Instrução Normativa ICMBio nº 2**, **de 3 de maio de 2016**. Dispõe sobre normas e procedimentos administrativos para autorização de uso para a

prestação do serviço de condução de visitantes em unidades de conservação federais, conforme as informações contidas no processo n° 02070.001887/2012-05. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2016. Disponível em: https://www.ICMBio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Instrucao_normativa/2016/in_ICMBio_2_2016_exerc%c3%adcio_atividade_conducaovisitantes_ucs.pdf. Acesso em: 4 jan. 2023.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Instrução Normativa nº 5, de 1º de junho de 2018**. Dispõe sobre diretrizes e procedimentos administrativos para o monitoramento da visitação em unidades de conservação federais. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2018a. https://www.gov.br/icmbio/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/arquivos/intrucao_normativa_5_2018.pdf. Acesso em: 3 fev. 2023.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Instrução Normativa ICMBio nº 8**, **de 18 de setembro de 2008**. Estabelece normas e procedimentos para a prestação de serviços vinculados à visitação e ao turismo em 52 Unidades de Conservação Federais por condutores de visitantes. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2008a. Disponível em: https://www.ICMBio.gov.br/portal/images/stories/o-que-somos/in082008.pdf. Acesso em: 4 jan. 2023.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Mosaicos e Corredores Ecológicos**. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2015. Disponível em: https://www.ICMBio.gov.br/portal/mosaicosecorredoresecologicos. Acesso em: 2 abr. 2021.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **O que é uma unidade de conservação?** Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, s.d. Disponível em: https://www.ICMBio.gov.br/flonaipanema/floresta-nacional-de-ipanema.html?id=10. Acesso em: 9 jun. 2021.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Plano de Manejo Floresta Nacional de Carajás**. Volume II. Planejamento. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2016. Disponível em: https://www.gov.br/ICMBio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/amazonia/lista-de-ucs/flona-decarajas/arquivos/dcom_ICMBio_plano_de_manejo_flona_carajas_volume_ii.pdf. Acesso em: 3 fev. 2023.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Plano de Manejo da Floresta Nacional do Tapajós**. Volume I – diagnóstico. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2004. Disponível em: https://documentacao.socioambiental.org/ato_normativo/UC/1666_20140912_170703.pdf. Acesso em: 6 fev. 2021.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Plano de Manejo da Floresta Nacional do Tapajós**. Volume I – diagnóstico. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2019b. Disponível em: https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/amazonia/lista-de-ucs/flona-do-tapajos/arquivos/plano_de_manejo_flona_do_tapajos_2019_vol1.pdf. Acesso em: 6 fev. 2021.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Plano de Manejo da Floresta Nacional do Tapajós**. Volume II – Planejamento. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2019c.

Disponível em: https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/amazonia/lista-de-ucs/flona-do-tapajos/arquivos/plano_de_manejo_flona_do_tapajos_2019_vol2.pdf. Acesso em: 6 fev. 2021.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Resolução CONABIO nº 6, de 3 de setembro de 2013**. Dispõe sobre as Metas Nacionais de Biodiversidade para 2020. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2013. Disponível em: http://www.rbma.org.br/anuariomataatlantica/pdf/metas_nacionais_biodiversidade_cdb_2020.pdf. Acesso em: 22 maio 2021.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Roteiro metodológico para manejo de impactos da visitação**: com enfoque na experiência do visitante e na proteção dos recursos naturais e culturais. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2011. Acesso em: 19 jan. 2022.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Tabela consolidada das Unidades de Conservação**. Brasília, DF: CNUC/MMA, 2022. Disponível em https://cnuc.mma.gov.br/powerbi. Acesso em: 3 jan. 2023.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Boletim de estatísticas turísticas**. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2020. Disponível em: http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/boletins.html. Acesso em: 27 abr. 2021.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Edital de Chamada Pública de Projetos MTur/nº 001/2008** – Seleção de propostas de projetos para apoio às iniciativas de Turismo de Base Comunitária. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2008.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo**. PNT – 2013-2016. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2013. Disponível em: https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/plano-nacional-2013-pdf. Acesso em: 26 abr. 2021.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Portaria Ministerial nº 205, de 9 de dezembro de 2015**. Estabelece critérios para a atualização do Mapa do Turismo Brasileiro, instituído pela Portaria MTur nº 313, de 3 de dezembro de 2013, e dá outras providências. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2015b. https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-/publicacoes/portarias-arquivos/portaria-2015/portaria-n-205c-de-9-de-dezembro-de-2015. Acesso em: 2 jan. 2023.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Portaria Conjunta nº 407, de 19 de outubro de 2018**. Institui a Rede Nacional de Trilhas de Longo Curso e Conectividade - RedeTrilhas dá outras providências. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2018. Disponível em: https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-/publicacoes/atos-normativos-2/2018/portaria-conjunta-no-407-de-19-de-outubro-de-2018. Acesso em: 5 fev. 2021.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo** – Roteiros do Brasil: Módulo Operacional 3: Institucionalização da Instância de Governança Regional. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2007. Disponível em: http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/roteiros_brasil/institucionalizacao_da_instancia_de_governanca_regional.pdf. Acesso em: 4 jan. 2023.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Relatório de Atividades Turísticas de Belterra**. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2022a. Disponível em: https://www.gov.br/pt-br/servicos/consultar-dados-turisticos-dos-destinos-brasileiros. Acesso em: 12 dez. 2022.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Vila Americana**. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2022b. Disponível em: https://investimento.turismo.gov.br/portuguese/vila-americana/. Acesso em: dez. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 5.758 de 13 de abril de 2006**. Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas – PNAP, seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5758.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%205.758%2C%20DE%2013,estrat%C3%A9gias%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAncias. Acesso em: 4 jan. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 1.298, de 17 de outubro de 1994**. Aprova o Regulamento das Florestas Nacionais, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1994. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d1298.htm. Acesso em: 5 fev. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 10.623, de 9 de fevereiro de 2021**. Institui o Programa Adote um Parque, com a finalidade de promover a conservação, a recuperação e a melhoria das unidades de conservação federais por pessoas físicas e jurídicas privadas, nacionais e estrangeiras. Brasília, DF: Presidência da República, 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/decreto/d10623.htm. Acesso em: 4 jan. 2023.

BRASIL. Presidência da República **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República,1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVil_03/LEIS/L9795.htm. Acesso em: 10 jan. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm. Acesso em: 5 fev. 2021.

BRASIL. Tribunal de Contas da União **Áreas Protegidas, Auditoria Coordenada**. Relatório de auditoria coordenada em áreas protegidas da América Latina. Brasília, DF: TCU, 2015. Disponível em: https://portal.tcu.gov.br/biblioteca-digital/auditoria-coordenadanas-areas-protegidas-da-america-latina.htm. Acesso em: 8 abr. 2021.

BRITO, R.; CASTRO, E. Desenvolvimento e conflitos na Amazônia: um olhar sobre a colonialidade dos processos em curso na BR-163 **Rev. NERA**, Presidente Prudente, ano 21, n. 42, pp. 51-73, 2018.

BRONDIZIO, E. S.; OSTROM, E.; YOUNG, O. R. Connectivity and the Governance of Multilevel Social-Ecological Systems: The Role of Social Capital. **Annual Review of Environment and Resources**, [*S.I.*], v. 34, p. 253-278, 2009.

BRUYNE, P.; HERMAN, J.; SCHOUTHEETE, M. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais**: os polos da prática metodológica. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Reforma do Estado para a cidadania**: a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional. São Paulo: Editora 34, 1998.

BRESSER-PEREIRA, L. C. A construção política do Estado. **Lua Nova**: Revista de cultura e política, São Paulo, n. 81, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo .php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452010000300006. Acesso em: 15 mar. 2021.

BURSZTYN, M. A.; BURSZTYN, M. **Fundamentos de política e gestão ambiental**: os caminhos do desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

CÂMARA, J. B. D. Governança Ambiental no Brasil: ecos do passado. **Revista de Sociologia e Política**, Paraná, v. 21, n. 46, p. 125-146, jun. 2013.

CAMARGO, L. O. L. Hospitalidade, turismo e lazer. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, [*S.I.*], v. 13, n. 3, p. 1-15, 2019.

CAPRA, F. **A Teia da Vida**. Uma nova compreensão científica dos seres vivos. 8. ed. São Paulo: Cultrix, 2003.

CARNEIRO, M. D. S. Mineração, siderurgia e desenvolvimento na Amazônia Oriental: um balanço da experiência do Programa Grande Carajás. *In*: CONGÍLIO, R. C.; BEZERRA, R. E MICHELOTTI F. (Org.). **Mineração, trabalho e conflitos amazônicos no sudeste do Pará**. Marabá: Iguana, 2019.

CASTRO, E. Expansão da Fronteira – Megaprojetos de Infraestrutura e Integração Sul-Americana. **Caderno CRH**, Salvador, v. 25, n. 64, p. 45-61, jan./abr. 2012.

CASTRO, E. Estado e suas margens: limites da interpretação teórica e movimentos sociais. *In*: LIMONAD, E.; CATRO, E. (Org.). Um **novo planejamento para um novo Brasil?** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014.

CASTRO E. M. R.; FIGUEIREDO S.; RIVERO S. L.; ALMEIDA O. T. Pensamento crítico sobre a Amazônia e o debate sobre desenvolvimento. **Paper do NAEA**, Belém, v. 27, n. 1, p. 379, 2018.

CASTRO, E. Razão decolonial, experiência social e fronteiras epistemológicas. *In*: CASTRO, E. (Org.). **Pensamento crítico latino-americano** São Paulo: Annablume, 2019.

CASTRO JUNIOR, E.; COUTINHO, B. H.; FREITAS, L. E. Gestão da biodiversidade e áreas protegidas. *In*: GUERRA, A. J. T.; COELHO, M. C. N. (Org.). **Unidades de Conservação**: abordagens e características geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand, 2009.

CAVALCANTE, P. **Gestão pública contemporânea**: do movimento gerencialista ao pós-NPM. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2017. Disponível em: http:// repositorio.ipea .gov.br/bitstream/11058/8027/1/td_2319.pdf . Acesso em: 18 abr. 2022.

CAVALCANTI, C. Economia e Ecologia: Problemas da Governança Ambiental no Brasil. **Revista Iberoamericana de Economía Ecológica**, [*S.I.*], v. 1, p. 1-10, 2004.

CEFAÏ, D. **Por que nos mobilizamos?** Teorias da ação coletiva. Paris: Éditions La Découverte, 2007.

CELLARD, A. A Análise Documental. In: POUPART, J. *et al*. (Org.). **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CIFUENTES, M. **Determinación de capacidad de carga turística en áreas protegidas**. Turrialba, Costa Rica: Centro Agronomico Tropical de Investigacion Y Enseñanza - CATIE, 1992.

COELHO, T. P. **Projeto Grande Carajás**: trinta anos de desenvolvimento frustrado. Marabá, PA: Editorial iGuana, 2015.

COLCHESTER, M. **Salvaging nature**: indigenous peoples, protected areas and biodiversity conservation. World Rainforest Moviment. Montevideo. (2003). Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/284691747. Acesso em: 10 jan. 2023.

COLLARES, I. Z.; RIBEIRO, M. T. S.; FARINON, C. G. N. A governança como meio de aprimorar a implementação de unidades de conservação. *In*: LEUZINGER, M. D.; SANTANA P. C.; SOUZA L. R. Os 20 anos da lei do sistema nacional de unidades de conservação. Brasília, DF: UniCEUB; ICPD, 2020.

COMMISSION ON GLOBAL GOVERNANCE. **Our global neighborhood**: the report of the commission on global governance. London: Oxford University Press, 1995.

COOMFLONA. Cooperativa Mista Flona do Tapajós. Disponível em: http://www.florestal.gov.br/documentos/sala-de-imprensa/eventos/simposio-de-manejo-florestal-na-amazonia-brasileira/1369-cooperativa-mista-da-flona-tapajos-verde/file. Acesso em: 16 jun. 2018.

CORCUFF, P. **As novas sociologias**: construção da realidade social. Bauru: EDUSC, 2001.

COSTA, G. M. M.; MELO, H. P.; ARAUJO, V. L. BNDES: Entre o desenvolvimento e o neoliberalismo (1982-2004). **Memórias do Desenvolvimento**, [*S.I.*], ano 5, n. 5, p. 11-235, out. 2016.

COSTA, J, M. Ensaio sobre Meio Ambiente, Ordenamento Territorial e Escala de Ação das Grandes Corporações. A Vale na Estratégia de Conservação da Natureza e Desenvolvimento em Carajás. **Espaço Aberto**, [*S.I.*], v. 2, n. 1, p. 101-116, 2012.

CONVENTION ON BIOLOGICAL DIVERSITY. Report of the High-Level Panel on Global Assessment of Resources for Implementing the Strategic Plan for Biodiversity 2011-2020. **CBD**, 2012. Disponível em: https://www.cbd.int/sp/targets/. Acesso em: 22 maio 2021.

COUTINHO A. C. A.; NÓBREGA, W. R. M. Governança em destinos turísticos: desafios na sociedade contemporânea. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 55-70, set./dez. 2019.

COX, M.; ARNOLD, G.; TOMÁS, S. V. A Review of Design Principles for Community-Based Natural Resource Management. **Ecology and Society**, [*S.I.*], v. 15, n. 4, p. 38, 2010.

COZZOLINO, L. F. F.; IRVING, M. A. Por uma concepção democrática de governança para a esfera pública. **Revista Políticas Públicas**, [*S.I.*], v. 19, n. 2, p. 497-508, 2015

CRUZ, S. H. R; MENDES, F.L.S.; CAMPOS, R.I.R. Ecoturismo e desenvolvimento local na Floresta Nacional de Caxiuanã /Melgaço (PA). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v .9, n. 6, p.737-750, nov. 2016/jan. 2017.

CRUZ, V. L. L.; MOTA, K. M.; PERINOTTO, A. R. C. Redes Sociais na Internet: Estratégias para divulgação das potencialidades turísticas do Piauí – Brasil. **Revista Rosa dos Ventos**, [*S.I.*], v. 4, n. 1, p. 77-88, jan./jul. 2012.

CUNHA, A. M.; BAZOTTI, L. S.; CANTO SILVA, C. Formação de monitores/condutores e educação ambiental – estratégias de desenvolvimento do turismo sustentável nas UCs do RS. **Fólio** – Revista Científica Digital, [*S.I.*], v. 17, n. 1, p. 213-229, 2016.

CUNHA, L. H.; COELHO, M. C. N. Política e Gestão ambiental. *In*: CUNHA, S. B.; GUERRA, A. J. T. (Org.). **A questão ambiental: diferentes abordagens**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

DALLABRIDA, V. R. **Governança territorial e desenvolvimento**. Garamound: Rio de Janeiro, 2011.

DALLARI, S. G. Proteção à intimidade, confidencialidade e o sigilo na pesquisa em saúde. In: GUERRIERO, I. C. Z.; SCHMIDT, M. L. S.; ZICKER, F. (Org.). **Ética em pesquisas em ciência humanas e sociais na saúde**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017a.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **Comum**: ensaio sobre a revolução no século XXI. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2017b.

DELGADO, M. Análise da metodologia criada por Miguel Cifuentes referente à capacidade de carga turística. **Revista Turismo em Análise**, [*S.I.*], v. 18, n. 1, p. 73-93, 2007.

DEMO, P. **Participação é conquista**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

DESLANDES, S.; COUTINHO, T. Pesquisa social em ambientes digitais em tempos de COVID-19: notas teórico-metodológicas. **Cadernos de Saúde Pública**, [*S.I.*], v. 36, n. 11, p. e00223120, 2020.

DIAS, R. **Planejamento do Turismo**: política e desenvolvimento do turismo no Brasil. São Paulo: Atlas, 2003.

DIEGUES, A. C. O mito do paraíso desabitado: as áreas naturais protegidas. *In*: FERREIRA, L.C; VIOLA, Eduardo. (Org.). **Incertezas de Sustentabilidade na Globalização**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

DIEGUES, A.C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec; USP, 2000.

DIEGUES, A. C. (Org.) **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente/USP, 2001.

DIETZ, T.; DOLSAK, N.; OSTROM, E.; STERN, P. C. The drama of the commons, *In*: OSTROM, E. E. *et al*. (Orgs.). **The drama of the commons**. [*S.I.*]: National Academy Press, 2002.

EMBRATUR. **Diretrizes do Programa Nacional de Municipalização do Turismo**. Brasília:Embratur, 1999.

ESCOBAR, A. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? *In*: **A Colonialidade do Saber**: Eurocentrismo e Ciências Sociais – Perspectivas Latino americanas. Buenos Aires: Colección Sur Sur, CLASCSO, 2005.

FARIAS, S. C. G. **Gestão de unidades de conservação no município do Rio de Janeiro**: realidade e limites do pacto federativo. 2017. Tese (Doutorado em Meio Ambiente) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2017.

FAZITO*,* M.; RODRIGUES*,* B.; NASCIMENTO, E.; PENA, L. C. S. O papel do Turismo no Desenvolvimento Humano. **Papers do NAEA**, Belém, n. 372, ago. 2017.

FAZITO, M. O futuro do Turismo. **Revista Cenário**, Brasília, DF, v.8, n. 14-6, jun. 2020.

FENSTERSEIFER, T. **Direitos fundamentais e proteção do ambiente***:* a dimensão ecológica da dignidade humana no marco jurídico-constitucional do Estado Socioambiental de Direito. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008

FERNANDES, D. A. A formação do pensamento desenvolvimentista regionalista amazônico no século XX: uma análise a partir das influências das obras de Euclides da cunha e Gilberto Freyre. **Relatório de pesquisa**. Pesquisa desenvolvida durante estágio pós-doutoral no CEDEPLAR/UFMG, com apoio da CAPES (Edital PGPSE nº 42/2014). 2019.

FERREIRA, N. S. A. As pesquisas denominadas "estado da arte". **Educação & Sociedade**, [*S.I.*], v. 79, 2002.

FERREIRA, L. D. O.; NÓBREGA, W. R. de M. Reflexões teóricas e conceituais sobre política pública e governança aplicada ao contexto das Áreas Naturais Protegidas. **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)**, [*S.I.*], v. 11, n. 2, 2018.

FIALHO, G. **Novos circuitos buscam alavancar cicloturismo no Brasil**. Brasília, DF: Ministério do Turismo. 2017. Disponível em: http://antigo.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/7443-novos-circuitos-buscam-alavancar-cicloturismo-no-brasil-4.html#:~:text=Se%20cada%20vez%20tem%20crescido,cicloturismo%20t%C3%AAm%20surgido%20no%20pa%C3%ADs. Acesso em: 30 abr. 2022.

FIGUEIREDO, S. L. Turismo e pandemia: impactos e estruturação das práticas e políticas no Brasil e estado do Pará. **Papers do NAEA**, Belém, v. 1, n. 1, ed. 473 1 (Dossiê Crise e Pandemia), 2020.

FIGUEIREDO, S. L.; NÓBREGA, N. Turismo e desenvolvimento regional: conceitos e políticas em um caso brasileiro. *In*: FIGUEIREDO, S. L.; NÓBREGA, N. AZEVEDO, F. (Org.). **Perspectivas contemporâneas de análise em turismo**. Belém: NAEA/UFPA, 2015

FONSECA, I. F.; BURSZTYN, M. A Banalização da Sustentabilidade: reflexões sobre governança ambiental em escala local. **Sociedade e Estado**, Brasília, DF, v. 24, n. 1, p. 17-46, jan./abr. 2009.

FOSSÁ, M. I. T. **Proposição de um constructo para análise da cultura de devoção nas empresas familiares e visionárias**. 2003. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

FRANCISCO, A. Conflito Fundiário na Floresta Nacional do Tapajós. In: RICARDO, F. **Terras Indígenas e Unidades de Conservação da natureza**: o desafio das sobreposições. [*S.I.*]: Instituto socioambiental, 2004.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Conscientização**. São Paulo: Moraes, 1980.

FUNDO Amazônia. Projeto Floresta Ativa Tapajós. Centro de Estudos Avançados de Promoção Social e Ambiental. Disponível em: https://www.fundoamazonia.gov.br/pt/projeto/Floresta-Ativa-Tapajos/. Acesso em: 6 fev. 2023.

GEBELUKA, R. A. D. **Configuração e atribuições do Conselho Tutelar e sua expressão na realidade Pontagrossense**. 2008. 202f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2008.

GIBSON, L. Digite a sua resposta: gerando dados de entrevistas por e-mail. *In*: BRAUN, V.; CLARKE, V.; GRAY, D. (Org.). **Coleta de dados qualitativos**: um guia prático para técnicas textuais, midiáticas e virtuais. Tradução de Daniela Henriques. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. Atlas: São Paulo, 2017.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019

GONÇALVES, A. O conceito de governança. **XIV Encontro do Conpedi**, v. 16, 2005. Disponível em: https://www.unisantos.br/upload/menu3niveis_1258398685850_alcindo_goncalves_o_conceito_de_governanca.pdf. Acesso em: 14 fev. 2021.

GONÇALVES, F. G.; SANTOS, J. R. dos. Composição florística e estrutura de uma unidade de manejo florestal sustentável na Floresta Nacional do Tapajós, Pará. **Acta Amazonica**, [*S.I.*], v. 38, n. 2, p. 229-244, 2008.

GONÇALVES, D. C. M. *et al*. **Estrutura populacional e uso da semente de morototó em comunidades na Flona Tapajós**. 2019. 113 f. Tese (Doutorado em Ciências Ambientais) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2019.

GONDIM, N. **A invenção da Amazônia**. São Paulo: Marco Zero, 1994.

GONZAGA, J. A função social da propriedade nas cartilhas da comissão pastoral da terra: de 1984 a 1989. **Revista Contraponto**, v. 6, n. 2, 2019.

GONZÁLEZ, M. V. Gestión pública del turismo. La gobernanza. In FERNÁNDEZ, J. P. I., & SÁNCHEZ L, Y. (Org.). **Gestión estratégica sostenible de destinos turísticos**. Sevilla: Universidad Internacional de Andalucía, Servicio de Publicaciones, 2013.

GONZÁLEZ, M. V. Gobernanza turística: ¿Políticas públicas innovadoras o retórica banal? **Caderno Virtual de Turismo**. Edição especial: Hospitalidade e políticas públicas em turismo. Rio de Janeiro, v. 14, supl.1, s.9-s.22, nov. 2014.

GRAHAM, J.; AMOS, B.; PLUMPTRE, T. W. **Governance principles for protected areas in the 21st century**. Ottawa: Institute on Governance, Governance Principles for Protected Areas, 50 p. 2003.

GUIMARÃES, C. L.; MILANEZ, B. Mineração, impactos locais e os desafios da diversificação: revisitando Itabira. **DeMA** – Desenvolvimento e Meio Ambiente, v. 41, p. 215-236, ago. 2017. Disponível em: https://bit.ly/3fN74Lx. Acesso em: 20 abr. 2021.

GUIMARÃES, M. Sustentabilidade e Educação Ambiental. *In*: CUNHA, S. B.; GUERRA, A. J. T. (Orgs.). **A questão ambiental**: diferentes abordagens. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

GUTIÉRREZ REY, F.; ACOSTA MUÑOZ, L. E.; SALAZAR CARDONA, C. A. **Perfiles urbanos en la Amazonia colombiana**: un enfoque para el desarrollo sostenible. Bogotá: Instituto Sinchi, 2004.

HANNA, P.; MWALE, S. Não estou com você, mas estou…: Entrevistas face a face virtuais. In: BRAUN, V.; CLARKE, V.; GRAY, D. (Org.). **Coleta de dados qualitativos:** um guia prático para técnicas textuais, midiáticas e virtuais. Tradução de Daniela Henriques. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

HARDIN, G. The Tragedy of the Commons. **Science**, v. 162, n. 3859, p. 1243-1248, 1968.

HARDT, L. The idea of good (enough) governance. A look from complexity economics. **Working Paper Series:** Faculty of Economic Sciences (University of Warsaw), n. 5, p. 1-21, 2012.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, D. The Future of the Commons. **Radical History Review**, v. 109, p. 101-107. 2011.

HARVEY, D. **O Neoliberalismo**: história e implicações. Tradução: Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HARVEY, D. Precisamos de uma resposta coletiva para o dilema coletivo do Coronavírus. **Jacobin**. 2020. Disponível em: https://www.jacobinmag.com/2020/04/david-harvey-coronavirus-pandemic-capital-economy. Acesso em: 28 abr. 2021.

HIGGINS-DESBIOLLES, F. Socialising tourism for social and ecological justice after COVID-19. **Tourism Geographies**, v. 22, n. 3, p. 610-623. 2020.

IMBIRUSSÚ, É; OLIVEIRA, G. G. de. Reprodução social da comunidade tradicional de Fundo de Pasto do Paredão do Lou: uma análise dos recursos de uso comum à luz do pensamento de Ostrom. **XX Encontro Nacional de Economia Política** - 2015, Foz do Iguaçu.

IMAZON – Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia. **Unidades de Conservação mais desmatadas da Amazônia Legal (2012-2015)**. 2017. Disponível em https://imazon.org.br/unidades-de-conservacao-mais-desmatadas-da-amazonia-legal-2012-2015/. Acesso em: 14 abr. 2021.

INSTAGRAM. **Sobre nós**. 2022. Disponível em: https://about.instagram.com/pt-br/about-us. Acesso em mar. 2022.

IORIS, E. Conflitos em Unidades de Conservação com Populações Locais: O Caso da Floresta Nacional do Tapajós. XXII Reunião Brasileira de Antropologia, 22., Brasília, DF, 2000. Fórum de Pesquisa 3: "Conflitos Socioambientais e Unidades de Conservação". **Anais…** Brasília, DF: 2000.

IPBES. Intergovernmental Platform on Biodiversity and Ecosystem Services. **Workshop Report on Biodiversity and Pandemics**. Bonn: IPBES Secretariat, 2020.

IRVING, M. A. COELHO, A. M.; ARRUDA, T. O. Turismos, sustentabilidades e pandemias: Incertezas e caminhos possíveis para planejamento turístico no horizonte da Agenda 2030. **Observatório de Inovação do Turismo** - Revista Acadêmica, vol. XVI, n. Especial, dez. 2020.

IVO, A. B. L. A noção de governança: uma mesocategoria da ação coletiva. **Cadernos do CEAS**: **Revista Crítica de Humanidades**, Salvador, v. 45, n. 249, p. 63-82, jan./abr. 2020.

JACOBI, P. Meio Ambiente e redes sociais: dimensões intersetoriais e complexidade na articulação de práticas coletivas. **RAP**, Rio de Janeiro, v 34, n.6 p.131-158. Nov./dez. 2000.

JAFARI, J**. Encyclopedia of tourism**. London: Routledge, 2003.

JERONYMO, C. A. L.; SILVA, E. R.; FONSECA, K. T. Panorama da boa governança no Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. **Congresso Nacional do Meio Ambiente Justiça social e sustentabilidade medianizado pela economia verde**, 16., Poços de Caldas, v. 11, n. 1, n. 2317-9686, 2019.

JERONYMO, C. A. L.; SILVA, E. R.; FONSECA, K. T. Uma análise da dimensão "tipo de governança" em Unidades de Conservação da Natureza no Brasil. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 23 n. 3. p. 201-222, set-dez 2020.

JONAS, Hans. **El principio de responsabilidad**: Ensayo de una ética para lacivilización tecnológica. Espanha, Barcelona, 2005.

JORDAN, D. Contemporary Methodological Approaches to Qualitative Research: A Review of The Oxford Handbook of Qualitative Methods. **The Qualitative Report**, v. 23, n. 3, p. 547-556, 2018.

JAPIASSU, H. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

KORSTANJE, M. E. Problemas de campo en los estudios turísticos. **Revista Turismo**: Estudos & Práticas. Mossoró, v. 4, n. 2, p. 19-34, jul. 2015.

KOTLER, P.; KELLER, K. L. **Administração de marketing**. 12. ed. São Paulo: Person Prentice Hall, 2006.

KRIPKA, R. M. L.; SCHELLER, M.; BONOTTO, D. L. Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: conceitos e caracterização. **Revista de investigaciones UNAD**, Bogotá, Colombia, v. 14, n. 2, p. 55-73, julio-diciembre, 2015.

LANNUTTI, P. J. Um Chat produtivo: entrevistas por mensagens instantâneas. *In*: BRAUN, V.; CLARKE, V.; GRAY, D. (Org.). **Coleta de dados qualitativos**: um guia prático para técnicas textuais, midiáticas e virtuais. Tradução de Daniela Henriques. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LAVILLE J. L.; GAIGER L. I. Economia Solidária. In: HESPANHA, P. **Dicionário Internacional da Outra Economia**. v. 1. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

LEFF, E. **Racionalidade Ambiental** – A reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LEFF, E. **Ecologia, capital e cultura**: a territorialização da racionalidade ambiental. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

LEMOS, M. C.; AGRAWAL, A; Environmental Governance. Annu. **ver. Environ. Resour.**, v. 31, p. 297-325, 2006.

LEUZINGER, M. D. **Natureza e Cultura**: Direito ao meio ambiente equilibrado e direitos culturais diante da criação de unidades de conservação de proteção integral e domínio público habitadas por populações tradicionais. Brasília, DF: [*S.I.*], 2007.

LOHMANN, G., PANOSSO NETTO, A. **Teoria do turismo**: conceitos, modelos e sistemas. São Paulo: Aleph, 2008.

LOPES, L. A. Um conto Amazonico. **Blog Nauás**, 2013. Disponível em: http://terranauas.blogspot.com/. Acesso em: 3 set. 2022.

LOSEKANN, C. **A presença das organizações ambientalistas da sociedade civil no Governo Lula (2003-2007) e as tensões com os setores econômicos**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

LOUREIRO, C. F. B. Educação ambiental e gestão participativa na explicitação e resolução de conflitos. **Gestão em Ação**, v. 7, n. 1, p. 37-50, 2004.

LOUREIRO, C. F. B. *et al*. **Educação ambiental e gestão participativa em unidades de conservação**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBAMA; IBASE, 2005.

LOUREIRO, C. F. B. **O movimento ambientalista e o pensamento crítico**: uma abordagem política. 2. ed. Rio de Janeiro: Quartet, 2006.

LOUREIRO, C. F. B.; AZAZIEL, M. Áreas protegidas e "inclusão social": problematização do paradigma analítico linear e seu separatismo na gestão ambiental. *In*: IRVING, M. (Org.). **Áreas protegidas e inclusão social**. São Paulo: Garamond, 2006.

LOUREIRO, C. F. B. *et al*. **Educação ambiental e gestão participativa em Unidades de Conservação**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ibama/NEA/Rio de Janeiro, 2008.

LOUREIRO, C. F. B.; CUNHA, C. C. Educação ambiental e gestão participativa de unidades de conservação: elementos para se pensar a sustentabilidade democrática. **Ambiente & Sociedade**, v. 11, n. 2, p. 237-253. 2008.

LÜCHMANN, L. H. H. Os Conselhos Gestores de Políticas Públicas: desafios do desempenho institucional. **Ciências Sociais** – Unisinos, São Leopoldo, v. 38, n. 161, p. 19-26, jan./abr. 2002.

MALDONADO, C. O turismo rural comunitário na América Latina: gênesis, características e políticas. *In*: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D.G .; BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de base comunitária**: Diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

MANFREDO, M. T. **Turismo na Amazônia**: elementos culturais, conflitos e imaginários envolvendo a região de Manaus. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

MANN, C.; STEWART, F. **Internet communication and qualitative research**: a handbook for research online. Londres: Sage publications, 2000.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico**. 8ªEd. São Paulo: Atlas, 2017.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração e interpretação de dados. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MARULO, A. M.; MILITO M. C.; MARQUES JUNIOR, S. Impactos do Turismo: Uma discussão teórica. In TAVEIRA, M. **Turismo**: campo de reflexões teóricas & diálogos de saberes. [*S.I.*]: Novas Edições Acadêmicas, 2017.

MAYNTZ, R. **New Challenges to Governance Theory**. Jean Monet Chair Papers, n. 50, Florence, European University Institute, 1998

MELLO, M. N. C.; MAGALHÃES, C. S. F.; LIMA, A. A. Economia solidária e moeda social: relato de experiência da criação do Movimento Moeda Verde, Igarapé-Açu (Pará). **Novos Cadernos do Naea**, Belém, v. 25, n. 1, p. 247-259, jan./abr. 2022.

MELO, D. **8 trilhas de bike para quem ama pedalar na natureza**. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. 2017. Disponível em: https://www.ICMBio.gov.br/portal/ultimas-noticias/20-geral/9034-8-trilhas -de-bike-para-quem-ama-pedalar-na-natureza. Acesso em: 22 abr. 2022.

MILANEZ, B. Mineração, ambiente e sociedade: impactos complexos e simplificação da legislação. **Boletim regional, urbano e ambiental**, v. 16, jan./jun. 2017.

MILLENNIUM ECOSYSTEM ASSESSMENT. **Ecosystem and Human Well-Being**: a framework for assessment. Washington, DC: Island Press, 2003.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MOREIRA, J. C. *et al*. Visitor Perception And Satisfaction: The positives and negatives of visiting the Tapajos National Forest Between 2014-2016. **Applied Tourism**, v. 6, n. 3, p. 18-26, 2021.

MOREIRA, J. F. **Arenas, repertórios e ações**: o processo de tentativa de implantação do Terminal Portuário de São Luís, no povoado Cajueiro. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2015.

MORONI, J. A., CICONNELO, A. **Participação, avançamos**? Cadernos da ABONG, 2005.

MUCA. **Territórios de Atuação**. 2022. Disponível em: https://mucamazonia.org/museu/. Acesso em: jan. 2023.

NASCIMENTO, V. L. Q. **Políticas Públicas de ecoturismo e participação**: a trajetória do PROECOTUR no Poló Belém/Costa Atlântica. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 2009.

NOBRE, D. N. V. **Ações sustentáveis desenvolvidas pela rede sociotécnica da Cooperativa Mista Flona Tapajós**: uma contribuição para o desenvolvimento local. 2019. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019.

NÓBREGA, G. M. Interdisciplinaridade: uma visão dos tempos atuais. *In*: FERNANDES, A.; GUIMARÃES, F. R.; BRASILEIRO, M. C. E. (Org.). **O fio que une as pedras**: a pesquisa interdisciplinar na pós-graduação. São Paulo: Biruta, 2002.

NÓBREGA, W. R. M. **Turismo e políticas públicas na Amazônia Brasileira**: instancias de governança e desenvolvimento nos municípios de Santarém e Belterra, Oeste do Estado do Pará. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

NÓBREGA, W. R. M.; FIGUEIREDO, S. J. L. Turismo e gestão pública: uma avaliação das instâncias de governança no Oeste do Estado do Pará. *In*: PIMENTEL, T. D.; EMMENDOERFER, M. L.; TOMAZZONI, E. L. (Orgs.). **Gestão Pública do Turismo no Brasil**: Teorias, Metodologias e Aplicações. Caxias do Sul: EDUCS. 2014.

NÓBREGA, W. R. M. Perspectiva e entraves para o desenvolvimento de políticas setoriais de turismo na Amazônia: Discussões acerca do PROECOTUR no Estado do Pará. *In*: FIGUEIREDO, S. L. (Org). **Turismo, lazer e planejamento urbano e regional**. Belém: UFPA/NAEA, 2008.

NÓBREGA, W. **Turismo**: planejamento e políticas públicas na Amazônia. Rio de Janeiro: E-papers, 2007

NOGUEIRA-NETO, P. **Uma Trajetória Ambientalista**: diário de Paulo Nogueira-Neto. São Paulo: Empresa das Artes, 2010.

NURIT, B. **Conservação da Biodiversidade**: em áreas protegidas. Rio de Janeiro: Ed. FVG, 2006.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **Covid-19**: Tourism Policy Responses. 2020. Disponível em: https://read.oecdilibrary.org/view/?ref=124_1 24984- 7uf8nm95se&Title=Covid-19:%20Tourism%20Policy%20Responses. Acesso em: 15 abr. 2021.

ORTIZ, A. **Aventura no topo da Africa**: trekking no Kilimanjaro. Rio de Janeiro: Record, 1999.

OSTROM, E. A. Behavioural approach to therational-choice theory of collective action. **American Political Science Review**, v. 92, n. 1-22, 1998.

OSTROM, E. Policy Analysis in the Future of Good Societies. **The Good Society**, v. 11, n. 1, p. 42-48, 2003.

OSTROM, E. **Governing the commons**: the evolution of institutions for collective action. 21. Nova York: Cambrige University Press, 2008.

PANOSSO NETTO, A.; TRIGO, L. G. **Cenários do turismo brasileiro**. São Paulo: Aleph, 2009.

PANOSSO NETO, A.; NECHAR, M. C. Em direção a uma perspectiva crítica em turismo. *In*: PANOSSO NETO, A.; NECHAR, M. C; **Turismo**: Perspectiva crítica – Textos Reunidos. Assis: Triunfal Gráfica e Editora, 2016.

PARÁ. Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade. **Unidades de Conservação**. Belém: Semas, 2009. Disponível em: https://www.semas.pa.gov.br/2009/11/17/9482/#:~:text=O%20Par%C3%A1%20possui%2083%20Unidades,da%20%C3%A1rea%20total%20do%20estado. Acesso em: 2 abr. 2021.

PARÁ. Secretaria Estadual de turismo. Portaria nº 164 de 14 de junho de 2019. Dispõe sobre a regionalização do turismo no estado do Pará e dá outras providências. **Diário oficial do Estado do Pará**, Belém, seção 1, 14 jun. 2019.

PARATUR – Companhia Paraense de Turismo. Diagnóstico da Área e das Atividades Turísticas do Polo Tapajós – PA. Paratur. Belém: Expansão Gestão em Educação e Eventos, 2009.

PARAUAPEBAS, Departamento de Turismo. **Parauapebas**: um pedaço especial da Amazônia pra você. 2018. Disponível em: https://www.parauapebas.pa.gov.br/media/attachments/2018/05/23/folder-turismo---parauapebas---aberto_grafica_cmky.pdf. Acesso em 04 abr.2021.

PATEMAN, C. **Participação e Teoria Democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PENA, I. A. B; RODRIGUES, C.G.O; SINAY, L. Áreas Naturais no contexto das cidades - considerações sobre o Mosaico Carioca de Áreas Protegidas (RJ). *In*: Seminário Nacional sobre o tratamento de Áreas de Preservação Permanente, 3. Belém, 2014. **Anais…** Belém: 2014.

PENA, L. C.S. **Licenciamento Ambiental em Assentamento de Reforma Agrária**. 2019. Tese (Doutorado) – Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

PELLIN, A.; PELLIN, A.; SCHERER, M. E. G. Mosaicos de áreas protegidas criados em território nacional brasileiro e estratégias para a sua gestão. **Revista Brasileira de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, João Pessoa, v. 4, n. 7, p.177-190, jun. 2017.

PIMENTEL, T. D. Uma perspectiva sociopolítica para os estudos em turismo. **Rev. Anais Bras. de Est. Tur.**, Juiz de Fora, v. 8, n. 3, p. 26-31, set./dez. 2018.

PINHEIRO, M. R. (Org.). **Recomendações para reconhecimento e implementação de mosaicos de áreas protegidas**. Brasília, DF: GTZ, 2010.

PINTO, P. M. **Unidades de conservação, turismo e exclusão social no Parque Estadual Serra dos Martírios/Andorinhas**. 006. 141f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

PINTO, D. M. O Uso de Recursos de Propriedade Comum em Áreas de Propriedade Estatal por Populações Tradicionais e Assentados da Reforma Agrária. **Tese de Doutorado em Administração,** Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade de Brasília (PPGA/UnB). Brasília, DF, 2014.

PIZARRO, A. **Amazônia**: as vozes do rio: imaginário e modernização. Trad. Rômulo Monte Alto. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2012.

POJO, A. O. **Turismo em Unidades de Conservação da Amazônia Legal**: uma análise a partir do Parque Estadual do Jalapão e da Floresta Nacional do Tapajós. 2021. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

PSA. Projeto Saúde e Alegria – **Relatório Anual**. Santarém: 2009.

PÓLIS/INESC. Arquitetura da participação no Brasil: avanços e desafios. Projeto "Governança Democrática no Brasil Contemporâneo: Estado e Sociedade na Construção de Políticas Públicas". Brasília, DF: Ipea, 2011.

PORTER, M. E. The competitive advantage of nations. **Harvard Business Review**, Boston, mar./apr. 1990.

PRATES, A. P. L.; IRVING, M A. Conservação da biodiversidade e políticas públicas para as áreas protegidas no Brasil: desafios e tendências da origem da CDB às metas de Aichi. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, DF, v. 5, n. 1, p. 27-57, 2015.

QUARESMA, H. D. de A. **O desencanto da Princesa:** pescadores tradicionais e turismo na Area de Proteção Ambiental Algodoal/Maiandeua. Belém: NAEA, 2003.

QUARESMA, H. D. A.; CAMPOS, R. I. R. Turismo como instrumento de ação coletiva em áreas pesqueiras do litoral da Amazônia. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 1, n. 2, p. 139-147, maio-ago. 2006

QUEIROZ, L. M. A. **A gestão pública e a competitividade de cidades turísticas**: a experiência da cidade de Salvador. 2005. Tese (Doutorado em Planificación Territorial y Desarrollo Regional) – Universitat de Barcelona, Barcelona, España, 2005.

QUIJANO, A. "Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina". *In*: LANDER, Edgardo. (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 107-130. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/ pt/Quijano.rtf. Acesso em: 20 jun.2021.

REIS, J. F. G.; SOUZA, J. L. C. Grandes projetos na Amazônia: A hidrelétrica de Belo Monte e seus efeitos na segurança pública. **DILEMAS**: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v. 9, n. 2, p. 215-230, maio/ago. 2016.

ROCHA-VIDIGAL, C. B.; VIDIGAL V. G. Investimento na qualificação profissional: uma abordagem econômica sobre sua importância. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, Maringá, v. 34, n. 1, p. 41-48, jan./jun. 2012.

RODRIGUES, A. N. G. C. **Análise jurídica do cumprimento do princípio da participação no manejo florestal comunitário madeireiro da Floresta Nacional do Tapajós**. Dissertação (Mestrado Graduação em Ciências da Sociedade) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2019.

RORIS, P. A. C., FEARNSIDE, P. M. A construção do Código Florestal Brasileiro e as diferentes perspectivas para a proteção das florestas. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 18, n. 2, p. 51-68, jun./set. 2015.

RUSCHMANN, D. **Turismo e Planejamento Sustentável**: a proteção do Meio Ambiente. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1997.

RUSCHMANN, D. V. M.; ANJOS, F. A.; ARNHOLD, M. J. Indicadores de avaliação de governança em destinos turísticos – uma análise da aplicabilidade dos modelos propostos. **Applied Tourism**, v. 2, n. 1, p. 128-148. 2017.

SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil**: entre a troca mercantil e a reciprocidade. Trad. L. Milani. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SALDANHA, L.; SANTOS, M. P. S.; FRAGA, C.O papel de instrumentos de planejamento para o desenvolvimento do cicloturismo em âmbito internacional. **XIII Rio de Transportes**, 2015.

SANTARÉM. **Plano Encontro** (Plano Estratégico de Turismo de Santarém e Belterra - FASE III: Os planos operacionais de desenvolvimento e marketing). Secretaria Municipal de Turismo de Santarém, 2015.

SANTILLI, J. **Socioambientalismo e Novos Direitos**: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural. São Paulo: Peirópolis; Instituto Socioambiental e Instituto Internacional de Educação do Brasil, 2005.

SANTOS, A. A. B. **Conselhos gestores de unidades de conservação**. 2008. Tese. (Doutorado em Ciências Florestais) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2008.

SANTOS, L. B. Conflitos, ação coletiva e políticas públicas: Conteúdos sociais das origens e consolidação de áreas de proteção ambiental no Espírito Santo. **Dilemas**: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v. 14, p. 801-819, 2021.

SANTOS JUNIOR, O. A; AZEVEDO, S.; RIBEIRO, L. C. Q. Democracia e gestão local: a experiência dos conselhos municipais no Brasil. *In*: SANTOS JUNIOR, O. A.; RIBEIRO, L. C. Q.; AZEVEDO, S.. **Governança democrática e poder local**: a experiência dos conselhos municipais no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, Fase, 2004.

SANTOS, Z. J. C. G. **Governança dos recursos florestais em unidades de conservação na Amazônia: o manejo florestal comunitário na Floresta Nacional do Tapajós**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2019.

SARTORI, A. O evento ciclístico “Pedala Trento” e suas contribuições para o cicloturismo em Nova Trento/SC e região. **Revista acadêmica observatório de inovação do turismo**, v. 14, n. 3, p. 1-23, 2002.

SCHARTZMAN, S. **As causas da pobreza**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

SCHMITZ, H.; MOTA, D. M.; SOUSA, G. M. Reciprocidade e ação coletiva entre agricultores familiares no Pará. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Ciências Humanas**, Belém, v. 12, n. 1, p. 201-220, jan./abr. 2017.

SCHMITZ, H.; FARIAS, E. S. Cooperação e persistência: um estudo da ação coletiva de agricultores familiares no Oeste do Pará, Amazônia. **Redes** (St. Cruz do Sul Online), v. 26, 2021.

SCHNEIDER, V. Redes de políticas públicas e a condução de sociedades complexas. **Revista Civitas**, Porto Alegre, v. 5, n. 1, p. 29-58, , jan./jun. 2005.

SECCHI, L. Modelos organizacionais e reformas da administração pública. **Revista de Administração Pública***,* Rio de Janeiro, n. 43, p. 347-369, mar./abr. 2009.

SECCHI, L. **Políticas públicas**. Conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2015.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEN, A. **A Ideia de Justiça**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SERVIÇO Nacional de Informações Florestais – SNIF. **O que são Florestas Modelo.** 2017. Disponível em https://www.florestal.gov.br/snif/recursos-florestais/florestas-modelo. Acesso em: 4 abr. 2021.

SETURPARA. Dia do Meio Ambiente. Belém. 05 de junho de 2022. Instagram: @seturpara. Disponível: https://www.instagram.com/p/Cea97qZu6HO/?igshid=Zjc2ZTc4Nzk%3D. Acesso em: fev. 2023.

SIGNOR, C. A.; SILVA, M. J.; SILVA, S. M. S. Turismo em Unidades de Conservação: contexto histórico e regional sobre a Floresta Nacional do Tapajós e a Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns. *In*: ANDRADE, D. F. C.; SPÍNOLA, J. N. **O Rio que nos une**: uso & gestão na Floresta Nacional do Tapajós e Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns. Brasília, DF: Instituto Chico Mendes, 2022.

SHIROMA, E. O.; CAMPOS, R. F.; GARCIA, R. M. C. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 427-446, jul./dez. 2005.

SILVA, L. M. B.; SILVA, J. P.; BORGES, M. A. L. Do global ao contexto nacional: evolução da política ambiental brasileira. **Revista Brasileira de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 6, n. 14, p. 593-608, 2019.

SILVA, J. A. **Direito Ambiental Constitucional**. 4. ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

SILVA, S. M. S. Ecoturismo em comunidades Tradicionais na Floresta Nacional do Tapajós/Belterra-PA: o caso de Maguari e Jamaraquá. *In*: FIGUEIREDO, S. L.; AZEVEDO,

F. F.; NÓBREGA, W. R. M. **Perspectivas Contemporâneas de análise de turismo**, Belém: NAEA, 2015.

SILVA, R. E. da; SOUZA, R, R.; BONFIM, F. S. A extração do látex e a coleta de sementes em comunidades da FLONA Tapajós: Bases empíricas para discussão da racionalidade ambiental. Gaia Scientia, Edição especial cultura, **Sociedade & Ambiente**, v.10, n.1, p.126-132, 2016.

SILVA, S. S. **Política de desenvolvimento municipal**: análise dos instrumentos de planejamento urbano, na gestão do município de Belterra – Pará. 2012. Dissertação (Mestrado em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia) – Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

SILVA, R. C.; DANTAS, F. R. A.; MEDEIROS, C. S. C.; E NÓBREGA, W. R. M. Apontamentos científicos em um campo multidisciplinar: turismo, ciência moderna e complexidade. **Revista Turismo: Visão e Ação**, v. 20, n. 3, 2018.

SIMÕES, J. MACEDO, M. BABO, P. Elinor Ostrom: "governar os comuns". **Economia e política do ambiente janeiro**, [*S.I.*]: 2011.

SIMONETTI, S., NASCIMENTO, E. Uso Público em Unidades de Conservação: fragilidades e oportunidades para o turismo na utilização dos serviços ecossistêmicos. Seminário Internacional de Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, 2., 2012, Manaus, EDUA. **Anais…** Manaus: 2012.

SJAH, T.; BALDWIN, C. Options for future effective water management in Lombok: A multi-level nested framework. **Journal of Hydrology**, v. 519, p. 2448-2455, 2014.

SOARES E. S. **Desafios, resultados, ameaças e oportunidades em unidade de conservação na Amazônia**: A Floresta Nacional do Tapajós. Santarém: IBAMA ProManejo, 2006.

SOARES, S. O. **A mediação de conflitos na gestão de recursos hídricos no Brasil**. 2008. Dissertação. (Mestrado em Ciência Ambiental) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/90/90131/tde-25052010-095440/pt-br.php. Acesso em: 7 dez. 2020.

SOLDATELI, M. Impactos ambientais negativos no contexto do turismo de natureza. *In*: TRIGO, L. G. G. *et al*. (Eds.) **Análises Regionais e globais do turismo brasileiro**. São Paulo: Roca, 2005.

SOMMA, M.T. E-consumer: Análise dos hábitos e comportamentos do consumidor digital. **Opus**: Rio de Janeiro, 2014.

SOUSA, S. S.; PAULETTO, D. Avaliação das condições de trabalho da brigada de incêndios florestais da Floresta Nacional do Tapajós no ano de 2017. **Terceira Margem Amazônia**, v. 5, n. 13, 2019.

SOUSA, M. W. O pertencimento ao comum mediático: a identidade em tempos de transição. **Significação**: revista de cultura audiovisual, v. 37, n. 34, p. 31-52, 2010.

SOUZA, L R. **A gestão das unidades de conservação do Distrito Federal**. 2017. 208 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2017.

SPINOZA. R. M. Accountability. *In*: CASTRO. C. L. F.; GONTIJO, C. R. B; AMABILE, A. E. N. (Orgs.). **Dictionaried de Politicos Publica's**. Barbacena: EdUEMG, 2012.

SPINK, P. K. O pesquisador conversador no cotidiano. **Psicologia & Sociedade**, v 20, p. 70-77, 2008.

STIGLIANO, B. V. **Participação comunitária e sustentabilidade socioambiental do turismo na vila ferroviária de Paranapiacaba, São Paulo**. 2009. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, 2009.

STÜRMER J. A. P. **Governança ambiental, uma análise a partir das práticas de gestão em Unidades de Conservação**. Tese (Doutorado em Administração) – Centro Socioeconômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

SWARBROOKE, J. **Turismo Sustentável**: Conceitos e Impacto Ambiental. 3 ed. São Paulo: Aleph, 2000.

TAKAHASHI, L. **Uso público em unidades de conservação**. Cadernos de Conservação. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza. out. 2004

TAPAJÓS de fato. **Comunidades da Flona do Tapajós são contempladas com energia solar.** Disponível em: https://www.tapajosdefato.com.br/noticia/160/comunidades-da-flona-do-tapajos-sao-contempladas-com-energia-solar. Acesso em: 8 ago. 2022.

TASSO, J. P. F.; MOESCH, M. M.; NÓBREGA, W. R. M. Reincorporação da Ética às Políticas Públicas de Turismo: uma necessária reflexão no combate às consequências do Covid -19. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 2141, jan. 2021.

TATAGIBA, L. Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil. *In*: DAGNINO, E. (Org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, p. 47-104, 2002.

TAMBELLINI, M. T. **Mosaico como modelo de gestão de áreas protegidas: análise conceitual e processos de implantação**. 2007. 121 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

TAYLOR, Paul W. **Respect for nature**. A Theory of environmental ethics. Ney Jersey: Princenton Univertivy Press, 1986.

TEIXEIRA, A.; MORONI, J.; MARX, V. Políticas de participação e novas institucionalidades democráticas no contexto brasileiro recente *In*: **Sociedade civil e novas institucionalidades na América Latina**: dilemas e perspectivas. São Paulo: Pólis; Inesc, 2008.

THIRY-CHERQUES, H. R. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. **Revista de Administração Pública** – RAP, Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, p. 27-55, jan./fev. 2006.

TOMIO, M.; SCHMIDT, C. M. Governanças e ações coletivas no turismo regional: a experiência dos empreendedores da região oeste do Paraná. **Revista Turismo** – Visão e Ação, v. 16, n. 3, p. 710-739, 2014.

TONUCCI FILHO, J. B. M.; COSTA, H. S. M. O comum e a metrópole brasileira: além do impasse da reforma urbana? *In*: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 17., São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2017. **Anais…** São Paulo, 2017.

TRENTIN, F. **Políticas de turismo no Brasil**: tomada de decisão e a análise das estruturas de governança nos destinos turísticos de Armação dos Búzios e de Paraty, Estado do Rio de Janeiro, Brasil. 2014. 495 f. Tese (Doutorado em Turismo, Lazer e Cultura) – Universidade de Coimbra, Coimbra, 2014.

TRENTIN, F. Governança turística em destinos brasileiros: comparação entre Armação dos Búzios/RJ, Paraty/RJ e Bonito/MS. **PASOS**, v. 14, n. 3, p. 645-658, 2016.

TYSKI, L. SILVA, D. F.; MARTINS, R. C. OLIVEIRA, R. C. de. Novidades agrostológicas na vegetação de canga da Floresta Nacional de Carajás, Pará, Brasil. *In*: Congresso Nacional de Botânica: Botânica e Desenvolvimento Sustentável, 62., 2011. Fortaleza. **Anais…** Brasília, DF: Sociedade Botânica do Brasil. 2011.

UNEP/WCMC. **O mundo atingiu a meta de cobertura de áreas protegidas em terras, mas a qualidade deve melhorar**. 2021. Disponível em: https://www.unep-wcmc.org/news/world-met-target-for-protected-area-coverage-on-land--but-quality-must-improve. Acesso em: 24 maio 2021.

UNITED Nations Environment Programme. Os coronavírus vieram para ficar? 2020. Disponível em: https://www.unenvironment.org/pt-br/noticias-e-reportagens/reportagem/os-coronavirus-vieram-para-ficar. Acesso em: 15 mar. 2021.

VALLEJO, L. R**. Tempo, espaço e contradições na proteção das áreas naturais**: As políticas públicas e a conservação ambiental no Estado do Rio de Janeiro (1975 a 2002). Niterói: Alternativa, 2017.

VARGAS, G. Discurso do Rio Amazonas. Cultura Política. **Revista Mensal de Estudos Brasileiros**, p. 227, 1941.

VELASCO, M. Tourism policy. **Global Encyclopedia of public administration, public policy, and governance.** Springe**r**, 2016.

VERÍSSIMO, A. **Influência do PROMANEJO sobre políticas públicas de manejo florestal sustentável na Amazônia**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente (Série Estudos nº 3), 2005.

VERÍSSIMO, A. ROLLA, A.; VEDOVETO, M.; FUTADA, S. M. **Áreas Protegidas na Amazônia brasileira**: avanços e desafios. Belém: Imazon; São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011.

VIANA, A. L. B. **Modelos relacionais para a organização e o desenvolvimento regional do turismo**. 2012. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Brasil. 2012.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, v. 22, n. 44, p. 203-220, ago./dez. 2014.

VIOLA, E. A multidimensionalidade da globalização, as novas forças sociais transnacionais e seu impacto na política ambiental no Brasil, 1989-1995. *In*: FERREIRA, L. C.; VIOLA, E. (Org.). **Incertezas de Sustentabilidade na Globalização**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

VIOLA, E. J.; LEIS, H.R. O ambientalismo multissetorial no Brasil para além da Rio-92: o desafio de uma estratégia globalista viável. In: VIOLA, E. J. *et al*. **Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania:** desafios para as Ciências Sociais. 2. ed. São Paulo: Cortez; Florianópolis; UFSC, 1998.

WEBER, F. A entrevista, a pesquisa e o íntimo, ou por que censurar seu diário de campo? **Horizontes Antropológicos**, v. 15, n. 32, p. 157-170, 2009.

WEISS, T. G. Governance, good governance, and global governance: conceptual and actual challenges. **Third World Quarterly**, v. 21, p. 795- 814, 2000.

WOOLCOCK, M.; NARAYAN, D. Social Capital: Implications for Development Theory, Research, and Policy. **World Bank Research Observer**, v. 15, p. 225-249, 2000.

WORBOYS, G. L. *et al.* (Eds.). **Protected area governance and management**. Camberra: ANU Press, 2015.

WORLD BANK. **Governance and Development**. Washington: World Bank, 1992.

WEARING, S. **Volunteer tourism***:* experiences that make a difference. UK: CABI Publishing, 2001.

REFERÊNCIAS DAS ENTREVISTAS

INFORMANTE 1 JAMARAQUÁ – **Roteiro para as comunidades locais**. [Entrevista presencial cedida à Juliana A. Hamoy]. FLONA Tapajós, comunidade Jamaraquá, 28 de maio de 2022, gravação de áudio MP3 (107 minutos).

INFORMANTE 2 JAMARAQUÁ– **Roteiro para as comunidades locais**. [Entrevista presencial cedida à Juliana A. Hamoy]. FLONA Tapajós, comunidade Jamaraquá, 28 de maio de 2022, gravação de áudio MP3 (35 minutos).

INFORMANTE 3 JAMARAQUÁ – **Roteiro para as comunidades locais**. [Entrevista presencial cedida à Juliana A. Hamoy]. FLONA Tapajós, comunidade Jamaraquá, 29 de maio de 2022, gravação de áudio MP3 (89 minutos).

INFORMANTE 4 JAMARAQUÁ – **Roteiro para as comunidades locais**. [Entrevista presencial cedida à Juliana A. Hamoy]. FLONA Tapajós, comunidade Jamaraquá, 29 de maio de 2022, gravação de áudio MP3 (30 minutos)

INFORMANTE 5 JAMARAQUÁ – **Roteiro para as comunidades locais**. [Entrevista presencial cedida à Juliana A. Hamoy]. FLONA Tapajós, comunidade Jamaraquá, 29 de maio de 2022, gravação de áudio MP3 (155 minutos)

INFORMANTE 6 MAGUARI – **Roteiro para as comunidades locais**. [Entrevista presencial cedida à Juliana A. Hamoy]. FLONA Tapajós, comunidade Maguari, 30 de maio de 2022, gravação de áudio MP3 (79 minutos)

INFORMANTE 7 SÃO DOMINGOS – **Roteiro para as comunidades locais**. [Entrevista presencial cedida à Juliana A. Hamoy]. FLONA Tapajós, comunidade São Domingos, 30 de maio de 2022, gravação de áudio MP3 (92 minutos)

INFORMANTE 8 SÃO DOMINGOS – **Roteiro para as comunidades locais**. [Entrevista presencial cedida à Juliana A. Hamoy]. FLONA Tapajós, comunidade Maguari, 29 de maio de 2022, gravação de áudio MP3 (78 minutos)

INFORMANTE 9 MAGUARI – **Roteiro para as comunidades locais**. [Entrevista presencial cedida à Juliana A. Hamoy]. FLONA Tapajós, comunidade Maguari, 21 de janeiro de 2023, gravação de áudio MP3 (98 minutos).

INFORMANTE 9 MAGUARI – **Roteiro para as comunidades locais**. [Entrevista presencial cedida à Juliana A. Hamoy]. FLONA Tapajós, comunidade Maguari, 22 de janeiro de 2023, gravação de áudio MP3 (41 minutos).

INFORMANTE 10 SÃO DOMINGOS – **Roteiro para as comunidades locais**. [Entrevista presencial cedida à Juliana A. Hamoy]. FLONA Tapajós, comunidade Maguari, 22 de janeiro de 2023, gravação de áudio MP3 (26 minutos).

INFORMANTE 11 SÃO DOMINGOS – **Roteiro para as comunidades locais**. [Entrevista presencial cedida à Juliana A. Hamoy]. FLONA Tapajós, comunidade Maguari, 22 de janeiro de 2023, gravação de áudio MP3 (55 minutos).

INFORMANTE 1 ICMBio – **Roteiro para o poder público**. [Entrevista via aplicativo de mensagem cedida à Juliana A. Hamoy]. Belém, 30 de outubro de 2021.

INFORMANTE 2 ICMBio – **Roteiro para o poder público**. [Entrevista *e-mail* cedida à Juliana A. Hamoy]. Belém, 05 de novembro de 2021.

INFORMANTE 3 ICMBio – **Roteiro para o poder público**. [Entrevista presencial cedida à Juliana A. Hamoy]. Santarém, 19 de janeiro de 2023, gravação de áudio MP3 (70 minutos).

INFORMANTE 4 ICMBio – **Roteiro para o poder público**. [Entrevista presencial cedida à Juliana A. Hamoy]. Santarém, 19 de janeiro de 2023, gravação de áudio MP3 (50 minutos).

INFORMANTE 1 SETUR – **Roteiro para o poder público**. [Entrevista presencial cedida à Juliana A. Hamoy]. Belém, 11 de janeiro de 2023, gravação de áudio MP3 (25 minutos).

INFORMANTE 2 SETUR – **Roteiro para o poder público**. [Entrevista presencial cedida à Juliana A. Hamoy]. Belém, 11 de janeiro de 2023, gravação de áudio MP3 (48 minutos).

INFORMANTE 3 SETUR – **Roteiro para o poder público**. [Entrevista presencial cedida à Juliana A. Hamoy]. Belém, 11 de janeiro de 2023, gravação de áudio MP3 (50 minutos).

INFORMANTE 1 SEMTUR – **Roteiro para o poder público**. [Entrevista presencial cedida à Juliana A. Hamoy]. Santarém, 20 de janeiro de 2023, gravação de áudio MP3 (46 minutos).

INFORMANTE MURIKI – **Roteiro para o poder privado**. [Entrevista via aplicativo de mensagem cedida à Juliana A. Hamoy]. Belém, 25 de outubro de 2021.

INFORMANTE BORA BRASIL EXPEDIÇÕES – **Roteiro para o poder privado**. [Entrevista via aplicativo de mensagem cedida à Juliana A. Hamoy]. Belém, 9 de janeiro de 2023.

INFORMANTE VIVALÁ – **Roteiro para o poder privado**. [Entrevista via chamada de vídeo cedida à Juliana A. Hamoy]. Belém, 10 de janeiro de 2023, gravação de vídeo MP3 (52 minutos).

INFORMANTE FCFT – **Roteiro para o terceiro setor**. [Entrevista presencial cedida à Juliana A. Hamoy]. Belterra, 30 de maio de 2022, gravação de áudio MP3 (38 minutos).

INFORMANTE PSA – **Roteiro para o terceiro setor**. [Entrevista presencial cedida à Juliana A. Hamoy]. Santarém, 19 de janeiro de 2023, gravação de áudio MP3 (60 minutos).

INFORMANTE TURISTA 1 – **Roteiro Para Turistas**. [Entrevista via aplicativo de mensagem cedida à Juliana A. Hamoy]. Belém, 10 de março de 2022.

INFORMANTE TURISTA 2 – **Roteiro Para Turistas**. [Entrevista via aplicativo de mensagem cedida à Juliana A. Hamoy]. Belém, 18 de março de 2022.

INFORMANTE TURISTA 6 – Roteiro **Para Turistas**. [Entrevista presencial cedida à Juliana A. Hamoy]. FLONA Tapajós, Maguari, 31 de maio de 2022, gravação de áudio MP3 (18 minutos).

INFORMANTE TURISTA 10 – **Roteiro Para Turistas**. [Entrevista presencial cedida à Juliana A. Hamoy]. FLONA Tapajós, Jamaraquá, 31 de maio de 2022.

INFORMANTE TURISTA 12 – **Roteiro Para Turistas**. [Entrevista presencial cedida à Juliana A. Hamoy]. Belém, 29 de maio de 2022, gravação de áudio MP3 (29 minutos).

INFORMANTE TURISTA 17 – **Roteiro Para Turistas**. [Entrevista presencial cedida à Juliana A. Hamoy]. Belém, 29 de maio de 2022, gravação de áudio MP3 (20 minutos).

INFORMANTE TURISTA 18 – **Roteiro Para Turistas**. [Entrevista presencial cedida à Juliana A. Hamoy]. Belém, 29 de maio de 2022, gravação de áudio MP3 (15 minutos).

INFORMANTE TURISTA 19 – **Roteiro Para Turistas**. [Entrevista via aplicativo de mensagem cedida à Juliana A. Hamoy]. Belém, 22 de dezembro de 2022.

APÊNDICES

Apêndice A

ROTEIRO PARA O PODER PÚBLICO

Público-alvo: ICMBio; Agentes da Secretaria Estadual de Turismo/PA; Secretaria Municipal de Turismo de Santarém e Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo de Belterra.

Solicitamos sua colaboração acerca das ações de gestão pública do Turismo na FLONA

1. Nome e sobrenome (a informação não será divulgada):
2. Cidade que atua:
3. Função que exerce:
4. Grau de escolaridade:
5. Quais ações são realizadas por esse órgão na FLONA?
6. Sobre a gestão desse órgão, de que modo outros grupos (poder privado, terceiro setor, e comunidade local/ entorno e turistas) estão (ou não) envolvidos nessas ações?
7. Existem planos, programas e projetos para o desenvolvimento do Turismo em na FLONA que estejam em execução? Qual/quais?
8. Quais os êxitos e dificuldades encontrados nesse processo de gestão democrática que envolve turismo e meio ambiente?
9. Você sabe se a(s) comunidade(s) tem alguma organização própria para manifestar seus próprios interesses? Se sim, como é essa relação?
10. Existe alguma ferramenta administrativa para mensurar os efeitos positivos e negativos do turismo (sejam efeitos ambientais, sociais, culturais, econômicos)? Como é feita essa mensuração?
11. Sobre as reuniões do conselho gestor, qual a regularidade? E a frequência?
12. Como são recebidas as questões propostas pelos outros conselheiros? Existe algum tipo de triagem dessas propostas?
13. Qual seu entendimento sobre a FLONA ser de uso sustentável e ter um conselho gestor consultivo? Você acha que esse conselho limita a participação dos conselheiros?
14. Sobre a divulgação da FLONA, existe nesse órgão, algum direcionamento para o o turismo?
15. As ações desse órgão têm diferenças entre as comunidades da FLONA?
16. Como funciona a seleção/ formação de condutores? Quais os critérios?
17. Qual o número de visitantes nas comunidades?
18. Todas as comunidades recebem grupos de agências?

Apêndice B

ROTEIRO PARA O PODER PRIVADO

Público-alvo: Prestadores de serviço turístico de Agências de viagem.

Solicitamos sua colaboração acerca do Turismo na FLONA do Tapajós

1. Nome e sobrenome (a informação não será divulgada):
2. Função que exerce:
3. Grau de escolaridade:
4. Que atividade você exerce?
5. Como você avalia a estrutura para desenvolver o turismo na FLONA? Quais as dificuldades estruturais?
6. No atendimento aos turistas e visitantes é dada alguma informação sobre os cuidados sobre o turismo na FLONA? Se sim qual/is?
7. Há algum direcionamento quanto aos limites de capacidade de carga das FLONA?
8. Existem ações de envolvimento na gestão da FLONA (participação no conselho gestor, por exemplo)? Se sim, você já propôs algo? Como a proposta foi recebida?
9. Quais os principais desafios na prática do turismo nas FLONA a partir da percepção desses prestadores de serviço?
10. Como você avalia a gestão das FLONA?
11. Quais os aspectos positivos e/ou negativos que contribuem para a limitação/desenvolvimento da prática do turismo nas FLONA.

Apêndice C

ROTEIRO PARA O TERCEIRO SETOR

Público-alvo: Federação das Organizações e Comunidades Tradicionais da Floresta Nacional do Tapajós (FCFT) e Projeto Saúde e Alegria (PSA)

Solicitamos sua colaboração acerca do Turismo na FLONA do Tapajós

1. Nome e sobrenome (a informação não será divulgada):
2. Função que exerce:
3. Grau de escolaridade:
4. Que atividade você exerce?
5. O que levou você a estar nesse grupo/organização?
6. Como você percebe o turismo na FLONA?
7. Você organiza/participa de ações sobre o uso público da FLONA?
8. de que modo você percebe suas ações e suas consequências (positivas e/ou negativas) para o turismo e meio ambiente local das FLONA?
9. Como você avalia a gestão das FLONA, e quais são os aspectos positivos e/ou negativos que contribuem para a limitação/desenvolvimento da prática do turismo nas FLONA?
10. Você participa/se sente participante da gestão da FLONA?
11. Como você percebe a presença do ICMBio na FLONA?

Apêndice D

ROTEIRO PARA AS COMUNIDADES LOCAIS

Público-alvo: Moradores locais (FLONA do Tapajós – comunidades São Domingos, Maguari e Jamaraquá), que lidem direta ou indiretamente com turistas e com gestores.

Solicitamos sua colaboração acerca do Turismo na FLONA do Tapajós

1. Nome e sobrenome (a informação não será divulgada):
2. Grau de escolaridade:
3. Que atividade você exerce?
4. O que você acha das normas de uso da FLONA? Como você percebe a relação da comunidade com o ICMBio?
5. A comunidade tem normas próprias com relação ao uso do espaço e de acordos entre práticas possíveis? Em caso positivo, o setor público respeita essas normas?
6. Quais os aspectos positivos e/ou negativos que contribuem para a limitação/desenvolvimento da prática do turismo na FLONA?
7. Você participa (ou não) de ações/definições sobre o uso público das FLONA? Quais suas percepções sobre esse processo? A comunidade tem algum acordo coletivo sobre o uso que independe das ações do ICMBio?
8. Você acha que os benefícios gerados pela gestão coletiva valem a pena?
9. Você considera que existe incentivo à participação dos moradores no processo de gestão da FLONA? Você acha que seria possível uma gestão do espaço sem a presença da legislação e das normas de uso definidas pelo setor público?
10. Aqui existem conflitos entre as comunidades ou entre as comunidades e o ICMBio? Como se resolve?
11. Como é organizado o uso dos recursos pelo indivíduo e pela comunidade? Para uso particular, é necessário algum tipo de validação pela comunidade?
12. Você já fez algum tipo de curso/oficina de qualificação para atender turistas? Quando? Qual instituição viabilizou a atividade? Como foi a experiência?

Apêndice E

ROTEIRO PARA TURISTAS

Público-alvo: Turistas

Solicitamos sua colaboração acerca do Turismo na FLONA do Tapajós

1. Nome e sobrenome (a informação não será divulgada):
2. Função que exerce:
3. Como você avalia a estrutura local para receber visitantes?
4. O que motivou você a passear em uma FLONA?
5. Como foi sua experiência?
6. Você contratou algum serviço ao chegar aqui? Quais? Com que fornecedor?
7. Antes de chegar a FLONA, você recebeu algum tipo de ação educativa sobre o meio ambiente? Se sim, com quem?
8. Você recebeu algum acompanhamento/fiscalização pelo setor público para com os visitantes quanto às restrições de uso?
9. O que você considera como ponto positivo e ponto negativo durante a visita à FLONA?

ANEXO I – Autorização SISBIO

Ministério do Meio Ambiente - MMA

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio

Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO

Autorização para atividades com finalidade científica

Número: 80299-2	Data da Emissão: 04/05/2022 09:35:37	Data da Revalidação*: 13/10/2022

De acordo com o art. 28 da IN 03/2014, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.

Dados do titular

SISBIO

Nome: Juliana Azevedo Hamoy	CPF: 006.165.362-40
Título do Projeto: TURISMO E GOVERNANÇA NA FLORESTA NACIONAL DO TAPAJÓS ? PARÁ - AMAZÔNIA	
Nome da Instituição: Universidade Federal do Pará	CNPJ: 34.621.748/0003-95

Cronograma de atividades

#	Descrição da atividade	Início (mês/ano)	Fim (mês/ano)
1	Pesquisa Socioambienta - nivel doutorado	09/2021	09/2023

Observações e ressalvas

1	Deve-se observar as as recomendações de prevenção contra a COVID-19 das autoridades sanitárias locais e das Unidades de Conservação a serem acessadas.
2	Esta autorização NÃO libera o uso da substância com potencial agrotóxico e/ou inseticida e NÃO exime o pesquisador titular e os membros de sua equipe da necessidade de atender às exigências e obter as autorizações previstas em outros instrumentos legais relativos ao registro de agrotóxicos (Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002, entre outros).
3	Esta autorização NÃO libera o uso da substância com potencial agrotóxico e/ou inseticida e NÃO exime o pesquisador titular e os membros de sua equipe da necessidade de atender às exigências e obter as autorizações previstas em outros instrumentos legais relativos ao registro de agrotóxicos (Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002, entre outros)
4	O titular de autorização ou de licença permanente, assim como os membros de sua equipe, quando da violação da legislação vigente, ou quando da inadequação, omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição do ato, poderá, mediante decisão motivada, ter a autorização ou licença suspensa ou revogada pelo ICMBio, nos termos da legislação brasileira em vigor.
5	Este documento somente poderá ser utilizado para os fins previstos na Instrução Normativa ICMBio n° 03/2014 ou na Instrução Normativa ICMBio n° 10/2010, no que especifica esta Autorização, não podendo ser utilizado para fins comerciais, industriais ou esportivos. O material biológico coletado deverá ser utilizado para atividades científicas ou didáticas no âmbito do ensino superior.
6	As atividades de campo exercidas por pessoa natural ou jurídica estrangeira, em todo o território nacional, que impliquem o deslocamento de recursos humanos e materiais, tendo por objeto coletar dados, materiais, espécimes biológicos e minerais, peças integrantes da cultura nativa e cultura popular, presente e passada, obtidos por meio de recursos e técnicas que se destinem ao estudo, à difusão ou à pesquisa, estão sujeitas a autorização do Ministério de Ciência e Tecnologia.
7	Este documento não dispensa o cumprimento da legislação que dispõe sobre acesso a componente do patrimônio genético existente no território nacional, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva, ou ao conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético, para fins de pesquisa científica, bioprospecção e desenvolvimento tecnológico. Veja maiores informações em www.mma.gov.br/cgen.
8	O titular de licença ou autorização e os membros da sua equipe deverão optar por métodos de coleta e instrumentos de captura direcionados, sempre que possível, ao grupo taxonômico de interesse, evitando a morte ou dano significativo a outros grupos; e empregar esforço de coleta ou captura que não comprometa a viabilidade de populações do grupo taxonômico de interesse em condição in situ.
9	Esta autorização NÃO exime o pesquisador titular e os membros de sua equipe da necessidade de obter as anuências previstas em outros instrumentos legais, bem como do consentimento do responsável pela área, pública ou privada, onde será realizada a atividade, inclusive do órgão gestor de terra indígena (FUNAI), da unidade de conservação estadual, distrital ou municipal, ou do proprietário, arrendatário, posseiro ou morador de área dentro dos limites de unidade de conservação federal cujo processo de regularização fundiária encontra-se em curso.
10	Em caso de pesquisa em UNIDADE DE CONSERVAÇÃO, o pesquisador titular desta autorização deverá contactar a administração da unidade a fim de CONFIRMAR AS DATAS das expedições, as condições para realização das coletas e de uso da infraestrutura da unidade.

Este documento foi expedido com base na Instrução Normativa nº 03/2014. Através do código de autenticação abaixo, qualquer cidadão poderá verificar a autenticidade ou regularidade deste documento, por meio da página do Sisbio/ICMBio na Internet (www.icmbio.gov.br/sisbio).

Ministério do Meio Ambiente - MMA

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio

Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO

Autorização para atividades com finalidade científica

Número: 80299-2	Data da Emissão: 04/05/2022 09:35:37	Data da Revalidação*: 13/10/2022
De acordo com o art. 28 da IN 03/2014, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.		

Dados do titular

SISBIO

Nome: Juliana Azevedo Hamoy	CPF: 006.165.362-40
Título do Projeto: TURISMO E GOVERNANÇA NA FLORESTA NACIONAL DO TAPAJÓS ? PARÁ - AMAZÔNIA	
Nome da Instituição: Universidade Federal do Pará	CNPJ: 34.621.748/0003-95

Outras ressalvas

1	Flona do Tapajós: 1 - O pesquisador somente poderá realizar atividade de campo após o término do estado de emergência devido à COVID-19, assim declarado por ato da autoridade competente, ou quando permitido pelas normativas dos governos do Estado do Pará e dos municípios abrangidos pela UC. 2 - Para a realização de pesquisas científicas nas Terras Indígenas com interface territorial com a Flona do Tapajós, o pesquisador deve pedir autorização da Funai/indígenas e seguir as diretrizes da Instrução Normativa nº 001/PRES/1995. 3 - Caso a pesquisa científica ocorra nos territórios ocupados pelas comunidades tradicionais da UC, o pesquisador deve buscar autorização destas ou da Federação das Comunidades da Flona do Tapajós (organização que as representa) pelo email: federacao.flona.tapajos@gmail.com; 4. Caso a pesquisa envolva diretamente os moradores da Flona do Tapajós (pesquisa com seres humanos), conforme previsto na Resolução n. 466, de 12 de dezembro de 2012 do Conselho Nacional de Saúde, o pesquisador deve providenciar o Termo Consentimento Livre e Esclarecido ? TCLE e cadastrar o projeto de pesquisa na Plataforma Brasil. 5 - Caso a pesquisa ocorra na área de manejo florestal sustentável, por questão de segurança, deve-se obter autorização da Coomflona (cooperativa que realiza o manejo) pelo email: coomflona@hotmail.com; 6 - O pesquisador deve solicitar com antecedência de até 5 dias úteis autorização de entrada na UC pelo e-mail: flonatapajos.pa@icmbio.gov.br. 7 - Recomendamos encaminhamento de devolutiva as comunidades caso a pesquisa as envolva. O pesquisador deverá enviar uma versão digital do trabalho/publicação gerado para compor banco de pesquisas da Flona do Tapajós (para o e-mail: flonatapajos.pa@icmbio.gov.br); 8 - Solicitamos que o pesquisador informe ao ICMBio a localização do experimento em coordenadas geográficas ou por arquivo shapefile e/ou kml para evitar sobreposição do experimento com outros usos que possam prejudicar o andamento da pesquisa; 9 - Pesquisas de médio e longo prazo, com estrutura física delimitada em campo e permanentes, devem ter suas áreas de monitoramento (polígonos) mapeadas e os arquivos de georeferenciamento devem ser disponibilizados ao ICMBio para que sua proteção seja garantida.	FLONA do Tapajós

Locais onde as atividades de campo serão executadas

#	Descrição do local	Município-UF	Bioma	Caverna?	Tipo
1	Floresta Nacional de Tapajós	PA	Amazônia	Não	Dentro de UC Federal

Atividades

#	Atividade	Grupo de Atividade
1	Pesquisa socioambiental em UC federal	Dentro de UC Federal

Ministério do Meio Ambiente - MMA

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio

Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO

Autorização para atividades com finalidade científica

Número: 80299-2	Data da Emissão: 04/05/2022 09:35:37	Data da Revalidação*: 13/10/2022

De acordo com o art. 28 da IN 03/2014, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.

Dados do titular

SISBIO

Nome: Juliana Azevedo Hamoy	CPF: 006.165.362-40
Título do Projeto: TURISMO E GOVERNANÇA NA FLORESTA NACIONAL DO TAPAJÓS ? PARÁ - AMAZÔNIA	
Nome da Instituição: Universidade Federal do Pará	CNPJ: 34.621.748/0003-95

Registro de coleta imprevista de material biológico

De acordo com a Instrução Normativa nº03/2014, a coleta imprevista de material biológico ou de substrato não contemplado na autorização ou na licença permanente deverá ser anotada na mesma, em campo específico, por ocasião da coleta, devendo esta coleta imprevista ser comunicada por meio do relatório de atividades. O transporte do material biológico ou do substrato deverá ser acompanhado da autorização ou da licença permanente com a devida anotação. O material biológico coletado de forma imprevista, deverá ser destinado à instituição científica e, depositado, preferencialmente, em coleção biológica científica registrada no Cadastro Nacional de Coleções Biológicas (CCBIO).

Táxon*	Qtde.	Tipo de Amostra	Qtde.	Data

* Identificar o espécime do nível taxonômico possível.